



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**

BRUNO DE AZEVEDO SANTANA GUIMARÃES

**ANÁLISE ARGUMENTATIVA DOS PRONUNCIAMENTOS DO
PRESIDENTE DO BRASIL (2019-2022)
EM CADEIA NACIONAL**

Feira de Santana-BA
2025

BRUNO DE AZEVEDO SANTANA GUIMARÃES

**ANÁLISE ARGUMENTATIVA DOS PRONUNCIAMENTOS DO
PRESIDENTE DO BRASIL (2019-2022) EM CADEIA NACIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos.

Orientador(a): Prof. Dr. Eduardo Lopes
Piris

Feira de Santana-BA
2025

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteadó - UEFS

G976 Guimarães, Bruno de Azevedo Santana

Análise argumentativa dos pronunciamentos do presidente do Brasil (2019-2022) em cadeia nacional / Bruno de Azevedo Santana Guimarães. – 2025.

218 f.: il.

Orientador: Eduardo Lopes Piris.

Tese (doutorado) - Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2025.

1. Discurso político. 2. Argumentação. 3. Pronunciamento presidencial. 4. Brasil – Presidência da República (2019-2022). 5. Pandemia – covid-19. I. Título. II. Piris, Eduardo Lopes, orient. III. Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos. IV. Departamento de Letras e Artes. V. Universidade Estadual de Feira de Santana.

CDU 801:82.085

Luis Ricardo Andrade da Silva - Bibliotecário - CRB-5/1790

TERMO DE APROVAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

TÍTULO: ANÁLISE ARGUMENTATIVA DOS PRONUNCIAMENTOS DO PRESIDENTE DO BRASIL (2019-2022) EM CADEIA NACIONAL

NOME DO AUTOR

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, área de concentração Linguagem e Sociedade, Linha de Pesquisa PRÁTICAS TEXTUAIS E DISCURSIVAS, como requisito obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos.

Aprovada em 24/03/2025.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eduardo Lopes Piris
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
Orientador

Prof. Dr. Lucas Nascimento
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
Examinador Interno

Prof. Dr^a. Isabel Cristina Michelan de Azevedo
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Examinador Interno

Prof. Dr. Deywid Wagner de Melo
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Examinador Externo

Prof. Dr^a. Carla Severiano de Carvalho
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
Examinador Externo

À minha avó, Isáira de Azevedo
(in memoriam), e meu avô,
Péricles Santana (in memoriam), pelo
amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Norma Suely, pelo incentivo, admiração e por acreditar em mim quando nem eu acreditava. Meu amor e minha admiração sempre.

Ao meu irmão, Rodrigo de Azevedo, pelas palavras de estímulo, de conforto, pela amizade, por sempre estar ao meu lado em todos os momentos da minha vida. Nossa trajetória de vida transpassa as barreiras do tempo e do espaço.

Ao meu sobrinho, Carlos Eduardo, por me ensinar que o amor e o carinho estão presentes nos pequenos gestos.

À Stephanie Oliveira e Cinthia Fragoso, por serem minhas melhores amigas e me ensinarem que todo os momentos valem a pena quando são compartilhados com amor e companheirismo.

A Ibiraci Chagas, meu colega e companheiro de aprendizado. Por ter sido meu apoio nos trabalhos e estudos ao longo desses quatro anos. Muito obrigado!

Ao meu orientador, Eduardo Lopes Piris, por ter acreditado neste trabalho desde o primeiro momento, pela compreensão, pelo incentivo, pelo aprendizado, por ser inspiração. Sou grato pela oportunidade de ter vencido esta etapa ao teu lado.

Minha enorme gratidão e admiração.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), por ter contribuído para o desenvolvimento de minha pesquisa, por meio de leituras e discussões realizadas nas aulas.

À FAPESB por ter financiado este projeto tão importante.

Aos amigos, que entenderam a minha ausência.

À UEFS.

RESUMO

A argumentação não é universal e atemporal. Os argumentos e seus esquemas argumentativos são determinados não pelo orador do discurso, mas pela corrente dóxica na qual ele se inscreve. No Brasil, o chamado discurso bolsonarista notabilizou-se por reunir discursos intolerantes e de ódio que até então estavam dispersos, o que justifica a realização de pesquisas sobre a reprodução dos argumentos de intolerância e de ódio no discurso do então presidente da República, indiciado no Relatório da CPI da Covid-19, por 9 crimes cometidos por seu governo durante a pandemia. Assim, apresentamos a nossa pesquisa de doutorado, cujo objetivo geral é analisar os argumentos e esquemas argumentativos produzidos pelos pronunciamentos em cadeia nacional do presidente do Brasil, no período da pandemia, a fim identificar como estes argumentos e esquemas argumentativos funcionam no pronunciamento proferido pelo presidente. Além disso, do ponto de vista analítico, contextualizamos cada pronunciamento como forma de situar o período histórico que o Brasil e o mundo enfrentavam e mostramos como os argumentos e esquemas argumentativos funcionam na construção do orador e do auditório em relação às crenças e valores compartilhados entre os sujeitos do discurso. Do ponto de vista teórico, esta pesquisa trata os fenômenos argumentativos descritos pela Nova Retórica de Perelman, assumindo o ponto de vista de comentadores como propuseram Amossy (2020), Grácio (2021) e Toulmin (2008). O corpus constitui-se a partir dos pronunciamentos presidenciais proferidos durante a pandemia em cadeia nacional de rádio e televisão, cujos textos e vídeos estão disponibilizados no Portal da Presidência da República. Neste trabalho, mostramos como o pronunciamento presidencial, em época de pandemia, tem impacto direto sob a sociedade a partir do medo alastrado pelo coronavírus. Ademais, a pesquisa contribui de forma assertiva para os estudos da argumentação e para a reflexão sobre as características do discurso de ódio e da intolerância presentes no discurso político, especialmente quando o ator político enuncia de uma posição de poder.

Palavras-chaves: Argumentação; Esquemas Argumentativos; Discurso Político; Pronunciamento Presidencial; Pandemia.

ABSTRACT

Arguments are not universal and timeless. Arguments and their argumentative schemes are determined not by the speaker of the speech, but by the doxic current in which it is inscribed. In Brazil, the so-called Bolsonaroist discourse became known for bringing together intolerant and hate speeches that had previously been dispersed, which justifies the conduct of research on the reproduction of arguments of intolerance and hate in the speech of the then president of the Republic, indicted in the Covid-19 CPI Report for 9 crimes committed by his government during the pandemic. Thus, we present our doctoral research, whose general objective is to analyze the arguments and argumentative schemes produced by the Brazilian president's nationally broadcast speeches during the pandemic period, in order to identify how these arguments and argumentative schemes function in the speech given by the president. Furthermore, from an analytical point of view, we contextualize each speech as a way of situating the historical period that Brazil and the world were facing and we show how arguments and argumentative schemes work in the construction of the speaker and the audience in relation to the beliefs and values shared between the subjects of the discourse. From a theoretical point of view, this research addresses the argumentative phenomena described by Perelman's New Rhetoric, assuming the point of view of commentators as proposed by Amossy (2020), Grácio (2021) e Toulmin (2008). The corpus is constituted from the presidential speeches made during the pandemic on national radio and television, whose texts and videos are available on the Portal of the Presidency of the Republic. In this work, we show how the presidential speech, in times of pandemic, has a direct impact on society from the fear spread by the coronavirus. Furthermore, the research contributes effectively to studies of argumentation and to reflection on the characteristics of hate speech and intolerance present in political discourse, especially when the political actor speaks from a position of power.

Keywords: Argumentation; Argumentative Outlines; Political speech; Presidential Statement; Pandemic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 -	43
Figura 02 -	45
Figura 03 -	47
Figura 04 -	50
Figura 05 -	55
Figura 06 -	59
Figura 07 -	64
Figura 08 -	67
Figura 09 -	71
Figura 10 -	78
Figura 11 -	84
Figura 12 -	87
Figura 13 -	90
Figura 14 -	92
Figura 15 -	93
Figura 16 -	95
Figura 17 -	97
Figura 18 -	98
Figura 19 -	99
Figura 20 -	100
Figura 21 -	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Pronunciamento, 06.03.2020.....	44
Quadro 02	Pronunciamento, 12.03.2020.....	45
Quadro 03	Pronunciamento, 24.03.2020.....	48
Quadro 04	Pronunciamento, 31.03.2020.....	51
Quadro 05	Pronunciamento, 08.04.2020.....	56
Quadro 06	Pronunciamento, 16.04.2020.....	60
Quadro 07	Pronunciamento, 23.03.2021.....	65
Quadro 08	Pronunciamento, 02.06.2021.....	68
Quadro 09	Pronunciamento, 31.12.2021.....	72

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

TA	TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO
OMS	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE
LTI	LINGUAGEM DO TERCEIRO REICH
CDC	CENTRO DE CONTROLE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS
SESAB	SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA
UERJ	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO
SESA	SECRETARIA EXECUTIVA DE VIGILÂNCIA E REGULAÇÃO DE SAÚDE
UTI	UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO
STF	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
SUS	SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
ANS	AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
CPI	COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
TSE	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
FGTS	FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA	21
2.1	A Argumentação.....	21
2.2	As noções de orador, auditório e esquemas argumentativos.....	24
2.3	<i>Logos</i> e Argumentação.....	28
2.4	<i>Logos</i> , <i>Fake News</i> e Pós-verdade.....	37
2.5	Natureza da pesquisa.....	40
2.6	Delimitação do <i>corpus</i>	41
2.7	Transcrição dos dados.....	43
2.7.1	Transcrição Pronunciamento, 06.03.2020.....	44
2.7.2	Transcrição Pronunciamento, 12.03.2020.....	45
2.7.3	Transcrição Pronunciamento, 24.03.2020.....	48
2.7.4	Transcrição Pronunciamento, 31.03.2020.....	51
2.7.5	Transcrição Pronunciamento, 08.04.2020.....	56
2.7.6	Transcrição Pronunciamento, 16.06.2020.....	60
2.7.7	Transcrição Pronunciamento, 23.03.2021.....	65
2.7.8	Transcrição Pronunciamento, 02.06.2021.....	68
2.7.9	Transcrição Pronunciamento, 31.12.2021.....	72
2.8	CrITÉRIOS de análise.....	74
3	CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE CADA PRONUNCIAMENTO	74
3.1	Contexto Pronunciamento, 06.03.2020.....	77
3.2	Contexto Pronunciamento, 12.03.2020.....	80
3.3	Contexto Pronunciamento, 24.03.2020.....	82
3.3	Contexto Pronunciamento, 31.03.2020.....	86
3.4	Contexto Pronunciamento, 08.04.2020.....	89
3.5	Contexto Pronunciamento, 16.06.2020.....	91
3.6	Contexto Pronunciamento, 23.03.2021.....	94
3.7	Contexto Pronunciamento, 02.06.2021.....	96
3.8	Contexto Pronunciamento, 31.12.2021.....	99
4	ANÁLISE.....	102

4.1	O pronunciamento presidencial em cadeia nacional.....	102
4.2	Análise do pronunciamento – 06.03.2020.....	105
4.3	Análise do pronunciamento – 12.03.2020.....	112
4.4	Análise do pronunciamento – 24.03.2020.....	119
4.5	Análise do pronunciamento – 31.03.2020.....	131
4.6	Análise do pronunciamento – 08.04.2020.....	143
4.7	Análise do pronunciamento – 16.04.2020.....	157
4.8	Análise do pronunciamento – 23.03.2021.....	170
4.9	Análise do pronunciamento – 02.06.2021.....	178
4.10	Análise do pronunciamento – 31.12.2021.....	186
5	DISCUSSÃO DOS DADOS.....	199
6	REFERÊNCIAS.....	213

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 pegou a humanidade de surpresa, o que resultou na morte de milhares de pessoas em todo o mundo. Entretanto, esta não foi a primeira crise sanitária enfrentada pelo homem. Ao longo de centenas de anos, os humanos conviveram com essa possibilidade e sofreram com doenças até então desconhecidas. Para se ter uma ideia, e se tratando dos anos recentes, vírus letais também vitimaram milhares de pessoas: em 2009, houve a pandemia do H1N1; em 2014, o poliovírus; no mesmo ano, na África, o surto do vírus ebola; em 2016, o vírus da zika deixou milhares de pessoas doentes e outras tantas com sequelas (malformações como microcefalia e outras doenças congênitas afetam bebês cujas mães desenvolveram a doença); e, por fim, em 2018, outro surto de ebola foi detectado na República Democrática do Congo.

Esses foram alguns exemplos recentes de como a humanidade vive constantemente com a ameaça viral. Em dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) recebeu alerta sobre pessoas doentes na China. Inicialmente, os médicos suspeitavam de pneumonia, mas posteriormente cientistas identificaram um novo tipo de coronavírus, até então desconhecido em humanos. Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS)[1], havia registro de sete tipos de coronavírus em humanos e a cepa identificada na China não estava registrada entre eles.

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS)^[2] declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. O vírus, em princípio identificado apenas na China, já havia se alastrado para outros países, como Japão, Alemanha, Vietnã e Estados Unidos. O alerta mundial da OMS foi significativo pela rapidez da contaminação do vírus, como também, do desconhecimento de como a cepa viral agia no corpo humano. Além disso, a OMS temia que alguns países com sistema de saúde mais precário não tivessem recursos para lidar com a demanda de pessoas doentes e que resultasse em mortes iminentes. Na época, havia quase oito mil casos confirmados, com 170 mortes pelo coronavírus.

Os países logo emitiram alerta sobre um possível surto global, adotando medidas de restrição, especialmente aqueles com maior contato comercial com a China ou que tivessem cidadãos retornando de viagens ou trabalho no país. Não se

tinha muita informação sobre o tratamento, entretanto, sabia-se que os sintomas eram os mais próximos de uma gripe e que poderia evoluir para um estado clínico letal. Os rumores e teorias logo surgiram, inclusive com declarações de xenofobia. O novo coronavírus logo foi apelidado de “o vírus chinês”, o que resultou em combustível para declarações e insultos entre políticos e eleitores extremistas.

O mundo se preparou para a pandemia e os países logo começaram a divulgar os primeiros casos em seus territórios. As pessoas voltavam seus olhos para o jornalismo internacional que passou a ter na sua pauta diária, os números de infectados e de mortos pela Covid-19. A quantidade e a rapidez de contaminação e, posteriormente, de óbitos, assustavam os telespectadores. Assim como o vírus, o medo se espalhou rapidamente.

Os presidentes e primeiros-ministros foram a público falar a seus cidadãos como forma de informar não só sobre o vírus em si, como também, sobre quais medidas seriam tomadas para o combate da Covid-19. É neste cenário que o presente trabalho pretende analisar os pronunciamentos do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, focalizando os argumentos e esquemas argumentativos utilizados por ele a fim de identificar como o presidente tratou sobre a pandemia na fala oficial de seu mandato. Em cadeia de rádio e televisão para todo o Brasil, o presidente tem a possibilidade de falar à nação. Durante uma pandemia tão séria, essa é a oportunidade necessária para que o presidente do país exerça seu mandato respeitando a vida da população (pelo menos é o que se espera).

Trazer essa reflexão para o mundo acadêmico nos proporciona analisar, à luz da teoria, como certos argumentos e esquemas argumentativos funcionam em discursos oficiais a partir de um cotidiano social atípico, uma vez que o mundo teve que se organizar para enfrentar uma crise sanitária global. Por isso, é imprescindível refletir como a linguagem circula socialmente, influencia debates e propõem ações concretas no seio social. Em se tratando de um momento sócio-histórico atual, certas atitudes reverberam entre a vida e a morte de muitos. Por essa razão, é importante que o mundo acadêmico, em especial, às pesquisas sobre a linguagem, se debruce em estudos onde certos argumentos têm a capacidade de mobilizar reações muitas vezes incoerentes e perigosas. Para tanto, é com este intuito que buscaremos demonstrar que, através do discurso, a sociedade se molda e se transforma. O

discurso político, foco de nosso *corpus* teórico-analítico, possui essa característica. Influenciar e transformar ações e debates sobre determinados temas.

Outrossim, como forma de contribuir para esse legado sócio-histórico de pesquisa e análise, o nosso trabalho se inscreve na Teoria da Argumentação no Discurso. Para tanto, pretende-se analisar os pronunciamentos presidenciais que tratam sobre a pandemia e foram disponibilizados no site oficial da presidência da república, a fim de compreender como os esquemas argumentativos constituem o discurso do presidente considerando os aspectos sociais e *dóxicos*. Do ponto de vista analítico, pretendemos mostrar o funcionamento de certos argumentos e esquemas argumentativos na construção da imagem do orador e do auditório e das crenças e valores compartilhados entre os sujeitos do discurso presidencial proferido. Além disso, iremos contextualizar os discursos como forma de situar o período histórico que o Brasil e o mundo enfrentaram durante a pandemia, assim como identificar o esquema argumentativo do discurso do presidente e empreender análise dos argumentos a partir destes esquemas.

Antes que nos aprofundemos nesse tema, em específico, é importante destacar alguns aspectos sobre a Teoria da Argumentação. Por isso, é necessário salientar que iremos nos ater aos conceitos propostos pelo Tratado da Argumentação — A Nova Retórica (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), comentados por Amossy (2020), Grácio (2021) e Toulmin (2008), que fazem uma leitura sobre as noções clássicas e contemporâneas sobre o ato de argumentar.

As releituras deste assunto culminam no pensamento de como o orador pretende influenciar seu auditório a partir de seu discurso, que visa a adesão de uma ou mais teses. De fato, se pensarmos no pronunciamento presidencial como uma oportunidade de influência do presidente frente ao seu auditório (todo o país), faz-se necessário investigar quais estratégias serão utilizadas pelo menos para haver adesão da população diante da pandemia.

Diante do exposto, a Teoria da Argumentação surge e é pensada como um sistema de pensamento lógico, retórico e dialético, nos fins do século XIX. Toulmin (2008, p.8) explica que:

A construção de um pensamento autônomo da argumentação nos anos de 1950 foi, sem sombra de dúvida, profundamente estimulada pela vontade de encontrar uma noção de ‘discurso sensato’, por oposição aos discursos fanáticos dos totalitarismos. As visões generalizadas da argumentação que emergirão nos anos 1970 tomarão perspectivas bem diferentes.

Segundo o autor, portanto, esta teoria surge de uma necessidade da época de encontrar um ponto de “equilíbrio” entre os discursos que circulavam a fim de entender seus inúmeros sentidos. A oposição entre “sensatez” e “extremismo totalitário” foi o combustível necessário para que as pesquisas neste campo de atuação tomassem um folego, contribuindo, assim, nos estudos da linguagem em seus diversos campos teóricos.

Toulmin (2008, p. 8-9) ainda explica que:

Do ponto de vista da organização clássica das disciplinas, a argumentação está vinculada à lógica, “a arte de pensar corretamente”, à retórica, “a arte de bem falar”, e à dialética, “a arte de bem dialogar”. Esse conjunto forma a base do sistema no qual a argumentação foi pensada, de Aristóteles ao fim do século XIX.

Conforme veremos nos capítulos teóricos deste trabalho, a virada dos estudos da argumentação para o século XX é baseada em diferentes estágios em que há: a deslegitimação da retórica; uma centralização nos estudos da lógica; para, enfim, resultar na Teoria da Argumentação e práticas argumentativas. Desta forma, veremos que, durante este processo, existiu uma invalidação da retórica como meio teórico científico, a lógica assumindo um caráter formal e passando a ser um ramo da matemática, bem como a argumentação regressando ao campo do direito. Esta situação perdura por alguns anos e, em meados dos anos de 1970, a partir da emergência da linguística, estes estudos começam a ressurgir com maior força.

No próprio início do Tratado da Argumentação, Perelman; Olbrechts-Tyteca (2014), tratam de algumas questões que diferem as particularidades da lógica formal contrapondo a concepção clássica de argumentação e demonstração que, segundo os autores, “se limita ao exame dos meios de prova demonstrativos” (p.15). Com isso, essa contraposição entre argumentação e demonstração denota que não basta só

demonstrar uma proposição, mas exercer certa influência sobre o outro, afinal, “toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõem a existência de um contato intelectual (p.16).

Como veremos, a Nova Retórica põe em questão uma visão cartesiana da Lógica Formal, uma vez que admitir que só há um sentido único para as proposições discursivas é desconsiderar por completo os equívocos e as controvérsias que são próprios da língua. Não se trata, portanto, de um cálculo mecânico de análise de um discurso, mas há a necessidade de trazer à centralidade questões importantes como subjetividades e contextos sócio-históricos, que fazem parte do momento situacional do discurso e fazem com que este signo tenha sentido na sociedade.

Como explica Olímpio-Ferreira (2023, p.23):

A linguagem do cotidiano, manifestação de uma cultura, é sempre repleta de expressões extrapoladoras do sentido, novas, figuradas, inesperadas, confusas, ambíguas, precárias, que são constituintes peculiares das línguas naturais, apropriadas pelo raciocínio prático e apenas suprimidas sob a força da artificialidade.

Olímpio-Ferreira (2023, p.24) continua explicando que:

Assim, como os sentidos não são únicos, a disputa por um deles pode facilmente surgir. É aqui nessa esfera de choque de opiniões que se instala a argumentação, lógica informal baseada em provas dialéticas, em raciocínios ‘mais ou menos fortes, mais ou menos pertinentes, mais ou menos convincentes’ (PERELMAN, 1981, p.4), à busca por adesão suficiente, de tomada de decisão razoável a respeito de uma questão.

Com efeito, podemos perceber que no momento da análise de um discurso e seus argumentos é necessário levar em conta uma série de elementos exteriores à materialidade discursiva que têm total influência para seu entendimento. A argumentação, portanto, não está restrita somente ao discurso, mas a todos os elementos internos e externos presentes na língua, inclusive os fatores sociais, políticos e culturais. Há uma relação entre o que se diz, para quem se diz, o que se diz e quando se diz. Logo, esta é uma relação que pode e faz sentido numa determinada época, mas pode não fazer em outra. A argumentação é um processo complexo, portanto, exige estratégias para a adesão do auditório às teses propostas pelo orador.

No Tratado, Perelman; Olbrechts-Tyteca (2014, p.16) continuam o raciocínio sobre a argumentação ao afirmar que:

Para haver argumentação, é mister que, num dado momento, realize-se uma comunidade efetiva dos espíritos. É mister que se concorde, antes de mais nada e em princípio, sobre a formação dessa comunidade intelectual e, depois, sobre o fato de se debater uma questão determinada. Ora, isso não é de modo algum evidente.

Por isso, no Tratado, podemos encontrar a relação entre orador e auditório, uma vez que, segundo os autores, para haver essa adesão às teses propostas, deve haver uma “comunhão” entre os pares. É importante salientar que essa afinidade não é de todo simples e direta, uma vez que, pode haver a necessidade de o orador empregar técnicas argumentativas a partir do auditório ao qual ele se dirige. É nesta seara complicada que este trabalho se propõe estudar o pronunciamento presidencial, já que o presidente irá discursar para um público bem distinto e é composto por apoiadores e aliados, como também por inimigos políticos e opositores.

Segundo Perelman; Olbrechts-Tyteca (2014), o orador, neste caso, o presidente, deve adotar estratégias que sejam assertivas a um auditório heterogêneo, uma vez que o pronunciamento presidencial é veiculado àqueles que se identificam com os valores da presidência (seu eleitorado), como também, aqueles que fazem oposição ao mesmo. Isso sem contar os brasileiros que não têm uma opinião formada sobre a situação. Ou seja, há um misto de públicos que podem ter, no pronunciamento, a chance de aderir, ou não, aos argumentos propostos pelo presidente. Além de fomentar, como já comentamos anteriormente, o debate sobre as ações do governo que se relacionem com a pandemia. O cenário ideal para discursos antagônicos fazerem parte do discurso social (ANGENOT, 2015) brasileiro.

É interessante destacar, também, que o nosso objeto de pesquisa não pode ser tomado isoladamente como “o discurso de Jair Bolsonaro”, ou “o discurso do Brasil”, mas torna-se a representação de uma *doxa* com crenças e valores específicos partilhados por parte da sociedade. Trata-se, pois, de assumir o conceito de *doxa* (opinião) inicialmente proposto por Aristóteles (1973) e, posteriormente, retomado por Amossy (2020), que afirma, dentre outras questões, como o espaço do plausível. Contudo, a releitura desse conceito que se configura como “antirretórica” se filia a ideia de que a opinião comum pode alienar a consciência individual, por isso, a importância de se estudar como os argumentos e esquemas argumentativos

reverberam socialmente a partir do discurso proferido por um sujeito que ocupa a cadeira de maior poder em um país democrático.

Este estudo, no entanto, não produz certezas, como afirmam Perelman; Olbrechts-Tyteca (2014), mas resultados prováveis, uma vez que se trata de uma teoria analítica que se dá através da interpretação. Neste contexto, portanto, iremos indicar o caminho argumentativo do presidente do Brasil conforme seus pronunciamentos serão exibidos em um dado momento histórico importante para o mundo. Entender este caminho cheio de significados, pode nos dar um norte de como a *doxa*, ao qual o presidente se inscreve, pensa sobre possíveis saídas para a crise sanitária mundial, já que, em muitos momentos, houve um paradoxo fundamental entre manter o poder econômico do país ou salvar o maior número de vidas possíveis. Paradoxo este que ficou evidente em alguns pronunciamentos do presidente através de seu esquema argumentativo.

Chamada de “Técnicas Argumentativas” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, p.211, 2014), fazem parte da terceira parte do Tratado e são postulados como forma de entender o funcionamento dos argumentos com fins persuasivos. Contudo, analisar tais técnicas torna-se um risco, pois, ao se tomar a palavra do orador a partir de um esquema argumentativo específico, não garante um entendimento fiel do pensamento real dele para com o entendimento do auditório. Trocando em miúdos, não existe a possibilidade de certezas do entendimento daquilo que é proferido para aquilo que será entendido por seu auditório. Por isso, os autores afirmam que este campo oferece uma resposta mais ou menos provável, já que certezas “absolutas” são utopias.

Posteriormente, retomado por Amossy (2020), os esquemas argumentativos são “proposições lógicas que o enunciado pode veicular” (p.137), isto é, fazem parte do entendimento analítico que identifica as possíveis estratégias que o orador se vale a fim de persuadir seu auditório através do discurso. Neste caso, o pronunciamento presidencial possui diversos esquemas que visam a adesão do auditório às teses propostas pelo presidente.

Segundo Amossy (2020, p.137):

Para além da especificidade de cada estrutura argumentativa, encontramos-nos sempre diante da necessidade de recuperar um esquema, depreendendo-o da materialidade do discurso, como

se a linguagem fosse um invólucro do qual importava abstrair o raciocínio.

Para a autora, é importante sublinhar que há, neste caso, o labor do analista para com seu objeto de análise que resulta numa resposta a partir de seu método analítico. De forma figurada, Amossy informa que o pesquisador irá se debruçar sobre a materialidade do discurso a fim de extrair toda e qualquer reposta oriunda de um raciocínio discursivo proferido por um sujeito. Neste caso, é importante considerar toda a exterioridade que faz parte do contexto social que influencia no entendimento desta materialidade discursiva frente ao objeto estudado. Contexto sócio-histórico-político são, portanto, exemplos de exterioridades importantes no processo analítico que devem ser considerados pelo analista no processo de entendimento do seu objeto de estudo.

Após este trajeto teórico, iremos analisar os pronunciamentos presidenciais que tratam sobre a Covid-19, a fim de investigar como o presidente proferiu seu discurso à nação, levando em consideração a dimensão argumentativa. É interessante destacar, também, como o presidente constrói sua relação com seu auditório, seus adversários, sua imagem e seus valores. Esta pesquisa e análise, portanto, é importante por apresentar a análise de um político que ocupa a posição-sujeito de maior relevância num país democrático (a Presidência da República) e, a partir do discurso político governamental (não é só um discurso político, mas é um tipo específico de discurso político: o governamental) produz diversos sentidos, inclusive, no conjunto de argumentos considerados por muitos como polêmicos.

2 PERCUSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

2.1 – A ARGUMENTAÇÃO

Ao tomarmos como base os postulados do Tratado da Argumentação — A Nova Retórica (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), vemos, de início, a contraposição entre as noções contemporâneas sobre a argumentação com as noções clássicas sobre demonstração. Esta contraposição se dá, dentre outros fatores, pela diferença nas ações dos indivíduos frente a um assunto. Enquanto a primeira — demonstrar — apenas indica uma proposição e deixa ao auditório o entendimento do que lhe foi apresentado; a segunda — argumentar — tende a influenciar o auditório a um determinado fim. Estes dois verbos (indicar/influenciar), portanto, são cruciais na forma como os sujeitos pretendem lidar com seu auditório.

Quando se trata de demonstrar uma proposição, basta indicar mediante quais procedimentos ela pode ser obtida como última expressão de uma sequência dedutiva, cujos primeiros elementos são fornecidos por quem construiu o sistema axiomático dentro do qual se efetua a demonstração. [...], mas quando se trata de argumentar, de influenciar, por meio do discurso, a intensidade da adesão de um auditório a certas teses, já não é possível menosprezar completamente, considerando-as irrelevantes, as condições psíquicas e sociais sem as quais a argumentação ficaria sem objeto ou sem efeito (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p.16).

Esta é uma diferença marcante entre as duas formas de contato do orador com seu auditório que denota formas diferentes de persuasão. Enquanto uma se dá pela dedução do próprio auditório frente ao conteúdo demonstrado, o outro possui a pretensão de persuadir, afinal, “toda argumentação visa a adesão dos espíritos, por isso, mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p.16). Desta forma, é preciso que os sujeitos — orador e auditório — compartilhem, mesmo que superficialmente, os mesmos princípios, seja pela comunhão da mesma língua, ou por compartilharem os mesmos gostos. Esta comunhão, portanto, é essencial no nível da linguagem para haver comunicação.

Contudo, ainda é preciso salientar que esta persuasão a uma adesão de espíritos não se dá de forma coercitiva. Isto é, o contato entre orador e auditório não

pode ser constrangido através da força. Essa é uma característica da retórica clássica, conforme explica Amossy (2020, p.16):

A retórica da Grécia antiga, fruto da *polis*, da cidade livre onde as decisões públicas convocam o debate, permitia o bom andamento da justiça, por meio do manuseio da controvérsia, e o bom funcionamento da democracia, pela prática da palavra pública. É por isso que ela teve como objeto, principalmente, o judiciário e o deliberativo (o político no sentido amplo, que abrange tudo aquilo que demanda uma decisão para o futuro). Ela também abrangeu o epidítico, ou discurso pronunciado em cerimônias (elogio, discurso de comemoração, etc.) (AMOSSY, 2020, p.16)

Em suma, na retórica clássica, o dissenso e as trocas verbais entre os homens que discutiam as questões sociais eram primordiais para se manter a ordem democrática da polis. Com isso, não se admitia o uso coercitivo da palavra a fim de uma adesão forçada de ideias. O compartilhamento de perspectivas se dava pela ordem adversa das ideias para, assim, chegar a um consenso democrático. Este pensamento clássico se tornou uma das bases primordiais da Nova Retórica, que foge dos dogmas impostos no momento da argumentação, como também cria um esforço do orador em oferecer os melhores argumentos ao auditório a fim de que se consiga certa convicção.

Cumprir observar, aliás, que querer convencer alguém implica sempre certa modéstia da parte de quem argumenta, o que ele diz não constitui uma “palavra do Evangelho”, ele não dispõe dessa autoridade que faz com que o que diz seja indiscutível e obtém imediatamente convicção. Ele admite que deve persuadir, pensar nos argumentos que podem influenciar seu interlocutor, preocupar-se com ele, interessar-se pelo seu estado de espírito. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p.18)

Perelman; Olbrechts-Tyteca (2014, p.19) ainda reforçam:

não basta falar ou escrever, cumprir ainda ser ouvido, ser lido. Não é pouco ter a atenção de alguém, ter uma larga audiência, ser admitido a tomar a palavra em certas circunstâncias, em certas assembleias, em certos meios. Não esqueçamos que ouvir alguém é mostrar-se disposto a aceitar-lhe eventualmente o ponto de vista.

Ouvir os pontos de vista opostos, neste caso, pode ser a oportunidade de criar condições prévias para a argumentação. Os meios sociais de convívio entre os indivíduos que possuem pensamentos distintos tornam-se, assim, o espaço propício aos debates de ideias e, assim, estabelecem o contato dos espíritos através do

exercício do diálogo. Entretanto, “para que uma argumentação se desenvolva, é preciso, de fato, que aqueles a quem ela se destina lhe prestem alguma atenção” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p.20). Como exemplo, os autores citam as formas de publicidade, construídas para prender o interesse do público.

Sobre este aspecto, Amossy (2020, p.22) explica:

Enfim, a argumentação não é um raciocínio dedutivo que se desenvolva no campo do raciocínio puramente lógico, fora de toda interferência do sujeito. Ela necessita, ao contrário, de uma interrelação do locutor com o alocutário. A influência recíproca que um exerce sobre o outro - o orador e seu auditório, na dinâmica do discurso com visada persuasiva - constitui um dos espíritos da base da ‘nova retórica’.

Há, neste caso, uma troca entre orador e auditório que fundamenta a dinâmica do discurso argumentativo. Uma troca que faz com que tanto um como o outro se disponham a modificar ou adequar seu argumento frente às ideias opostas. Perelman; Olbrechts-Tyteca (2014, p.21) chama atenção, ainda, sobre as circunstâncias da argumentação visando persuasão do orador para o auditório:

Esse contato entre o orador e seu auditório não concerne unicamente às condições prévias da argumentação: é essencial também para todo o desenvolvimento dela. Com efeito, como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, ela é, por inteiro, relativa ao auditório que procura influenciar.

É preciso, desta forma, se atentar não só sobre as condições prévias, ou seja, as situações ou assuntos que mais interessam um auditório, mas também, ao desenvolvimento no momento da argumentação. Num pronunciamento presidencial, por exemplo, o presidente deve ter uma preparação anterior para sondar as demandas sociais que possam ser abordadas durante seu discurso, como também pensar em “como” estes assuntos podem ser explanados no discurso de forma mais direta e eficaz. Conforme nos explica Grácio (2021, p.40), “todo discurso é intrinsecamente estratégico porque implica (consciente ou inconsciente, voluntária ou involuntária, pouco importa) a assunção de pressupostos”. O autor, neste caso, se refere às estratégias de objetivação, ou seja, àquilo que o orador quer abordar com objetividade em seu discurso.

Não obstante, tal objetividade é um efeito de como um discurso ou argumento circula socialmente. No caso do pronunciamento presidencial, conforme exemplificamos, agendas sociais a serem resolvidas são pautas a serem abordadas de forma objetiva, ou melhor, as resoluções que elas necessitam tendem a ser tratadas mais objetivamente. Grácio (2021, p.40-41) ainda explica que “encaramos a objetividade como fruto de estratégias de objetivação que adquirem força e poder no interior de dinâmicas sociais de construção de realidade conducentes, nomeadamente, a legitimar os discursos oficiais e a fundamentar decisões institucionais”. No gerenciamento de uma pandemia, por exemplo, tal objetivação deve (pelo menos espera-se) que esteja presente no discurso do presidente do país a fim de oferecer esclarecimentos e respostas aos cidadãos referentes às ações que serão tomadas pelas instituições públicas para o enfrentamento da crise sanitária mundial.

Como vimos, é imprescindível levarmos em conta que um argumento possui uma “força” impulsionadora que pode levar o auditório a adotar ou não uma postura, ou fazer, ou não, uma determinada ação (como, por exemplo, se vacinar). Todo argumento proferido pelo presidente, neste caso, possui um peso maior, visto que ele se torna um “exemplo” que pode ser seguido a partir de suas ações. No Tratado da Argumentação (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), vimos que o argumento é um procedimento racional que procura a adesão de auditório a uma tese. E, como veremos em nossas análises, respeitar as normas de segurança médica, se vacinar, trabalhar ou se manter em *lockdown*, serão atitudes questionadas pelo presidente a partir de certos argumentos. A depender dos valores que são compartilhados, os sujeitos irão aderir ou recusar certos argumentos, pois há, neste caso, uma racionalidade que impera entre orador e auditório. No entanto, aqueles que mais se identificarem com o presidente tendem a seguir seus argumentos à risca. Ou seja, há um vínculo existente que, no cenário de pandemia, pode ser o significado entre vida e morte.

2.2 - As noções de orador, auditório e esquemas argumentativos

Uma das noções teóricas importantes das Teorias da Argumentação na Nova Retórica faz referência aos conceitos de orador, auditório e esquemas argumentativos. No Tratado, os autores (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014),

como citamos mais acima, nos suscitam a ideia de que para se ter uma argumentação eficaz é preciso que, dentre outras coisas, haja uma disposição do auditório para escutar. Desta forma, em suas conclusões, a melhor forma de argumentação é a verbal. Mas antes que entremos nessa seara, vamos explicar que no Tratado da Argumentação não encontramos, de forma direta, a noção específica de orador, mas sim, da relação entre orador e auditório. Vejamos:

Os autores de comunicação ou de memórias científicas costumam pensar que lhes basta relatar certas experiências, mencionar certos fatos, enunciar certo número de verdades, para suscitar infalivelmente o interesse de seus eventuais ouvintes ou leitores. [...] O papel do autor é apenas manter, entre ele e o público, o contato que a instituição científica possibilitou estabelecer (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p.20).

Inferimos, assim, num primeiro momento, que “autores de comunicação ou de memórias científicas” e “autor”, num segundo momento, sejam a representação do orador do discurso. Os autores focam em como estes indivíduos devem se portar para estabelecer contato a fim de prender o interesse do seu auditório no momento da argumentação. Este é um caminho de mão dupla porque da mesma forma que o orador deve criar estratégias para convencer seu auditório através de suas argumentações, o auditório deve estar disposto a ouvi-lo conforme já mencionamos. Vários fatores influenciam neste momento e variam conforme as circunstâncias.

É preciso se atentar, no entanto, que quem toma a palavra e se dirige a um público precisa se “enquadrar” em condições prévias. Mas não só. É preciso também estar atento ao desenvolvimento da argumentação, afinal o objetivo é “obter a adesão daqueles a quem se dirige” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p.21). A argumentação está diretamente destinada a influenciar o auditório, portanto, é necessário que o orador leve em consideração todas as possibilidades de conhecer seu público, como também, pensar na melhor forma de argumentação no momento de sua argumentação.

Osakabe (1999, p.182) ao analisar a obra de Perelman; Olbrechts-Tyteca (2014) explica um pouco sobre a relação entre orador e auditório:

E, para atingir o ouvinte, é preciso que quem fala o leve em consideração na sua complexidade, que pode ser compreendida não somente pela existência de língua comum entre orador e ouvinte, mas também pelas condições físicas que os ligam.

Assim, é preciso pensar o auditório enquanto uma construção do orador e, como público-alvo, o auditório é sempre uma construção mais ou menos sistematizada para quem argumenta. Desta forma, as condições para que este (o auditório) seja influenciado a uma tese ou aderir a um discurso, torna-se uma estratégia argumentativa do orador.

Perelman; Olbrechts-Tyteca (2014, p.22) definem que:

[...] em matéria de retórica, parece-nos preferível definir o auditório como o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação. [...] O auditório presumido é sempre, para quem argumenta, uma construção mais ou menos sistematizada. Pode-se tentar determinar-lhe as origens psicológicas ou sociológicas; o importante, para quem se propõe persuadir efetivamente indivíduos concretos, é que a construção do auditório não seja inadequada à experiência.

Ao definirem o auditório, os autores nos informam como o orador “visualiza” seu auditório de forma mais ou menos sistematizada. Ou seja, ele (o orador), ao estudar seu público e especular quais são suas características mais marcantes, pode selecionar melhor seus argumentos a fim de se conseguir maior adesão a seu discurso. Este estudo, mesmo que superficial, delimita as ações do orador para com seu auditório e é por isso que os autores explicam que se trata de algo presumido. Porque tem uma avaliação prévia do orador (psicológica e sociológica) momentos antes da argumentação durante seu discurso.

O conhecimento daqueles que se pretende conquistar é, pois, uma condição prévia de qualquer argumentação. [...] O estudo dos auditórios poderia igualmente constituir um capítulo de sociologia, pois, mais do que seu caráter pessoal, as opiniões de um homem dependem de seu meio social, de seu círculo, das pessoas que frequenta e que convivem (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p.23)

É necessário destacar, no entanto, que há uma adaptação do orador para com seu auditório. Adaptação esta que envolve entonação, quais argumentos serão mais eficazes, o tipo de linguagem empregada... ou seja, quais articulações que o orador deve possuir para cativar seu auditório. Afinal, trata-se de ambientes diferentes, com pessoas distintas, dispostas a compreender o que lhe é dito pelo orador. Em uma campanha política, por exemplo, cabe ao candidato (orador) adequar seu discurso em cada local de campanha (auditório). Em suma, esta adaptação faz parte do papel do

orador que, para persuadir o seu auditório, deve adaptar-se a ele. Há uma troca entre os pares que é muito importante.

Temos aí, portanto, um aspecto necessário de se pensar o auditório na troca com o orador. É comum, de forma errônea, que haja uma passividade do auditório mediante o orador, mas é preciso destacar que é o orador que possui um labor discursivo a fim de convencer seu auditório, ou seja, o público, de certa forma, dita (através de seu comportamento) quais argumentos são mais eficientes no momento da argumentação. Por isso, é necessário pensar a relação orador e auditório como uma troca equivalente, e não numa passividade recorrente no momento da argumentação.

É por pensar neste sentido que Perelman; Olbrechts-Tyteca (2014) desenvolvem, em seguida, noções sobre técnicas argumentativas, que fazem parte da terceira parte do Tratado. Em princípio, os autores explicam que o discurso persuasivo produz efeitos muito complexos, por isso, para melhor entendimento, eles optam por analisar os argumentos isoladamente. No entanto, tal postura não exime de se tratar de uma metodologia perigosa, uma vez que a própria linguagem não é transparente.

Para discernir um esquema argumentativo, somos obrigados a interpretar as palavras do orador, a suprir os elos faltantes, o que nunca deixa de apresentar riscos. Com efeito, afirmar que o pensamento real do orador e de seus ouvintes é conforme ao esquema que acabamos de discernir não passa de uma hipótese mais ou menos provável (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p.211-212).

Entendemos, assim, que uma análise argumentativa não resultaria em certezas, mas sim, em resultados mais ou menos prováveis. Isso acontece porque se trata de uma teoria analítica e interpretativa e não há, em vias científicas, modos absolutos de afirmar o que se sucede nas palavras do orador durante sua enunciação. O que existe, portanto, são hipóteses que podem indicar o caminho que foi percorrido e os prováveis sentidos que o discurso pode apresentar. Além disso, é necessário lembrar que a língua possui lacunas, não-ditos, *nonsense*... e certos sentidos se apoiam nessas características para ter significados.

Amossy (2020, p.137) também comenta sobre esse aspecto de análise:

Para além da especificidade de cada estrutura argumentativa, encontramos-nos sempre diante da necessidade de recuperar um esquema, depreendendo-o da materialidade do discurso, como se a linguagem fosse um invólucro do qual se importa abstrair o raciocínio.

E, desse modo, os constituintes dos esquemas argumentativos não são enunciados em língua natural: eles consistem nas ‘proposições’ lógicas que o enunciado pode veicular.

Perelman; Olbrechts-Tyteca (2014, p. 213) nos faz refletir, também, sobre como os argumentos funcionam na dinâmica entre orador e ouvinte:

Enquanto o orador argumenta, o ouvinte, por sua vez, ficará inclinado a argumentar espontaneamente acerca desse discurso, a fim de tomar uma atitude a seu respeito, de determinar o crédito que lhe deve dar. O ouvinte que percebe os argumentos não só pode percebê-los à sua maneira, como é o autor de novos argumentos espontâneos, o mais das vezes não expressos, mas que intervirão ainda assim para modificar o resultado da argumentação.

Há, portanto, uma troca entre orador e ouvinte que pode resultar em novos argumentos. Novamente, os autores fogem da ideia de passividade dos ouvintes e pensam nestes como papéis importantes numa situação argumentativa. Entretanto, o orador pode guiar seus ouvintes nesta mesma situação:

Pode ocorrer, aliás, que essa reflexão seja orientada pelo orador, que este mesmo forneça aos ouvintes certos argumentos referentes às características de seu próprio enunciado, ou então que forneça certos elementos da informação que favorecerão esta ou aquela argumentação espontânea do ouvinte (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p.213).

Neste processo de sobreposição argumentativa, o Tratado propõe analisar a interação entre os esquemas argumentativos divididos em dois blocos conceituais: processos de ligação e de dissociação. São processos de ligação quando duas premissas diferentes interagem no processo argumentativo de alguma forma, seja positiva ou negativa. Já nos processos de dissociação há uma ruptura entre esses elementos discursivos, impedindo-os de se comunicarem na estrutura argumentativa. “Às vezes os dois aspectos estão simultaneamente presentes na consciência do orador, que se perguntará para qual deles é melhor chamar atenção” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014).

2.3 Logos e Argumentação

A Retórica de Aristóteles nos propõe um estudo que nos leva a observar os modos de persuasão do orador para com seu auditório. Em outras palavras, o estudo desse método nos é apresentado como uma arte, portanto, a arte retórica tem como finalidade a persuasão. Os meios para haver essa persuasão, oriunda deste método, são elementos de vários estudos, conforme os diversos tratados postulados desde Aristóteles. Por sua vez, o filósofo nos ensina que os modos de se atingir essa persuasão são alcançados através dos entimemas, substâncias da persuasão retórica que se apresentam como silogismos, um raciocínio dedutivo de um argumento.

Para melhor entendermos, a função da Retórica não é simplesmente atingir a persuasão, mas entender os meios pelos quais podem acontecer tal feito e compreender quais mecanismos, em cada caso, ocorrem com mais efetividade. Isso ocorre também nas demais artes: os meios prescritivos e preventivos para se evitar uma doença, na medicina; os métodos de planejamento para se obter o melhor meio construtivo, na arquitetura; as técnicas de ensino para melhor atender os estudantes em sala de aula... ou seja, como cada arte entende os meios para se chegar a um fim promissor. O método retórico, por sua vez, também observa e analisa estes meios, e a persuasão é a principal recompensa do orador para com seu auditório.

Segundo Aristóteles, no entanto, somente a Retórica possui a capacidade de observar cada caso a fim de se obter a persuasão. Esta arte, portanto, possui esta função que extrapola as ‘caixinhas’ que estão situadas em outras artes: medicina sobre saúde, aritmética sobre números; pedagogia sobre educação... Desta forma, não há um gênero específico que restrinja a ação de persuasão da Retórica que, observa e analisa variados assuntos, para tratar de distintos modos de persuadir seu auditório. É como se esta arte pudesse transitar livremente entre as outras sem comprometer sua essência e seu objetivo final, a persuasão. O orador, através da Retórica, pode se utilizar de dados matemáticos, médicos, pedagógicos a fim de trazer a seu auditório, subsídios entimemáticos que comprovem sua argumentação. Vemos isso com frequência nos discursos políticos, como o presente trabalho irá abordar.

Ainda segundo o filósofo, há três meios de se obter a persuasão: “o primeiro depende do caráter pessoal do orador; o segundo, de levar o auditório a certa disposição de espírito; e o terceiro, do próprio discurso no que diz respeito ao que demonstra ou parece demonstrar” (ARISTÓTELES, 2011, p.45). O *ethos*, *pathos* e *logos*, respectivamente, são características da argumentação que têm como função a

adesão do auditório para com a tese de seu orador. Grosso modo, como já explicou Aristóteles, o *ethos*, diz respeito ao caráter do orador, bem como a imagem que ele projeta no momento em que o discurso é proferido, inspirando, assim, credibilidade para com seus ouvintes; o *pathos*, diz respeito às emoções despertadas no momento do discurso, ou seja, os sentimentos de angústia, simpatia, ou antipatia, que podem determinar a persuasão (ou não) do orador para com seu auditório; e, por último, o *logos*, que diz respeito ao discurso em si, aquele que demonstra “a verdade, ou o que parece ser a verdade, graças à argumentação persuasiva apropriada ao caso em pauta” (ARISTÓTELES, 2011, p.46).

Ethos, *pathos* e *logos* é a tríade retórica que possibilita um orador a persuadir seu auditório a um fim. Como já observamos, há diversos estudos que se debruçam em estudar tais métodos argumentativos, inclusive separando a tríade retórica, no entanto, como nos alerta Amossy (2020, p.196), o projeto de Aristóteles não separa o *pathos* e o *logos* porque é a junção desses dois elementos que possibilita uma melhor via de persuasão: “se o conhecimento das paixões humanas é apresentado na Retórica como indispensável, é porque ele permite agir pela palavra: esse conhecimento contribui fortemente para conquistar a convicção do auditório”. O que a autora nos ensina, desta forma, é que para o orador despertar as paixões em seu auditório, é necessário a utilização de um discurso, isto é, de uma palavra. Logo, entendemos que é a partir da linguagem, do discurso, que um político, por exemplo, possa convencer seu auditório a votar nele no período eleitoral. Ou que, de alguma forma, tal público aceite e concorde com suas decisões políticas no ato de governar. Revolta, indignação, admiração e afeição são sentimentos de um auditório para seu orador advindo do discurso.

Entretanto, estudar tais conceitos nos coloca numa berlinda difícil e espinhenta, uma vez que *pathos* e *logos* fazem parte de faculdades distintas: enquanto uma se volta a viés da razão e intelectualidade (*logos*), a outra se volta para as questões do coração (*pathos*).

Diante de uma perspectiva de integração que insiste no vínculo orgânico entre convicção e persuasão, *logos* e *pathos*, encontram-se posições que os dissociam radicalmente, insistindo sobre sua autonomia respectiva ou mesmo sobre sua antinomia. Ora a convicção

racional que fica com todas as honras; ora, ao contrário, é a arte de tocar e fazer agir pela emoção que é louvada (AMOSSY, 2020, p. 197).

A autora, desta forma, nos explica que há uma característica de visão antropológica que está ligado diretamente à questão da racionalidade humana. Ou seja, o sujeito pensante levará em consideração ora a racionalidade, ora a afetividade. O resultado da credibilidade do auditório para com seu orador, portanto, é variável, não há garantias, é mutável. Seguindo essa mesma linha de pensamento, “o *logos*, como prova argumentativa, é entendido como prova objetiva, enquanto o *ethos* e o *pathos* seriam provas subjetivas” (EMEDIATO, 2021, p.9).

O autor continua sua explicação ao afirmar que:

se o *logos* constitui, portanto, o laço intelectual unindo orador e auditório, outros aspectos, de ordem psicológica, intervêm para formar a persuasão. E vale lembrar que, para Aristóteles, as provas subjetivas são mais poderosas que as provas objetivas, o que nos leva a considerar que a fé e a emoção superam, em alguma medida, pelo menos nessa concepção, a razão. Afinal, a fé dispensa argumentos. Seja como for, parece que o *logos*, sendo da ordem do intelectual, age sobre a representação, o *pathos* sobre a vontade, ao passo que o *ethos* age sobre a fé (EMEDIATO, 2021, p.09-10).

Esse é um ponto muito importante nos estudos retóricos, principalmente àqueles que se debruçam em estudar os discursos políticos. Quando o autor afirma que a fé não necessita de argumentos, se abre espaço para que qualquer informação errônea seja disseminada livremente. Isso porque tais informações não estão embasadas em elementos comprobatórios confiáveis, como a ciência, por exemplo. Já que a fé impede que o discurso racional impere, a demanda do inverídico pode tomar um “valor” de verdade, mesmo que esta seja uma mentira absurda. A título de exemplo, podemos observar estarrecidos o presidente da república informar erroneamente que a vacina da Covid-19 causaria AIDS¹. Este é um ato, dentre vários que poderíamos citar, de como o discurso preconceituoso e imbuído de inverdades circulam em nossa sociedade, uma vez que a fé nessas informações suplanta o racional e adentram o campo da paixão irracional. Entretanto, não iremos nos

¹ <https://www.jota.info/stf/do-supremo/bolsonaro-cometeu-crimes-ao-relacionar-vacina-contr-covid-19-a-aids-conclui-pf-28122022>

aprofundar neste capítulo, em específico, porque trataremos sobre *Fake News* e Pós-verdade no capítulo posterior.

Para podermos traçar um recorte teórico mais coerente com a proposta deste trabalho, iremos propor um aprofundamento no *logos*, uma vez que nosso objeto de análise se encontra na materialidade escrita (pronunciamento presidencial disponível no site da presidência da república). Com isso, nosso estudo incide diretamente sobre as estratégias argumentativas do presidente que, em período de pandemia, utilizou pronunciamentos para falar à população. Desta forma, o estudo do *logos* nos é necessário como forma de análise que nos faz pensar como o discurso funciona como operador argumentativo "racional" inscrito em uma posição-sujeito importante: a presidência.

Vimos que o *logos* é um tipo de prova retórica que se opõe ao *ethos* e ao *pathos* (objetividade|subjetividade). Contudo, até mesmo a fronteira entre objetivo e subjetivo é problemática, e cabe aos pesquisadores determinarem os seus lugares de inscrição. Como uma prova racional, é no interior dos argumentos que encontramos os meios necessários de análise do *logos*, uma vez que o discurso é a fonte do sentido daquilo que demonstra ou parece demonstrar (ARISTÓTELES, 2011). Dito desta forma, entendemos que há um papel de verossimilhança e não de uma verdade empírica, real. Os verbos "parecer" e "demonstrar" não garantem que um argumento seja de fato verdadeiro, mas é concebido como forma de parecer de fato uma verdade. Uma relação entre o mundo real e o discurso racional.

As premissas contidas em um argumento pressupõem uma conclusão. Desse modo, o *logos* é uma prova retórica que faz os sujeitos refletirem sobre esse efeito de verdade, mas que não há garantia de persuasão. Isto é, mesmo que os argumentos sejam entendidos pelos sujeitos, não se pode precisar de fato que este será convencido. Isso ocorre porque há dissidências, refutação, resistências entre os sujeitos que dialogam. Pensar que o *logos* argumentativo é aquele que garante a persuasão - mesmo com provas empíricas e deduções - é admitir que o sujeito a quem se dirige o discurso não irá refutar, não irá resistir. Muito pelo contrário. Existe a possibilidade real de reserva, uma vez que é no *logos* argumentativo, através dos silogismos, que podemos encontrar a refutação (ARISTÓTELES, 2011).

O chamado contra-silogismo se apresenta como uma objeção porque, assim como os silogismos, também parte de lugares-comuns, já que essas opiniões prováveis podem apresentar contradições entre si. Conforme explica Aristóteles (2011, p.205):

As contra-proposições, como aparece nos *Tópicos*, podem ser suscitados de quatro modos: ou reiterando a contra-proposição do próprio entimema, isto é, atacando diretamente a própria afirmação do opositor, ou aventando outra afirmação a ela semelhante, ou aventando uma afirmação que lhe seja contrária, ou trazendo à baila, a título de citação, decisões que já são precedentes.

O que Aristóteles nos apresenta é que, tanto a proposição, quanto a contra-proposição, é oriunda do mesmo lugar. As quatro formas de contradizer essas proposições são obtidas por um movimento retórico que ataca a afirmação do opositor. Essa objeção, a partir de uma afirmação contrária, nos mostra que o convencimento não é uma garantia através do *logos* argumentativo, pois há dissidências, ideias opostas e que convivem no âmbito social. As teorias discursivas, por exemplo, entendem esse movimento através do contradiscurso (EMEDIATO, 2021). Diversos autores se debruçaram sobre essas resistências discursivas e postularam que o *logos* argumentativo é o núcleo de uma proposta dialógica.

O que surge de interessante nessas abordagens contemporâneas é que a questão argumentativa passa a ser parte integrante e fundamental do *logos* argumentativo, pois é o núcleo da proposição e, sem ela, não se abre o processo argumentativo. [...] A questão argumentativa só surge porque não é consensual, o que torna o contradiscurso (efetivo ou virtual, explícito ou implícito) uma condição para a argumentação, o que favorece a proposta dialogal de Plantin e o esquema de Charaudeau (EMEDIATO, 2021, p.13).

O que essas propostas têm em comum é a possibilidade de haver uma estrutura dialógica, em que os sujeitos debatem sobre seus pontos de vista, selecionando seus argumentos e questionamentos acerca de um determinado assunto. Tomemos como base de exemplificação o caso da vacinação contra a Covid-19, que é tema central de nosso estudo. Os argumentos científicos de sua eficácia foram amplamente discutidos socialmente. Inclusive pelo próprio presidente do Brasil. Mesmo se valendo de argumentos com base em estudos da ciência, os argumentos contrários não deixaram de existir. Neste caso, entra, mais uma vez, a relação do

logos e do *pathos*, já que o contradiscurso em questão estava embasado em bases político-ideológicas, logo, subjetivas. Com isso, mais uma vez, mesmo apresentando provas empíricas (eficácia através da ciência), não houve garantia de persuasão entre os sujeitos.

A racionalidade, neste exemplo, foi vencida pelas paixões e, conforme já adiantava Aristóteles, as provas subjetivas podem ser mais poderosas que as provas objetivas (“achismos” x ciência), dando margem, assim, para polêmicas e discussões no meio social, sem falar nas mortes oriundas da falta de vacinação dos sujeitos em plena pandemia. Esta é uma questão importante nessa pesquisa que irá se debruçar sobre as correntes *dóxicas*, frente às bases políticas antagônicas, em plena pandemia, orquestradas e incentivadas pelo presidente da república. De antemão, continuamos nossos estudos sobre o *logos*.

Na Retórica, Aristóteles (2011) teoriza sobre os raciocínios dedutivos (silogismos) e afirma que estes são compostos de premissas. Em uma nota de rodapé, o autor explica que “premissas são as designações específicas dadas às proposições do silogismo” (p.55). Em outras palavras, o filósofo nos mostra como o *logos* funciona no campo argumentativo.

Uma das formas de caracterizar o *logos* é partindo do conceito de premissa, já que esta indica o fundamento da conclusão e da dedução e, por fim, da decisão. Concluir e decidir são resultados (lógicos) das premissas, o que nos permite inferir que as premissas são as substâncias do raciocínio, portanto, elas representam o *logos* como o conteúdo da razão. [...] A premissa é geralmente definida como a ideia ou fato inicial de que se parte para formar um raciocínio ou um estudo. É a proposição, o conteúdo, as informações essenciais que servem de base para um raciocínio, para um estudo que levará a uma conclusão e orientará a decisão prática (EMEDIATO, 2021, p.15).

Desta forma, entendemos, na explicação do autor, que a premissa é antecedente e equivale ao pré-discurso, a ideia inicial que serve como matéria-prima para uma argumentação lógica. No campo da comunicação jornalística, por exemplo, seria o fato inicial que vai desencadear uma redação de jornal a produzir e exibir uma reportagem num telejornal. Está ligado a um fundamento de fatos que tornam sua veiculação um direito à informação. No caso da Covid-19, a premissa é a base da reportagem inicial que irá investigar a causa da doença, onde surgiu, quais sintomas,

taxas de mortalidade e possível prevenção. Esta, está amparada em fatos empíricos racionais que possibilitem a investigação de natureza lógica e racional.

Na Nova Retórica postulada por Perelman & Olbrechts-Tyteca (2014, p.73), a premissa é entendida como ponto de partida dos raciocínios, que versam sobre a relação entre o orador e seu auditório, que pode concordar ou não com os argumentos utilizados por seu orador. Este é um conceito complexo de estudo porque esse acordo com o auditório não acontece de forma simplória. A própria escolha das premissas, que serve de preparação para o raciocínio do orador, tem como base a persuasão. Desta forma, do ponto de vista discursivo, essas escolhas são ideológicas e possuem relação direta com o tipo de auditório a que o orador se dirige, como também com o objeto do orador para com seu auditório. As premissas que servem como base para os argumentos de um político de esquerda, com seu auditório progressista, podem ter mais efeito do que um auditório heterogêneo ou majoritariamente de direita. Ou seja, a seleção desses argumentos com fins persuasivos depende do resultado do acordo firmado entre orador e auditório. Por isso sua complexidade.

O orador, utilizando as premissas que servirão de fundamento à sua construção, conta com a adesão de seus ouvintes às proposições iniciais, mas estes lhe podem recusar, seja por não aderirem ao que o orador lhes apresenta como adquirido, seja por perceberem o caráter unilateral da escolha das premissas, seja por ficarem contrariados com o caráter tendencioso da apresentação delas.

Como vimos anteriormente, não há garantia que os argumentos utilizados pelo orador sejam assimilados ao ponto de se garantir a persuasão. Há objeções, refutações, resistências que fazem com que o acordo entre orador e auditório seja revisitado a todo momento. A complexidade deste acordo é feita com cada argumento utilizado pelo orador. Haverá argumentos que podem funcionar com o auditório, mas outros que não irão. O acordo entre orador e auditório, neste caso, é obtido momento a momento, assim como as objeções podem surgir com frequência. Pensar na Retórica e na argumentação tendo como base o orador e auditório, portanto, torna-se uma atividade complexa porque a origem dessa adesão pode ser do âmbito objetivo (mensagem exposta), como também, subjetivo (emoções e imagem) que são compartilhadas entre os sujeitos.

Outro ponto interessante de observar como o *logos* argumentativo funciona, é pensar na *doxa*. Encontramos na Retórica o papel da *doxa* na comunicação humana como a base sobre a qual compartilhamos visões de mundo que orientam nossas ações e decisões sociais mais racionais. São as condutas e pensamentos de mundo que circulam socialmente conforme o agir e pensar racional. A *doxa*, portanto, torna-se a fonte de diversos saberes compartilhados que alimentam o *logos* argumentativo a partir de conhecimentos e valores. É sobre esses pontos em comum que o auditório ratifica os argumentos.

É apoiando-se em um tópico (conjunto de lugares-comuns) que o orador tenta fazer aderir seus interlocutores às teses que ele apresenta para anuência. Em outros termos, é sempre um espaço de opiniões e crenças coletivas que ele tenta resolver um diferendo, ou consolidar um ponto de vista. O saber compartilhado e as representações sociais constituem, então, o fundamento de toda argumentação (AMOSSY, 2020, p.107)

Entretanto, é válido destacar que estes saberes compartilhados não necessariamente garantem um pleno acordo, mas há debates sobre essas crenças e cada indivíduo irá defender estes saberes de forma individual. Os desacordos são extremamente normais nessas circunstâncias, mas há, sempre, pontos de acordos negociados entre os pares. Ainda conforme Amossy (2020), algumas linhas teóricas, como a Análise do Discurso (AD) e os estudos literários, renomeiam estes pontos em comum como “discurso social”, “interdiscurso” ou até mesmo “intertexto”, o que faz sentido já que tais pontos estão no âmbito das representações de saberes coletivos. Temos aí, portanto, a noção de “*topoi* (lugares-comuns) de todos os tipos, ideias preconcebidas, estereótipos, etc. — em que ela emerge de modo concreto” (AMOSSY, 2020, p.108).

Os saberes compartilhados, como fundamento de toda argumentação, demanda do *logos* argumentativo um debate *dóxico* racional que orientam decisões e possíveis ações. Desta forma, há uma relação direta entre *logos* e *doxa* nas deliberações sociais (individuais e coletivas) porque há uma relação entre a argumentação e um agir racional. Ou seja, espera-se que entre os pares haja um bom senso que conduza a argumentação a uma escolha justa, balizada na ética e moral. Este é um pensamento que fundamenta, por exemplo, o campo democrático de um país, pois, o campo do razoável e ético torna-se o esteio que sustenta as ações que

melhor atendam às demandas coletivas e não do campo individual, ou de um grupo específico. Contudo, nem sempre tal prudência é efetivada e, principalmente no campo político, há ações que fogem dessas premissas e tornam-se *adoxal*, imprudente e irresponsável.

É nesse processo de argumentação que a *doxa* se relaciona com o campo ideológico, uma vez que os saberes coletivos estão associados a uma ideologia que pode ser dominante, como o pensamento capitalista, por exemplo. O analista, neste caso, não irá desmistificar um saber coletivo que estava oculto. Mas “compreender como os elementos de um saber compartilhado autorizam um empreendimento de persuasão” (AMOSSY, p.111), ou seja, como os discursos funcionam argumentativamente a fim de que seu auditório seja persuadido a uma tese específica.

Definir a *doxa* como o saber compartilhado de uma comunidade em uma dada época é conceber os interactantes como tributários das representações coletivas e das evidências que subjazem a seus discursos, é ver a palavra modelada pelo que se diz e se pensa em torno deles, pelo que absorvem, muitas vezes de modo inconsciente pelo que consideram evidente sem darem conta disso (AMOSSY, 2020, p.112).

Desta forma, segundo a pesquisadora, ao analisarmos argumentativamente um discurso, estaremos nos deparando com informações que estão tão enraizadas ideologicamente no discurso de um orador que ele nem percebe. A *doxa*, portanto, atravessa o inconsciente de forma tão profunda que o discurso e argumentos de um orador são, frequentemente, a representação de um conjunto *dóxico* que não é percebido por ele. O discurso racista, homofóbico e xenofóbico de Bolsonaro, por exemplo, faz parte de uma corrente *doxa* fascista que o próprio enuncia e, possivelmente, não se dá conta disso. É por isso que a autora afirma que a análise da argumentação está condicionada a um “conjunto *dóxico* que condiciona o locutor, do qual ele está, muito frequentemente, longe de ter clara consciência” (AMOSSY, 2020, p.112).

2.4 Logos, Fake News e Pós-verdade

Como vimos na sessão anterior, a Retórica de Aristóteles nos apresenta uma forma de podermos analisar o discurso do orador a partir de uma tríade a fim de garantir a persuasão do auditório. O estudo desse método, que é considerado uma

arte, coloca *ethos*, *páthos* e *logos* em condições centrais de análises, uma vez que um discurso projeta uma imagem, desperta sentimentos e é feito mediante uma mensagem. Contudo, no presente tópico, é sobre este último que iremos nos ater, já que no mundo atual, nem toda mensagem emitida, e que tem a função de persuadir o auditório, é verdadeira. Ou seja, certas correntes *dóxicas* se utilizam da mentira como principal estratégia de persuasão.

É nesse aspecto que podemos tratar que certos discursos e argumentos são algo que se “assemelha” a uma “verdade”. Dito de outra forma, nem tudo que circula no meio social “é” verdadeiro. No entanto, como exemplos, a ampla troca de informações na web por meio de *blogs*, redes sociais e aplicativos móveis, nos últimos anos, revisitou um conceito até então pouco conhecido por muitos brasileiros: as *Fake News* (Notícias Falsas). As plataformas de mídia social, em particular, se transformam em um ambiente propício para a disseminação de dados repletos de falsidades, que de alguma forma se alinham a correntes *dóxicas* que inscrevem milhões de pessoas. Assim como há falta de compromisso com a veracidade das informações, os indivíduos também negligenciam a verificação dessas notícias.

No tópico anterior, por exemplo, citamos que o próprio presidente associou erroneamente a AIDS com as vacinas contra a Covid-19, e esta associação fez com que muitos de seus apoiadores se identificassem com essa falsa informação, decidindo, de pronto, não tomar a vacina. Pior, não vacinar crianças, que dependeriam diretamente da permissão de seus pais para se imunizar. Este é um exemplo de como uma informação falsa, proferida por um orador que possui local de fala nacional, tem a possibilidade de influenciar a vida de milhões de pessoas. Afinal, é o presidente de uma nação afirmando que a consequência para a vacinação é o desenvolvimento de uma doença que estigmatiza e maltrata uma comunidade específica: a população LGBTQIAP+.

É válido destacar, que há uma identificação entre orador e uma corrente *dóxica* específica, e que se dá a partir do que Silveira (2017), identifica como “efeito rumor”. Ou seja, a partir da fala do presidente, existe uma potencialização de discursos que aumenta um rumor sobre uma consequência nociva (desenvolver AIDS), a partir de uma prática comum aos brasileiros: tomar uma vacina. É interessante destacar que este rumor circula entre os meios de comunicação digitais, fomentando debates, como

também, criando mais identificações e adesões, especialmente por aqueles que, como já falamos, possuem simpatia para com o presidente.

Observa-se que, neste tópico, o aspecto central da discussão sobre a notícia falsa e como ela vira argumento de persuasão reside em uma palavra ou conceito que serve como guia moral para a maioria das pessoas: a verdade. Contudo, essa verdade agora recebe um prefixo que a insere em um contexto de interação entre indivíduos: o ‘pós’. Assim, a “pós-verdade” surge como o termo em destaque, tendo sido reconhecido até pela Universidade de Oxford (uma das instituições mais tradicionais e respeitadas do Reino Unido) como a palavra do ano em 2016. Segundo Dunker (2017, p.9):

a pós-verdade seria então uma espécie de segunda onda do pós-modernismo. Sua consequência é, ao mesmo tempo, lógica e reveladora da verdade brutal e esquecida na qual ambos se apoiam. Assim como a pós-modernidade trouxe o debate relevante sobre, afinal, como deveríamos entender a modernidade e principalmente o sujeito moderno, penso que a pós-verdade inaugura uma reflexão prática e política sobre o que devemos entender por verdade e sobre a autoridade que lhe é suposta.

Agora, neste caso, há algo que contesta o verdadeiro ou acaba relativizando a verdade de fatos já postulados, inclusive, cientificamente comprovados. Algumas correntes *dóxicas*, como adiantamos, acabam por se aproveitar de certas “verdades” para compor seu escopo argumentativo e persuasivo. No final do tópico anterior, por exemplo, citamos como alguns discursos se apropriam de certas narrativas para destilar conteúdos nocivos e de ódio. A xenofobia, no caso da Covid-19, foi uma prática corrente entre certas correntes dóxicas que culpavam o país pela “origem” e disseminação da doença no mundo. É válido destacar que, em nosso país, muitos indivíduos que se inscrevem em partidos da extrema-direita destilaram discursos de ódio contra a China, a exemplo do próprio filho do presidente, Eduardo Bolsonaro².

No processo democrático de um país que necessita de diálogo para gerir certas crises, como a da Covid-19, ter esses discursos circulando dificulta ou impossibilita deliberações para um agir racional. Como afirmamos no tópico anterior que trata do

² <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/19/eduardo-bolsonaro-culpa-china-por-coronavirus-e-gera-crise-diplomatica.ghtml>

logos e da *doxa*, são necessários esses critérios para haver ações individuais e coletivas coerentes com a situação vivenciada por cada parte. Quando há ações que fogem disso, torna-se *adoxal*, ou seja, não há diálogo racional e pode imperar, inclusive, a irresponsabilidade. É neste quesito que, de pronto, certos sujeitos podem divulgar discursos e argumentos que se aproximam de correntes dóxicas tidas como fascistas. Afinal, a xenofobia, o ódio ao que eles consideram “diferente” e a manutenção do conservadorismo exacerbado são características marcantes de ideias irracionais que fogem do diálogo ético e passam ao extremismo absoluto.

2.5 Natureza da pesquisa

Nesta etapa, iremos construir nosso *corpus* de pesquisa, aos quais seguem critérios orientados pela fundamentação teórico-metodológica. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de aspecto qualitativo, fazendo-se uso de toda a gama de referencial teórico proposto para analisar argumentativamente os pronunciamentos durante o mandato presidencial do presidente Jair Messias Bolsonaro, que se iniciou em 2019 e conclusão em dezembro de 2022.

É necessário destacarmos que a construção de um *corpus* mobiliza a posição do analista sobre a linguagem e suas funções (seleção de formas linguísticas para se referir e analisar), sua posição sobre o locutor e seu grau de autonomia (configuração do discurso ou diálogo, bem como possíveis interlocuções) são impostas pelos gêneros discursivos, que podem ser homogêneos ou heterogêneos (MAZIÈRE, 2007). Desta forma, à luz de tal reflexão, entendemos que o *corpus* possibilita a ligação direta entre o discurso e seu exterior, irrompendo em diferentes correntes dóxicas, possibilitando gestos de análises que identifiquem os (possíveis) sentidos.

Em nosso caso, o conceito de *corpus* se atribui à análise feita sobre pronunciamentos presidenciais, que são discursos oficiais do presidente do país destinados à toda a população e veiculados nos meios de comunicação de massa. A partir destes pronunciamentos, iremos analisar os argumentos e esquemas argumentativos a fim de identificar como o presidente se utiliza deste aparato de comunicação, bem como quais sentidos são destacados em seu discurso.

Estudar o Pronunciamento Presidencial não é só entender o seu funcionamento, mas também analisar as condições sócio-históricas que permitem que um discurso “X” seja enunciado e, sobretudo, encontre legitimidade para ser

enunciado e posto a circular socialmente. É necessário compreender que o presidente tira essa legitimidade da posição que ocupa. Como analista, é necessário perceber como se constitui a relação entre orador e auditório, bem como verificar quais são os discursos que são ressignificados e inscritos em seu pronunciamento. Além disso, iremos identificar, também, quais esquemas argumentativos são mais utilizados a fim de perceber sua estratégia discursiva que dissemina discursos classificados por muitos como controversos e polêmicos.

A importância de tal análise, portanto, é essencial por considerar o pronunciamento político um ato discursivo/argumentativo que chega a milhões de pessoas no território nacional. Estes pronunciamentos, podem, inclusive, incitar preconceitos, adversidades e até violências no cotidiano social. Por isso, é necessário analisar “o que” se diz e “como” se diz a um público tão diverso que possui realidades políticas, econômicas e sociais tão distintas. Por isso, a presente pesquisa apresenta conceitos teóricos da Comunicação Política e da Argumentação, como forma de contribuir para o entendimento de como certos argumentos circulam no meio social.

2.6 Delimitação do *corpus*

Pensar o *corpus* de uma pesquisa é saber que este se efetiva mediante processo de construção, em que o analista se debruça sobre seu arquivo. Por isso, nos estudos sobre a argumentação no discurso, este processo é fundamentado via um recorte, efetuado pelo analista. No nosso caso, serão analisados os pronunciamentos que possuem em seu conteúdo a Covid-19, que resultou numa das maiores epidemias dos últimos tempos. Com isso, temos o funcionamento dos discursos e argumentos selecionados funcionando através do discurso de um sujeito que ocupa um grande cargo político no país.

Com base nessas questões, nosso *corpus* de análise seguirão as seguintes etapas:

- 1) Iremos identificar o acontecimento que será foco de nossa pesquisa;
- 2) Composição do arquivo da pesquisa;
- 3) Identificação dos pronunciamentos que têm como base o recorte da epidemia da Covid-19;
- 4) Transcrição dos dados.

A primeira etapa de constituição do nosso *corpus*, portanto, é eleger a pandemia da Covid-19 como o acontecimento central. Neste caso, em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como uma pandemia. Já a segunda etapa é a constituição do nosso arquivo: O site oficial do governo (<https://www.gov.br/pt-br>), através da aba “Acompanhe o Planalto”, disponibiliza o arquivo com todos os pronunciamentos do presidente do Brasil.

A terceira etapa é a delimitação de nosso *corpus* que tem como base a pandemia. Por isso, serão analisados os pronunciamentos presidenciais que tratam sobre a Covid-19, como objetivo analisar esses pronunciamentos a fim de identificar, através dos argumentos, os esquemas argumentativos que constituem o discurso do presidente. Desta forma, teremos um quadro discursivo/argumentativo de como o presidente tratou da pandemia que vitimou milhares de pessoas.

Esse recorte é fundamental para entender como a atuação do presidente, como líder político de um dos maiores países da América do Sul e do mundo, lida política e estrategicamente com as resoluções que dizem respeito à saúde e ao bem-estar de seu povo. Além disso, tal recorte também pode validar, através do campo do discurso argumentativo, como a extrema-direita brasileira propaga suas posições políticas através do presidente, fomentando o conservadorismo, o negacionismo e a política obscurantista e anti-humanista que afeta a população, especialmente aos mais necessitados. Afinal, a pandemia teve que reforçar a necessidade do povo brasileiro ao atendimento médico, que sobrecarregou não só o Sistema Único de Saúde (SUS), como também todos os profissionais da área da saúde que estiveram na linha de frente de atendimento.

Se tratando de uma pandemia, era necessário que todos pudessem saber do direcionamento do presidente. Desta forma, iremos analisar os pronunciamentos do presidente do Brasil no período da pandemia, a saber:

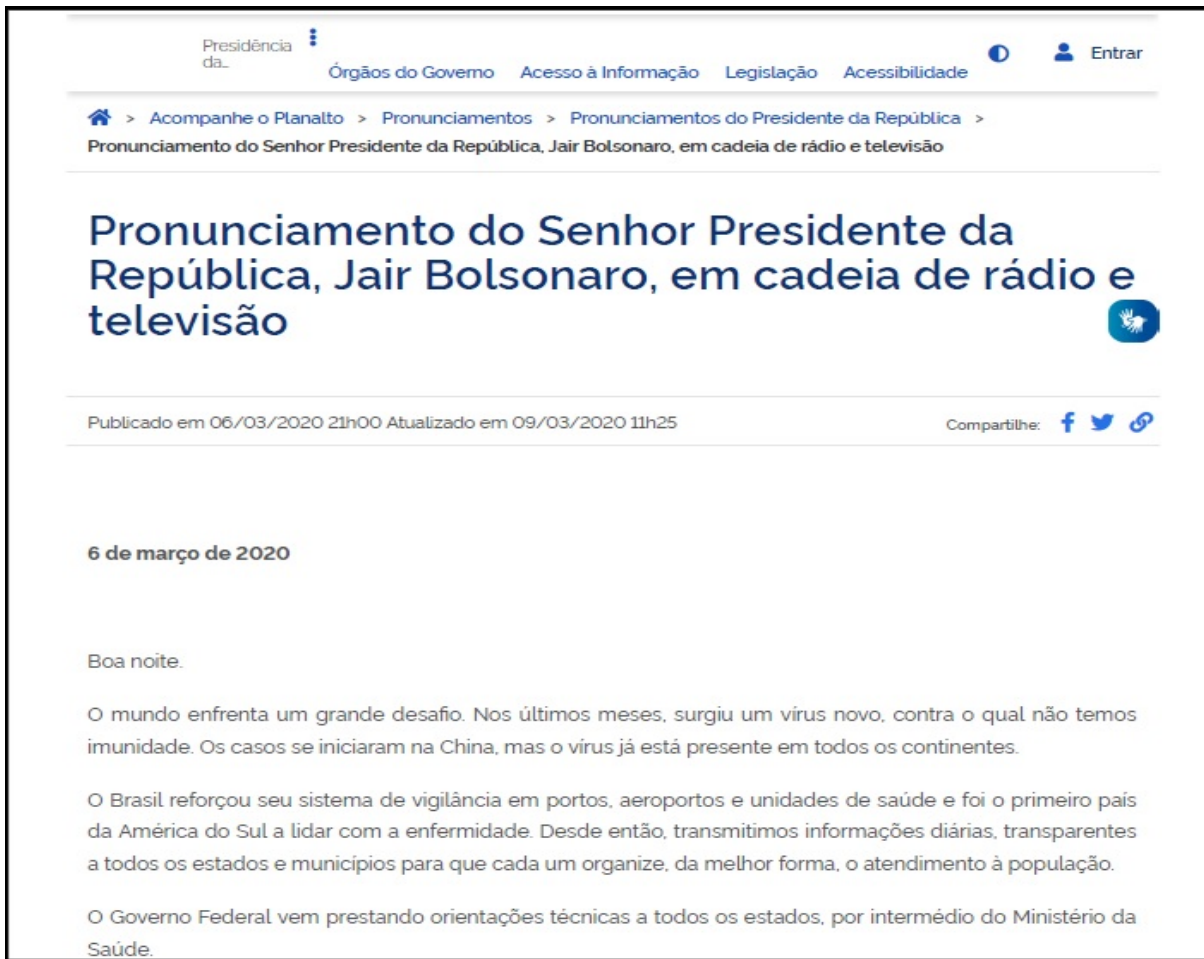
- Pronunciamento de 6 de março de 2020;
- Pronunciamento de 12 de março de 2020;
- Pronunciamento 24 de março de 2020;
- Pronunciamento 31 de março de 2020;
- Pronunciamento 08 de abril de 2020;
- Pronunciamento 16 de abril de 2020;

- Pronunciamento 23 de março de 2021;
- Pronunciamento 06 de junho de 2021;
- Pronunciamento 31 de dezembro de 2021.

Os pronunciamentos selecionados fazem parte de um total de 9 (arquivo), que tratam diretamente sobre a pandemia. Sendo assim, a partir da proposta teórico-metodológica, nos darão um suporte necessário de análise que irá demonstrar como o discurso do presidente circula no país e os sentidos estabelecidos frente à pandemia da Covid-19. A quarta etapa, portanto, é a transcrição dos dados.

2.7 Transcrição dos dados

2.7.1 Transcrição Pronunciamento, 06.03.2020



Presidência da República

Órgãos do Governo Acesso à Informação Legislação Acessibilidade

Entrar

> Acompanhe o Planalto > Pronunciamentos > Pronunciamentos do Presidente da República > Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão

Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão

Publicado em 06/03/2020 21h00 Atualizado em 09/03/2020 11h25

Compartilhe: f t

6 de março de 2020

Boa noite.

O mundo enfrenta um grande desafio. Nos últimos meses, surgiu um vírus novo, contra o qual não temos imunidade. Os casos se iniciaram na China, mas o vírus já está presente em todos os continentes.

O Brasil reforçou seu sistema de vigilância em portos, aeroportos e unidades de saúde e foi o primeiro país da América do Sul a lidar com a enfermidade. Desde então, transmitimos informações diárias, transparentes a todos os estados e municípios para que cada um organize, da melhor forma, o atendimento à população.

O Governo Federal vem prestando orientações técnicas a todos os estados, por intermédio do Ministério da Saúde.

Figura 1 - Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-do-senhor-pr%E2%80%A6> . Acesso: 10.06.2022

Quadro 1 – Transcrição do pronunciamento do dia 06.03.2020

Pronunciamento 06.03.2020
Boa noite. O mundo enfrenta um grande desafio. Nos últimos meses, surgiu um vírus novo, contra o qual não temos imunidade. Os casos se iniciaram na China, mas o vírus já está presente em todos os continentes.

O Brasil reforçou seu sistema de vigilância em portos, aeroportos e unidades de saúde e foi o primeiro país da América do Sul a lidar com a enfermidade. Desde então, transmitimos informações diárias, transparentes a todos os estados e municípios para que cada um organize, da melhor forma, o atendimento à população.

O Governo Federal vem prestando orientações técnicas a todos os estados, por intermédio do Ministério da Saúde.

Os demais ministérios uniram esforços e, juntos aos demais poderes, seguirão garantindo o funcionamento das nossas instituições até o retorno à normalidade. Determinei ações que ampliam o funcionamento dos postos de saúde, bem como reforço aos nossos hospitais e laboratórios.

Ainda que o problema possa se agravar, não há motivo para pânico. Seguir rigorosamente as recomendações dos especialistas é a melhor medida de prevenção.

Que Deus nos proteja e abençoe o nosso Brasil.

Planalto

Presidência da República

Órgãos do Governo Acesso à Informação Legislação Acessibilidade

Entrar

> Acompanhe o Planalto > Pronunciamentos > Pronunciamentos do Presidente da República >

Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão

Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão

Publicado em 12/03/2020 22h48

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)

12 de março de 2020

Diante do avanço do coronavírus em muitos países, a Organização Mundial de Saúde, de forma responsável, classificou a situação atual como pandemia.

O Sistema de Saúde Brasileiro, como os demais países, tem um limite de pacientes que podem ser atendidos. O governo está atento para manter a evolução do quadro sob controle. É provável, inclusive, que o número de infectados aumente nos próximos dias, sem, no entanto, ser motivo de qualquer pânico.

Há uma preocupação maior, por motivos óbvios, com os idosos. Há também, recomendação das autoridades sanitárias para que evitemos grandes concentrações populares. Queremos um povo atuante e zeloso com a coisa pública, mas jamais podemos colocar em risco a saúde da nossa gente.

Figura 2 - Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/privadas-antigas/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-do-senhor-pr%E2%80%A6> . Acesso: 10.06.2022

Quadro 2 – Transcrição do pronunciamento do dia 12.03.2020

Pronunciamento 12.03.2020
Diante do avanço do coronavírus em muitos países, a Organização Mundial de Saúde, de forma responsável, classificou a situação atual como pandemia. O Sistema de Saúde Brasileiro, como os demais países, tem um limite de pacientes que podem ser atendidos. O governo está atento para manter a evolução do quadro sob controle. É provável, inclusive, que o número de infectados aumente nos próximos dias, sem, no entanto, ser motivo de qualquer pânico.

Há uma preocupação maior, por motivos óbvios, com os idosos. Há também, recomendação das autoridades sanitárias para que evitemos grandes concentrações populares. Queremos um povo atuante e zeloso com a coisa pública, mas jamais podemos colocar em risco a saúde da nossa gente.

Os movimentos espontâneos e legítimos, marcados para o dia 15 de março, atendem aos interesses da nação. Balizados pela lei e pela ordem, demonstram o amadurecimento da nossa democracia presidencialista e são expressões evidentes de nossa liberdade. Precisam, no entanto, diante dos fatos recentes, ser repensados.

Nossa saúde e de nossos familiares devem ser preservadas. O momento é de união, serenidade e bom senso.

Não podemos esquecer, no entanto, que o Brasil mudou. O povo está atento e exige de nós respeito à Constituição e zelo pelo dinheiro público. Por isso, as motivações da vontade popular continuam vivas e inabaláveis.

Que Deus abençoe o nosso Brasil.

The screenshot shows the Planalto website interface. At the top, there is a navigation bar with the Planalto logo and links for 'Presidência da República', 'Órgãos do Governo', 'Acesso à Informação', 'Legislação', 'Acessibilidade', and a user login button 'Entrar'. Below this is a breadcrumb trail: 'Acompanhe o Planalto > Pronunciamentos > Pronunciamentos do Presidente da República > Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão'. The main heading is 'Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão'. Below the heading, it states 'Publicado em 24/03/2020 21h25 Atualizado em 31/03/2020 21h14' and provides social media sharing options for Facebook, Twitter, and LinkedIn. The text of the speech begins with 'Boa noite.' followed by a paragraph about the rescue of citizens in Wuhan, China, and the emergence of the yellow signal. The next paragraph discusses the preparation for the Coronavirus, mentioning the meeting with state health secretaries and the role of Dr. Henrique Mandetta. The final paragraph describes the panic and hysteria at the time and the strategy to save lives and avoid mass unemployment.

Planalto

Presidência da República

Órgãos do Governo Acesso à Informação Legislação Acessibilidade

Entrar

> Acompanhe o Planalto > Pronunciamentos > Pronunciamentos do Presidente da República > Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão

Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão

Publicado em 24/03/2020 21h25 Atualizado em 31/03/2020 21h14

Compartilhe: f t l

Boa noite.

Desde quando resgatamos nossos irmãos em Wuhan, na China, numa operação coordenada pelos ministérios da Defesa e Relações Exteriores, surgiu para nós o sinal amarelo.

Começamos a nos preparar para enfrentar o Coronavírus, pois sabíamos que mais cedo ou mais tarde ele chegaria ao Brasil. Nosso ministro da Saúde reuniu-se com quase todos os secretários de Saúde dos estados para que o planejamento estratégico de enfrentamento ao vírus fosse construído. E, desde então, o Dr. Henrique Mandetta vem desempenhando um excelente trabalho de esclarecimento e preparação do SUS para atendimento de possíveis vítimas.

Mas, o que tínhamos que conter naquele momento era o pânico, a histeria e, ao mesmo tempo, traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego em massa. Assim fizemos, quase contra tudo e contra todos.

Figura 3 - Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/privadas-antigas/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-em-cadeia-de%E2%80%A6>. Acesso: 10.06.2022

Quadro 3 – Transcrição do pronunciamento do dia 24.03.2020

Pronunciamento 24.03.2020

Boa noite.

Desde quando resgatamos nossos irmãos em Wuhan, na China, numa operação coordenada pelos ministérios da Defesa e Relações Exteriores, surgiu para nós o sinal amarelo.

Começamos a nos preparar para enfrentar o Coronavírus, pois sabíamos que mais cedo ou mais tarde ele chegaria ao Brasil. Nosso ministro da Saúde reuniu-se com quase todos os secretários de Saúde dos estados para que o planejamento estratégico de enfrentamento ao vírus fosse construído. E, desde então, o Dr. Henrique Mandetta vem desempenhando um excelente trabalho de esclarecimento e preparação do SUS para atendimento de possíveis vítimas.

Mas, o que tínhamos que conter naquele momento era o pânico, a histeria e, ao mesmo tempo, traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego em massa. Assim fizemos, quase contra tudo e contra todos.

Grande parte dos meios de comunicação foram na contramão. Espalharam exatamente a sensação de pavor, tendo como carro-chefe o anúncio do grande número de vítimas na Itália. Um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso. O cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso País.

Contudo, percebe-se que de ontem para hoje parte da imprensa mudou o seu editorial: pedem calma e tranquilidade. Isso é muito bom, parabéns imprensa brasileira. É essencial que o equilíbrio e a verdade prevaleçam entre nós.

O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade.

Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa.

O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação, caso se contamine. Devemos sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos nossos queridos pais e avós, respeitando as orientações do Ministério da Saúde.

No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido

de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão.

Enquanto estou falando, o mundo busca um tratamento para a doença. O FDA americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da Cloroquina no tratamento do Covid-19. Nosso governo tem recebido notícias positivas sobre esse remédio fabricado no Brasil, largamente utilizado no combate à malária, ao lupus e à artrite.

Acredito em Deus, que capacitará cientistas e pesquisadores do Brasil e do mundo na cura dessa doença.

Aproveito para render minha homenagem a todos os profissionais de saúde - médicos, enfermeiros, técnicos e colaboradores - que na linha de frente nos recebem nos hospitais, nos tratam e nos confortam.

Sem pânico ou histeria, como venho falando desde o princípio, venceremos o vírus e nos orgulharemos de estar vivendo nesse novo Brasil, que tem tudo, sim, tudo para ser uma grande nação.

Estamos juntos, cada vez mais unidos.

Deus abençoe nossa Pátria querida.

Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão



Publicado em 31/03/2020 21h07 Atualizado em 31/03/2020 21h13

Compartilhe: [f](#) [t](#) [e](#)

Boa noite.

Venho nesse momento importante me dirigir a todos vocês.

Desde o início do governo temos trabalhado em todas as frentes para sanar problemas históricos e melhorar a vida das pessoas. O Brasil avançou muito nestes 15 meses, mas agora estamos diante do maior desafio da nossa geração.

Minha preocupação sempre foi salvar vidas, tanto as que perderemos pela pandemia quanto aquelas que serão atingidas pelo desemprego, violência e fome.

Me coloco no lugar das pessoas e entendo suas angústias. As medidas protetivas devem ser implementadas de forma racional, responsável e coordenada.

Nesse sentido, o Sr. Tedros Adhanom, diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, disse saber que "muitas pessoas, de fato, têm que trabalhar todos os dias para ganhar seu pão diário" e que "os governos têm que levar esta população em conta".

Continua ainda, "se fecharmos ou limitarmos movimentações, o que acontecerá com estas pessoas, que têm que trabalhar todos os dias e que têm que ganhar o pão de cada dia todos os dias?" Ele prossegue, "Então, cada país, baseado em sua situação, deveria responder a esta questão".

O diretor da OMS afirma ainda que, com relação a cada medida, "temos que ver o que significa para o indivíduo nas ruas" e complementa "eu venho de família pobre, eu sei o que significa estar sr

CONTEÚDO 1 PÁGINA INICIAL 2 NAVEGAÇÃO 3 BUSCA 4 MAPA DO SITE 5

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-em-cadeia-de...> 1/3

Figura 4 - Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/privadas-antigas/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-em-cadeia-de%E2%80%A6>. Acesso: 10.06.2022

Quadro 4 – Transcrição do pronunciamento do dia 31.03.2020

Pronunciamento 31.03.2020

Boa noite.

Venho nesse momento importante me dirigir a todos vocês.

Desde o início do governo temos trabalhado em todas as frentes para sanar problemas históricos e melhorar a vida das pessoas. O Brasil avançou muito nestes 15 meses, mas agora estamos diante do maior desafio da nossa geração.

Minha preocupação sempre foi salvar vidas, tanto as que perderemos pela pandemia quanto aquelas que serão atingidas pelo desemprego, violência e fome.

Me coloco no lugar das pessoas e entendo suas angústias. As medidas protetivas devem ser implementadas de forma racional, responsável e coordenada.

Nesse sentido, o Sr. Tedros Adhanom, diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, disse saber que “muitas pessoas, de fato, têm que trabalhar todos os dias para ganhar seu pão diário” e que “os governos têm que levar esta população em conta”.

Continua ainda, “se fecharmos ou limitarmos movimentações, o que acontecerá com estas pessoas, que têm que trabalhar todos os dias e que têm que ganhar o pão de cada dia todos os dias?” Ele prossegue, “Então, cada país, baseado em sua situação, deveria responder a esta questão”.

O diretor da OMS afirma ainda que, com relação a cada medida, “temos que ver o que significa para o indivíduo nas ruas” e complementa “eu venho de família pobre, eu sei o que significa estar sempre preocupado com seu pão diário e isso deve ser levado em conta porque todo indivíduo importa. A maneira como cada indivíduo é afetado pelas nossas ações tem que ser considerada”.

Não me valho dessas palavras para negar a importância das medidas de prevenção e controle da pandemia, mas para mostrar que da mesma forma precisamos pensar nos mais vulneráveis. Esta tem sido a minha preocupação desde o princípio.

O que será do camelô, do ambulante, do vendedor de churrasquinho, da diarista, do ajudante de pedreiro, do caminhoneiro e dos outros autônomos com quem venho mantendo contato durante toda minha vida pública?

Por isso determinei ao nosso Ministro da Saúde que não poupasse esforços, apoiando através do SUS todos os estados do Brasil aumentando a capacidade da rede de saúde e preparando-a para o combate à pandemia.

Assim, estão sendo adquiridos novos leitos já com respiradores, equipamentos de proteção individual, kits para testes e demais insumos necessários.

Determinei ainda ao nosso Ministro da Economia que adotasse todas as medidas possíveis para proteger sobretudo o emprego e a renda dos brasileiros.

Fizemos isso através de ajuda financeira aos estados e municípios, linhas de crédito para empresas, auxílio mensal de R\$ 600 aos trabalhadores informais e vulneráveis, entrada de mais 1 milhão e 200 mil famílias no programa Bolsa Família, adiamos também o pagamento de dívidas dos estados e municípios, só para citar algumas das medidas adotadas.

Além disso, no dia de hoje, em comum acordo com a indústria farmacêutica, decidimos adiar, por 60 dias, o reajuste de medicamentos no Brasil.

Temos uma missão: salvar vidas, sem deixar para trás os empregos.

Por um lado, temos que ter cautela e precaução com todos, principalmente junto aos mais idosos e portadores de doenças preexistentes.

Por outro, temos que combater o desemprego, que cresce rapidamente, em especial entre os mais pobres.

Vamos cumprir essa missão ao mesmo tempo em que cuidamos da saúde das pessoas.

O vírus é uma realidade, ainda não existe vacina contra ele ou remédio com eficiência cientificamente comprovada, apesar da hidroxiclороquina parecer bastante eficaz.

O coronavírus veio e um dia irá embora, infelizmente teremos perdas neste caminho. Eu mesmo já perdi entes queridos no passado e sei o quanto é doloroso. Todos nós temos que evitar ao máximo qualquer perda de vida humana. Como disse o diretor-geral da OMS, “todo indivíduo importa”.

Ao mesmo tempo, devemos evitar a destruição de empregos, que já vem trazendo muito sofrimento para os trabalhadores brasileiros.

Na última reunião do G-20, nós, os Chefes de Estado e de Governo, nos comprometemos a proteger vidas e a preservar empregos. Assim o farei.

Desde fevereiro, determinei o emprego das Forças Armadas no combate ao coronavírus. O Ministério da Defesa realizou o resgate de brasileiros na China. Agora as Forças Armadas atuam em apoio às áreas de Saúde e Segurança, em todo o Brasil. Foi ativado um Centro de Operações que coordena as ações e 10 Comandos Conjuntos foram criados, cobrindo todo o território nacional. Realizam ações que vão desde a montagem de postos de triagem de pacientes, apoio a campanhas informativas e campanhas de vacinação, logística e transporte de medicamentos. Os Laboratórios Químico- Farmacêuticos Militares entraram com força total e, em 12 dias, serão produzidos um milhão de comprimidos de Cloroquina, além de álcool gel.

Repito: o efeito colateral das medidas de combate ao coronavírus não pode ser pior do que a própria doença.

A minha obrigação como presidente vai para além dos próximos meses. Preparar o Brasil para a sua retomada, reorganizar nossa economia e mobilizar todos os nossos recursos e energia para tornar o Brasil ainda mais forte após a pandemia.

Aproveito a oportunidade para me solidarizar e agradecer o empenho e sacrifício pessoal de todos os profissionais de saúde, da área de segurança, caminhoneiros e todos os trabalhadores de serviços considerados essenciais que estão mantendo o país funcionando, bem como aos homens e mulheres do campo que produzem nossos alimentos.

Com este mesmo espírito agradeço e reafirmo a importância da colaboração e a necessária união de todos num grande pacto pela preservação da vida e dos empregos: parlamento, judiciário, governadores, prefeitos e sociedade.

Deus abençoe o nosso amado Brasil.

2.7.5 Transcrição Pronunciamento, 08.04.2020

[Home](#) > [Acompanhe o Planalto](#) > [Pronunciamentos](#) > [Pronunciamentos do Presidente da República](#) > [Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão](#)

Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia de rádio e televisão



Publicado em 08/04/2020 20h35

Compartilhe:
[f](#)
[t](#)
[l](#)

Boa noite!

Vivemos um momento ímpar em nossa história.

Ser Presidente da República é olhar o todo, e não apenas as partes. Não restam dúvidas de que o nosso objetivo principal sempre foi salvar vidas.

Gostaria, antes de mais nada, de me solidarizar com as famílias que perderam seus entes queridos nesta guerra que estamos enfrentando.

Tenho a responsabilidade de decidir sobre as questões do País de forma ampla, usando a equipe de ministros que escolhi para conduzir os destinos da Nação. Todos devem estar sintonizados comigo.

Sempre afirmei que tínhamos dois problemas a resolver, o vírus e o desemprego, que deveriam ser tratados simultaneamente.

Respeito a autonomia dos governadores e prefeitos. Muitas medidas, de forma restritiva ou não, são de responsabilidade exclusiva dos mesmos. O Governo Federal não foi consultado sobre sua amplitude ou duração. Espero que brevemente saiamos juntos e mais fortes para que possamos melhor desenvolver o nosso país.

Como afirmou o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, cada país tem suas particularidades, ou seja, a solução não é a mesma para todos. Os mais humildes não podem deixar de se locomover para buscar o seu pão de cada dia.

CONTEÚDO 1
PÁGINA INICIAL 2
NAVEGAÇÃO 3
BUSCA 4
MAPA DO SITE 5

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-do-senhor-pr...> 1/3

Figura 5 - Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/privadas-antigas/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-do-senhor-pr>. Acesso: 10.06.2022

Quadro 5 – Transcrição do pronunciamento do dia 08.04.2020**Pronunciamento 08.04.2020**

Boa noite!

Vivemos um momento ímpar em nossa história.

Ser Presidente da República é olhar o todo, e não apenas as partes. Não restam dúvidas de que o nosso objetivo principal sempre foi salvar vidas.

Gostaria, antes de mais nada, de me solidarizar com as famílias que perderam seus entes queridos nesta guerra que estamos enfrentando.

Tenho a responsabilidade de decidir sobre as questões do País de forma ampla, usando a equipe de ministros que escolhi para conduzir os destinos da Nação. Todos devem estar sintonizados comigo.

Sempre afirmei que tínhamos dois problemas a resolver, o vírus e o desemprego, que deveriam ser tratados simultaneamente.

Respeito a autonomia dos governadores e prefeitos. Muitas medidas, de forma restritiva ou não, são de responsabilidade exclusiva dos mesmos. O Governo Federal não foi consultado sobre sua amplitude ou duração. Espero que brevemente saíamos juntos e mais fortes para que possamos melhor desenvolver o nosso país.

Como afirmou o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, cada país tem suas particularidades, ou seja, a solução não é a mesma para todos. Os mais humildes não podem deixar de se locomover para buscar o seu pão de cada dia.

As consequências do tratamento não podem ser mais danosas que a própria doença. O desemprego também leva à pobreza, à fome, à miséria, enfim, à própria morte. Com esse espírito, instruí meus ministros.

Após ouvir médicos, pesquisadores e Chefes de Estado de outros países, passei a divulgar, nos últimos 40 dias, a possibilidade de tratamento da doença desde sua fase inicial.

Há pouco, conversei com o Dr. Roberto Kalil. Cumprimentei-o pela honestidade e compromisso com o Juramento de Hipócrates, ao assumir que não só usou a Hidroxicloroquina, bem como a ministrou para dezenas de pacientes. Todos estão salvos.

Disse-me mais: que, mesmo não tendo finalizado o protocolo de testes, ministrou o medicamento agora, para não se arrepender no futuro. Essa decisão poderá entrar para a história como tendo salvo milhares de vidas no Brasil. Nossos parabéns ao Dr. Kalil.

Temos mais boas notícias. Fruto de minha conversa direta com o Primeiro-Ministro da Índia, receberemos, até sábado, matéria-prima para continuarmos produzindo a hidroxicloroquina, de modo a podermos tratar pacientes da COVID-19, bem como malária, lúpus e artrite. Agradeço ao Primeiro-Ministro Narendra Modi e ao povo indiano por esta ajuda tão oportuna ao povo brasileiro.

A partir de amanhã, começaremos a pagar os R\$ 600,00 de auxílio emergencial para apoiar trabalhadores informais, desempregados e microempreendedores durante três meses.

Concedemos, também, a isenção do pagamento da conta de energia elétrica aos beneficiários da tarifa social, por 3 meses, atendendo a mais de 9 milhões de famílias que tenham suas contas de até R\$ 150,00.

Disponibilizamos 60 bilhões via Caixa Econômica Federal para capital de giro destinados a micro, pequenas e médias empresas e à construção civil.

Os beneficiários do Bolsa Família, que são quase 60 milhões de pessoas, também receberão um abono complementar do Auxílio Emergencial.

Autorizamos, ainda, para junho, um saque de até R\$ 1.045,00 aos que têm conta vinculada ao FGTS.

Repatriamos mais de 11 mil brasileiros que estavam no exterior, num esforço capitaneado pelo Itamaraty, Ministério da Defesa e Embratur.

Tenho certeza de que a grande maioria dos brasileiros quer voltar a trabalhar.

Esta sempre foi minha orientação a todos os ministros, observadas as normas do Ministério da Saúde.

Quando deixar a Presidência, pretendo passar ao meu sucessor um Brasil muito melhor do que aquele que encontrei em janeiro do ano passado.

Sigamos João 8:32: “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará!”

Desejo a todos uma Sexta-Feira Santa de reflexão e um Feliz Domingo de Páscoa!

Deus abençoe o nosso Brasil!

2.7.6 Transcrição Pronunciamento, 16.04.2020

[Home](#) > [Acompanhe o Planalto](#) > [Pronunciamentos](#) > [Pronunciamentos do Presidente da República](#) >

Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, para anúncio do novo Ministro da Saúde - Palácio do Planalto

Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, para anúncio do novo Ministro da Saúde - Palácio do Planalto



Publicado em 16/04/2020 20h03 Atualizado em 16/04/2020 20h05

Compartilhe: [f](#) [t](#) [g](#)

Boa tarde. Agora há pouco terminei uma reunião com o ministro Mandetta, aproximadamente 30 minutos, e discutimos a situação atual do Ministério, bem como da pandemia, uma conversa bastante produtiva, muito cordial, onde nós selamos um ciclo no Ministério da Saúde. Ele se prontificou, como era esperado da minha parte, a participar de uma transição a mais tranquila possível, com a maior riqueza de detalhes que se possa oferecer. E, em comum acordo, mas o termo técnico não é esse, eu o exonero do Ministério nas próximas horas.

Foi, realmente, um divórcio consensual, porque, acima de mim, como presidente, e dele, como ainda ministro, está a saúde do povo brasileiro. A vida para todos nós está em primeiro lugar. A questão do coronavírus se abate sobre todo o mundo, e cada país tem as suas especificidades, como bem disse o chefe da OMS. No Brasil não é diferente.

Como presidente da República, eu coordeno 22 ministérios e, na maioria das vezes, o problema não está afeto a apenas um ministério. Quando se fala em saúde, fala-se em vida, a gente não pode deixar de falar em emprego. Porque uma pessoa desempregada, ela estará mais propensa a sofrer problemas de saúde do que uma outra empregada. E desde o começo da pandemia eu me dirigi a todos os ministros e falei da vida e do emprego. É como um paciente que tem duas doenças, a gente não pode abandonar uma e tratar exclusivamente outra, porque, no final da linha, esse paciente pode perder a vida.

Sabemos das interpretações que fazem a respeito daquilo que se fala. A interpretação depende da linha

ed

[CONTEÚDO](#) 1 [PÁGINA INICIAL](#) 2 [NAVEGAÇÃO](#) 3 [BUSCA](#) 4 [MAPA DO SITE](#) 5

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-do-senhor-pr...> 1/4

Figura 6 - Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/privadas-antigas/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-do-senhor-pr>. Acesso: 10.06.2022

Quadro 6 – Transcrição do pronunciamento do dia 16.04.2020

Pronunciamento 16.04.2020

Boa tarde. Agora há pouco terminei uma reunião com o ministro Mandetta, aproximadamente 30 minutos, e discutimos a situação atual do Ministério, bem como da pandemia, uma conversa bastante produtiva, muito cordial, onde nós selamos um ciclo no Ministério da Saúde. Ele se prontificou, como era esperado da minha parte, a participar de uma transição a mais tranquila possível, com a maior riqueza de detalhes que se possa oferecer. E, em comum acordo, mas o termo técnico não é esse, eu o exonero do Ministério nas próximas horas.

Foi, realmente, um divórcio consensual, porque, acima de mim, como presidente, e dele, como ainda ministro, está a saúde do povo brasileiro. A vida para todos nós está em primeiro lugar. A questão do coronavírus se abate sobre todo o mundo, e cada país tem as suas especificidades, como bem disse o chefe da OMS. No Brasil não é diferente.

Como presidente da República, eu coordeno 22 ministérios e, na maioria das vezes, o problema não está afeto a apenas um ministério. Quando se fala em saúde, fala-se em vida, a gente não pode deixar de falar em emprego. Porque uma pessoa desempregada, ela estará mais propensa a sofrer problemas de saúde do que uma outra empregada. E desde o começo da pandemia eu me dirigi a todos os ministros e falei da vida e do emprego. É como um paciente que tem duas doenças, a gente não pode abandonar uma e tratar exclusivamente outra, porque, no final da linha, esse paciente pode perder a vida.

Sabemos das interpretações que fazem a respeito daquilo que se fala. A interpretação depende da linha editorial ou daquele repórter. Sempre falamos em vida e emprego, nunca emprego e economia de forma isolada. Nunca.

Desde o começo eu busquei levar uma mensagem de tranquilidade. O clima quase de terror se instalou no meio da sociedade. Isso não é bom, porque uma pessoa que vive sob tensão, num clima de histeria, é uma pessoa que está propensa a adquirir novas doenças ou agravar aquelas que ela já tem.

Entendemos perfeitamente a gravidade da situação. Gostaríamos que ninguém perdesse a vida, não só por essa, e por causa nenhuma, porque a vida, quando chega ao seu final, a morte toca a todos nós. Eu tenho uma mãe com 93 anos de idade, está bastante idosa, com algumas comorbidades, e espero que ela viva por muito tempo.

Ao longo desse tempo, é direito do ainda ministro defender o seu ponto de vista como médico. E a questão de entender também a questão do emprego não foi da forma que eu achava, como chefe do Executivo, que deveria ser tratada. Não condeno, não recrimino e não critico o ministro Mandetta. Ele fez aquilo que, como médico, ele achava que devia fazer.

Ao longo desse tempo, a separação cada vez mais se tornava uma realidade, mas nós não podemos tomar decisões de forma que o trabalho feito por ele até o momento fosse perdido. O que eu conversei, ao longo desse tempo, com o oncologista dr. Nelson, ao meu lado, foi fazer com que ele entendesse a situação como um todo, sem abandonar, obviamente, o principal interesse, a manutenção da vida, mas sem esquecer que, ao lado disso, tínhamos outros problemas. Esse outro é a questão do desemprego que, cada vez mais, nós vemos que são claros no nosso País. Junto com o vírus veio uma verdadeira máquina de moer empregos. As pessoas mais humildes começaram a sentir primeiro o problema. Essas não podem ficar em casa por muito tempo.

Então, não é aquilo que a gente gostaria de fazer, é aquilo que pode ser feito. Nós não poderemos prejudicar os mais necessitados. Eles não têm como ficar em casa por muito tempo, sem buscar seu alimento. E os primeiros que sofreram com isso foram os informais, na ordem de 38 milhões no Brasil. Os empregos com carteira assinada, estamos vendo, também, como temos conversado com toda a sociedade, cada vez mais estão sendo destruídos. Se chegar a um nível tal, o que nós não queremos, é que a volta da normalidade, além de poder demorar muito, outros problemas aparecerão. Nós nos preocupamos para que essa volta à normalidade chegue o mais breve possível.

Então, antes mesmo de outras providências, nós tomamos várias medidas, entre elas, uma das mais importantes é o Auxílio Emergencial para exatamente os informais e assemelhados. Então o governo não abandonou, em momento nenhum, os mais necessitados.

E o que eu conversei com o dr. Nelson é que, gradativamente, nós temos que abrir o emprego no Brasil. Essa grande massa de humildes não tem como ficar presa dentro de casa. E, o que é pior, quando voltar não ter emprego. E o governo não tem como manter esse Auxílio Emergencial ou outras ações por muito tempo. Já se gastou aproximadamente 600 bilhões de reais, e podemos chegar a R\$ 1 trilhão. Sei e repito que a vida não tem preço, mas a economia, o emprego, tem que voltar à normalidade, não o mais rápido possível, como foi conversado com o dr. Nelson, mas ele tem que começar a ser flexibilizado para que exatamente não venhamos a sofrer mais com isso.

Nós todos, Poder Executivo, Poder Legislativo, decisões do Judiciário, têm que ser, essas decisões, com muita prudência. O governo não é uma fonte de socorro eterna. Em nenhum momento eu fui consultado sobre medidas adotadas por grande parte dos governadores e prefeitos. Tenho certeza que eles sabiam o que estavam fazendo. O preço vai ser alto. Tinham que fazer alguma coisa? Tinham, mas se, porventura, exageraram, não bote essa conta, não no Governo Federal, não bote essa conta, mais essa conta, nas costas do nosso sofrido povo brasileiro.

Não queremos aqui criar qualquer polêmica com outro Poder. Todos eles são responsáveis pelos seus atos, assim como eu sou, como chefe do Executivo. Não me furtarei à minha responsabilidade. Decisões, sou obrigado a tomar. Porque sempre tenho dito, dada a minha formação militar: pior que uma decisão mal tomada é uma indecisão. Jamais pecarei por omissão. Esse foi o ensinamento que eu tive na minha carreira militar.

Essa será minha linha de atuação. Montamos um governo diferente dos montados anteriormente que tem dado resultado. Estávamos praticamente voando, no final do último trimestre. Tudo estava indo muito bem. O Brasil tinha tudo para dar certo, num curto espaço de tempo. Esse “dar certo” agora acontecerá, mas num tempo mais ampliado, onde eu apelo para os demais outros Poderes: a responsabilidade não é só minha, é de todos nós. Os excessos que alguns cometeram, que se responsabilizem por eles. Jamais eu mandaria as minhas Forças Armadas prender quem quer que seja que estivesse nas ruas. Jamais eu, como chefe do Executivo, vou retirar o direito constitucional de ir e vir, seja qual for o cidadão. Devemos tomar medidas, sim, para evitar a proliferação ou a expansão do vírus, mas pelo convencimento e com medidas que não atinjam a liberdade e a garantia individual de qualquer cidadão. Jamais

cercearemos qualquer direito fundamental de um cidadão. Quem tem poder de decretar estado de Defesa ou de Sítio, depois de uma decisão, obviamente, do Parlamento brasileiro, é o presidente da República, e não prefeito ou governador.

O excesso não levará à solução do problema, muito pelo contrário, se agravará. E, como venho dizendo, desde há muito, eu tenho certeza, tenho amigos, da AMB, pessoal de Associação de Medicina Brasileira, que o remédio para curar um paciente não pode ter um efeito colateral mais danoso do que a própria doença.

Então, o Governo Federal, o presidente da República, tem uma visão mais ampla de cada ministro de per si. Esse é o nosso trabalho. Essas são, muitas vezes, as decisões que nós somos obrigados a tomar. Os problemas acontecem na vida de todo mundo e devemos buscar a melhor maneira de solucioná-la.

Então, nesse momento, além de agradecer o senhor Henrique Mandetta, pela sua cordialidade, pela forma como conduziu o seu ministério, eu também agradeço o dr. Nelson por ter aceito esse convite. E ele sabe do enorme desafio que terá pela frente. Já começa hoje mesmo uma transição que, gradualmente, vai servir para redirecionar a posição não apenas do presidente, mas dos 22 ministros que integram o nosso governo. Todos os ministros estão envolvidos na mesma causa, sem exceção. Nós estamos juntos em defesa da vida do povo brasileiro, em defesa dos empregos e, também, obviamente, buscando levar tranquilidade e paz para o nosso povo.

Então, agradeço o dr. Nelson, para o qual eu passo, então, a palavra agora.

2.7.7 Transcrição Pronunciamento, 23.03.2021

[🏠](#) > [Acompanhe o Planalto](#) > [Pronunciamentos](#) > [Pronunciamentos do Presidente da República](#) >

Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia nacional de rádio e televisão - 23/03/2021

Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia nacional de rádio e televisão - 23/03/2021

Publicado em 23/03/2021 20h34 Atualizado em 23/03/2021 20h37

Compartilhe: [f](#) [t](#) [📧](#)

Boa noite,

Estamos no momento de uma nova variante do coronavírus, que infelizmente tem tirado a vida de muitos brasileiros.

Desde o começo, eu disse que tínhamos dois grandes desafios: o vírus e o desemprego. E, em nenhum momento, o governo deixou de tomar medidas importantes tanto para combater o coronavírus como para combater o caos na economia, que poderia gerar desemprego e fome.

Quero destacar que hoje somos o quinto país que mais vacinou no mundo. Temos mais de 14 milhões de vacinados e mais de 32 milhões de doses de vacina distribuídas para todos os estados da Federação, graças às ações que tomamos logo no início da pandemia.

Em julho de 2020, assinamos um acordo com a Universidade Oxford para a produção, na Fiocruz, de 100 milhões de doses da vacina AstraZeneca e liberamos, em agosto, 1 bilhão e 900 milhões de reais.

Em setembro de 2020, assinamos outro acordo com o consórcio Covax Facility para a produção de 42 milhões de doses. O primeiro lote chegou no domingo passado e já foi distribuído para os estados.

Em dezembro, liberamos mais 20 bilhões de reais, o que possibilitou a aquisição da Coronavac, através do acordo com o Instituto Butantan.

Sempre afirmei que adotariamos qualquer vacina, desde que aprovada pela Anvisa. E assim foi feito.

Hoje, somos produtores de vacina em território nacional. Mais do que isso, fabricaremos o próprio insumo farmacêutico ativo, que é a matéria-prima necessária. Em poucos meses, seremos autossuficientes na produção de vacinas. Não sabemos por quanto tempo teremos que enfrentar essa doença, mas a produção

[CONTEÚDO](#) 1 [PÁGINA INICIAL](#) 2 [NAVEGAÇÃO](#) 3 [BUSCA](#) 4 [MAPA DO SITE](#) 5

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-do-senh...> 1/2

Figura 7 - Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/privadas-antigas/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-do-senh-pr>. Acesso: 10.06.2022

Quadro 7 – Transcrição do pronunciamento do dia 23.03.2021

Pronunciamento 23.03.2021

Boa noite,

Estamos no momento de uma nova variante do coronavírus, que infelizmente tem tirado a vida de muitos brasileiros.

Desde o começo, eu disse que tínhamos dois grandes desafios: o vírus e o desemprego. E, em nenhum momento, o governo deixou de tomar medidas importantes tanto para combater o coronavírus como para combater o caos na economia, que poderia gerar desemprego e fome.

Quero destacar que hoje somos o quinto país que mais vacinou no mundo. Temos mais de 14 milhões de vacinados e mais de 32 milhões de doses de vacina distribuídas para todos os estados da Federação, graças às ações que tomamos logo no início da pandemia.

Em julho de 2020, assinamos um acordo com a Universidade Oxford para a produção, na Fiocruz, de 100 milhões de doses da vacina AstraZeneca e liberamos, em agosto, 1 bilhão e 900 milhões de reais.

Em setembro de 2020, assinamos outro acordo com o consórcio Covax Facility para a produção de 42 milhões de doses. O primeiro lote chegou no domingo passado e já foi distribuído para os estados.

Em dezembro, liberamos mais 20 bilhões de reais, o que possibilitou a aquisição da Coronavac, através do acordo com o Instituto Butantan.

Sempre afirmei que adotariamos qualquer vacina, desde que aprovada pela Anvisa. E assim foi feito.

Hoje, somos produtores de vacina em território nacional. Mais do que isso, fabricaremos o próprio insumo farmacêutico ativo, que é a matéria-prima

necessária. Em poucos meses, seremos autossuficientes na produção de vacinas. Não sabemos por quanto tempo teremos que enfrentar essa doença, mas a produção nacional vai garantir que possamos vacinar os brasileiros todos os anos, independentemente das variantes que possam surgir.

Neste mês, intercedi pessoalmente junto à fabricante Pfizer para a antecipação de 100 milhões de doses, que serão entregues até setembro de 2021. E também com a Janssen, garantindo 38 milhões de doses para este ano.

Quero tranquilizar o povo brasileiro e afirmar que as vacinas estão garantidas.

Ao final do ano, teremos alcançado mais de 500 milhões de doses para vacinar toda a população. Muito em breve, retomaremos nossa vida normal.

Solidarizo-me com todos aqueles que tiveram perdas em suas famílias. Que Deus conforte seus corações!

Estamos fazendo e vamos fazer de 2021 o ano da vacinação dos brasileiros.

Somos incansáveis na luta contra o coronavírus. Essa é a missão e vamos cumpri-la.

Deus abençoe o nosso Brasil.

2.7.8 Transcrição Pronunciamento, 02.06.2021



[>](#) [Acompanhe o Planalto](#) > [Pronunciamentos](#) > [Pronunciamentos do Presidente da República](#) >

Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia nacional de rádio e televisão - 02/06/2021

Pronunciamento do Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia nacional de rádio e televisão - 02/06/2021



Publicado em 02/06/2021 20h36

Compartilhe:
 [f](#)
[t](#)
[l](#)

Boa noite,

Sinto profundamente cada vida perdida em nosso país.

Hoje alcançamos a marca de 100 milhões de doses de vacinas distribuídas a estados e municípios.

O Brasil é o quarto país que mais vacina no planeta.

Neste ano, todos os brasileiros, que assim o desejarem, serão vacinados. Vacinas essas que foram aprovadas pela Anvisa.

Ontem, assinamos acordo de transferência de tecnologia para a produção de vacinas no Brasil entre a AstraZeneca e a Fiocruz.

Com isso, passamos a integrar a elite de apenas cinco países que produzem vacina contra a Covid no mundo.

O Nosso governo não obrigou ninguém a ficar em casa, não fechou o comércio, não fechou igrejas ou escolas e não tirou o sustento de milhões de trabalhadores informais.

Sempre disse que tínhamos dois problemas pela frente, o vírus e o desemprego, que deveriam ser tratados com a mesma responsabilidade e de forma simultânea.

Destinamos, em 2020, 320 bilhões para o Auxílio Emergencial para atender aos mais humildes.

Esse montante equivale a mais de 10 anos de Bolsa Família. E mais de 190 bilhões para ajudar estados e municípios.

[CONTEÚDO](#) 1
 [PÁGINA INICIAL](#) 2
 [NAVEGAÇÃO](#) 3
 [BUSCA](#) 4
 [MAPA DO SITE](#) 5

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-do-senh...> 1/3

Figura 8 - Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-do-senh...> Acesso: 10.06.2022

Quadro 8 – Transcrição do pronunciamento do dia 02.06.2021

Pronunciamento 02.06.2021

Boa noite,

Sinto profundamente cada vida perdida em nosso país.

Hoje alcançamos a marca de 100 milhões de doses de vacinas distribuídas a estados e municípios.

O Brasil é o quarto país que mais vacina no planeta.

Neste ano, todos os brasileiros, que assim o desejarem, serão vacinados. Vacinas essas que foram aprovadas pela Anvisa.

Ontem, assinamos acordo de transferência de tecnologia para a produção de vacinas no Brasil entre a AstraZeneca e a Fiocruz.

Com isso, passamos a integrar a elite de apenas cinco países que produzem vacina contra a Covid no mundo.

O Nosso governo não obrigou ninguém a ficar em casa, não fechou o comércio, não fechou igrejas ou escolas e não tirou o sustento de milhões de trabalhadores informais.

Sempre disse que tínhamos dois problemas pela frente, o vírus e o desemprego, que deveriam ser tratados com a mesma responsabilidade e de forma simultânea.

Destinamos, em 2020, 320 bilhões para o Auxílio Emergencial para atender aos mais humildes.

Esse montante equivale a mais de 10 anos de Bolsa Família. E mais de 190 bilhões para ajudar estados e municípios.

Alguns setores como bares e restaurantes, turismo, entre outros, em grande parte foram socorridos pelo nosso governo por meio do PRONAMPE (Programa Nacional de Apoio as Microempresas e Empresas de pequeno porte.)

Hoje mesmo sancionamos a nova lei do PRONAMPE, agora permanente, que pode destinar a vários setores até 25 bilhões de reais, onde 20% será destinado ao setor de eventos.

Terminamos 2020 com mais empregos formais que 2019. Somente nos primeiros quatro meses deste ano, o Brasil criou mais de 900 mil novos empregos. O PIB projetado para 2021 prevê um crescimento da economia superior a 4%. Só no 1º trimestre deste ano, a economia mostrou seu vigor, estando entre os países do mundo que mais cresceram.

Com o Congresso Nacional estamos avançando, aprovamos:

- A nova lei do gás;
- O marco legal do saneamento;
- A MP da Liberdade Econômica;
- O Banco Central independente; e
- E o novo marco fiscal.

Realizamos leilões de rodovias, portos e aeroportos.

Levamos internet para mais de 8 milhões de brasileiros em grande parte para as regiões Norte e Nordeste.

Ontem, a Bolsa de Valores bateu recorde histórico, a moeda brasileira se fortalece, e estamos avançando no difícil processo de privatizações.

A CEAGESP sob um comando honesto e responsável apresentou, além de lucro, um ambiente salutar entre os permissionários e funcionários.

Essa Companhia socorreu nossos irmãos de Aparecida e Araraquara, entre outras cidades do interior de São Paulo, doando dezenas de toneladas de alimentos.

As estatais, no passado, davam prejuízo de dezenas de bilhões de reais devido à corrupção sistêmica e generalizada. Hoje são lucrativas.

Nos dois primeiros anos do nosso Governo, a Caixa Econômica Federal bateu recorde de lucro mesmo reduzindo os juros do cheque especial, da casa própria, das micros e pequenas empresas e dos empréstimos às Santas Casas.

Estamos avançando na transposição do Rio São Francisco, levando água para todo o Nordeste.

Na infraestrutura, o nosso Governo tem construído pontes, duplicado rodovias, terminando obras paradas há décadas, como a BR-163 no Pará.

Ainda neste ano, será concluída a Ferrovia Norte-Sul, que ligará o Porto de Itaqui, no Maranhão, ao Porto de Santos, em São Paulo, é a retomada do modal ferroviário no Brasil.

Seguindo o mesmo protocolo da Copa Libertadores e Eliminatórias da Copa do Mundo, aceitamos a realização, no Brasil, da Copa América.

O nosso Governo joga dentro das 4 linhas da constituição, considera o direito de ir e vir, o direito ao trabalho e o livre exercício de cultos religiosos inegociáveis.

Todos os nossos 22 ministros consideram o bem maior de nosso povo a sua liberdade.

Que Deus abençoe o nosso Brasil.

2.7.9 Transcrição Pronunciamento, 31.12.2021

Pronunciamento de Ano Novo do Presidente da República, Jair Bolso...cional de rádio e televisão, 31 de dezembro de 2021 — Biblioteca

16/02/2025, 11:41

Pronunciamento de Ano Novo do Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cadeia nacional de rádio e televisão, 31 de dezembro de 2021

Boa noite,

Hoje nos preparamos para o início de um novo ano. O Bicentenário de nossa Independência.

Quis Deus que eu ocupasse a Presidência em 2019 e assumi um Brasil com sérios problemas éticos, morais e econômicos.

Formamos um ministério com pessoas capazes para enfrentar a todos os desafios. Ao longo do tempo alguns nos deixaram por livre e espontânea vontade, outros foram substituídos por não se adequarem aos propósitos da maioria que me elegeu.

Em 2019 aprovamos a Lei da Liberdade Econômica, simplificamos as normas regulamentadoras, começamos novas obras e concluímos muitas outras inacabadas.

Fizemos ressurgir o modal ferroviário, levamos tranquilidade ao campo, flexibilizamos a posse e o porte de arma de fogo para o cidadão e passamos a investir no Brasil, e não mais no exterior com obras bilionárias financiadas pelo BNDES.

Completamos 3 anos de governo sem corrupção. Já concluímos, com menor custo, centenas de obras paradas há vários anos. A transposição do Rio São Francisco, finalmente, já é uma realidade e estamos levando mais água para o Nordeste. Somente nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte foram beneficiados 12 milhões de brasileiros em 390 Municípios.

Já entregamos mais de 1,2 milhão de moradias do Programa “Casa Verde e Amarela” nas três faixas.

Em 2020, lamentavelmente, surgiu a pandemia, onde mortes se fizeram presentes no mundo todo.

Nessa batalha, o Governo Federal dispensou recursos bilionários para que estados e municípios se preparassem para enfrentar a pandemia.

Com a política de muitos governadores e prefeitos de fechar comércios, decretar lockdown e toques de recolher, a quebradeira econômica só não se tornou uma realidade porque nós criamos o PRONAMPE e o BEM, programas para socorrer as pequenas e médias empresas bem como fomentar acordos entre empregadores e trabalhadores para se evitar demissões, com isso, mais de 11 milhões de empregos foram preservados.

Para aqueles que perderam sua renda criamos o Auxílio Emergencial, onde 68 milhões de pessoas se beneficiaram.

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presid...a294be47628cd015eba7e222fe8f4b1dd0724c231e94fc042e7652550a251b>

Página 1 de 2

Figura 9 - Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/pronunciamentos-oficiais/pronunciamento-de-ano-novo-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-em-cadeia-nacional-de-radio-e-televisao-31-de-dezembro-de-2021>. Acesso: 10.06.2022

Quadro 9 – Transcrição do pronunciamento do dia 31.12.2021

Pronunciamento 31.12.2021

Boa noite,

Hoje nos preparamos para o início de um novo ano. O Bicentenário de nossa Independência.

Quis Deus que eu ocupasse a Presidência em 2019 e assumi um Brasil com sérios problemas éticos, morais e econômicos.

Formamos um ministério com pessoas capazes para enfrentar a todos os desafios. Ao longo do tempo alguns nos deixaram por livre e espontânea vontade, outros foram substituídos por não se adequarem aos propósitos da maioria que me elegeu.

Em 2019 aprovamos a Lei da Liberdade Econômica, simplificamos as normas regulamentadoras, começamos novas obras e concluímos muitas outras inacabadas.

Fizemos ressurgir o modal ferroviário, levamos tranquilidade ao campo, flexibilizamos a posse e o porte de arma de fogo para o cidadão e passamos a investir no Brasil, e não mais no exterior com obras bilionárias financiadas pelo BNDES.

Completamos 3 anos de governo sem corrupção. Já concluímos, com menor custo, centenas de obras paradas há vários anos. A transposição do Rio São Francisco, finalmente, já é uma realidade e estamos levando mais água para o Nordeste. Somente nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte foram beneficiados 12 milhões de brasileiros em 390 Municípios.

Já entregamos mais de 1,2 milhão de moradias do Programa “Casa Verde e Amarela” nas três faixas.

Em 2020, lamentavelmente, surgiu a pandemia, onde mortes se fizeram presentes no mundo todo.

Nessa batalha, o Governo Federal dispensou recursos bilionários para que estados e municípios se preparassem para enfrentar a pandemia.

Com a política de muitos governadores e prefeitos de fechar comércios, decretar lockdown e toques de recolher, a quebradeira econômica só não se tornou uma realidade porque nós criamos o PRONAMPE e o BEM, programas para socorrer as pequenas e médias empresas

bem como fomentar acordos entre empregadores e trabalhadores para se evitar demissões, com isso, mais de 11 milhões de empregos foram preservados.

Para aqueles que perderam sua renda criamos o Auxílio Emergencial, onde 68 milhões de pessoas se beneficiaram.

O total pago em 2020 equivale a mais de 13 anos de gasto com o antigo Bolsa Família, mostramos nossa identidade ao socorrer os mais humildes, que tinham sido abandonados pelos que mandavam fechar tudo.

Encerramos o ano de 2021 com 380 milhões de doses de vacinas distribuídas à população. Todas adquiridas pelo nosso governo.

Lembro que em 2020 não existia vacina disponível no mercado e a primeira pessoa vacinada foi no Reino Unido em dezembro.

Todos os adultos, que assim desejaram, foram vacinados no Brasil. Fomos um exemplo para o mundo!

Não apoiamos o passaporte vacinal, nem qualquer restrição àqueles que não desejam se vacinar.

Também como anunciado pelo Ministro da Saúde, defendemos que as vacinas para as crianças entre 5 e 11 anos sejam aplicadas somente com o consentimento dos pais e prescrição médica.

A liberdade tem que ser respeitada!

Desde o início da pandemia falei que deveríamos combater o vírus, cuidar dos idosos e dos com comorbidades e preservar a renda e o emprego dos trabalhadores.

Estamos concluindo 2021 com um saldo de 3 milhões de novos empregos e saldo positivo de 5 milhões de empresas abertas, interrompendo uma série de meia década com saldos negativos.

Adentraremos 2022 com esperança de que tudo se volte à normalidade. Já são mais de 800 bilhões de reais contratados pela iniciativa privada, que vão gerar milhões de novos postos de trabalho somente nas áreas de Infraestrutura. Isso é uma prova de que reconquistamos a confiança dos investidores, brasileiros e estrangeiros, o que possibilitará, também, a redução da inflação, consequência da equivocada política do “fica em casa, a economia a gente vê depois”.

Já começamos a pagar o Auxílio-Brasil, com valor mínimo de 400 reais, programa melhor e mais abrangente do que o antigo Bolsa-Família, onde a média era de apenas 190 reais.

O Auxílio-Brasil vai ajudar 17 milhões de famílias mais necessitadas a superar suas dificuldades econômicas e sociais agravadas pela pandemia.

Lembro agora dos nossos irmãos da Bahia e do norte de Minas Gerais que nesse momento estão sofrendo os efeitos de fortes chuvas na região.

Desde o primeiro momento, determinei que os Ministros João Roma e Rogério Marinho prestassem total apoio aos moradores desses mais de 70 municípios atingidos.

Hoje temos um governo que acredita em Deus, respeita seus militares, defende a família e deve lealdade ao seu povo.

Um excelente 2022 a todos! Que Deus nos abençoe!

2.8 Critérios de análise

Do ponto de vista analítico, pretendemos mostrar o funcionamento de certos argumentos e esquemas argumentativos na construção da imagem do orador e do auditório e das crenças e valores compartilhados entre os sujeitos do discurso presidencial proferido. Para tanto, em princípio, iremos contextualizar os discursos como forma de situar o período histórico que o Brasil e mundo enfrentaram durante a pandemia. Em seguida, iremos identificar o argumento e esquema argumentativo do discurso do presidente para, por fim, empreender análise argumentativa através de premissas dos sentidos oriundos destes esquemas. A partir destas considerações, portanto, serão identificados e analisados os pronunciamentos do presidente Jair Bolsonaro, sem excluir, claro, nenhum outro aspecto relevante da pesquisa e que apareça no decorrer da análise.

3 Contexto sócio-histórico de cada pronunciamento

Em nosso trabalho, começaremos por situar o nosso leitor acerca dos acontecimentos que permearam os pronunciamentos presidenciais durante a pandemia da Covid-19. Entretanto, é necessário que houvesse esse aprofundamento social e político para que pudéssemos entender os argumentos presentes na fala do

presidente, tomando como base a conjuntura nacional e internacional. Afinal, é assim que podemos nos aproximar da ideia do que se diz, como se diz e o porquê de que se diz cada argumento em seu pronunciamento.

Como estratégia argumentativa, pretendemos analisar o contexto geral para elucidar, também, historicamente um período marcado por medo, mortes e incertezas de cunho mundial. Em nosso recorte teórico-analítico, faz-se necessário esse entendimento por possibilitar investigar como o país foi governado, assim como a presidência se utilizou do pronunciamento presidencial para amenizar ou inflamar debates sobre os assuntos mais recorrentes durante a pandemia. Esta é uma forma de como podemos mensurar o poder da linguagem frente às tomadas de decisões humanas, uma vez que, é a partir do discurso, que as pessoas podem agir conforme suas crenças e ideais.

Estar em sociedade possibilita acompanhar a evolução humana, sobretudo, sob a ótica da linguagem. Thompson (2009, p. 21) observa que, por meio da linguagem, também é possível transmitir simbologias que estão inscritas através da posição de poder que o indivíduo ocupa: “No sentido mais geral, poder é a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses”. Esse “agir” é uma característica do discurso, uma ação que é afetada e afeta o homem a todo instante sob diversos aspectos e circunstâncias. Uma simbiose entre o ser humano e o discurso que faz com que todas as ações sociais estejam amparadas pela integração de ambos — homem/discurso.

Hoje, diferentes discursos circulam em diferentes tecnologias com as mais variadas formas. Sons, textos, fotos, vídeos... permeiam a realidade social humana, fomentando ideias, disseminando opiniões, gerando afinidades e conflitos. Estar em sociedade é estar rodeado de diferentes discursos e informações. Ainda citando Thompson (2009), esta é uma característica do que ele denominou como “poder simbólico”, o quarto poder que é oriundo das assimilações e compreensão de formas simbólicas presentes na sociedade. Desta forma, este poder possui a capacidade de “provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrever, apoiar os negócios do estado ou sublevar as massas em revolta coletiva” (p.24). Percebamos que esta é uma perspectiva de comunicação que pensa o discurso produzindo diferentes implicações. O que há, portanto, são distintos efeitos oriundos de diferentes ações discursivas.

Nesta perspectiva, pontuamos que estas ações discursivas podem ser tanto em prol da humanidade em geral, como também, uma ação nociva e perigosa. O nazismo e o fascismo, por exemplo, foram ideologias que se perpetuaram na sociedade alemã e italiana (como em vários outros países) através da linguagem. O filólogo judeu Victor Klemperer retratou em sua obra *LTI - A Linguagem do Terceiro Reich* como o governo alemão utilizava do discurso antissemita, racista e eugenista, para propagar sua ideologia. Munidos de total desprezo por qualquer etnia que não fosse a ariana, os nazistas utilizaram a linguagem para deturpar informações, disseminar mentiras e impregnar o ódio a fim de criar uma sociopolítica cultural afinada com seu regime.

Em seu livro, Klemperer (2009, p.55) afirma que o regime

se embrenhou na carne e no sangue das massas por meio das palavras, expressões e frases impostas pela repetição, milhares de vezes, e aceitas inconsciente e mecanicamente [...] Palavras podem ser como minúsculas doses de arsênico: são engolidas de maneira despercebida e parecem ser inofensivas; passado um tempo, o efeito do veneno se faz notar.

Como exemplo, o autor cita o abuso da palavra *kämpferisch* (heroísmo), utilizada constantemente pelo regime com o intuito de associar seu significado aos ideais nazistas. Para o filólogo, esta é uma forma de utilização imprópria de uma palavra, porque seu significado não correspondia com as ações reais do governo. No entanto, esta é uma forma de estratégia linguística em que o regime autoritário recorreu para associar simbolicamente o seu líder político em favor do heroísmo suscitado pela política nazista.

De forma análoga, encontramos essa tática atualmente com o bolsonarismo. Os termos “patriota” e “patriotismo” foram/são utilizados comumente por Bolsonaro e seus apoiadores para disseminar suas ideias. Com isso, há uma ruptura daqueles que apoiam o então presidente à época, daqueles que rejeitam suas ideias. Logo, por identificação ou desidentificação, o país se tornou o campo dos “patriotas” e dos “não-patriotas”, como se houvesse uma ruptura de amor à pátria e suas simbologias simplesmente por não concordar com as propostas do bolsonarismo. Em outras palavras, segundo a ótica bolsonarista, só quem amava o Brasil e defendia seus ideais patrióticos eram seus aliados, os demais eram inimigos que se opunham não só ao presidente, como também a seu país.

É nessa perspectiva que nos propomos a analisar os argumentos do presidente, compreendendo as ações inscritas num período histórico. Os exemplos acima descritos demonstram que as consequências do mau uso discursivo podem envenenar uma sociedade inteira durante um grande período — 12 anos no caso do nazismo, como supracitado (KLEMPERER, 2009). No entanto, é importante destacar que mesmo o regime tendo acabado oficialmente, suas ideias permanecem em alguns contextos, inclusive, ressignificados (PIOVEZANI & GENTILE, 2020). Outrossim, é necessário pensar que estes argumentos influenciam e reverberam nas ações práticas dos sujeitos, como, por exemplo, respeitar ou não as normas de segurança durante a pandemia; ou tomar, ou não, a vacina disponibilizada pelos governos estaduais e municipais.

De forma cronológica, iremos no próximo tópico descrever qual era a conjuntura nacional e internacional a fim de entender os paralelos que fizeram com que o presidente viesse a público falar à nação, através do pronunciamento presidencial, instrumento de comunicação de maior alcance do Governo Federal.

3.1 – Contexto Pronunciamento 06 de março de 2020

O coronavírus avança e preocupa as autoridades mundiais. Com 100.347³ casos confirmados no mundo todo, a apreensão sobre as medidas que serão tomadas pressiona os governos dos países que não descartavam a possibilidade de tomar medidas de segurança mais restritivas. O país que mais registrava o número de contágio era a China, com 80.710 casos, seguida da Itália, com 1,6 mil ocorrências. Inclusive, neste dia, o primeiro caso de doença foi confirmado no Vaticano, sede do país berço da religião católica no mundo.

Os casos de confirmação da doença no mundo aumentavam e cerca de 80 países declararam oficialmente que a infecção pelo coronavírus. Na América Latina, o avanço da doença foi considerado alarmante: Colômbia e Costa Rica confirmaram seus primeiros casos. Já Brasil, Argentina, México, Chile, Equador e República Dominicana registraram novos casos da doença. O clima era de instabilidade e incertezas, pois os números de casos de contaminação mundial aumentavam

³ <https://g1.globo.com/resumo-do-dia/noticia/2020/03/06/sexta-feira-6-de-marco.ghtml>

exponencialmente, ao passo que não se tinham muitas certezas sobre como deter a doença.

Neste dia, a Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgou um relatório com números fechados do dia anterior detalhando os casos confirmados pelos países e a quantidade de óbitos:



Figura 10 - Disponível em:

< <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/numero-de-casos-de-coronavirus- chega-13-no-brasil> > Acesso em 02 de março de 2024

Alguns discursos davam margem à especulação de que o clima frio de alguns países potencializaria a infecção pela doença, ao passo que os climas mais quentes retardariam o número de contaminação. Tais discursos, ainda sem vieses científicos comprovados, circulavam na mídia, como a declaração do vice-secretário geral do Conselho de Estado da China, Ding Xiangyang, que, em uma entrevista coletiva, exaltou o fim do inverno, dando a entender que o clima mais quente e ameno iriam retardar os casos de contaminação no país⁴. Mesmo com o discurso otimista do político chinês, alguns países, como o Brasil, ainda estavam apreensivos em relação aos crescentes casos frequentemente noticiados.

O Ministério da Saúde brasileiro, neste dia, confirmou o 13º caso, sendo 10 somente em São Paulo. Os outros três casos foram registrados no Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. Em nosso estado, o primeiro caso foi confirmado pela

⁴ <https://www.reuters.com/article/idUSKBN20T071/>

Secretaria de Saúde, mediante um boletim médico divulgado pela Sesab⁵. Neste caso, segundo as informações divulgadas, tratava-se de uma mulher, de 34 anos, que havia retornado da Itália, onde, provavelmente, deveria ter se infectado. Residente da cidade de Feira de Santana, a mulher teve passagens por Milão e Roma. Após coleta para análise na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro, veio a confirmação do diagnóstico. Ainda segundo a nota, a paciente encontrava-se assintomática e em período de isolamento em sua residência. Casos suspeitos da doença no Estado somavam-se 73 notificações, com aguardo de 23 respostas laboratoriais.

À época, além da tensão para o número de casos, havia a apreensão para o elevado número de mortes no mundo. A Coreia do Sul, neste dia, informou que houve a confirmação de 518 novos casos (elevando para 6.284, no total), com 42 mortes⁶. Número expressivo que demonstrava o perigo da doença no país, bem como a taxa alta de mortalidade após infecção. Os números foram divulgados pelo governo coreano, através do Centro de Controle e Prevenção de Doenças Contagiosas, que retratou as regiões mais infectadas, bem como a porcentagem dos casos apresentados da doença. Além das mortes na Coreia do Sul, a Itália registrou 41 mortes, seguido da França, com 9 mortes⁷.

A relação do mundo com a morte, e o medo que (óbvio) acometia toda a população, fez com que o clima de pânico comesse a se construir, afinal, o elevado número de mortes noticiado pela mídia internacional assustava os telespectadores em todo mundo.

Sobre este aspecto, Zizek (2020, p.38) explica sobre o caráter finito da humanidade, bem como a pandemia faz com que os seres humanos deem sentido à própria vida:

Não importa quão magníficos são os edifícios espirituais que nós, a humanidade, somos capazes de produzir, uma contingência natural estúpida como um vírus ou um meteoro pode acabar com tudo de uma só vez... sem falar na lição ecológica de que nós, a humanidade, podemos também contribuir sem saber para esse fim.

⁵ <https://www.saude.ba.gov.br/2020/03/06/bahia-confirma-primeiro-caso-importado-do-novo-coronavirus-covid-19/>

⁶ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-03/coronavirus-com-6200-infectados-coreia-do-sul-tem-518-novos-casos>

⁷ <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/06/ultimas-noticias-de-coronavirus-de-6-de-marco.ghtml>

Nas palavras do autor, portanto, há uma finitude da vida que pode ocorrer, tanto por questões naturais (vírus ou meteoro), como também por questões do próprio homem, que, nas entrelinhas, também são responsáveis por acabar com a vida humana na terra. Tais reflexões, no entanto, foram colocadas à prova no período de pandemia, onde os seres humanos puderam viver de perto com a finitude da vida e puderam, mesmo que neste início de ciclo pandêmico, experimentar sentimentos inconclusivos sobre a sobrevivência humana. Há, portanto, dois pontos que podem ser postos à prova: àqueles que viam nas mortes uma continuidade para o resto dos sobreviventes (quem tiver que morrer vai morrer), ou aqueles que começaram a pensar no coletivo como forma de sobrevivência global.

Em especial aos governantes, podemos presenciar tomadas de posições práticas e discursivas se posicionando em um desses dois polos. Afinal, um problema global estava instituído. O medo e o pânico da morte cresciam diariamente. A população, na totalidade, buscava nos seus representantes uma direção e, em especial o Brasil, tal resposta poderia se dar durante os pronunciamentos que iremos analisar. Neste dia, portanto, o presidente utilizou deste aparato e falou aos brasileiros, apresentando suas visões e argumentos sobre o caos sanitário mundial.

3.2 – Contexto Pronunciamento 12 de março de 2020

Após seis dias do seu primeiro pronunciamento sobre o coronavírus, o presidente do Brasil retorna em cadeia nacional de rádio e televisão para falar novamente à população. Com mais 64 casos confirmados, totalizando 77⁸, o Brasil chega à marca de 1,4 mil suspeitos. A pandemia começa a afetar a economia global e o país vê os reflexos econômicos através da instabilidade da bolsa de valores e do preço do dólar. Enquanto a Bovespa cai 14,7% (maior tombo em 22 anos), o dólar ultrapassa o valor de R\$ 5, pela primeira vez. Entretanto, o Banco Central interveio e a moeda fechou em R\$ 4,78. Os Estados Unidos também não saem ilesos e registram o pior desempenho na bolsa desde 1987. As ações do então presidente americano, Donald Trump, em proibir viagens para a Europa, dentre outros fatores, foram determinantes para a economia americana entrar em turbulência. Pela primeira vez

⁸ <https://g1.globo.com/resumo-do-dia/noticia/2020/03/12/quinta-feira-12-de-marco.ghtml#>

desde a pandemia, o fator econômico começa a preocupar os líderes mundiais, pois os números são alarmantes.

As mobilizações internacionais não pararam e muitos países tomaram iniciativas tidas como radicais visando conter o vírus. A China, por exemplo, já havia isolado cidades inteiras⁹, com mais de 20 milhões de pessoas na região de Wuhan (cidade onde surgiu o vírus) isoladas. A Itália decreta pela primeira vez quarentena¹⁰ em todo o país e restringiu a entrada e saída de pessoas. A medida foi anunciada pelo primeiro-ministro, Palazzo Chigi, em coletiva de imprensa no dia 09/03/2020. Antes, apenas algumas regiões estavam proibidas de receber visitantes. Com isso, a comunidade internacional começou a adotar medidas mais enérgicas para se evitar a proliferação do vírus de um país para o outro, diminuindo, assim, de certa forma, o lucro com o turismo e atividades interdependentes.

Entretanto, a China anunciou o fim do pico de surto do novo coronavírus no país¹¹, uma vez que apenas 15 novos casos foram registrados nas últimas 24 horas. O fato de a China isolar cidades inteiras, com medidas mais acentuadas em relação à quantidade do fluxo de pessoas circulando, obteve resposta satisfatória e imediata. Essa notícia foi dada pelo porta-voz da Comissão Nacional de Saúde, Mi Feng, em uma entrevista coletiva, na capital, Pequim. Nas 24 horas que antecederam o dia 12/03, apenas 11 pessoas morreram, o que foi considerado um número pequeno já que o país é considerado o mais populoso do mundo. No total, desde o início da pandemia, o coronavírus matou 3.173 pessoas na China, país que foi mais afetado pela doença.

No Brasil, o estado de São Paulo continua liderando o número de casos¹² (30). Outros estados que tiveram casos confirmados nesta data foram: de Rio de Janeiro (13), Bahia (2), Rio Grande do Sul (4), Distrito Federal (2), Alagoas (1), Pernambuco (2), Minas Gerais (1), Espírito Santo (1) e Paraná (6). Segundo o Ministério da Saúde, o país iria destinar cerca de 2 mil leitos de UTI para atender à população infectada pela Covid-19 e justificou o aumento no número de casos no país por ter uma evolução

⁹ https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/01/23/interna_internacional,1116466/china-isola-cidades-inteiras-em-combate-a-novo-virus.shtml

¹⁰ <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/03/09/coronavirus-italia-amplia-quarentena-e-restringe-movimentacoes-no-pais.htm>

¹¹ <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/12/china-declara-fim-de-pico-do-surto-de-novo-coronavirus-no-pais.ghtml>

¹² <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/12/sus-preve-2-mil-leitos-de-uti-para-tratar-pacientes-com-covid-19.ghtml>

significativa da doença no continente europeu. Em entrevista coletiva, a secretaria executiva do Ministério da Saúde informou que o aumento no número dos leitos se deu por conta no aumento no número de casos na Itália.

Neste mesmo dia, o Ministério da Saúde convocou¹³ cerca de 5 mil profissionais da saúde pertencentes ao programa Mais Médicos, para atender a alta demanda de infectados pela Covid-19 no país. Além disso, novas vagas seriam preenchidas por meio de seleção a serem abertas no dia 16/03, para atender as capitais brasileiras e centros urbanos, conforme o Conselho Regional de Medicina (CRM). Uma portaria¹⁴ também foi publicada neste dia definindo as ações de isolamento e quarentena para quem estava com suspeita da doença ou quem teve contato com estas pessoas. Esta portaria ainda informava que o descumprimento das normas estabelecidas poderia ocasionar pena de 3 anos de prisão, conforme responsabilidades previstas em lei.

3.3 – Contexto Pronunciamento 24 de março de 2020

Logo após seu segundo pronunciamento sobre a pandemia de coronavírus, o presidente veio a público novamente falar à nação. Foram 12 dias de hiato até o pronunciamento anterior e a situação da Covid-19 no Brasil e no mundo estava muito diferente. O avanço da doença no mundo estava alarmante e alguns países adotaram as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) que eram de testagem em massa e isolamento da população. A China e a Coreia do Sul, por exemplo, conseguiram reduzir drasticamente o número de infectados adotando tais medidas, sem fechar grandes centros e com o apoio da população¹⁵.

Entretanto, o governo brasileiro não via com bons olhos as recomendações da OMS de testar a população¹⁶. No país, somente os casos mais graves da doença e com necessidade de internação, eram testados. Relegando aos casos suspeitos, apenas a observação clínica. Tal estratégia ia à contramão das recomendações

¹³ <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/12/coronavirus-saude-convoca-5-mil-profissionais-pelo-programa-mais-medicos.ghtml>

¹⁴ <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/12/ministerio-da-saude-define-regras-de-isolamento-e-quarentena-por-conta-do-coronavirus.ghtml>

¹⁵ <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-03-16/coreia-e-espanha-exemplos-opostos-de-controle-epidemiologico-do-coronavirus.html>

¹⁶ <https://brasil.elpais.com/politica/2020-03-17/brasil-rebate-oms-sobre-eficacia-de-testes-em-massa-de-coronavirus-para-controlar-doenca.html>

porque justamente não se tinha uma ideia clara de como o vírus iria agir no organismo e, como vimos, a passagem de sintomas leves para uma evolução grave da doença era muito rápida. Nem o exemplo do país sul-coreano que conseguiu reduzir o número de casos foi suficiente para mudar a política pública de saúde no Brasil. Para se ter ideia, o Governo sul-coreano enviava agentes às casas dos pacientes que estavam possivelmente infectados para testagem e, assim, conseguir barrar o contágio às demais pessoas. Foram mais de 15 mil testes por dia¹⁷, um investimento logístico de suprimentos e de profissionais alto, mas que garantiu a queda na curva de infecções pela Covid-19.

No Brasil¹⁸, visando frear o avanço da doença, as portas dos comércios nas capitais do país foram fechadas. Desta forma, esperava-se que com a diminuição do fluxo de pessoas nas ruas, o contágio diminuísse. Mesmo assim, o coronavírus avançava. Neste dia, houve a confirmação de 2.201 novos casos, com 46 óbitos, um aumento de 35% no número de vítimas. São Paulo (40) e Rio de Janeiro (6) eram os estados que apresentavam o maior número de mortes, bem como maior incidência de casos, totalizando 810 e 315, respectivamente.

O cenário com o aumento de casos, segundo o Governo, já era esperado e a expectativa era de que estes números dobrassem a cada três dias¹⁹. Entretanto, segundo o Ministério da Saúde, o isolamento em casos de confirmações ou suspeitas eram as principais medidas a serem tomadas a fim de diminuir o surto no país.

¹⁷ [https://super.abril.com.br/saude/a-estrategia-de-sucesso-da-coreia-do-sul-contra-a-covid-19-testes-em-massa#:~:text=Qual%20é%20a%20receita%3F,que%20é%20bem%20menos%20populoso\).](https://super.abril.com.br/saude/a-estrategia-de-sucesso-da-coreia-do-sul-contra-a-covid-19-testes-em-massa#:~:text=Qual%20é%20a%20receita%3F,que%20é%20bem%20menos%20populoso).)

¹⁸ <https://g1.globo.com/resumo-do-dia/noticia/2020/03/24/terca-feira-24-de-marco.ghtml>

¹⁹ <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/24/brasil-tem-46-mortes-e-casos-2201confirmados-de-covid-19-diz-ministerio-da-saude.ghtml>

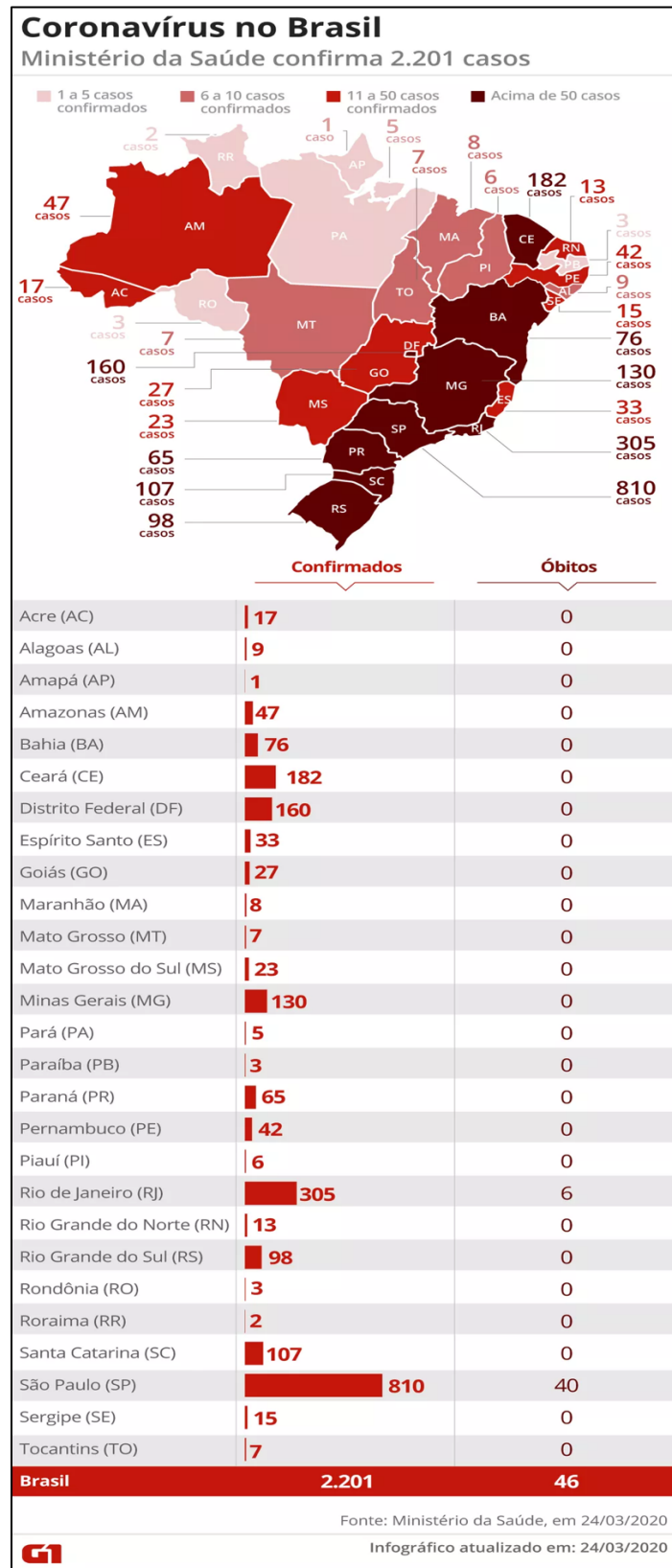


Figura 11 – Disponível em:

< <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/24/brasil-tem-46-mortes-e-casos-2201confirmados-de-covid-19-diz-ministerio-da-saude.ghml> > Acesso em 12 de fevereiro de 2024

No cenário internacional, o número de casos da doença nos Estados Unidos estava acelerado e a OMS alertou que o país poderia ser o novo epicentro de coronavírus no mundo²⁰. Com 44.183 casos confirmados de Covid-19 e, pelo menos, 544 mortes, segundo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), o alerta vermelho para o país foi acionado no continente americano. O avanço no número de contaminados e de óbitos demonstrava um descontrole das políticas sanitárias no país, o que gerou uma preocupação geral em como o governo americano iria sanar uma situação tão preocupante. No mundo, foram registrados, neste dia, 17.241 mortes, com 396.249 infectados²¹. Números alarmantes que preocupavam e assustavam a população mundial.

Previendo uma piora neste quadro, os organizadores dos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020, que teriam início em julho, resolveram adiar o evento²². Este adiamento também foi aplicado aos jogos Paralímpicos, que, tradicionalmente, se sucedem após os jogos olímpicos, no mesmo local. A segurança dos atletas e as condições sanitárias mundiais e espectadores foram os principais motivos para o adiamento em um ano dos jogos. Devido às circunstâncias internacionais, o Comitê Olímpico Internacional (COI) acatou a decisão informando que as 32ª Olimpíadas de Tóquio seriam remarcadas para uma data posterior, tendo em vista proteger a saúde dos atletas e de todos os envolvidos no evento.

Já no cenário político internacional, havia um clima tenso entre Brasil e China, importantes parceiros comerciais, que estavam com relações abaladas após o filho do presidente culpar²³ a China pela pandemia. Para se ter ideia, só nos primeiros meses de 2019, houve saldo positivo de US\$ bilhões para o país em negócios com o governo chinês. Entretanto, culpar o país asiático pela doença, fez as relações diplomáticas se estremecerem, ao passo que houve a necessidade do então presidente, Jair Bolsonaro, ligar e conversar com o presidente chinês²⁴. Os dois governos postaram em suas redes sociais fotos dos governantes e informaram que a

²⁰ <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/24/oms-ve-potencial-para-que-eua-se-tornem-novo-epicentro-de-coronavirus.ghtml>

²¹ <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/24/ultimas-noticias-de-coronavirus-de-24-de-marco.ghtml>

²² <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52021589>

²³ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/18/culpa-e-da-china-diz-eduardo-bolsonaro-embaixador-chines-repudia-e-exige-desculpas.ghtml>

²⁴ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/apos-crise-diplomatica-bolsonaro-telefona-para-dirigente-chines-e-fala-em-lacos-de-amizade.shtml>

conversa serviu para tratar de temas importantes e de interesse comum aos dois países.

Neste quadro em que as políticas sanitárias nacionais tentavam dar conta dos problemas internos causados pela pandemia, se fundem com as políticas externas, o presidente novamente se pronunciou em cadeia de rádio e televisão, sendo o terceiro pronunciamento no mesmo mês. Fato inédito na democracia brasileira, mas compreensível, já que o cenário da pandemia era de surto global e as mortes devido ao coronavírus criavam um clima de medo e instabilidade.

3.4 – Contexto Pronunciamento 31 de março de 2020

Há exatos vinte e cinco dias de seu primeiro pronunciamento sobre a pandemia, o presidente volta a falar à nação. Este é o quarto pronunciamento no mesmo mês proferido em cadeia de rádio e televisão. Desde o seu último pronunciamento que ratificava os perigos da Covid-19, Bolsonaro retornava a público para enfatizar as medidas do governo frente ao desafio sanitário da pandemia. Muita coisa tinha mudado, inclusive, com o agravamento da doença no Brasil e no mundo. Os números de infectados e mortos só aumentavam e o risco de colapso mundial servia de pauta para as agências de comunicação. Nos noticiários, por exemplo, a pandemia dominava os principais assuntos, afinal, todo o mundo estava voltado ao combate a um vírus que estava dizimando a população humana.

No Brasil, o Ministério da Saúde divulgou o balanço da doença causada pelo coronavírus: foram 201 mortes (sendo 136, em São Paulo); 5.717 casos confirmados e uma taxa de letalidade de 3,5%. Ou seja, os números associados à Covid-19 só aumentavam e o acréscimo diário confirmou o maior número de óbitos e infectados desde o primeiro registro da Covid no país.



Figura 12 – Disponível em

< <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/31/brasil-tem-201-mortes-e-5717-casos-confirmados-de-coronavirus-diz-ministerio.ghtml> > Acesso em 02 de fevereiro de 2024

O que assustava a população brasileira, neste dia específico, além da quantidade de casos positivos para a Covid-19, foi o número de óbitos: 42, o maior desde o início da pandemia. O total no número de vítimas ultrapassou as 200, entre os mais de 5,7 mil casos. Havia, também, rugas do atual Governo Federal com a OMS, uma vez que o presidente criticou as recomendações de isolamento social feitas pelo diretor da entidade, Tedros Adhanom²⁵. O presidente brasileiro até citou parte do discurso de Adhanom sobre a pandemia, mas omitiu a parte que o diretor da OMS afirmava que cada país deveria trabalhar para criar soluções econômicas viáveis à população, especialmente os mais pobres, que precisam de uma maior assistência e auxílio financeiro.

²⁵ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/31/bolsonaro-cita-discurso-de-diretor-da-oms-e-omite-trecho-sobre-assistencia-as-pessoas-que-ficaram-sem-renda.ghtml>

Nesta perspectiva, o Congresso Nacional e o governo aprovaram a ajuda financeira de R\$ 600,00 aos trabalhadores informais. Faltava, apenas, a assinatura do presidente. O então ministro da Economia²⁶, Paulo Guedes, veio a público informar que o pagamento do auxílio iria ajudar a manter as pessoas em isolamento, mesmo discurso do então ministro da Saúde, Henrique Mandetta. Contudo, ministros e presidência não estavam alinhados em seus discursos, uma vez que o próprio presidente afirmou que havia uma necessidade de o país voltar a sua “normalidade”, que seria o oposto de “isolamento”, proposto pela OMS e acatado pelos ministérios brasileiros.

Além desse entreveio interno no governo, havia a pressão das outras casas, já que o legislativo, através do presidente da Câmara²⁷, Rodrigo Maia, cobrava o pagamento do auxílio o mais rápido possível, e o calendário disponibilizado pelo governo era de pagamento apenas no dia 16 de abril. A crítica de Maia ao governo evidenciava que o atual governo tinha condições fiscais de adiantar o pagamento, já que o auxílio era “emergencial”, o que configuraria uma urgência e uma necessidade dos trabalhadores informais em ter os recursos monetários. O valor proposto pelo governo era de apenas R\$ 200, mas os parlamentares do Congresso aumentaram o valor durante a votação, estipulando o pagamento por três meses aos habilitados a receberem o benefício.

Na Bahia, a Sesab²⁸ havia registrado 217 casos confirmados, com dois óbitos, ambos de pessoas que apresentavam comorbidades associadas. Segundo a informação da secretaria, havia 17 pessoas curadas e 42 ainda estavam internadas, recebendo acompanhamento médico.

No mundo, os casos de morte aumentavam consideravelmente. A Espanha informou que teve o maior pico²⁹ de mortes pelo coronavírus, com 849 em apenas um dia, totalizando 8.189 óbitos. Já na Itália, foram mais de 11mil mortos no total. Nos Estados Unidos e na França foram 3.416 e 3.523 mortes, respectivamente. Números que ultrapassaram as mortes na China (3.309). De uma forma geral, os números de mortes e infectados pelo coronavírus circulavam socialmente através da mídia

²⁶ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/31/coronavirus-pessoa-com-dificuldade-financeira-pode-obedecer-a-isolamento-diz-guedes.ghtml>

²⁷ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/31/coronavirus-maia-critica-previsao-do-governo-de-pagar-r-600-a-informais-a-partir-do-dia-16.ghtml>

²⁸ <https://www.saude.ba.gov.br/2020/03/31/bahia-registra-total-de-217-confirmacoes-de-covid-19/>

²⁹ <https://g1.globo.com/resumo-do-dia/noticia/2020/03/31/terca-feira-31-de-marco.ghtml>

nacional e internacional que, em plantões diários ou programação normal, informavam à população sobre a gravidade da doença.

3.5 – Contexto Pronunciamento 08 de abril de 2020

O quinto pronunciamento do presidente sobre a Covid-19 foi realizado no dia 08/04/2020, momento de ainda grande contaminação no Brasil e no mundo, bem como de grande articulação referente às medidas de prevenção e tratamento da doença. Segundo números divulgados pela Universidade norte-americana John Hopkins, neste dia, cerca de 1,5 milhão de pessoas no mundo estavam contaminadas e 4 bilhões se encontravam em isolamento³⁰. O número de óbitos assustava, cerca de 88 mil. Liderando as estatísticas de infectados, com mais de 429 mil casos, estavam os Estados Unidos; seguido da Espanha, com 148 mil; Itália, com 139 mil; França, com 113 mil e Alemanha, também com 113 mil. Estes foram os cinco países mais afetados pela doença naquela época.

Um dos casos mais preocupantes no cenário internacional acontecia na Espanha³¹, com 757 mortes diárias, sendo o segundo dia consecutivo com mais óbitos. No total, o país ultrapassava 14.500 mortes decorrentes da Covid-19. Os números altos preocupavam os países que foram forçados a tomar medidas mais restritivas em relação à doença. Segundo balanço divulgado pela agência francesa France-Presse³², mais de 100 países confinaram seus habitantes como forma de diminuir o fluxo de pessoas nas ruas das cidades, e a consequente contaminação em massa. Os 4 bilhões de pessoas confinadas representava em números estatísticos cerca de 52% da população mundial. Ou seja, mais da metade da população do mundo (7,7 bilhões de pessoas, segundo a Organização Mundial da Saúde) estavam confinada.

No Brasil, os casos de contaminação e mortes também aumentavam³³: eram 16.195 casos confirmados, com 822 mortes no total. O estado de São Paulo ainda

³⁰ <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/08/ultimas-noticias-de-coronavirus-de-8-de-abril.ghtml>

³¹ <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/08/mortes-diarias-por-novo-coronavirus-na-espanha-crescem-para-757-total-ultrapassa-14-500.ghtml>

³² <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/08/mais-de-4-bilhoes-de-pessoas-foram-chamadas-ao-isolamento-por-cao-do-novo-coronavirus.ghtml>

³³ <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/08/casos-de-coronavirus-no-brasil-em-8-de-abril.ghtml>

liderava as estatísticas com 6.708 infectados, totalizando 428 mortes; seguido do Rio de Janeiro, com 2 mil casos confirmados e 100 mortos. O estado do Ceará também estava entre os maiores casos de contaminação, com 1.374, e 54 mortes. Já na Bahia, havia 515³⁴, com 18 mortes registradas.

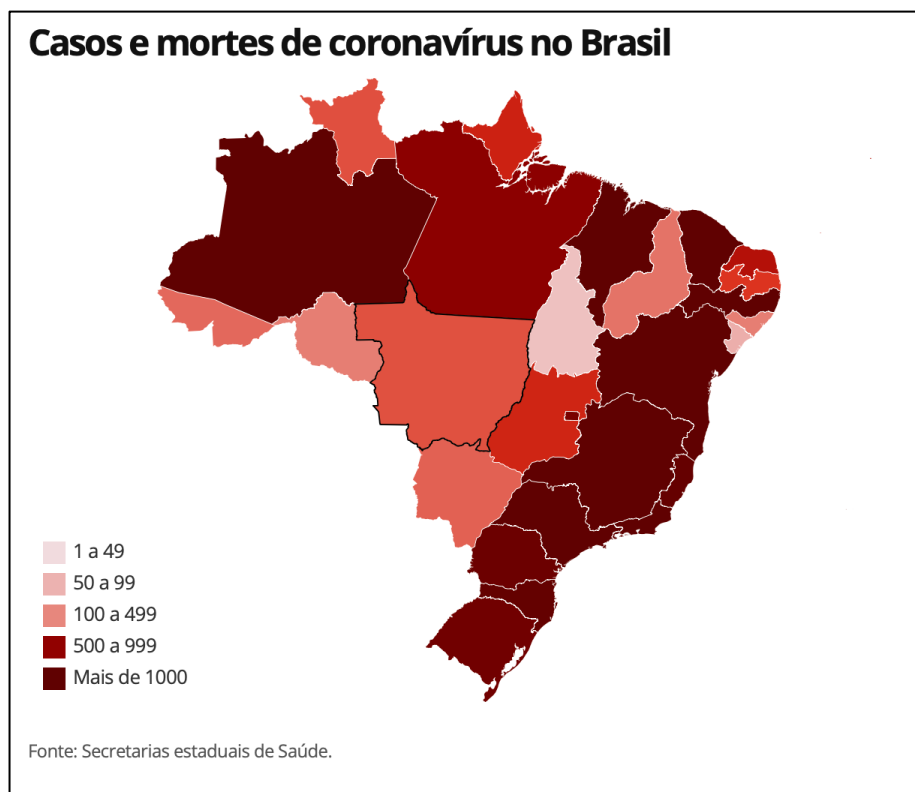


Figura 13 - Disponível em:

< <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/08/casos-de-coronavirus-no-brasil-em-8-de-abril.ghtml> > Acesso em 02 de fevereiro de 2024

Como podemos observar na figura acima, os casos de incidência da doença no país estavam altos, com exceção de Tocantins e Sergipe, que apresentavam números de casos abaixo dos 49. Na noite anterior (7), o governo havia publicado uma Medida Provisória (MP) que liberava de forma extraordinária o saque das contas ativas e inativas do FGTS³⁵. Como forma de movimentar a economia, o saque extraordinário servia para aquecer o mercado nacional uma vez que os efeitos da pandemia da Covid-19 haviam abalado todo o sistema monetário do país. Os critérios e o cronograma de saque foram geridos pela Caixa Econômica Federal, único banco

³⁴ <https://www.saude.ba.gov.br/2020/04/08/bahia-registra-515-casos-de-covid-19-e-128-pessoas-curadas/>

³⁵ <https://www.camara.leg.br/noticias/680408-plenario-aprova-mp-que-permite-saque-extraordinario-do-fgts-durante-pandemia-acompanhe#:~:text=O%20Plenário%20da%20Câmara%20dos,do%20antigo%20Fundo%20PIS%2DPasep.>

nacional 100% público, e é responsável pelos programas econômicos do governo como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, dentre outros.

Em relação ao Auxílio Emergencial divulgado anteriormente pelo Governo, cerca de 26,6 milhões³⁶ de brasileiros se cadastraram para receber a ajuda de R\$ 600, segundo informações da Caixa Econômica. O auxílio, visava pagar trabalhadores informais, MEIs, pessoas desempregadas e contribuintes individuais do INSS durante o período de três meses. Além disso, as mulheres que eram chefes de família poderiam receber duas cotas por mês, ou seja, R\$ 1,2 mil.

3.6 – Contexto Pronunciamento 16 de abril de 2020

Apenas 8 dias após o primeiro pronunciamento do mês de abril, o presidente volta a falar à população sobre a Covid-19 (sexto pronunciamento no total sobre a pandemia). Por uma divergência entre as medidas práticas sobre a pandemia, Bolsonaro vem a público informar a exoneração do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta³⁷. As divergências, como havíamos mencionado anteriormente, se davam, principalmente, por Mandetta defender o isolamento social, enquanto o presidente pedia a “volta à normalidade” e o fim do confinamento. Eram duas médias igualmente opostas que demonstravam a falta de alinhamento do governo nas principais medidas de segurança sanitária a respeito da pandemia. A dicotomia entre salvar “vidas” e/ou “emprego” se manifestava através da defesa desse posicionamento.

Ao infirmar a saída de Mandetta, Bolsonaro coloca no cargo de ministro da Saúde o oncologista Nelson Teich³⁸. O novo ministro assume uma pasta essencial em período de pandemia porque havia uma crise de cunho global, em que o Brasil já figurava com 30 mil pessoas infectadas e ultrapassava 1,9 óbitos. O desafio, nesta época, era, além de alinhar os discursos e estratégias práticas entre Governo e Ministério, como também, gerir a pasta da saúde conforme este alinhamento. As divergências deveriam ficar no passado para que uma sintonia entre presidente e ministro acontecesse da melhor forma possível. Além de médico formado pela

³⁶ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/08/266-milhoes-ja-se-cadastraram-para-receber-o-auxilio-emergencial-de-r-600.ghtml>

³⁷ <https://g1.globo.com/resumo-do-dia/noticia/2020/04/16/quinta-feira-16-de-abril.ghtml>

³⁸ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-04/bolsonaro-anuncia-nelson-teich-como-ministro-da-saude#:~:text=O%20presidente%20Jair%20Bolsonaro%20anunciou,de%2016%20meses%20no%20cargo.>

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Teich tinha especialização em oncologia pelo Instituto Nacional de Câncer (Inca) e empresário, sócio da Teich Care, que presta consultoria de serviços médicos.

O momento delicado e a troca dos ministros, em plena pandemia, culminou em manifestações por todo o país. Panelaços³⁹ foram registrados em dezenas de cidades contra o então presidente Jair Bolsonaro. As principais capitais dos estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, dentre outras, realizaram o pannelaço que foi noticiado e mostrado pelas principais emissoras de televisão do país. Com imagens gravadas de celulares, as pessoas postaram nas redes sociais como forma de protesto também digital acerca da insatisfação com a atual gestão frente à pandemia da Covid-19.

Neste dia, o país registrou 188 novas mortes, somando 1.924, segundo o Ministério da Saúde. Isso representava um aumento de 10,8%, com 30.425 casos confirmados. Em 7 dias, o total de óbitos aumentou drasticamente, com 82,4%.

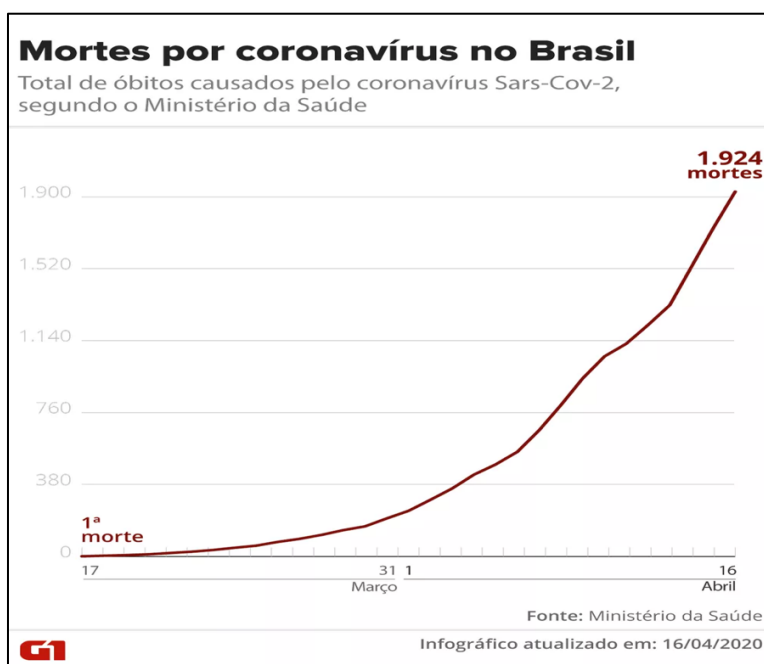


Figura 14 –

Disponível em: < <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/16/brasil-tem-1924-mortes-e-30425-casos-de-coronavirus-diz-ministerio.ghtml> >

Acesso em 02 de fevereiro de 2024

³⁹ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/demissao-de-mandetta-provoca-panelacos-contr-bolsonaro-em-diferentes-pontos-do-pais.shtml>

Outro infográfico mais completo mostra a situação do mapa brasileiro em relação a cada estado, com os números específicos:

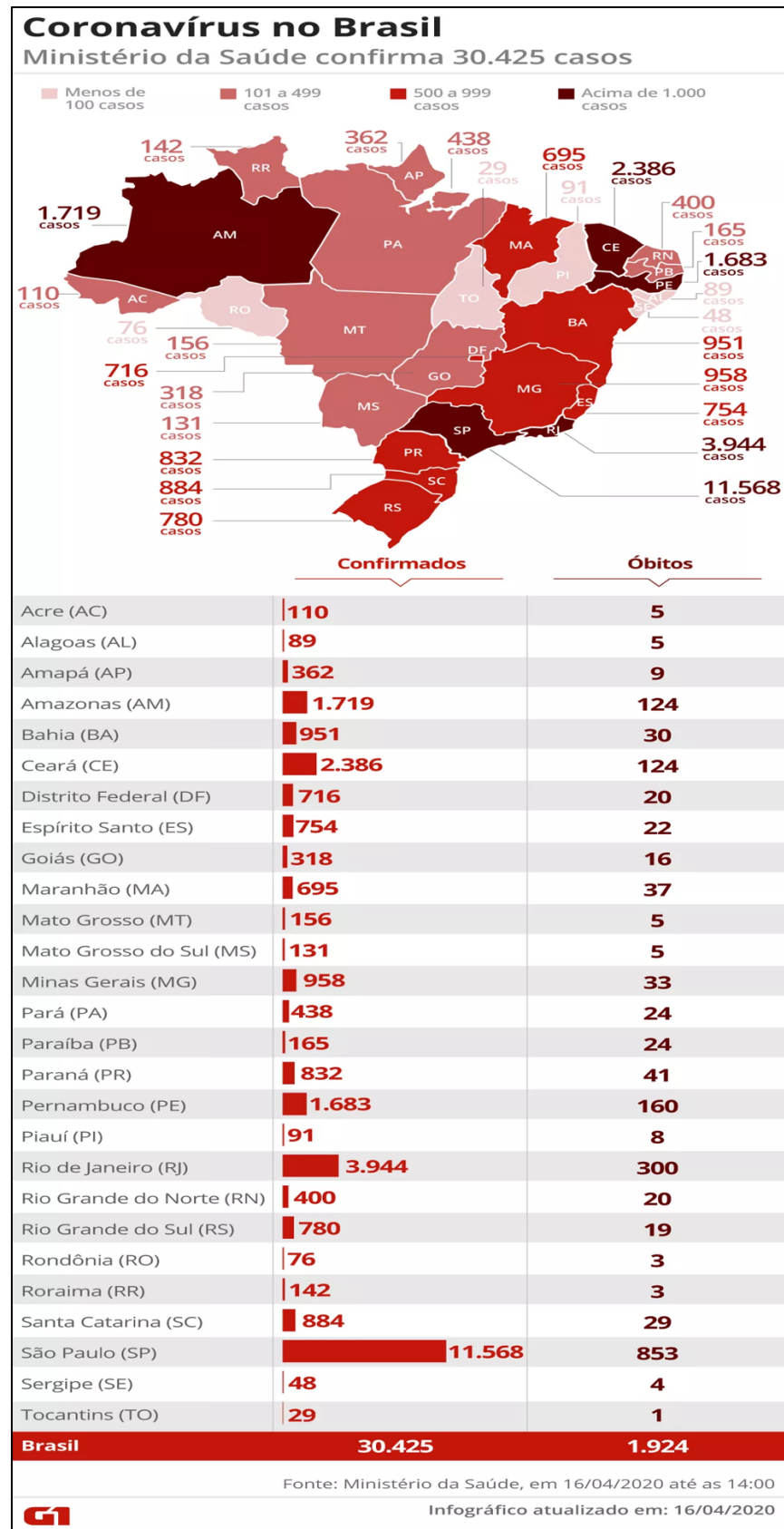


Figura 15 –

Disponível em: < <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/16/brasil-tem-1924-mortes-e-30425-casos-de-coronavirus-diz-ministerio.ghtml> > Acesso em 02 de fevereiro de 2024

Segundo o Ministério da Saúde, os estados com maior número de óbitos eram: São Paulo, com 853; Rio de Janeiro, com 300; Pernambuco, com 160; Ceará, com 124 e Amazonas, também com 124 mortes. A Bahia registrava⁴⁰ o 35º óbito por Covid-19 confirmado pela Sesab. A vítima era um homem de apenas 28 anos, com histórico de obesidade e estava internado em um hospital público em Salvador. De uma forma geral, a situação estava começando a apresentar situações insustentáveis, como no Ceará, onde não havia mais leitos disponíveis em Unidades de Tratamento Intensivo (UTI)⁴¹. A Secretaria Executiva de Vigilância e Regulação de Saúde (Sesa) informou, neste dia, que havia 48 pacientes na fila de espera. Uma situação desesperadora para aqueles que dependiam dos hospitais para tentar estabilizar o quadro clínico.

3.7 – Contexto Pronunciamento 23 de março de 2021

Após um hiato grande sem utilizar o pronunciamento para falar sobre a Covid-19 (os outros dois anteriores a este não faziam referência à pandemia, mas às comemorações do dia 7 de setembro de 2020; e no dia 05 de fevereiro às questões econômicas), o presidente veio a público falar sobre uma variante da doença que agravava ainda mais a situação de saúde no país. Com 11 meses sem mencionar sobre a pandemia à população através do pronunciamento, ficava claro que muita coisa havia mudado em relação à conjuntura nacional e mundial em relação ao enfrentamento ao vírus.

Neste dia, o país passava pela primeira vez durante a pandemia, foram registradas 3.158⁴² mortes por Covid-19. Um triste recorde que alarmava muito à população brasileira. O país somava 298.843 óbitos, com uma média acima de 2 mil mortes por dia. Segundo o consórcio de veículos de imprensa (criado para veicular as informações colhidas pelas secretarias de saúde estaduais), apenas a região Norte

⁴⁰ <https://www.saude.ba.gov.br/2020/04/16/bahia-registra-35-obito-por-covid-19/>

⁴¹ <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/brasil/2020/04/ceara-atinge-100-da-capacidade-dos-leitos-de-uti-para-coronavirus-fi.html>

⁴² <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/23/covid-19-coronavirus-casos-mortes-23-de-marco.htm>

se encontrava estável na média de óbitos (4%). As outras regiões apresentavam avanço: centro-oeste (65%), sudeste (64%), Sul (38%) e nordeste (25%).

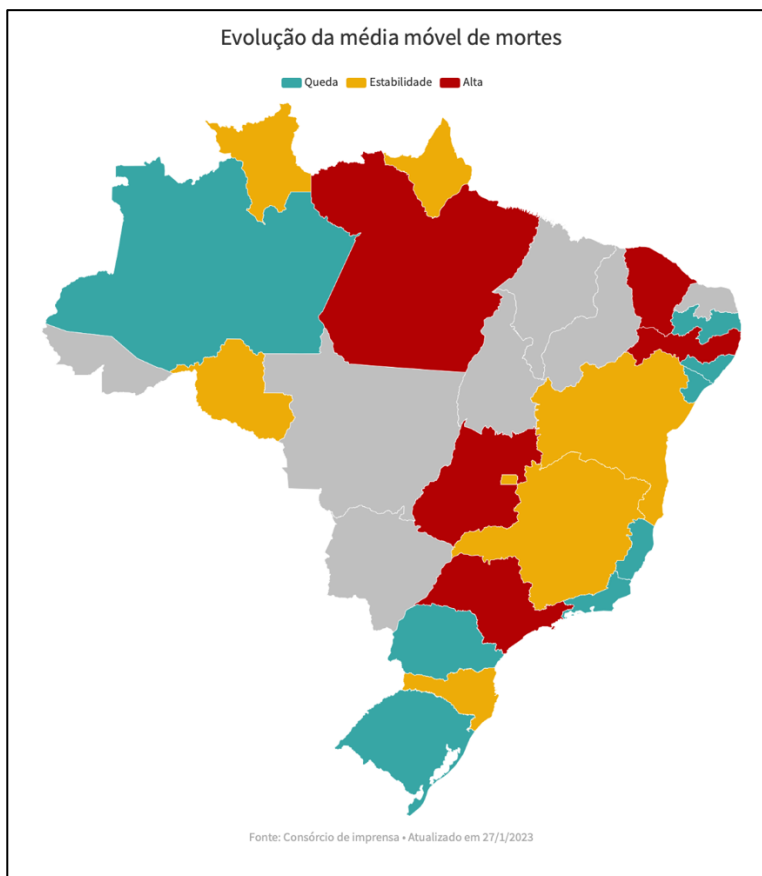


Figura 16 –

Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/23/covid-19-coronavirus-casos-mortes-23-de-marco.htm> > Acesso em 02 de fevereiro de 2024

Na ocasião, o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, havia negado o pedido do presidente, Jair Bolsonaro, para barrar os decretos estaduais do Distrito Federal, Bahia e Rio Grande do Sul, que instituíam maior rigor ao isolamento mediante a alta nas taxas de infecção e mortes⁴³. Com isso, os decretos foram mantidos e determinavam a limitação de atividades consideradas não essenciais e toque de recolher durante a noite até a manhã do dia seguinte. Estes decretos demonstravam um desalinhamento entre governadores e o presidente, que sempre foi contrário às medidas de isolamento social e defendia a volta à normalidade. Mesmo o país vivendo o pior cenário durante a pandemia, o presidente alegava que

⁴³ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/23/marco-aurelio-nega-pedido-de-bolsonaro-contra-decretos-de-df-ba-e-rs-sobre-medidas-de-isolamento.ghtml>

as medidas dos governadores eram inconstitucionais, o que não foi interpretado desta forma pelo ministro do STF.

O agravamento da doença atingia o Sistema Único de Saúde (SUS). Em São Paulo, faltavam medicamentos utilizados para entubar os pacientes em estado grave. O governo paulista culpava o governo federal, que teve que impor um racionamento a fim de otimizar à alta demanda. O Ministério da Saúde reduziu em 10 milhões o número de vacinas que estavam previstas para o mês de abril⁴⁴. A redução não foi vista com bons olhos pelos especialistas. Em comparação com os números de vacinados em relação a outros países, como Argentina, Chile e Estados Unidos, a taxa de vacinação do Brasil era muito baixa. Além disso, a cloroquina, remédio amplamente defendido e investida pelo presidente para o combate aos sintomas da Covid-19, foi classificada como “sem eficácia”, pela Associação Médica Brasileira⁴⁵. Segundo o boletim emitido pela entidade, não era possível associar melhoras ao quadro do paciente e reforçava os métodos de prevenção da doença, como isolamento, uso de máscaras e a urgente vacinação.

Neste dia, Bolsonaro deu posse ao novo Ministro da Saúde (o quarto a ocupar a pasta), o médico Marcelo Queiroga⁴⁶, assumindo o lugar de Eduardo Pazuello. Em cerimônia discreta no Palácio do Planalto, Queiroga assumia o ministério mediante aos recordes de mortes pela Covid-19. Médico cardiologista, o então ministro já havia sido indicado pelo presidente à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), mas a indicação não havia sido votada pelo Senado.

3.8 – Contexto Pronunciamento 02 de junho de 2021

O penúltimo pronunciamento que tinha como foco a pandemia da Covid-19, ocorreu no mês de junho. Com o avanço da vacinação, a média diária de mortos reduziu, passando a ser 1.629. Neste dia, o Brasil havia registrado 866 óbitos nas últimas 24 horas, totalizando 473.495 mortes.

⁴⁴ <https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2021/03/23/ministerio-da-saude-retira-quase-10-milhoes-de-doses-de-vacinas-contr-a-covid-19-previstas-para-abril.ghml>

⁴⁵ <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/23/amb-diz-que-uso-de-cloroquina-e-outros-remedios-sem-eficacia-contr-a-covid-19-deve-ser-banido.ghml>

⁴⁶ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/23/bolsonaro-da-posse-a-marcelo-queiroga-como-ministro-da-saude.ghml>

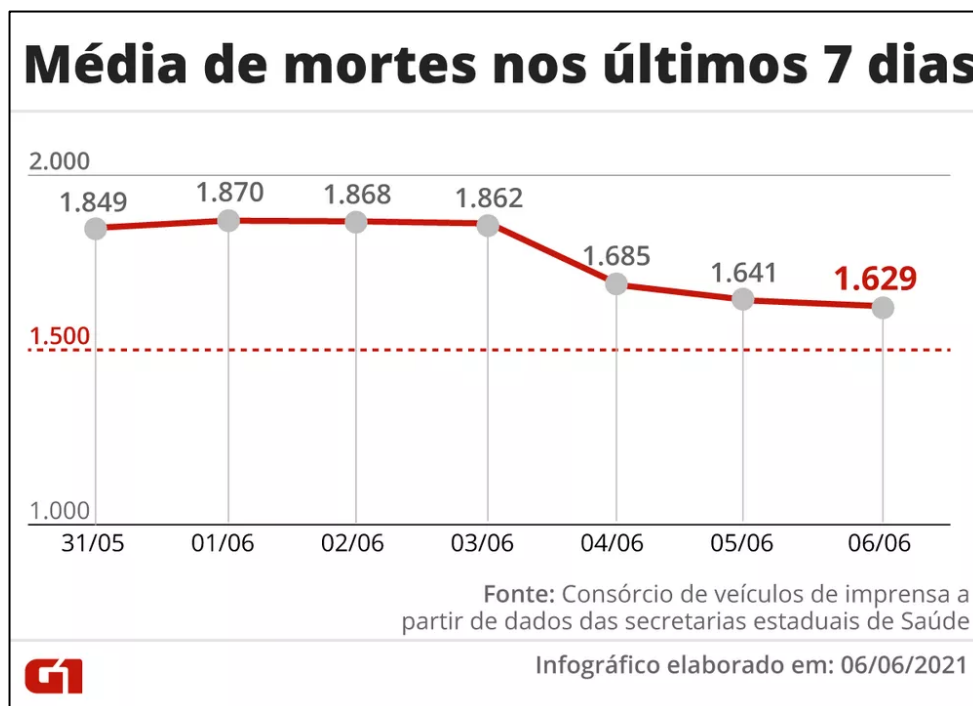


Figura 17 – Disponível em:

< <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/06/06/brasil-registra-media-movel-de-1629-mortes-por-covid-na-ultima-semana-total-passa-de-4734-mil.ghtml> > Acesso em 02 de fevereiro de 2024.

Segundo o consórcio de veículos de imprensa, o país tinha mais de 71 milhões de doses de vacinas aplicadas⁴⁷, correspondendo 48.977.254 (primeira dose), e 22.930.114 (segunda dose).

⁴⁷ <https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2021/06/06/brasil-tem-mais-de-71-milhoes-de-doses-de-vacinas-contra-covid-aplicadas-de-acordo-com-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>

Vacinação nos estados

Veja como está o andamento da campanha em cada local

UF	Número de vacinas aplicadas na 1ª dose	% da população vacinada com a 1ª dose	Número de vacinas aplicadas na 2ª dose	% da população vacinada com a 2ª dose	Total de vacinas aplicadas até hoje
TOTAL	48 977 254	23,13%	22 930 114	10,83%	71 907 368
AC	142 168	15,89%	58 230	6,51%	200 398
AL	756 847	22,58%	58 039	8,59%	1 044 631
AM	794 722	18,89%	480 038	11,41%	1 274 760
AP	132 604	15,39%	479 525	6,89%	191 978
BA	3 637 037	24,36%	59 374	10,49%	5 203 016
CE	1 820 930	19,82%	1 564 077	11,85%	2 909 248
DF	683 272	22,36%	328 620	10,76%	1 011 892
ES	1 106 833	27,23%	449 569	11,06%	1 556 402
GO	1 509 114	21,21%	446 619	9,23%	2 165 680
MA	1 392 985	19,58%	544 360	7,65%	1 937 345
MG	4 928 532	23,15%	544 649	11,19%	7 311 297
MS	911 077	32,43%	376 283	13,39%	1 287 360
MT	647 342	18,36%	289 235	8,20%	936 577
PA	1 566 763	18,03%	770 241	8,86%	2 337 004
PB	898 989	22,26%	447 471	11,08%	1 346 460
PE	2 012 193	20,92%	945 710	9,83%	2 957 903
PI	619 459	18,88%	291 865	8,89%	911 324
PR	2 765 841	24,02%	291 731	10,81%	4 011 161
RJ	3 379 285	19,46%	1 237 008	9,12%	4 962 340
RN	749 827	21,22%	375 106	10,61%	1 124 933
RO	286 258	15,93%	374 750	7,38%	418 763
RR	101 414	16,07%	130 937	9,66%	162 411
RS	3 314 546	29,02%	1 563 899	13,69%	4 878 445
SC	1 795 091	24,75%	1 562 309	10,33%	2 543 978
SE	498 721	21,51%	198 698	8,57%	697 419
SP	12 246 676	26,46%	197 634	12,68%	18 114 008
TO	278 728	17,53%	131 907	8,29%	410 635

Fonte: Consórcio de veículos de imprensa a partir de dados das secretarias estaduais de Saúde
Atualizado em: 06/06/2021

Figura 18 - Disponível em: < <https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2021/06/06/brasil-tem-mais-de-71-milhoes-de-doses-de-vacinas-contr-a-covid-aplicadas-de-acordo-com-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml> > Acesso em 02 de fevereiro de 2024

Em relação às mortes, quatro estados estavam em alta: TO, AC, MS e PE. Onze estavam em estabilidade: RN, DF, BA, AM, MT, AL, PB, SC, MA, GO, SP e RS. Dez apresentava queda: SE, CE, PR, PA, MG, ES, AP, PI, RJ, RO. Este balanço era

semanalmente atualizado pelo consórcio de veículos de imprensa com base nas secretarias de saúde de todos os estados.

3.9 – Contexto Pronunciamento 31 de dezembro de 2021

Após seis meses, em dezembro, o presidente retorna para falar à nação, no último dia do ano. Como era de se esperar a essa época, o chefe do executivo fez um balanço de seu governo e, claro, abordou a questão da pandemia como forma de enfrentamento. Nesta ocasião, após a vacinação em massa promovida pelo Governo Federal, Estados e Municípios, a média de mortes diárias caiu para 97, totalizando 619.109⁴⁸. Estes números eram encontrados no consórcio entre veículos de imprensa, que coletavam os dados dos estados e municípios, e compartilhavam entre si, já que o Ministério da Saúde, a mando do presidente, não divulgava⁴⁹ mais estes números.

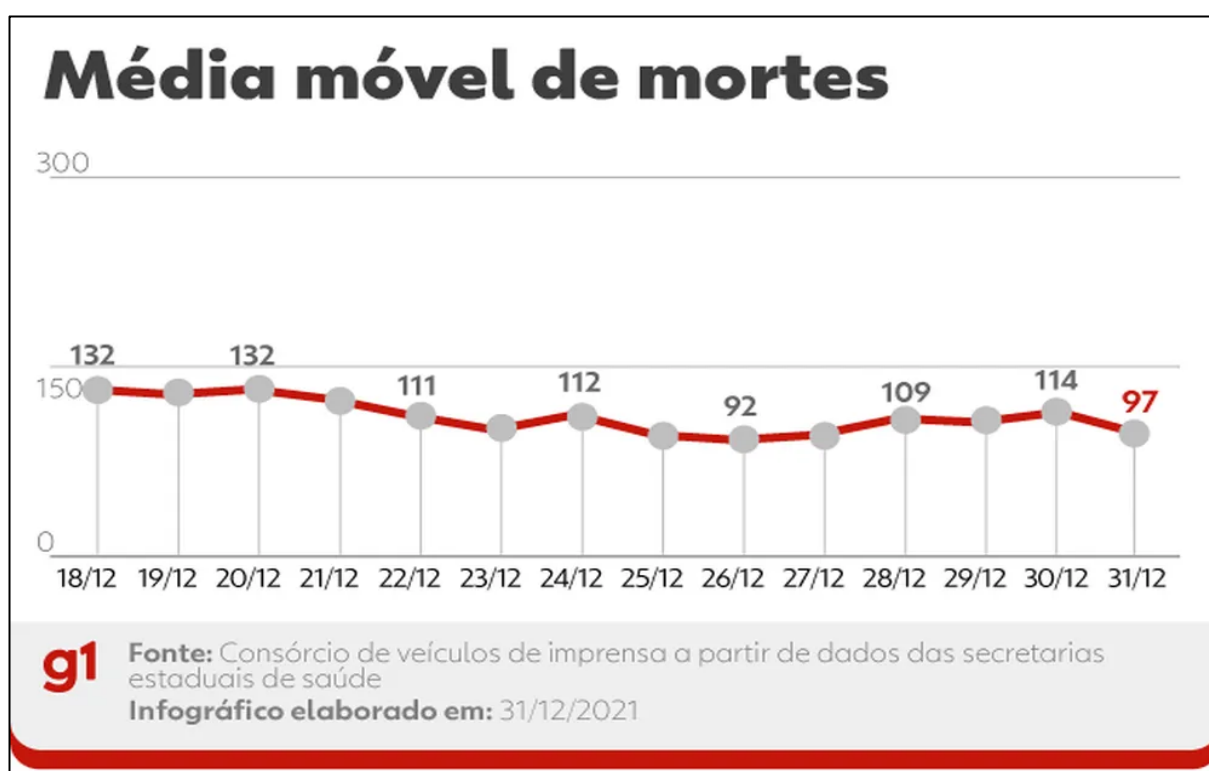


Figura 19 - Disponível em: < <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2021/12/31/brasil-registra-media-movel-de-97-mortes-diarias-por-covid.ghml> > Acesso em 02 de fevereiro de 2024

⁴⁸ <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2021/12/31/brasil-registra-media-movel-de-97-mortes-diarias-por-covid.ghml>

⁴⁹ <https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/02/17/ministerio-da-saude-vai-parar-de-divulgar-dados-diarios-da-covid-19-a-partir-de-marco.ghml>

Neste período, os estados que não tinham registrado o número de mortes eram: AC, AL, MS, PI, RN, RO e SE. Apenas os Estados de RR e TO não conseguiram enviar os dados a tempo para ser contabilizado. O país começava, aos poucos, respirar aliviado, com a média de mortos abaixo dos 1 mil, após termos 191 dias seguidos acima desse valor. Para se ter ideia, de março a maio, a média de mortos era de 2 mil, e no pior momento da pandemia, chegou ao recorde de 3.125, em abril. Dentre os casos confirmados, havia 22.285.373 brasileiros que tiveram ou aparentavam o diagnóstico positivo para a Covid-19. Os números apresentados ainda oscilavam, mas, apesar dos casos confirmados, o número de mortes, como vimos, havia diminuído.

A Bahia apresentava estabilidade nos números de mortes, juntamente com AM; GO, MS, MA, PB, PE, AC e SC.



Figura 20 - Disponível em: < <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2021/12/31/brasil-registra-media-movel-de-97-mortes-diarias-por-covid.ghml> > Acesso em 02 de fevereiro de 2024

Apesar desse “respiro”, o clima político andava tenso, especialmente porque envolvia a gestão do então presidente. Além de ser envolvido em uma CPI que investigava ações e omissões durante a pandemia, o presidente atacava constantemente o Supremo Tribunal Federal⁵⁰. O chefe do executivo ainda repetia as mesmas atitudes durante a maior crise sanitária mundial, promovendo aglomerações e criticando o uso de máscaras, bem como recomendando o uso de remédios cuja

⁵⁰ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/12/31/terceiro-ano-de-governo-bolsonaro-e-marcado-por-cpi-pandemia-e-ameacas-a-democracia.ghml>

eficácia não foi comprovada. No início do mês, o presidente foi alvo de seis inquéritos no STF e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para apurar irregularidades⁵¹: no STF, havia as seguintes denúncias: 1) interferência do presidente nas ações da Polícia Federal; 2) prevaricação sobre irregularidades na negociação da vacina Covaxin; 3) ataques às urnas eletrônicas; 4) vazamento de dados de inquéritos sigilosos da PF; 5) divulgação de fake news relacionadas as vacinas contra a Covid-19 e um suposto risco de desenvolver Aids. Já no TSE: havia a seguinte denúncia: 1) ataques sem provas contra o sistema de votação eletrônica.

Como podemos observar, havia uma instabilidade política por conta das ações do presidente que culminaram nas investigações feitas pelo STF e TSE, além de ter várias polêmicas associadas à sua postura enquanto presidente da República na condução das ações da pandemia. Estas conduções, ou a falta delas, resultaram, neste dia, em quase 620 mil mortes por Covid-19, ou seja, mais de meio milhão de pessoas mortas por conta da falta da antecipação da aplicação da vacina. Como pudemos observar, uma dessas denúncias dá conta da prevaricação do presidente referente às negociações de uma das vacinas⁵². Esta irregularidade, de imediato, poderia ter contribuído diretamente para um número considerável de mortes, já que, milhares de pessoas morreram sem receber as doses necessárias para imunização completa.

⁵¹ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/12/03/bolsonaro-e-alvo-de-seis-inqueritos-no-stf-e-no-tse-veja-detalhes.ghtml>

⁵² <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/07/12/pf-abre-inquerito-para-apurar-se-bolsonaro-prevaricou-no-caso-da-covaxin.ghtml>

4 ANÁLISE

4.1 O pronunciamento presidencial em cadeia nacional

Antes de começarmos nossa análise, é interessante situarmos o aspecto técnico de nosso *corpus*: o pronunciamento presidencial. De antemão, faremos um breve percurso histórico para poder compreendermos como este dispositivo de comunicação surgiu, como ele funciona hoje e como ele adota, para a análise argumentativa. Observar a evolução deste aparato comunicacional nos faz perceber como a política consegue afetar milhões de pessoas a partir dos argumentos presentes no discurso. Afinal, para que as ideias e argumentos façam sentido entre a população, elas têm que circular. É isso que decorre do processo de identificação ou não dessas ideias. Do debate ou não de certas premissas. Do diálogo ou guerra entre pares. O discurso político encontra brechas nos assuntos sociais mais corriqueiros. Nos lugares mais improváveis. O que gera acordos e desacordos dos mais variados níveis de relações interpessoais.

Uma característica do discurso político é sua condição de teor público, cujo propósito mais ou menos óbvio é manter ou ganhar força ideológica (PIOVEZANI, 2015). Desta forma, um orador se dirige ao seu auditório por meio de uma fala política pública modificada ao longo da história, mediante distintos regimes de governo, e mediada por diferentes dispositivos tecnológicos. Arelado a isso tudo, continuam presentes os fatores subjetivos, que interferem, também, à adesão, ou não, deste discurso. O falar público, portanto, é uma atividade política poderosa, pois tem a capacidade de agregar ou afastar indivíduos, fomentar ideias e consolidar correntes *doxas* existentes.

Piovezani (2015, p.295) explica que há três meios de fala públicas importantes que fomentou ao longo dos anos o processo de discurso político como concebemos hoje:

Entretanto, se o palanque, o rádio e a tevê convivem em nossos dias, de fato, a tribuna no espaço público foi o meio predominante de circulação do discurso político durante o ocaso do século IXI e a aurora do século XX, ao passo que o rádio prevaleceu na primeira metade do século passado e que a televisão foi aí se tornando hegemônica no espaço privado, a partir da segunda metade desse século.

Como afirmamos, o autor não pretende observar somente a questão técnica desses três importantes espaços, mas vislumbrar como estas possuem papel fundamental na mudança de como os políticos se dirigem ao público. Em princípio, temos o palanque, que é um espaço que utilizava a interlocução sonora e visual, o que permitia que orador e auditório compartilhassem o mesmo tempo e espaço. Neste espaço, a fala pública necessitava de uma voz intensa, com gestos fortes e *pathos* acalorados. “Por essas razões, grosso modo, a prática da fala pública nos palanques parece caracterizar-se pelo engajamento do *ethos*, pela constância do *pathos* e pela presença oscilante do *logos*” (PIOVEZANI, 2015, p.297). Esse discurso, portanto, era limitado pelo tempo e pelo espaço, uma vez que esse discurso alcançava certo número de pessoas.

O pronunciamento presidencial possui características simbólicas diferenciadas e é proferido por aquele que ocupa o mais alto cargo na cadeia política nacional, para aqueles a quem ele governa. É o presidente da nação falando para seu povo. É um evento solene. Por isso, o pronunciamento difere das características técnicas e simbólicas de outros gêneros discursivos, como uma entrevista ou uma *live* nas redes sociais, por exemplo. Ela pode acontecer de forma esporádica (ordinário ou extraordinário) e tratar de assuntos de interesse da nação, como a pandemia, por exemplo. Existe uma “pompa” formal que reveste o pronunciamento, dando um ar de relevância ao discurso muito maior que em outros casos.

Conforme estudam Canel e Sanders (2012), o pronunciamento presidencial pode ser classificado como comunicação governamental e possuem abordagens e estratégias examinadas por duas vias: a priori, abordagem que “baseia-se em uma análise das características da comunicação em diversos ambientes institucionais” (p.85); e a posteriori, que analisa todo tipo de pesquisa relacionada à gestão como forma de entender o funcionamento da comunicação governamental, baseados em dados “juntamente com as amplas abordagens temáticas e teóricas oferecidas pela comunicação política para mapear o que a academia entende como constituindo o objeto e os métodos para o estudo da comunicação governamental” (p.85).

Desta forma, após esse breve relato técnico e sócio-histórico, consideraremos o pronunciamento presidencial como uma prática discursiva-argumentativa, que faz com que sujeitos se identifiquem, ou não, com os discursos do presidente, como também, determinam sobre ações e práticas materiais frente à pandemia da Covid-

19. Pensar o pronunciamento como uma prática discursiva é levar em conta, por exemplo, que o presidente do país adota uma corrente *dóxica* específica, que possui crenças, valores e ações também específicas. Neste caso, o que queremos observar é que há um funcionamento *dóxico* inerente a essas formações que determinam o que é dito e como é dito.

Entretanto, não iremos nos ater a este *corpus* teórico, pois mobiliza certos conceitos que fogem ao nosso propósito, que é apresentar uma análise argumentativa de um discurso político importante frente a um contexto social mundial devastador, o qual é a pandemia da Covid-19. Isso quer dizer que o pronunciamento presidencial, como prática argumentativa, mantém uma relação que pode identificar, ou não, sujeitos numa dada condição histórica.

Como resultado, podemos observar que há uma polarização política que pode determinar as posições antagônicas dos sujeitos frente aos discursos que circulam em determinadas épocas. Concordar ou não com o *lockdown*. Tomar ou não a vacina. Respeitar ou não as orientações sanitárias de saúde. Estes são exemplos de como as práticas sociais podem ser afetadas a partir dos discursos distintos que circulam em sociedade. Logo, os argumentos do presidente da república, que possui o aparato de comunicação de maior alcance, o pronunciamento presidencial, podem influenciar tomadas de decisões de milhões de pessoas. Sejam elas eleitoras dele, ou não.

Nesta perspectiva, podemos tomar o pronunciamento presidencial, também, como um gênero textual sócio-discursivo, pois “contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia a dia” (MARCUSCHI, 2005, p.19). Ou seja, serve para balizar os assuntos sociais das conversas triviais diárias, como também, podem ser pauta de notícias e comentários da grande mídia, ganhando, assim, uma dimensão maior pelo grande alcance das notícias jornalísticas. É por isso, de fato, que o pronunciamento, ou um discurso comum a seus eleitores, pode virar notícia, fomentar debates, acirrar discussões e criar diálogos positivos para aqueles que compartilham dos mesmos ideais políticos-ideológicos. O discurso político, quando potencializado pela grande mídia, possui o poder, através da linguagem, de induzir o acordo ou fomentar o desacordo, conforme os valores de cada sujeito.

Charaudeau (2018, p.39), ao discutir sobre esta influência social da linguagem do discurso político, afirma que esta

[...] motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido. A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações e influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e ação políticos.

É neste sentido que podemos pensar que a comunicação governamental, inscrita num discurso político, determina ações, promove debates e, como o autor citou, promove ações. A comunicação governamental, portanto, faz parte de um discurso político, pois, como já dissemos, parte de um sujeito que, além de ocupar uma posição-sujeito no cenário político, tem o poder de influenciar pessoas e determinar, do ponto de vista prático, ações em prol do social. Diferentemente do discurso eleitoral, por exemplo, que também faz parte do discurso político, a comunicação governamental trata de uma política de ações de pessoas eleitas democraticamente para exercer certos cargos. E, como ato de comunicação, dedica-se, através dos meios de comunicação, em influenciar opiniões com o intuito de obter adesões, concordâncias, apoio.

Sobre este aspecto, é interessante destacarmos, ainda, que a comunicação governamental, em especial o pronunciamento presidencial, é mediada pelos meios de comunicação de massa. Isso quer dizer que há uma interdependência entre os pares. Enquanto o governo necessita da mídia para veicular as informações e comunicados, a mídia, por sua vez, depende do governo para alimentar sua pauta diária (uma vez que o pronunciamento gera conteúdo para os jornais), além de ter verbas públicas destinadas às emissoras.

Nessa linha de raciocínio, Kaid e Holtz-Bacha (2007) compreendem que as tomadas de decisões políticas são importantes mediadoras na comunicação e, “por meio seletivo, exposição, recepção, aceitação e retenção, eles guiam como as informações da mídia de massa e outras fontes são processadas” (157). Ou seja, os rumos políticos são fontes de informação para os meios de comunicação de massa que, de forma direta, transmitem a informação à população.

4.2 Análise do pronunciamento de 6 de março de 2020

Neste dia, segundo informações divulgadas pela universidade americana Johns Hopkins⁵³, o número de infecções causadas pelo novo coronavírus chegou a 100.347 em todo o mundo. O país com maior número de casos registrados continuava sendo a China, com 80.710, até o momento. A maioria deles está na província de Hubei, que não tinha registrado novos casos de Covid-19 nas últimas 24 horas; foi a primeira vez desde o início da epidemia. O Brasil tinha 13 casos confirmados, sendo 10 em São Paulo; 1 no Rio de Janeiro; 1 no Espírito Santo e 1 na Bahia.

A partir dessa situação, o presidente do Brasil se pronunciou:

Boa noite.⁵⁴

O mundo enfrenta um grande desafio. Nos últimos meses, surgiu um vírus novo, contra o qual não temos imunidade. Os casos se iniciaram na China, mas o vírus já está presente em todos os continentes.

O Brasil reforçou seu sistema de vigilância em portos, aeroportos e unidades de saúde e foi o primeiro país da América do Sul a lidar com a enfermidade. Desde então, transmitimos informações diárias, transparentes a todos os estados e municípios para que cada um organize, da melhor forma, o atendimento à população.

O Governo Federal vem prestando orientações técnicas a todos os estados, por intermédio do Ministério da Saúde. Os demais ministérios uniram esforços e, juntos aos demais poderes, seguirão garantindo o funcionamento das nossas instituições até o retorno à normalidade

Determinei ações que ampliam o funcionamento dos postos de saúde, bem como reforço aos nossos hospitais e laboratórios. Ainda que o problema possa se agravar, não há motivo para pânico. Seguir rigorosamente as recomendações dos especialistas é a melhor medida de prevenção.

Que Deus nos proteja e abençoe o nosso Brasil.

O presidente inicia seu pronunciamento de forma direta com uma saudação apenas com um “Boa noite”. Não há, neste caso, nenhuma menção à nação através do uso de pronomes de tratamento que são característicos de forma simbólica ao ato de discursar ao povo. Tal simbologia, por exemplo, é utilizada de forma direta nas

⁵³ <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/06/ultimas-noticias-de-coronavirus-de-6-de-marco.ghtml>

⁵⁴ Pronunciamento do presidente da República disponível em <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/privadas-antigas/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-do-senhor-pr%E2%80%A6>

novelas brasileiras, como a personagem de Paulo Gracindo, Odorico Paraguaçu, na novela “O Bem-amado”, da Rede Globo, de 1973. O exagero de bordões e neologismos, acompanhados de entonação forte e decisiva, era uma forma caricata de demonstrar à população da cidade fictícia de Sucupira que aquele discurso estava sendo proferido a todos, mas também a cada um enquanto cidadão.

A novela, neste caso, torna-se uma representação do discurso político “real” que destina seus pronunciamentos ao povo a quem representa. É uma forma oratória eficiente de conectar o orador ao seu auditório e criar empatia, ou até mesmo interesse para que estes continuem a acompanhar o discurso. No caso de Bolsonaro, nota-se, de imediato, a falta de elementos linguísticos que possam criar qualquer tipo de conexão com o povo brasileiro. A fala seca, desacompanhada de um simples “amigos e amigas”, ou “brasileiros e brasileiras”, por exemplo, causa um efeito de cumprimento de agenda política. Um ritual comum ao cargo de presidente do país que deve falar à nação por haver uma demanda urgente (o início da pandemia).

Ao falar do vírus em âmbito mundial e que, conseqüentemente, iria chegar ao Brasil, o presidente segue seu discurso também enquanto uma rotina de medidas que estão sendo tomadas, segundo ele, para poder, desta forma, haver um “retorno à normalidade”. Neste caso, o presidente utiliza o esquema argumentativo pragmático, que “permite apreciar um ato ou acontecimento consoante suas conseqüências favoráveis ou desfavoráveis” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p.303). O reforço aos sistemas de vigilâncias de locais públicos, a transmissão de informações diárias verídicas sobre os casos da doença, as orientações técnicas de saúde passada aos estados, as ações em conjuntos dos ministérios... foram ações, segundo o presidente, essenciais para o enfrentamento à Covid-19, à época.

Desta forma, o presidente se utiliza do argumento da gravidade do problema, bem como a urgência de tomadas de ações através dos termos “desafios”, “novo vírus”, “sem imunidade”, “todos os continentes”. Estes termos servem para demonstrar essa urgência que, em seguida, poderia demonstrar as ações que seriam tomadas pelo governo brasileiro em relação à pandemia.

Este esquema argumentativo poderia ser representado desta forma:

Premissa 1: O mundo enfrenta um grande desafio (surgimento do vírus);

Premissa 2: O vírus está em circulação e ainda não temos imunidade;

Conclusão: [Logo] Todos estão à mercê do vírus.

Percebemos que o início deste pronunciamento, embora sucinto e corriqueiro, não nega a existência do vírus, entretanto, dá indício de como o presidente não discursa sobre a gravidade dele. Há, portanto, uma conclusão, que é implícita, de que todos os países irão apresentar casos da doença e não apenas um país específico, o que justificaria as ações do governo. Por conta disso, todos estão vulneráveis ao coronavírus.

Ele continua:

Vemos, portanto, que o presidente utiliza do argumento de eficácia das ações tomadas pelo governo. O esquema argumentativo pragmático (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p.303) é novamente utilizado pelo presidente. Assim, poderíamos representar da seguinte forma:

Premissa 1: O Brasil reforça seu sistema de vigilância para a chegada do vírus no país;

Premissa 2: As informações transparentes são passadas diariamente a estados e municípios;

Conclusão: [Logo] O país está preparado para lidar com os casos de Covid-19.

A partir deste esquema, temos como conclusão o sentido de capacidade para lidar com o problema sanitário. Fica explícito que este preparo requer uma organização, logo, o presidente movimenta toda uma estrutura de vigilância em locais estratégicos que, nas palavras do presidente, envolve estados e municípios, conforme veremos a seguir:

O Governo Federal vem prestando orientações técnicas a todos os estados, por intermédio do Ministério da Saúde. Os demais ministérios uniram esforços e, juntos aos demais poderes, seguirão garantindo o funcionamento das nossas instituições até o retorno à normalidade.

Há, neste caso, a utilização do argumento de colaboração entre União, estados e municípios, que, nas palavras do presidente, estão unidos em prol de um único objetivo. Desta forma, o limiar entre “normalidade” e “não normalidade” é uma

dualidade interdiscursiva que evoca não só a perspectiva de sobrevivência da população mundial, como também, sobre quais medidas deveriam ser tomadas para se garantir tal sobrevivência. Há um antes e depois, neste caso, que infere uma passagem de tempo “segura” para todos que estivessem à mercê do vírus. Deste ponto de vista, o presidente continua utilizando o argumento pragmático que vê a volta à normalidade como uma consequência dos atos do governo. A pandemia torna-se algo passageiro. Logo, tais inseguranças e perigos, assim, iriam passar. O argumento de “volta à normalidade”, portanto, denota dois pontos importantes: primeiro, o implícito de que a situação estava sob controle (mesmo com as mais de mil e trezentas mortes na China, país onde surgiu os primeiros casos); segundo, pelo desconhecimento que o mundo ainda passava sobre os processos de transmissão e tratamento dos infectados pela Covid-19. Desta forma, temos como efeito discursivo, a falsa ideia de controle via medidas orientadas pelos órgãos mundiais de saúde e adotadas pelo Brasil.

Ao se encaminhar para finalizar o primeiro pronunciamento que tem como tema principal a pandemia causada pela Covid-19, o presidente informa que, mesmo com a possibilidade de agravamento da doença, argumento pragmático (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014), “não há motivo para pânico”. E, como saída fundamental, seguir “recomendações dos especialistas”. O discurso “cautelar” se opõe ao “pânico” mundial. A população via nas várias notícias midiáticas o número assombroso de números de mortos diários nos países que já tinham tido casos positivos da doença. A palavra “pânico” é utilizada de forma objetiva porque havia, à época, 13 casos confirmados da doença no país⁵⁵, com 98 mil pessoas infectadas no mundo e 3,3 mil mortes.

Determinei ações que ampliam o funcionamento dos postos de saúde, bem como reforço aos nossos hospitais e laboratórios. Ainda que o problema possa se agravar, não há motivo para pânico. Seguir rigorosamente as recomendações dos especialistas é a melhor medida de prevenção.

Este esquema pragmático pode ser representado da seguinte forma:

Premissa 1: O presidente determinou o funcionamento dos postos de saúde e reforço aos hospitais e laboratórios;

⁵⁵ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51777889>

Premissa 2: A população deve seguir rigorosamente as recomendações dos especialistas como melhor medida de prevenção;

Possibilidade: Mesmo que haja o agravamento da doença;

Conclusão: [Logo] Não há motivo para pânico.

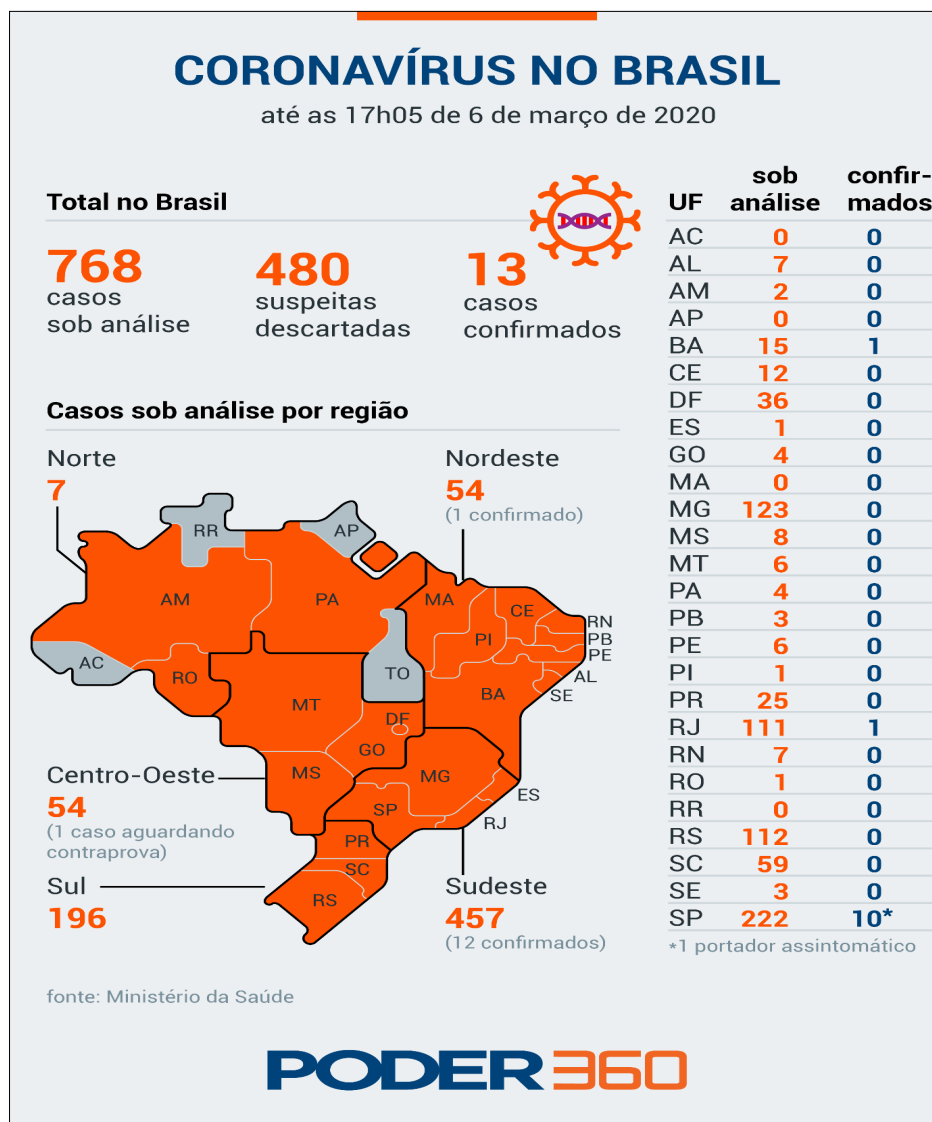


Figura 21 - Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/bolsonaro-fala-sobre-coronavirus-e-diz-nao-haver-motivo-para-panico/> . Acesso: 10.06.2022

Do ponto de vista argumentativo, encontramos neste final de discurso a tese principal de seu pronunciamento: “não há motivo para pânico”. Ou seja, seu objetivo de ir a público em cadeia de rádio e televisão é evitar, segundo ele, o desespero da população brasileira. Neste caso, há um apelo à emoção (*páthos*) do auditório que não necessitava, em suas palavras, haver motivos para o desespero (pânico). Desta forma, sua tese serve para acalmar o auditório, tranquilizando-os acerca do

andamento da pandemia. A argumentação que sustenta sua tese é a de seguir “rigorosamente as recomendações dos especialistas é a melhor medida de prevenção”. Trata-se de um argumento de vínculo causal, em que o acontecimento se liga a uma causa de forma direta (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014). Neste caso, para que não houvesse este pânico e conseqüentemente o agravamento da doença, bastava seguir as orientações dos especialistas da área da saúde.

Percebemos que neste parágrafo, o presidente recorreu a uma base científica para justificar sua tese e compor um argumento pragmático (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014). O acontecimento em questão (a pandemia) estava afetando a saúde mundial, logo, era esperado que as bases científicas de estudo fossem a fonte de informações mais confiáveis para divulgar as informações à população. Mais uma vez, o presidente caminha pela ótica da praxe na composição do pronunciamento, trazendo elementos já esperados numa perspectiva mecânica. Reiteramos que, neste excerto, não houve menção às mortes já causadas pelo vírus no mundo, o que poderia funcionar como demonstração do perigo da pandemia, como também de fatos que reforçariam o argumento de seguir rigorosamente as recomendações dos especialistas. Logo, quem não as seguisse estaria se expondo ao risco de morte.

Ao finalizar o pronunciamento, o presidente declara: “Que Deus nos proteja e abençoe o nosso Brasil”. Novamente, temos aqui um apelo emocional (*páthos*) através da projeção que o presidente faz de seu auditório (religioso), que busca uma conexão espiritual que poderia acalmar os ânimos através da fé. Desta forma, este apelo conversa com as bases ideológicas do presidente, que tem em seu alicerce o extremismo, o conservadorismo e o moralismo (civil e religioso). Neste caso, trazer ao discurso oficial da presidência as bases simbólicas religiosas são não só conversar com seu eleitorado fiel, como também reafirmar seus ideais enquanto político conservador, que flerta com os eleitores de mesma base ideológica. Além disso, o excerto “nosso Brasil”, após um apelo religioso, também é uma forma de buscar o sentimento (*páthos*) de identidade nacional, o que resultaria numa união da população frente ao desafio comum: a pandemia.

Em nossa análise, podemos constatar que este pronunciamento, na totalidade, foi produzido de forma engessada, seguindo uma estrutura de agenda política necessária à posição que o presidente ocupa. Não houve uma orientação real de como os brasileiros tinham que se portar ou informações da OMS, ou outro órgão de

saúde, a fim de utilização de equipamentos de segurança, mas sim, uma propaganda de ações de algumas instituições orientadas pelo governo. Desta forma, o pronunciamento em questão apenas seguiu um rigor técnico para explicar sobre um acontecimento gerado por uma demanda de saúde global.

O pronunciamento do presidente, do ponto de vista argumentativo, visa combinar argumentos racionais e emocionais, trazendo à superfície argumentativa uma união social a partir de uma identidade nacional que tenta construir uma imagem (*ethos*) de controle e segurança. Possivelmente, o auditório, que possui no presidente uma figura de confiança, pode representar um *páthos* de alívio frente ao medo. Entretanto, como demonstramos, o presidente não apresentou dados reais para fundamentar seus argumentos, o que poderia gerar munição necessária para seus adversários políticos. Comprometendo, assim, a eficácia do pronunciamento do presidente.

4.3 Análise do pronunciamento de 12 de março de 2020

Como já era esperado, o número de casos de contaminação pela Covid-19 aumentou consideravelmente. Alguns países adotaram o sistema de quarentena, uma solução eficaz recomendada pelos infectologistas a fim de evitar aglomerações e aumento da transmissão entre a população. A Itália, por exemplo, instituiu tal medida para 16 milhões de pessoas⁵⁶ no norte do país. O Papa Francisco transmitiu a oração do Angelus⁵⁷, tradicional do domingo, via internet, para evitar aglomerações na Praça São Pedro. Aos poucos, a consciência de seguir certos protocolos, como o distanciamento social, ia se instaurando, e a demora de instituir tais medidas, significaria o aumento massivo dos casos de infectados.

No dia 12 de março de 2020, dia do segundo pronunciamento do presidente, a China havia registrado quase 81 mil casos, com 3.173 mortes. No Brasil, 77 casos⁵⁸ haviam sido confirmados, com o estado de São Paulo liderando o número de

⁵⁶ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-03/covid-19-italia-coloca-16-milhoes-de-pessoas-de-quarentena-no-norte>

⁵⁷ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-03/covid-19-para-evitar-aglomeracao-papa-transmite-oracao-internet>

⁵⁸ <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/12/brasil-tem-76-casos-confirmados-de-novo-coronavirus-diz-ministerio.ghtml>

infectados (41). Apesar do número crescente no mundo e no país, o governo brasileiro não adotou medidas restritivas para conter o avanço da doença. À época, o então Ministro da Saúde, Henrique Mandetta, informou que não era a hora de tais medidas serem adotadas. Embora o governo tenha tomado providências em abrir leitos e hospitais em parte do país, a prevenção através da restrição de aglomerações ainda não era o foco das medidas da presidência⁵⁹.

Embora tais medidas já fossem a pauta principal das organizações sanitárias, no Brasil, havia a convocação para uma manifestação em todo o país dos apoiadores do presidente, que convocava a população a ir às ruas prestar apoio ao governo e protestar contra o Congresso e o Supremo Tribunal Federal. O cenário era de instabilidade política e sanitária e, mais uma vez, o presidente veio a público pronunciar-se:

⁶⁰Diante do avanço do coronavírus em muitos países, a Organização Mundial de Saúde, de forma responsável, classificou a situação atual como pandemia.

O Sistema de Saúde Brasileiro, como os demais países, tem um limite de pacientes que podem ser atendidos. O governo está atento para manter a evolução do quadro sob controle. É provável, inclusive, que o número de infectados aumente nos próximos dias, sem, no entanto, ser motivo de qualquer pânico.

Há uma preocupação maior, por motivos óbvios, com os idosos. Há também, recomendação das autoridades sanitárias para que evitemos grandes concentrações populares. Queremos um povo atuante e zeloso com a coisa pública, mas jamais podemos colocar em risco a saúde da nossa gente.

Os movimentos espontâneos e legítimos, marcados para o dia 15 de março, atendem aos interesses da nação. Balizados pela lei e pela ordem, demonstram o amadurecimento da nossa democracia presidencialista e são expressões evidentes de nossa liberdade. Precisam, no entanto, diante dos fatos recentes, ser repensados.

Nossa saúde e de nossos familiares devem ser preservadas. O momento é de união, serenidade e bom senso. Não podemos esquecer, no entanto, que o Brasil mudou. O povo está atento e exige de nós respeito à Constituição e zelo pelo dinheiro público. Por isso, as motivações da vontade popular continuam vivas e inabaláveis.

Que Deus abençoe o nosso Brasil.

⁵⁹ <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-13/governo-evita-medidas-mais-restritivas-contracoronavirus-e-focana-preparacao-do-sus.html>

⁶⁰ Pronunciamento do presidente da República disponível em <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/privadas-antigas/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-do-senhor-pr%E2%80%A6>

O início do pronunciamento do presidente informa que a Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou a situação mundial como pandemia. Segundo o órgão, uma “pandemia” acontece quando uma doença se espalha por vários países ou continentes, acometendo uma grande quantidade de pessoas. O que diferencia um surto de uma endemia e uma pandemia é o alcance do vetor viral, isto é, a quantidade de pessoas em contato com o vírus, bem como as localidades acometidas pelas doenças. É uma progressão. Quanto maior a disseminação da doença, mais ela estará próxima de uma pandemia.

Em seguida, o presidente fala sobre a limitação do Sistema Único de Saúde (SUS) e, neste excerto, há o argumento de comparação (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014) entre Brasil e os demais países:

O Sistema de Saúde Brasileiro, como os demais países, tem um limite de pacientes que podem ser atendidos. O governo está atento para manter a evolução do quadro sob controle. É provável, inclusive, que o número de infectados aumente nos próximos dias, sem, no entanto, ser motivo de qualquer pânico.

A representação do argumento de comparação pode ser representada da seguinte forma:

Premissa 1: O Sistema de Saúde Brasileiro tem limitações;

Premissa 2: Os demais países também possuem limitações;

Conclusão: [Logo] Todo o mundo enfrentará dificuldades em oferecer o atendimento à população.

Neste caso, há dois pontos que precisamos analisar: 1) ao comparar o SUS aos demais sistemas, há uma homogeneização do Sistema de Saúde Brasileiro com os demais, ou seja, como se todos os países estivessem no mesmo patamar de atendimento à saúde de seus cidadãos, o que não é verdade. Há países em que o sistema de saúde é bem avançado, como outros, bem atrasados. Isso sem contar a forma de acesso ao atendimento. Não há certezas sobre os limites dos outros países. Essa é uma inferência do presidente. Além disso, há um apagamento, por parte do discurso do presidente, que está relacionado à gratuidade deste serviço, já que em vários países, os acessos aos serviços de saúde são pagos, o que separa a população entre os que podem pagar, daqueles que não podem. Com isso, gera-se uma barreira econômica que poderia, ou não, determinar a sobrevivência da população que é de

uma ordem capitalista. Quem tem dinheiro, neste caso, teria mais chances de sobreviver dos que não tem. Em seguida, 2) Ao tratar sobre o limite de atendimento, o presidente afirma que uns serão atendidos (“podem ser atendidos”). Outros não. O que é grave, uma vez que, através da Constituição, todos os brasileiros devem ter acesso a serviços que garantam a vida.

Em “o governo está atento para manter a evolução do quadro sob controle”, torna-se uma contradição (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014) incompatível a situação existente. Numa pandemia, quando ocorre o aumento dos casos, quer dizer que a situação, em maior ou menor grau, saiu do controle. Não tem como manter o controle dos casos virais com o aumento. Caso houvesse estagnação ou diminuição dos casos, o controle estaria efetivo. Ele se contradiz em seu próprio argumento, afirmando que “é provável, inclusive, que o número de infectados aumente nos próximos dias, sem, no entanto, ser motivo de qualquer pânico”. Novamente, o presidente utiliza o argumento da probabilidade (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014) para o aumento no número de casos, sem que os brasileiros entrassem num estado de “pânico”.

Desta forma, representamos estes esquemas argumentativos da seguinte maneira:

Premissa 1: O governo pretende manter os casos sob controle;

Premissa 2: É provável que os números de infecções aumentem;

Conclusão: [Logo] Não é necessário ter pânico.

Logo, podemos inferir que esta é a tese principal de seu pronunciamento. É como se o governo pudesse afirmar: “A situação está sob controle. Logo, não há motivo para pânico”. Mesmo utilizando argumentos que se contradizem, como vimos acima, esta tese está sob bases frágeis, uma vez que o discurso do presidente se opõe ao que foi dito (controle *versus* aumento dos casos), o que torna incompatível a situação da pandemia no país.

O presidente utiliza a seguir o argumento da autoridade (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014), neste caso, a medicina, conforme a representação abaixo:

Premissa 1: Dentre a população, há uma preocupação maior com os idosos;

Premissa 2: As autoridades sanitárias recomendam que a população evite aglomerações;

Conclusão: [Logo] A população idosa deve ser protegida com o isolamento.

Desta forma, o prestígio científico foi utilizado para sustentar o argumento de preocupação com as pessoas mais velhas, uma vez que estas estariam mais suscetíveis à morte se contraísse a doença, bem como a recomendação de se evitar aglomerações a fim de diminuir a contaminação populacional. O discurso do bom senso e do zelo em “queremos um povo atuante e zeloso com a coisa pública, mas jamais podemos colocar em risco a saúde da nossa gente”, sustenta a argumentação acima sobre a recomendação de se evitar as aglomerações e faz ligação para o assunto a seguir.

Organizado para o dia 15 de março, uma grande manifestação ocorreria em todo o país com o objetivo de prestar apoio ao presidente e atacar as instituições democráticas que não estavam alinhadas com o Governo Federal. Embora o presidente tenha incentivado⁶¹ à população, em especial, seus apoiadores, a participarem dos eventos que estavam distribuídos em grande parte do país, em seu pronunciamento houve a mudança de discurso.

Os movimentos espontâneos e legítimos, marcados para o dia 15 de março, atendem aos interesses da nação. Balizados pela lei e pela ordem, demonstram o amadurecimento da nossa democracia presidencialista e são expressões evidentes de nossa liberdade. Precisam, no entanto, diante dos fatos recentes, ser repensados.

Neste caso, vemos por meio do discurso do presidente, o argumento de incompatibilidade, em que “os fatos recentes” (referência à pandemia) deveriam ser reavaliados, uma vez que uma das maiores recomendações dos especialistas na área da saúde, era que se evitasse ao máximo o número de aglomerações para não haver uma infecção comunitária. Notamos, também, que o sentido de “pandemia”, referido pela expressão “fatos recentes”, se encontra no interdiscurso, ou seja, não houve de forma direta menção à crise sanitária, mas os telespectadores que assistiram o

61

https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1236309849673289728?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1236309849673289728%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fnoticias.r7.com%2Fpolitica%2Fbolsonaro-diz-que-manifestacao-do-dia-15-e-pro-brasil-29062022

pronunciamento têm a possibilidade de juntar as peças e deduzir que o presidente estava se referindo à Covid-19.

O esquema de incompatibilidade pode ser representado assim:

Premissa 1: Os movimentos populares são legítimos balizados pela lei e pela ordem;

Premissa 2: No entanto, diante dos fatos recentes, estes movimentos devem ser repensados;

Conclusão: [Logo] Mesmo com essa legitimidade, é preciso reconsiderar esses movimentos.

Neste esquema específico, notamos que há uma tentativa do presidente de não deslegitimar os movimentos populares que o apoiavam politicamente (seu auditório), como também, exercer um papel comedido frente à opinião popular que reprovavam as manifestações, uma vez que as organizações sanitárias recomendavam se evitar aglomerações. Seria uma contradição da parte do presidente apoiar os movimentos, sendo que no argumento anterior, ele se utilizou do argumento de autoridade para zelar sobre a vida da população.

Em “Os movimentos espontâneos e legítimos” aparecem na materialidade linguística, portanto, como um elo discursivo-ideológico entre ele (orador) e seu auditório (apoiadores), que compartilham das mesmas ideias e valores inscritos numa formação discursiva específica. Percebam que em “movimentos espontâneos” exime o presidente de qualquer responsabilidade acerca da organização e posterior ação dos protestos pró-governo. Isto é, ele (diretamente) não estaria envolvido; e em “legítimos”, há uma ratificação de legalidade constitucional que validaria quaisquer ações de seus apoiadores numa possível ação de protesto. Este é um trecho importante de seu pronunciamento que conecta, como já dissemos, orador e auditório. Uma conexão *doxal* que funciona com valores combativos, ou seja, os “soldados”, através desses movimentos, defendem a lógica de seu líder (o presidente).

Em seguida, ele continua afirmando que “Nossa saúde e de nossos familiares devem ser preservadas. O momento é de união, serenidade e bom senso”. Trata-se de um argumento de sacrifício (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), ou seja, o ato de prescindir de algo para se alcançar um determinado fim. Neste caso, a

recompensa de não ir às manifestações seria a saúde e o bem-estar das famílias de seus eleitores. Um sacrifício que, segundo o presidente, era essencial. Desta forma:

Premissa 1: A nossa saúde e de nossas famílias devem ser preservadas;

Premissa 2: O momento é de união, serenidade e bom senso;

Conclusão: [Logo] Todos devem se unir e agir de forma sensata para preservar a saúde de todos.

Como ratificação de uma premissa ideológica, o presidente afirma: “Não podemos esquecer, no entanto, que o Brasil mudou. O povo está atento e exige de nós respeito à Constituição e zelo pelo dinheiro público. Por isso, as motivações da vontade popular continuam vivas e inabaláveis”. Este é um argumento de comparação (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014):

Premissa 1: O Brasil mudou;

Premissa 2: O povo está atento e exige respeito à Constituição e ao dinheiro público;

Conclusão: [Logo] Antes não havia respeito a Constituição nem da utilização do dinheiro público.

O verbo “mudar” indica que o Brasil de hoje não é mais o de antes. De forma implícita, inferimos que o mesmo se refere ao discurso de corrupção que foi mote principal de sua campanha eleitoral contra os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Tal inferência é confirmada através dos verbos “atento”, “exige” e “zelo”, que fazem referência a “dinheiro público”. Logo, entendemos que o presidente tenta mudar o foco de seu pronunciamento para sujeitos que não têm nada a ver com a conduta enquanto presidente. Ele tenta criar uma ligação causal entre “corrupção” e atos pró-Bolsonaro para justificar seu argumento. O que, de forma sensata, não acontece.

De forma indireta, o presidente utiliza o pronunciamento para trazer à materialidade discursiva fatores político-ideológicos antagônicos, bem como fortalecer o vínculo com o seu auditório, uma rixa com seu adversário político direto (o PT). Assim, essa ligação entre orador e auditório se fortalece por meio de um assunto que não deveria ser o foco da oração. Para finalizar, o mesmo retoma o discurso religioso para justificar suas ações em nome de Deus.

Diferente de seu discurso anterior, o presidente já traz em seu pronunciamento questões e disputas políticas. A linguagem técnica do discurso anterior agora dá lugar às questões do jogo político brasileiro que, ao ser cobrado socialmente, responde através do pronunciamento, evidenciando outras demandas que não são exclusivamente relacionadas à pandemia. O verbo “mudar” configura essa virada de chave nas palavras do presidente que opõem um “antes” que era governado com valores distintos aos atuais. Valores estes que são ideológicos e que fazem sentido através do interdiscurso, como a corrupção, por exemplo. Percebemos, assim, que o “tom” do presidente subiu um pouco, pois ele começa a responder às demandas legais de gestão de um país, inferindo, em seu discurso, questões políticas extra pandêmicas.

4.4 Análise do pronunciamento de 24 de março de 2020

O Brasil tinha acabado de registrar mais 12 mortes pelo novo coronavírus. Àquela época, já ultrapassavam 2 mil mortes. A quarentena é instituída no país e somente os serviços essenciais estavam habilitados a funcionar. Os comerciantes informais foram os que sentiram o impacto de imediato, uma vez que a proibição de circulação de pessoas impedia a venda dos ambulantes. O clima era de instabilidade e receio por conta das quantidades de mortes que se sucediam ao longo do mundo e do país.

Alguns acontecimentos internacionais foram de grande importância, já que as Olimpíadas foram adiadas para o ano seguinte, uma vez que era inviável a aglomeração de pessoas durante a pandemia. Sites divulgaram também que o presidente do Brasil tentou ligar para o presidente da China para tentar amenizar as declarações feitas por seu filho⁶² que culpava o país asiático pela pandemia. Como a China é um importante parceiro comercial, tal medida diplomática fazia sentido.

Boa noite.⁶³

⁶² <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/19/eduardo-bolsonaro-culpa-china-por-coronavirus-e-gera-crise-diplomatica.ghtml>

⁶³ Pronunciamento do presidente da República disponível em <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/privadas-antigas/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-em-cadeia-de%E2%80%A6>

Desde quando resgatamos nossos irmãos em Wuhan, na China, numa operação coordenada pelos ministérios da Defesa e Relações Exteriores, surgiu para nós o sinal amarelo.

Começamos a nos preparar para enfrentar o Coronavírus, pois sabíamos que mais cedo ou mais tarde ele chegaria ao Brasil. Nosso ministro da Saúde reuniu-se com quase todos os secretários de Saúde dos estados para que o planejamento estratégico de enfrentamento ao vírus fosse construído. E, desde então, o Dr. Henrique Mandetta vem desempenhando um excelente trabalho de esclarecimento e preparação do SUS para atendimento de possíveis vítimas.

Mas, o que tínhamos que conter naquele momento era o pânico, a histeria e, ao mesmo tempo, traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego em massa. Assim fizemos, quase contra tudo e contra todos.

Grande parte dos meios de comunicação foram na contramão. Espalharam exatamente a sensação de pavor, tendo como carro-chefe o anúncio do grande número de vítimas na Itália. Um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso. O cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso País.

Contudo, percebe-se que de ontem para hoje parte da imprensa mudou o seu editorial: pedem calma e tranquilidade. Isso é muito bom, parabéns imprensa brasileira. É essencial que o equilíbrio e a verdade prevaleçam entre nós.

O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade.

Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa.

O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então porque fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação, caso se contamine. Devemos sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos nossos queridos pais e avós, respeitando as orientações do Ministério da Saúde.

No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão.

Enquanto estou falando, o mundo busca um tratamento para a doença. O FDA americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da Cloroquina no tratamento do Covid-19. Nosso governo tem recebido notícias positivas sobre esse remédio fabricado no Brasil, largamente utilizado no combate à malária, ao lúpus e à artrite.

Acredito em Deus, que capacitará cientistas e pesquisadores do Brasil e do mundo na cura dessa doença.

Aproveito para render minha homenagem a todos os profissionais de saúde - médicos, enfermeiros, técnicos e colaboradores - que na linha de frente nos recebem nos hospitais, nos tratam e nos confortam.

Sem pânico ou histeria, como venho falando desde o princípio, venceremos o vírus e nos orgulharemos de estar vivendo nesse novo Brasil, que tem tudo, sim, tudo para ser uma grande nação.

Estamos juntos, cada vez mais unidos.

Deus abençoe nossa Pátria querida.

Após a típica saudação direta à nação, o presidente traz no início de seu pronunciamento o argumento de vínculo causal (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), ao afirmar que o “sinal amarelo” surgiu após o “resgate” oriundo de uma “operação”. Percebiam que, do ponto de vista linguístico, estas são palavras que pertencem à base *doxa* militar. “Resgate” e “operação” são, portanto, vínculos do orador com seu auditório que enxergam nele, não só o presidente da República, mas também, um presidente militar, que exerce suas ações conforme os trâmites deste regimento. Este vínculo está apoiado em valores *doxais* de ligação entre os pares desde a campanha eleitoral. Grosso modo, a *doxa* militar pode evidenciar princípios como ordem, conservadorismo, disciplina, serviço, ou seja, valores que associam discursos e ações apropriados pela extrema-direita frente às tomadas de decisões políticas que comumente surgem na interface política. A mensagem aí, portanto, nos faz entender que o *logos* está funcionando a serviço do *ethos* e *pathos*. Dito em outras palavras, a mensagem cria, na superfície discursiva, a imagem do presidente combatente, que pode gerar (e gera para seu auditório) o sentimento de confiabilidade, uma vez que, para este auditório, o “capitão” se elegeu para seguir defendendo ideais e valores (ideológicos) conservadores. Tais convicções, são ratificadas pelo *logos*, pois há, em inúmeros casos, discursos e ações do presidente que atendem à ordem da *doxa*.

Este esquema argumentativo pode ser representado da seguinte forma:

Premissa 1: Houve a necessidade de uma operação e um resgate;

Premissa 2: Tal atitude denota perigo iminente;

Conclusão: [Logo] O sinal amarelo acendeu.

Como podemos observar, há uma ligação simbólica (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014) que faz referência ao sinal amarelo, com as leis de trânsito, que simboliza uma “atenção” iminente a um perigo que, neste caso, inferimos se tratar da Covid-19, doença responsável pela pandemia mundial. Apesar de observarmos que este poderia ser um início de pronunciamento protocolar por parte do presidente, os sentidos oriundos de seus argumentos nos mostram uma tensão que pode ser interpretada em primeira instância sobre a pandemia em si. Contudo, o que chama atenção é a escolha do verbo “resgate”. O presidente não utiliza o verbo “trazer”, ou “deslocar”, mas o verbo “resgatar”. Surge aí, portanto, uma segunda inferência, a de que a tensão não se resume à pandemia somente, mas também a uma tensão entre o governo do Brasil e a China. Este é um ponto interessante porque a *doxa* conservadora e da extrema-direita à qual o presidente se inscreve, culpa a China⁶⁴ pela pandemia, surgindo assim, diversos discursos xenofóbicos e de ódio ao país.

Em seguida, o presidente se utiliza do argumento pragmático (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014) para demonstrar em seu pronunciamento as ações que o governo irá adotar sobre o enfrentamento à Covid-19. Esta é uma parte de sua fala que atende às questões protocolares de um pronunciamento presidencial, pois gerava uma expectativa de como o governo iria trabalhar em medidas ao enfrentamento da doença. Afinal, é interessante enfatizar que tal instrumento de comunicação (pronunciamento presidencial) possui, em sua logística, a vantagem de alcance, uma vez que é exibido em cadeia nacional.

Assim, podemos representar o esquema do argumento pragmático da seguinte forma:

Premissa 1: O coronavírus vai chegar ao Brasil;

Premissa 2: Toda equipe de saúde deve criar um planejamento estratégico de enfrentamento;

⁶⁴ <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-19/esforco-de-eduardo-bolsonaro-para-demonizar-china-copia-trump-e-ameaca-clo-estrategico-do-brasil.html>

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/05/05/bolsonaro-volta-a-insinuar-que-a-china-teria-criado-o-coronavirus-propositalmente.ghml>

Conclusão: [Logo]: O SUS deve estar preparado para o atendimento dos infectados.

Percebam que este esquema argumentativo gera um sentido de organização que, noutras palavras, podemos descrever: “Se o coronavírus vai chegar, então temos que estar preparados para combater”. Desta forma, há uma ligação com o argumento anterior, pois, existe a criação de um *ethos* “combativo”, conforme descrevemos acima. Novamente, uma conexão entre orador e auditório se firma. Além disso, a partir deste esquema, podemos entender que há a tentativa de criar um clima (*pathos*) de “calmaria”. Ora, se o SUS está preparado, então não há por que haver clima de tensão ou preocupação.

Na continuidade de seu pronunciamento, encontramos a tese de sua fala. Ou seja, por qual motivo o presidente utilizou o aparato do pronunciamento presidencial para falar à população. Em “Mas, o que tínhamos que conter naquele momento era o pânico, a histeria e, ao mesmo tempo, traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego em massa. Assim fizemos, quase contra tudo e contra todos.”. Trocando em miúdos, o governo trabalha para conter o pânico, a histeria, salvar vidas e combater o desemprego, e quem se opõe ao governo contribui para todos esses “malefícios”.

Assim, podemos representar a partir da seguinte forma:

Tese: O Governo trabalha para salvar vidas e empregos;

Contra-tese: Quem se opõe ao Governo contribui com a histeria, a perda de vidas e o desemprego.

Temos aí, portanto, duas teses antagônicas que trazem à superfície discursiva posições de valores político-ideológicos também distintos. Tese e contra-tese, neste caso, são compromissos de ações baseados em valores construído pelo discurso do presidente como forma de oposição (O combatente x Os inimigos). A questão ideológica, portanto, aparece no discurso como uma oposição às formações discursivas que inscrevem os sujeitos que concordam, ou não, com as ações do presidente.

Percebam que esta tese engloba quatro situações distintas: a primeira, diz respeito ao pânico e a histeria, ou seja, estados emocionais de desequilíbrio (*pathos*) oriundos de situações de perigo (conforme já mencionado pelo mesmo acima, “sinal amarelo”); segundo, diz respeito às vidas humanas, que faz parte da ação protocolar do governo frente à pandemia; já a terceira situação diz respeito ao desemprego, que também deveriam estar no âmbito da preocupação do governo já que a questão econômica estava em jogo uma vez que os estados enfrentavam um *lockdown*⁶⁵ seguindo as organizações mundiais de saúde; e, por último, a eleição de um inimigo (“contra tudo e contra todos”). Estas situações, selecionadas pelo presidente em sua tese central, infere um discurso de refutação às *doxas* contrárias ao presidente já que, neste momento, a doença deixa de ser o principal alvo das políticas públicas em favor da saúde e vida, para ser coadjuvante de um novo enfrentamento, o político ideológico.

Podemos inferir que a contra-tese dos argumentos do presidente mostra que o pânico, a histeria, as mortes e o desemprego são as consequências daqueles que opõem ao governo, ratificado na expressão “contra tudo e contra todos”. De forma indireta, os pronomes indefinidos “tudo” e “todos” exercem a função de inimigos políticos do presidente e, por consequência, do povo brasileiro em geral. O sentido de sua tese é construído para afirmar que o governo estava lutando não só contra inimigos externos, mas também contra adversários internos. Houve, em seu pronunciamento, portanto, um posicionamento de ruptura política-ideológica no país que separou um “nós” (aliados do governo em favor da calma, da vida e do emprego), em detrimento de um “eles” (que alimentam o pânico, a histeria, a morte e o desemprego). Na continuidade de sua enunciação, podemos perceber quem são estes adversários.

O primeiro inimigo que o governo elege é a mídia:

Grande parte dos meios de comunicação foram na contramão. Espalharam exatamente a sensação de pavor, tendo como carro-chefe o anúncio do grande número de vítimas na Itália. Um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso. O

⁶⁵ <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/20/coronavirus-11-estados-brasileiros-registram-lockdown-em-pelo-menos-uma-cidade>

cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso País.

Neste caso, que o presidente utiliza o argumento da direção (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014), um processo que consiste em criticar uma ação ou evento com base nos perigos da corrente que se dirige. Neste caso, segundo o presidente, havia outro tipo de orientação e, portanto, os meios de comunicação foram à contramão, gerando, assim, pânico e histeria. Podemos observar que a relação de causa/consequência está presente neste argumento que culpa os meios de comunicação desse clima social instável (*pathos*). Ora, se há uma ação contrária a uma orientação dada, neste caso, há um processo de resistência entre as partes que resulta em ações antagônicas entre o que se orienta (não falar sobre a pandemia), e o que de fato acontece (noticiar sobre os dados do coronavírus).

Este esquema pode ser representado da seguinte forma:

Premissa 1: Há uma orientação para os meios de comunicação não falarem.

sobre a pandemia;

Premissa 2: Os meios de comunicação vão à contramão dessas orientações;

Conclusão: [Logo] Uma verdadeira histeria se espalha no país.

Desta forma, infere-se que este é um argumento que possui a função de eximir o governo do ambiente de medo pelo qual o mundo passava com as sucessivas mortes, como também atribuir um responsável por esse medo: os meios de comunicação. A mídia, segundo o presidente, fazia um trabalho alarmista. Novamente, a palavra histeria é utilizada pelo presidente como forma de atribuir um estado de coisas que fogem a uma ordem, uma normalidade e que propaga um ambiente nacional histérico.

Dando continuidade ao seu discurso, o presidente tece críticas e elege um novo inimigo:

O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem

abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa.

Como podemos observar, o presidente continua utilizando o argumento da direção (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014) para criticar as ações dos governadores e prefeitos que adotaram as orientações dos órgãos mundiais de saúde a respeito do *lockdown*, atribuindo a estes, táticas de guerra (terra arrasada). Vemos aí uma ligação simbólica que atribui os atos destes governantes às ações de guerrilha, ato que está, novamente, associado à *doxa* militar à qual o presidente se inscreve. Neste caso, podemos inferir que o sentido deste trecho diz respeito a um discurso de descontentamento e de tensão por parte do presidente (que simbolicamente seria o ‘líder’ nesta guerra), com seus generais (representados pelos governantes estaduais e municipais). Dito de outro modo, há uma oposição ideológica que se materializa nas ações dos prefeitos e governadores. Novamente, um desacordo que gera ações contrárias entre as formações discursivas (atender ou não às orientações de *lockdown*).

O esquema argumentativo da Direção pode ser representado:

Premissa 1: Há uma orientação do governo para os prefeitos e governadores.
não aderirem ao lockdown;

Premissa 2: As autoridades estaduais e municipais obedecem às
recomendações dos órgãos de saúde;

Conclusão: [Logo] O país vira um local de destruição em massa (terra arrasada).

Desta forma, a partir deste esquema, podemos inferir que, em consequência destas ações por parte dos governadores e prefeitos, haveria o desemprego, segundo a fala do presidente. Portanto, a histeria seria culpa dos meios de comunicação, como vimos anteriormente, e o desemprego, culpa dos governantes. O argumento da direção, utilizado em ambos os casos, reforça a tese do presidente que, em suas palavras, trabalha “contra tudo e contra todos”. Por conseguinte, vemos que em seu próprio pronunciamento a eleição destes adversários (meios de comunicação e governantes) representa uma tática argumentativa de guerra, que proporciona ao

presidente estreitar o laço com seu auditório, ao passo que o presidente tenta criar uma imagem (*ethos*) de salvador, que reforçaria os valores do seu auditório que o nomeou como “mito”. A vida como uma guerra permanente, a necessidade de imposição de um salvador, bem como a eleição de um inimigo, são algumas características da linguagem fascista, conforme estudado (PIOVEZANI; GENTILE, 2020).

Dando continuidade ao seu pronunciamento, o presidente começa a trazer alguns argumentos para ratificar seu posicionamento às ações contra a Covid-19, que reforça a sua tese de luta:

O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então porque fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação, caso se contamine. Devemos sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos nossos queridos pais e avós, respeitando as orientações do Ministério da Saúde.

Percebemos nesse trecho o lugar da quantidade/qualidade (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), que diz respeito aos números (sem fundamentação) de porcentagens da manifestação e contaminação da Covid-19, juntamente com o argumento de autoridade (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014) que traz o Ministério da Saúde (MS) para “garantir” a veracidade daquilo do argumento proposto. Ao trazer a junção desses dois argumentos (qualidade e autoridade), propõe passar ao seu auditório um sentido de confiabilidade ao seu auditório sobre as metodologias adotadas para o enfrentamento da doença. Embora estes números não estejam embasados em alguma pesquisa oficialmente divulgada, este argumento possui um valor de verdade porque é acompanhado pelo ministério responsável pela pasta da saúde, o que ratifica a “luta pela vida” conforme dito anteriormente. Afinal, segundo o presidente, as medidas orientadas pelo MS estavam sendo seguidas.

A partir daí, para justificar o argumento de que a idade era fator de eximir a preocupação com a doença, o presidente cita como exemplo:

No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito,

acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão.

O argumento do exemplo (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014) segundo o presidente, é utilizado para alegar que somente pessoas com idade mais avançada seriam vítimas da Covid-19. A representação deste argumento fica da seguinte forma:

Premissa 1: Quem tem histórico de atleta não precisa se preocupar, caso seja infectado;

Premissa 2: Os sintomas para estas pessoas seriam apenas de uma gripezinha ou resfriadinho;

Conclusão 1: [Logo] Quem possui condição física semelhante à do presidente está a salvo da Covid-19;

Conclusão 2: [Logo] Quem tem condição distinta tem maior chance de falecer.

Este é um argumento perigoso e que circulou muito entre seus apoiadores, que viam na Covid-19 apenas uma “gripezinha” ou “resfriadinho”, conforme afirmado pelo próprio presidente. A utilização dos sufixos “inha” e “inho” traz o sentido de diminuição, logo, de não preocupação com os sintomas (de forma leve e branda). Os sufixos utilizados, portanto, são um eufemismo que serve para suavizar ou minimizar o peso dos sintomas da Covid-19 e, possivelmente, haverá uma brecha do auditório por não seguir as regras sanitárias das instituições de saúde, adotadas pelos governos municipais e estaduais. Lembramos que, à época, não havia estudos científicos suficientes que garantissem que nem o histórico de atleta, nem os sintomas leves para a Covid-19, eram garantias de sobrevivência. Entretanto, esse argumento, enunciado pelo presidente em cadeia nacional, poderia fomentar um pensamento de descuido de prevenção não só por parte do seu auditório, como também, da população em geral. O sentido de “não preocupação” por conta de sintomas leves e histórico físico poderia, sim, colocar em risco a vida das pessoas porque ainda não tinha estudos científicos que comprovassem como o vírus evoluía no sistema humano. Percebiam que o presidente não nega a existência do vírus, mas sim nega a letalidade e o perigo

desse vetor biológico frente à pandemia. Este é um argumento que gera uma contradição em relação à parte da tese (salvar vidas).

Ele continua:

Enquanto estou falando, o mundo busca um tratamento para a doença. O FDA americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da Cloroquina no tratamento do Covid-19. Nosso governo tem recebido notícias positivas sobre esse remédio fabricado no Brasil, largamente utilizado no combate à malária, ao lúpus e à artrite. Acredito em Deus, que capacitará cientistas e pesquisadores do Brasil e do mundo na cura dessa doença.

O argumento da autoridade, que seria o FDA americano e o Hospital Albert Einstein, juntamente com o argumento do exemplo, que seria a malária, o lúpus e a artrite (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014) é utilizado para falar da pesquisa da eficácia da cloroquina no tratamento da Covid-19, que reforçaria a tese do presidente sobre os esforços de garantir a vida dos brasileiros, como vimos, anteriormente.

Este esquema seria representado assim:

Premissa 1: O FDA americano e o Hospital Albert Einstein buscam o tratamento para a doença através do estudo da cloroquina;

Premissa 2: O estudo e a eficácia da cloroquina tem recebido notícias positivas;

Conclusão: [Logo] A cloroquina é um remédio possivelmente adequado ao tratamento.

Se tomarmos como base esse esquema, temos o sentido de apologia forte ao tratamento da Covid-19, materializado na expressão “notícias positivas”. Não há um grau de certeza sobre tal eficácia, mas o sentido proposto de ânimo, afinal, são notícias positivas, segundo o presidente. Este é um esquema que está apoiado no que, “possivelmente”, seriam afirmações de instituições científicas. Entretanto, não existem dados expostos que comprovem esta afirmativa. No final deste esquema, notamos a presença de um religioso em consonância a um discurso político. Mais uma

vez, podemos inferir que se trata de uma ação linguística do orador que conecta ao seu auditório, uma vez que grande parte do seu eleitorado faz parte da formação discursiva religiosa.

No excerto “Acredito em Deus, que capacitará cientistas e pesquisadores do Brasil e do mundo na cura dessa doença”, há um esquema de incompatibilidade (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), pois, neste caso, a capacitação dos profissionais da ciência viria de uma entidade religiosa, e não de critérios e metodologias que fazem parte do labor científico. No entanto, o *logos* funciona aqui como um elo entre fé (*pathos*) e razão que conecta o orador ao seu auditório, reforçando sua tese inicial. O *ethos* do presidente, agora, funciona não como um combatente disposto ao enfrentamento, mas sim, como de um cristão, que crê na existência de Deus e da ciência e tem um propósito maior (salvar vidas).

Ele continua:

Sem pânico ou histeria, como venho falando desde o princípio, venceremos o vírus e nos orgulharemos de estar vivendo nesse novo Brasil, que tem tudo, sim, tudo para ser uma grande nação. Estamos juntos, cada vez mais unidos. Deus abençoe nossa Pátria querida.

Novamente, o “pânico” e a “histeria” são utilizados pelo presidente em seu pronunciamento, o que nos mostra uma similaridade com a linguagem nazista, conforme Kemplere (2009, p.55): “O nazismo se embrenhou na carne e no sangue das massas por meio das palavras, expressões e frases impostas pela repetição, milhares de vezes, e aceitas inconsciente e mecanicamente”. Com isso, notamos que como o presidente reforça essa luta contra esse *pathos* instável, denota o sentido de luta político-ideológica no país, que não via as mesmas estratégias de enfrentamento à Covid-19, com união, mas com discordâncias, o que é natural de um sistema democrático, mas é tratado como guerra pelo então presidente.

Os sentidos expostos em seu pronunciamento estão associados a uma luta interna (mídia, políticos e governantes) com uma luta externa (Covid-19), que reforça uma *doxa* militarista. Desta forma, percebemos que em sua fala à nação, o presidente se utiliza de uma argumentação prática que almeja é essa volta à “normalidade” a partir de uma guerra que está sendo travada (interna e externamente) pelo país. Tudo

isso que não está dentro dessa normalidade é histérico e todos os que não trabalham com o governo contribuem para essa histeria coletiva.

Contudo, não deixamos de notar que, de forma geral, o presidente minimiza os riscos de contaminação pelo vírus, acaba por criticar o confinamento em massa e defende explicitamente a livre circulação da população em transportes públicos, escolas, comércio e fronteiras. Esta defesa de livre circulação mostra, dentre outros aspectos, que o presidente, de fato, ao minimizar os riscos, não se importa em colocar em risco a população (especialmente o auditório que compartilha com suas convicções). De forma categórica, o presidente responsabiliza outros (prefeitos e governadores) pelos impactos econômicos que o país sofre; não apresentou nenhuma estratégia eficiente para conter o vírus no país e, ainda, sem evidências científicas, afirma que grande parcela da população não terá manifestação da doença.

4.5 Análise do pronunciamento de 31 de março de 2020

Em seu quarto pronunciamento presidencial referente à Covid-19, o presidente volta a público para, novamente, trazer à população as medidas que seriam tomadas referente à pandemia. Nesta data, havia 201 mortes, com 5.717 casos confirmados, e uma taxa de letalidade de 3,5%. Estes números representavam um aumento diário não só no número de infectados, mas também no número de mortos. Para se ter noção, houve 42 mortes num único dia, algo inédito desde o início da pandemia que deixou a população em choque.

Além disso, como demonstramos anteriormente, havia discordâncias entre o Governo Federal e as recomendações feitas pelas unidades mundiais de saúde referente ao isolamento social. Algo que, mais tarde, seria pauta do discurso do próprio presidente em pronunciamento. Em Brasília, a efervescência política no Congresso Nacional esquentava os debates sobre o auxílio emergencial (de R\$ 600,00, para os trabalhadores informais). O próprio Ministro, Paulo Guedes, informou que o valor destinado aos trabalhadores serviria para manter a população em isolamento, se alinhando, assim, aos informes dados pelo Ministro, Henrique Mandetta, que também defendia o isolamento social.

Entretanto, ministros e presidência não estavam na mesma página, uma vez que o então presidente pregava a volta à “normalidade”. Desta forma, tínhamos aí ideias opostas do que se fazer: manter o isolamento social como forma de parar a circulação do vírus e, assim, diminuir a contaminação e mortes, ou voltar à normalidade, ignorando as recomendações médicas sanitárias. A falta de alinhamento político do presidente com seus próprios ministros também era sentida nas outras casas legislativas. O próprio governo queria pagar outro valor aos trabalhadores (R\$ 200,00). Valor este que foi aumentando pelo Congresso para R\$ 600,00.

Chamada de “*coronavoucher*”⁶⁶, a proposta do presidente não foi vista com bons olhos pela população, que considerou insuficiente o valor apresentado pelo governo. Como não poderiam ir às ruas protestar, muitas pessoas fizeram panelaços das varandas de casas como forma de protesto. Por conta disso, alguns pacotes econômicos emergenciais foram tomados, como a inclusão de mais de um milhão de pessoas no programa Bolsa Família, possibilidade de saque do FGTS, além da antecipação do 13º salário, para aposentados e pensionistas. Tais medidas ainda seriam aprovadas pelo Congresso Nacional, pois, de certa forma, iriam ao encontro da Lei de Responsabilidade Fiscal, e necessitariam do Congresso para tais mudanças.

O cenário da pandemia no mundo também se agravava ao ponto de a Espanha informar que havia tido o maior pico de mortes em apenas um dia (849 pessoas faleceram). A Itália era outro país que somava números absurdos (11 mil mortos no total). Estados Unidos e França somadas chegavam a quase 8 mil mortes. E a China, primeiro epicentro do vírus, chegou a 3.309 mortes. O cenário era de muito medo e todos os telejornais da época divulgavam esses números horrorizados com tantas mortes. Era comum terem quadros nos telejornais informando a quantidade de infectados e de mortos no país e no mundo. Os números só aumentavam e a mídia internacional, assim como a brasileira, tinha como pauta principal a pandemia e a gravidade da doença.

Neste cenário, o presidente se pronunciou:

⁶⁶ <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-19/bolsonaro-tenta-guinada-na-resposta-a-coronavirus-lanca-pacote-para-informais-mas-preve-corte-salarial.html>

Boa noite.⁶⁷

Venho nesse momento importante me dirigir a todos vocês.

Desde o início do governo temos trabalhado em todas as frentes para sanar problemas históricos e melhorar a vida das pessoas. O Brasil avançou muito nestes 15 meses, mas agora estamos diante do maior desafio da nossa geração.

Minha preocupação sempre foi salvar vidas, tanto as que perderemos pela pandemia quanto aquelas que serão atingidas pelo desemprego, violência e fome. Me coloco no lugar das pessoas e entendo suas angústias. As medidas protetivas devem ser implementadas de forma racional, responsável e coordenada.

Nesse sentido, o Sr. Tedros Adhanom, diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, disse saber que “muitas pessoas, de fato, têm que trabalhar todos os dias para ganhar seu pão diário” e que “os governos têm que levar esta população em conta”.

Continua ainda, “se fecharmos ou limitarmos movimentações, o que acontecerá com estas pessoas, que têm que trabalhar todos os dias e que têm que ganhar o pão de cada dia todos os dias?” Ele prossegue, “Então, cada país, baseado em sua situação, deveria responder a esta questão”.

O diretor da OMS afirma ainda que, com relação a cada medida, “temos que ver o que significa para o indivíduo nas ruas” e complementa “eu venho de família pobre, eu sei o que significa estar sempre preocupado com seu pão diário e isso deve ser levado em conta porque todo indivíduo importa. A maneira como cada indivíduo é afetado pelas nossas ações tem que ser considerada”.

Não me valho dessas palavras para negar a importância das medidas de prevenção e controle da pandemia, mas para mostrar que da mesma forma precisamos pensar nos mais vulneráveis. Esta tem sido a minha preocupação desde o princípio.

O que será do camelô, do ambulante, do vendedor de churrasquinho, da diarista, do ajudante de pedreiro, do caminhoneiro e dos outros autônomos com quem venho mantendo contato durante toda minha vida pública?

Por isso determinei ao nosso Ministro da Saúde que não poupasse esforços, apoiando através do SUS todos os estados do Brasil aumentando a capacidade da rede de saúde e preparando-a para o combate à pandemia.

Assim, estão sendo adquiridos novos leitos já com respiradores, equipamentos de proteção individual, kits para testes e demais insumos necessários.

Determinei ainda ao nosso Ministro da Economia que adotasse todas as medidas possíveis para proteger sobretudo o emprego e a renda dos brasileiros.

Fizemos isso através de ajuda financeira aos estados e municípios, linhas de crédito para empresas, auxílio mensal de R\$ 600 aos trabalhadores informais e vulneráveis, entrada de mais 1 milhão e 200 mil famílias no programa Bolsa

⁶⁷ <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-em-cadeia-de>

Família, adiamos também o pagamento de dívidas dos estados e municípios, só para citar algumas das medidas adotadas.

Além disso, no dia de hoje, em comum acordo com a indústria farmacêutica, decidimos adiar, por 60 dias, o reajuste de medicamentos no Brasil.

Temos uma missão: salvar vidas, sem deixar para trás os empregos.

Por um lado, temos que ter cautela e precaução com todos, principalmente junto aos mais idosos e portadores de doenças preexistentes.

Por outro, temos que combater o desemprego, que cresce rapidamente, em especial entre os mais pobres.

Vamos cumprir essa missão ao mesmo tempo em que cuidamos da saúde das pessoas.

O vírus é uma realidade, ainda não existe vacina contra ele ou remédio com eficiência cientificamente comprovada, apesar da hidroxicloroquina parecer bastante eficaz.

O coronavírus veio e um dia irá embora, infelizmente teremos perdas neste caminho. Eu mesmo já perdi entes queridos no passado e sei o quanto é doloroso. Todos nós temos que evitar ao máximo qualquer perda de vida humana. Como disse o diretor-geral da OMS, “todo indivíduo importa”.

Ao mesmo tempo, devemos evitar a destruição de empregos, que já vem trazendo muito sofrimento para os trabalhadores brasileiros.

Na última reunião do G-20, nós, os Chefes de Estado e de Governo, nos comprometemos a proteger vidas e a preservar empregos. Assim o farei.

Desde fevereiro, determinei o emprego das Forças Armadas no combate ao coronavírus. O Ministério da Defesa realizou o resgate de brasileiros na China. Agora as Forças Armadas atuam em apoio às áreas de Saúde e Segurança, em todo o Brasil. Foi ativado um Centro de Operações que coordena as ações e 10 Comandos Conjuntos foram criados, cobrindo todo o território nacional. Realizam ações que vão desde a montagem de postos de triagem de pacientes, apoio a campanhas informativas e campanhas de vacinação, logística e transporte de medicamentos. Os Laboratórios Químico-Farmacêuticos Militares entraram com força total e, em 12 dias, serão produzidos um milhão de comprimidos de Cloroquina, além de álcool gel.

Repito: o efeito colateral das medidas de combate ao coronavírus não pode ser pior do que a própria doença.

A minha obrigação como presidente vai para além dos próximos meses. Preparar o Brasil para a sua retomada, reorganizar nossa economia e mobilizar todos os nossos recursos e energia para tornar o Brasil ainda mais forte após a pandemia.

Aproveito a oportunidade para me solidarizar e agradecer o empenho e sacrifício pessoal de todos os profissionais de saúde, da área de segurança, caminhoneiros e todos os trabalhadores de serviços considerados essenciais que estão mantendo o país funcionando, bem como aos homens e mulheres do campo que produzem nossos alimentos.

Com este mesmo espírito agradeço e reafirmo a importância da colaboração e a necessária união de todos num grande pacto pela preservação da vida e dos empregos: parlamento, judiciário, governadores, prefeitos e sociedade.

Deus abençoe o nosso amado Brasil.

Como de costume, o presidente inicia seu pronunciamento de forma bem direta (com apenas um “Boa noite), com ausência de vocativos que poderiam conectá-lo com seu auditório. Como já mencionamos, tais vocativos podem evocar sentimentos (*páthos*) que iriam unir a população frente a um problema tão grave como a pandemia. Afinal, as mortes que eram diariamente divulgadas traziam a sensação (*páthos*) de medo e pavor. Do ponto de vista da comunicação, o pronunciamento poderia surtir o efeito contrário, de calma, a partir de soluções práticas que garantissem a diminuição do contágio (consequentemente de morte), em nosso país.

Após a saudação, encontramos o primeiro argumento do presidente que tem relação com os diversos problemas enfrentados pelo país, não só atuais, mas também históricos. Remeter, diretamente, que o país sofre com questões passadas soa como a tentativa de criar uma imagem (*ethos*) de salvador, de mito, como é popularmente conhecido por seu auditório. Outrossim, o presidente evoca uma dualidade política do passado (provavelmente referindo-se à antiga gestão do Partido dos Trabalhadores, seu principal oponente), com o presente, que irá sanar todas as mazelas recorrentes dessas gestões.

Em “Desde o início do governo temos trabalhado em todas as frentes para sanar problemas históricos e melhorar a vida das pessoas. O Brasil avançou muito nestes 15 meses, mas agora estamos diante do maior desafio da nossa geração.”, encontramos o esquema pragmático (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014) que consiste em verificar o efeito de algo em razão de suas consequências. Neste caso, o panorama histórico de “problemas”, conforme a fala do presidente, é decorrente de problemas passados. Portanto, agora, existe a possibilidade de o mesmo corrigi-los.

Desta forma, poderíamos representar este esquema:

Premissa 1: O atual Governo tem trabalhado para solucionar problemas atuais e históricos;

Premissa 2: O compromisso com esse trabalho vai melhorar a vida da população.

Conclusão: [Logo] O Governo tem agido de acordo para solucionar problemas históricos e os desafios atuais.

Percebam que, nas palavras do presidente, a palavra “desafios” surge como um sinônimo de pandemia. Ou seja, a pandemia é o principal desafio atual. Contudo, ele remete a problemas históricos, que nada têm a ver com a situação pandêmica atual. Esta é uma correlação que o presidente faz para trazer ao seu pronunciamento elementos *dóxicos* opostos (o nós *versus* eles) para justificar suas atuais responsabilidades frente à pandemia. Para tanto, ele cita o “avanço” do país em 15 meses, sem mencionar nem trazer ao seu discurso qualquer argumento de comprovação que ratifique essa premissa. Não há nenhum dado numérico (dados do Produto Interno Bruto, por exemplo) que possa sustentar essa premissa frente à realidade brasileira àquela época.

Em seguida, ele traz o argumento do bem-estar da população brasileira quando afirma que: “Minha preocupação sempre foi salvar vidas, tanto as que perderemos pela pandemia quanto aquelas que serão atingidas pelo desemprego, violência e fome”. Neste caso, há o esquema da probabilidade (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014), utilizado pelo presidente para antecipar não só as mortes que deverão ocorrer pela pandemia, como também as perdas oriundas dos meios econômicos. Com isso, entendemos que a problemática desses “desafios atuais” ultrapassa as linhas da vida e da morte pela contaminação pela Covid-19, para adentrar em outras consequências oriundas a partir dela.

O esquema pode ser descrito a seguir:

Premissa 1: Preservar a vida humana é essencial;

Premissa 2: É necessário preservar a vida na pandemia, como também do desemprego, violência e fome.

Conclusão: [Logo] O Governo precisa garantir a vida dos brasileiros em todas as suas dimensões.

Este argumento não é novo nos pronunciamentos do presidente, mas ele, repetidamente, volta a reiterá-lo, buscando colocar no mesmo patamar as vítimas da

Covid-19, como as vítimas do desemprego, violência e fome. Percebiam, no entanto, que, na lógica do presidente, estes últimos não fazem parte de um escopo histórico nacional, mas uma consequência da pandemia. Ou seja, é a pandemia que irá originar (ou agravar o desemprego, violência e fome), não a falta de investimentos em políticas públicas que deveriam estar a serviço da comunidade, principalmente em período pandêmico. O que chama atenção, no entanto, é a presença da palavra “violência”, já que desemprego e fome possuem relação causal com o “possível” fechamento de comércios. Mas a violência não possui, em nossa análise, uma relação coerente para sustentar esse argumento. Portanto, trata-se de uma incompatibilidade (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014) no centro da argumentação que não sustenta sua linha de raciocínio.

Dando continuidade em seu pronunciamento, o presidente utiliza de argumentos de autoridade para ratificar seu raciocínio:

Nesse sentido, o Sr. Tedros Adhanom, diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, disse saber que “muitas pessoas, de fato, têm que trabalhar todos os dias para ganhar seu pão diário” e que “os governos têm que levar esta população em conta”. Continua ainda, “se fecharmos ou limitarmos movimentações, o que acontecerá com estas pessoas, que têm que trabalhar todos os dias e que têm que ganhar o pão de cada dia todos os dias?” Ele prossegue, “Então, cada país, baseado em sua situação, deveria responder a esta questão”.

Ao trazer um argumento de autoridade, e citar “*Ipsis litteris*” sua fala, visa ratificar seu raciocínio e defender a sua tese de que, nas palavras descritas, as pessoas deveriam continuar trabalhando para garantir o “pão de cada dia”. Isto é, mesmo com o risco significativo de se contaminar na ida ou no próprio trabalho, os trabalhadores deveriam manter suas rotinas laborais. No entanto, a própria citação suscita o questionamento e o bom senso de que, mesmo sabendo que certas pessoas, por necessidade, deveriam se expor ao saírem de casa, cada país, baseado na sua própria realidade, deveria responder a essa questão. Ou seja, o próprio presidente, através da realidade nacional, deveria trazer essa resposta à população.

Este esquema pode ser descrito como:

Premissa 1: A OMS é uma autoridade reconhecida na área da saúde;

Premissa 2: A OMS afirma que as pessoas têm que trabalhar;

Conclusão: [Logo] O Governo tem que levar em consideração tais recomendações acerca destes trabalhadores.

Percebam que, de forma estratégica, esta citação de autoridade serve para transmitir confiança e respaldo para os argumentos do presidente que pregava uma “volta à normalidade”. De forma assertiva, o presidente utiliza o argumento de autoridade para ratificar seu posicionamento do ponto de vista econômico, deixando de lado, no entanto, o perigo alarmante do contato entre as pessoas no ambiente de trabalho, o que poderia resultar no agravamento da doença.

Concomitante a este argumento, o presidente utiliza o esquema do exemplo (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014) para proceder generalizações a partir de experiências individuais: “eu venho de família pobre, eu sei o que significa estar sempre preocupado com seu pão diário e isso deve ser levado em conta porque todo indivíduo importa. A maneira como cada indivíduo é afetado pelas nossas ações tem que ser considerada”.

Desta forma, o esquema pode ser descrito:

Premissa 1: O presidente vem de família pobre;

Premissa 2: Por ser pobre, compartilhou de experiências econômicas difíceis;

Conclusão: [Logo] O presidente entende a dificuldade que parte da população pode sofrer economicamente.

Este esquema, além de se ligar com o anterior, pode criar conexões mais profundas com seu auditório, uma vez que a experiência pessoa dele poderia ser vivida por milhares de pessoas, caso a situação econômica se agravasse. Por isso, esse *páthos* “emotivo” e “compreensivo” da situação possibilitaria não só a ligação entre orador e auditório, como também justificaria as tomadas de decisões do presidente referente às questões econômicas porque o mesmo “já passou por uma realidade difícil”. Essa sequência lógica da citação de autoridade e da exemplificação torna-se bem eficaz no pronunciamento por possibilitar uma maior adesão àquilo que está sendo proposto sem algumas rusgas que poderiam aparecer.

Como forma de panfletar as atividades do governo, o presidente descreve todas as ações que, segundo ele, foram tomadas no momento de pandemia:

Por isso determinei ao nosso Ministro da Saúde que não poupasse esforços, apoiando através do SUS todos os estados do Brasil aumentando a capacidade da rede de saúde e preparando-a para o combate à pandemia.

Assim, estão sendo adquiridos novos leitos já com respiradores, equipamentos de proteção individual, kits para testes e demais insumos necessários.

Determinei ainda ao nosso Ministro da Economia que adotasse todas as medidas possíveis para proteger sobretudo o emprego e a renda dos brasileiros.

Fizemos isso através de ajuda financeira aos estados e municípios, linhas de crédito para empresas, auxílio mensal de R\$ 600 aos trabalhadores informais e vulneráveis, entrada de mais 1 milhão e 200 mil famílias no programa Bolsa Família, adiamos também o pagamento de dívidas dos estados e municípios, só para citar algumas das medidas adotadas.

Além disso, no dia de hoje, em comum acordo com a indústria farmacêutica, decidimos adiar, por 60 dias, o reajuste de medicamentos no Brasil.

Este é um esquema da divisão do todo em partes (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014), que consiste em desmembrar o todo (ações do governo) em partes. Isto é, todas as atitudes do governo estão sendo tomadas para garantir o bem-estar da população. Tal esquema pode ser descrita:

Premissa 1: O governo tem tomado medidas para o bem-estar dos brasileiros;

Premissa 2: As ações têm resultados concretos;

Conclusão: [Logo] As atitudes do governo estão sendo eficazes durante a pandemia.

Neste caso, o presidente se aproveita dessas ações para transmitir um *ethos* competente e que possui a capacidade de gestão de crise, uma vez que, em suas palavras, todas as medidas estavam sendo tomadas para garantir a sobrevivência o bem-estar da população. A crise, ou melhor, o desafio da pandemia, estava sendo administrado com seriedade e, por isso, o presidente estava no controle da situação (mesmo com a quantidade de infectados e mortos aumentando).

Em seguida, encontramos a tese do pronunciamento: “Temos uma missão: salvar vidas, sem deixar para trás os empregos”. Ou seja, toda a argumentação do pronunciamento faz referência à defesa desta tese. Salvar vidas e empregos torna-se o objetivo principal do presidente que não enxerga na mortalidade do vírus, motivos necessários para ações mais restritivas (como propuseram as autoridades sanitárias), nem ações econômicas mais efetivas, que garantissem a diminuição dos trabalhadores nas ruas, diminuindo, também, as diversas formas de contágio em massa.

Ao não negar a existência da pandemia em: “O vírus é uma realidade, ainda não existe vacina contra ele ou remédio com eficiência cientificamente comprovada”, o presidente, novamente, se vale do esquema do exemplo:

O coronavírus veio e um dia irá embora, infelizmente teremos perdas neste caminho. Eu mesmo já perdi entes queridos no passado e sei o quanto é doloroso. Todos nós temos que evitar ao máximo qualquer perda de vida humana. Como disse o diretor-geral da OMS, “todo indivíduo importa”.

Uma vez mais, o presidente recorre ao *páthos* da compreensão da situação gerada pela pandemia. Uma estratégia eficaz que une orador e auditório numa mesma experiência dolorosa, afinal, perder um ente querido ou familiar, oriundo de uma doença ainda sem cura, é algo horrível, e que aproxima as pessoas.

Premissa 1: O coronavírus é uma realidade e vitimiza várias pessoas;

Premissa 2: O presidente já perdeu entes queridos no passado;

Conclusão: [Logo] O presidente entende a dor e o sofrimento daqueles que também perderam amigos e familiares.

Neste argumento, o presidente não nega a possibilidade de perdas, mas afirma que deve haver meios para poder salvar ao máximo qualquer vida humana. Com a citação de autoridade da diretoria da OMS, o presidente reitera que “todo indivíduo importa”, afirmando que todas as vidas são preciosas e que revisita um *ethos* de heroico e de salvação.

Para introduzir seu próximo argumento, o presidente afirma: “Repito: o efeito colateral das medidas de combate ao coronavírus não pode ser pior do que a própria

doença”. Com isso, este excerto ratifica a principal preocupação do presidente que é o “efeito colateral” do que a própria doença. Ou seja, o econômico em detrimento da vida humana. Este pensamento é corroborado a partir do argumento de comprometimento de recuperação do país:

A minha obrigação como presidente vai para além dos próximos meses. Preparar o Brasil para a sua retomada, reorganizar nossa economia e mobilizar todos os nossos recursos e energia para tornar o Brasil ainda mais forte após a pandemia.

Há uma referência clara acerca de uma volta econômica visando tornar o país um local “ainda mais forte após a pandemia”. Novamente, enxergamos um *ethos* de salvador, que se agrega à *doxa* bolsonarista que o enxerga como um “mito”. Este é um argumento da superação que pode ser encontrado no esquema do sacrifício (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014), isto é, passar por certas dificuldades e desafios (neste caso, a pandemia), para alcançar um objetivo (um país forte). Desta forma, podemos descrever este esquema:

Premissa 1: O presidente trabalha para a recuperação do país durante a pandemia;

Premissa 2: Os recursos estão sendo mobilizados para garantir essa recuperação.

Conclusão: [Logo] O presidente está comprometido com a retomada do país fazendo dele um lugar mais forte.

Neste esquema, podemos perceber que o viés econômico é a principal preocupação do presidente que não hesita em se colocar como alguém que tem a possibilidade de fazer um país mais forte, como também, projeta esse futuro logo após a pandemia (mesmo não tendo uma previsão real de quando este período passará). Este é, portanto, um compromisso feito do orador para seu auditório sobre a continuidade de seus trabalhos à frente da presidência da república.

Ao se encaminhar para o final de seu pronunciamento, o presidente agradece àqueles que trabalham para manter o país funcionando (profissionais da saúde, caminhoneiros e serviços considerados essenciais):

Com este mesmo espírito agradeço e reafirmo a importância da colaboração e a necessária união de todos num grande pacto pela preservação da vida e dos empregos: parlamento, judiciário, governadores, prefeitos e sociedade.

Encontramos aí o argumento da unidade, da colaboração mútua de todo o povo brasileiro num momento mundial delicado. Notamos, também, a presença “cordial” do parlamento, judiciário, governadores, prefeitos e sociedade. As lideranças e todas as suas instancias governamentais unidas neste período. Logo, encontramos o esquema da reciprocidade, uma vez que há uma simetria de todos nas tomadas de decisão a respeito da covid-19:

Premissa 1: A pandemia exige esforços de todos os setores da sociedade;

Premissa 2: A união de todos colabora para salvar vidas e empregos;

Conclusão: [Logo] A colaboração conjunta é necessário para superar os desafios da pandemia.

A necessidade do esforço coletivo para lidar com a crise, colabora para o presidente um *ethos* democrático, que joga nas quatro linhas da constituição, respeitando e contando com todos os poderes para passar pela pandemia. Citar os quatro poderes ratifica essa premissa de estado democrático e regido por normas postas. O argumento de unidade serve de apelo a um *páthos* de pertencimento nacional, mas ignora todas as especificidades de cada um, uma vez que, durante a pandemia, milhões de trabalhadores não puderam aderir ao *lockdown* por conta de seus afazeres laborais, os expondo, assim, à possível contaminação e morte. Este é um viés importante a se pensar, pois, os mais pobres não puderam usufruir da segurança de casa fazendo os serviços de maneira remota. Mas aventurando-se nos transportes públicos lotados e serviços que, nem sempre, respeitavam as normas sanitárias adequadas.

Ao finalizar seu pronunciamento, como de praxe, o presidente fala “Que Deus abençoe o nosso amado Brasil”, reforçando seu vínculo com o auditório cristão (que

faz parte da *doxa* bolsonarista), bem como aos demais que também compartilham da mesma crença religiosa. O adjetivo “amado”, referindo-se a “Brasil”, possibilita criar um *páthos* de zelo e cuidado, como se o presidente estivesse cuidando do país e de seu povo, o que pode materializar um *ethos* de político cuidadoso com seu país “amado”. Este apelo emocional serve para humanizar o presidente e conectar o auditório de forma sentimental.

Diferentemente do pronunciamento de sete dias atrás, o presidente muda o tom (*páthos*) do discurso e pede um “pacto” entre o Legislativo, governadores e prefeitos. Se antes havia acusações veladas, no atual pronunciamento o presidente optou por ser mais conciliador, o que demonstra uma estratégia mais próxima do viés democrático. Durante cerca de sete minutos, o chefe do executivo falou à população citando o presidente da Organização das Nações Unidas (ONU), como forma de trazer credibilidade aos seus argumentos. No entanto, a fala citada da ONU serviu para atingir um auditório específico: os mais pobres. Esta tática argumentativa serviu para afirmar que a referida classe social seria a mais prejudicada frente à pandemia. Ou seja, citar a ONU servia para mobilizar este auditório a aderir à sua tese: voltar à “normalidade”, esquecendo as restrições sanitárias do *lockdown*.

Esse apoio popular, o qual o presidente tentou buscar, demonstra um desespero político, já que, como não houve consenso entre governadores e prefeitos, o presidente necessitava do apoio popular e, caso isso ocorresse, pressionaria os demais políticos a cederem. Entretanto, alguns jornalistas e portais de notícias destacaram que a fala citada que o presidente utilizou de Tedros Adhanom, foi tirada de contexto, uma vez que o presidente da OMS defendeu⁶⁸, no dia anterior, o isolamento social e a necessidade de os governos assistirem monetariamente os mais necessitados. Enquanto a fala de Tedros afirmava que os países deveriam desenvolver políticas públicas assistencialistas à classe social mais pobre, o presidente “citou” o presidente da OMS informando que suas recomendações davam conta da necessidade dos trabalhadores informais voltarem ao trabalho. De qualquer forma, citar Tedros, num pronunciamento tão importante, trouxe credibilidade ao

⁶⁸ <https://www.poder360.com.br/coronavirus/diretor-da-oms-contraria-discurso-de-bolsonaro-e-reafirma-apoio-a-isolamento/>

auditório (mesmo tendo falas tiradas do contexto), uma vez que a grande maioria não iria verificar se tais afirmações eram verdadeiras ou não.

O chefe do executivo, em seu pronunciamento, demonstrou uma imagem (*ethos*) de político preocupado com a vida dos brasileiros. Mas, como vimos, sua principal preocupação era com a retomada econômica que garantisse o emprego da maioria da população (especialmente os trabalhadores informais). Por isso, o presidente pediu a união entre os poderes a fim de que houvesse uma colaboração com seu projeto de governo: “preservar vidas e empregos”. Como forma de falar diretamente com os trabalhadores que ainda estavam em seu labor diário, o presidente agradeceu o empenho dos profissionais de saúde, da segurança, da lavoura e dos caminhoneiros para aquilo que ele designou como “sacrifício pessoal”. Ou seja, somente estes trabalhadores estavam alinhados às ações propostas pelo governo. Há um “nós” e “eles” que fica claro em seu discurso. É como se pudéssemos afirmar: “nós nos sacrificamos para manter o país funcionando, eles não”.

4.6 Análise do pronunciamento de 08 de abril de 2020

Apenas oito dias após seu último pronunciamento, o presidente vem novamente a público falar à população e ao seu auditório. Mesmo que os pronunciamentos anteriores estivessem carregados de ideais mais positivos, o número de pronunciamentos para tratar sobre a Covid-19 (este é o quinto), já demonstra uma maior preocupação referente à pandemia. Afinal, a doença tomou proporções assustadoras em todos os países e o número de infectados e mortos aumentou consideravelmente.

Para se ter ideia, neste dia, 1,5 milhão de pessoas no mundo todo estavam contaminadas e 5 bilhões se encontravam em isolamento. O número de óbitos chegou a 88mil. Estados Unidos, Espanha, Itália, França e Alemanha eram os países mais afetados. Os números da Espanha assustavam, pois havia 757 mortes diárias pelo coronavírus (14.500, no total). Este número forçou cerca de 100 países a instituir o sistema de *lockdown*, confinando seus habitantes. Tendo 4 bilhões de pessoas

confinadas, representou mais da metade da população mundial presa em suas residências.

Em nosso país, os números de contaminação e mortes também aumentavam de forma acelerada. Havia 16.195 casos confirmados, com 822 mortes no total (621 mortes a mais desde o último pronunciamento). São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará lideravam os casos de contaminação e mortes. Bahia também possuía números expressivos (515 infectados com 18 mortes). Dentre os nossos estados, apenas Tocantins e Sergipe mantinham poucos casos de incidência da doença em suas respectivas localidades.

Como forma de movimentar a economia (aspecto crucial de seu pronunciamento anterior), o presidente publicou uma Medida Provisória que liberava o saque de contas inativas do FGTS. Todos os trâmites foram geridos pela Caixa Econômica Federal, único banco nacional 100% público. Já em relação ao auxílio emergencial, a Caixa informou que cerca de 26,6 milhões de brasileiros fizeram o cadastro para receber a ajuda do governo. O que representava um alívio para milhares de pessoas que dependiam de rendas informais para sustentar suas famílias.

O cenário mundial e nacional era de muita preocupação e medo, pois não havia como prever o “comportamento” do vírus no organismo humano, nem uma forma de tratamento eficaz após a contaminação. Por isso, os sistemas de saúde no Brasil e no mundo, estavam sobrecarregados, bem como os profissionais da área de saúde exaustos tamanha necessidade de ajuda médica hospitalar. Os telejornais buscavam a todo instante trazer números concretos de contaminados e mortos, além de trazer opiniões de especialistas que reforçavam as medidas de proteção mais eficazes a serem tomadas.

A partir desses casos, o presidente se pronunciou:

Boa noite!⁶⁹

Vivemos um momento ímpar em nossa história.

⁶⁹ <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/pronunciamentos-oficiais/pronunciamento-do-senhor-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-em-cadeia-de-radio-e-televisao-08-de-abril-de-2020>

Ser Presidente da República é olhar o todo, e não apenas as partes. Não restam dúvidas de que o nosso objetivo principal sempre foi salvar vidas.

Gostaria, antes de mais nada, de me solidarizar com as famílias que perderam seus entes queridos nesta guerra que estamos enfrentando.

Tenho a responsabilidade de decidir sobre as questões do País de forma ampla, usando a equipe de ministros que escolhi para conduzir os destinos da Nação. Todos devem estar sintonizados comigo.

Sempre afirmei que tínhamos dois problemas a resolver, o vírus e o desemprego, que deveriam ser tratados simultaneamente.

Respeito a autonomia dos governadores e prefeitos. Muitas medidas, de forma restritiva ou não, são de responsabilidade exclusiva dos mesmos. O Governo Federal não foi consultado sobre sua amplitude ou duração. Espero que brevemente saíamos juntos e mais fortes para que possamos melhor desenvolver o nosso país.

Como afirmou o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, cada país tem suas particularidades, ou seja, a solução não é a mesma para todos. Os mais humildes não podem deixar de se locomover para buscar o seu pão de cada dia.

As consequências do tratamento não podem ser mais danosas que a própria doença. O desemprego também leva à pobreza, à fome, à miséria, enfim, à própria morte. Com esse espírito, instruí meus ministros.

Após ouvir médicos, pesquisadores e Chefes de Estado de outros países, passei a divulgar, nos últimos 40 dias, a possibilidade de tratamento da doença desde sua fase inicial.

Há pouco, conversei com o Dr. Roberto Kalil. Cumprimentei-o pela honestidade e compromisso com o Juramento de Hipócrates, ao assumir que não só usou a Hidroxicloroquina, bem como a ministrou para dezenas de pacientes. Todos estão salvos.

Disse-me mais: que, mesmo não tendo finalizado o protocolo de testes, ministrou o medicamento agora, para não se arrepender no futuro. Essa decisão poderá entrar para a história como tendo salvo milhares de vidas no Brasil. Nossos parabéns ao Dr. Kalil.

Temos mais boas notícias. Fruto de minha conversa direta com o Primeiro-Ministro da Índia, receberemos, até sábado, matéria-prima para continuarmos produzindo a hidroxicloroquina, de modo a podermos tratar pacientes da COVID-19, bem como malária, lúpus e artrite. Agradeço ao Primeiro-Ministro Narendra Modi e ao povo indiano por esta ajuda tão oportuna ao povo brasileiro.

A partir de amanhã, começaremos a pagar os R\$ 600,00 de auxílio emergencial para apoiar trabalhadores informais, desempregados e microempreendedores durante três meses.

Concedemos, também, a isenção do pagamento da conta de energia elétrica aos beneficiários da tarifa social, por 3 meses, atendendo a mais de 9 milhões de famílias que tenham suas contas de até R\$ 150,00.

Disponibilizamos 60 bilhões via Caixa Econômica Federal para capital de giro destinados a micro, pequenas e médias empresas e à construção civil.

Os beneficiários do Bolsa Família, que são quase 60 milhões de pessoas, também receberão um abono complementar do Auxílio Emergencial.

Autorizamos, ainda, para junho, um saque de até R\$ 1.045,00 aos que têm conta vinculada ao FGTS.

Repatriamos mais de 11 mil brasileiros que estavam no exterior, num esforço capitaneado pelo Itamaraty, Ministério da Defesa e Embratur.

Tenho certeza de que a grande maioria dos brasileiros quer voltar a trabalhar.

Esta sempre foi minha orientação a todos os ministros, observadas as normas do Ministério da Saúde.

Quando deixar a Presidência, pretendo passar ao meu sucessor um Brasil muito melhor do que aquele que encontrei em janeiro do ano passado.

Sigamos João 8:32: “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará!”

Desejo a todos uma Sexta-Feira Santa de reflexão e um Feliz Domingo de Páscoa!

Deus abençoe o nosso Brasil!

Após o início de praxe, com uma saudação curta, o presidente informa que os brasileiros vivem um “momento ímpar da nossa história”. Afinal, a pandemia torna-se algo inédito na vida de toda população. Como primeiro argumento, ele fala da responsabilidade, “Ser Presidente da República é olhar o todo, e não apenas as partes. Não restam dúvidas de que o nosso objetivo principal sempre foi salvar vidas”. Neste excerto, encontramos o esquema pragmático (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014), que possibilita avaliar algo em função de suas consequências. Neste caso, avaliar o todo, teria como resultado salvar vidas (objetivo final).

Para tanto, este esquema pode ser descrito:

Premissa 1: O papel do presidente é avaliar toda a conjuntura nacional;

Premissa 2: O objetivo do governo é a preservação da vida humana;

Conclusão: [Logo] O governo trabalha para salvar vidas.

Este argumento, baseado numa razão prática, logo no início do pronunciamento, denota a tentativa de mostrar quais eram as intenções do governo num momento de crise sanitária. Crise esta que tem como ponto fundamental a vida dos brasileiros. Isto é, quaisquer decisões errôneas poderiam custar a vida de milhares de cidadãos. Neste caso, o presidente evoca um olhar para a sua função laboral: ser presidente. O que traz para si certos compromissos e responsabilidades de governar para todo o povo brasileiro (e não só à sua base eleitoral). Portanto, este é um argumento que resvala na responsabilidade moral do cargo de presidente da república, que tende a criar uma imagem (*ethos*) de presidente justo, coerente e democrático.

Em seguida, o presidente continua na mesma linha argumentativa, trazendo o argumento da empatia, ao afirmar que “Gostaria, antes de mais nada, de me solidarizar com as famílias que perderam seus entes queridos nesta guerra que estamos enfrentando”. Tratasse de um argumento que cria um apelo ao sentimento (*páthos*) humano, que evoca a memória daqueles entes ou conhecidos que faleceram por conta da Covid-19. Esta é uma estratégia argumentativa interessante porque permite a identificação entre orador e auditório a partir da morte. Afinal, a grande maioria das pessoas conhecem ou conheceram pessoas que foram vítimas da pandemia.

Desta forma, este argumento pode ser descrito como:

Premissa 1: Perder parentes e amigos para a pandemia é algo doloroso;

Premissa 2: Este é um momento de grande sofrimento coletivo;

Conclusão: [Logo] O presidente se solidariza com todos os que estão sofrendo com suas perdas.

Neste caso, encontramos o esquema de ligação causal (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014), que conecta fatos e acontecimentos mediante uma causa específica. Neste caso, a solidariedade do presidente é o resultado da morte das pessoas que se infectaram e não sobreviveram ao coronavírus. Percebiam que os dois primeiros argumentos do presidente se ligam por bases comuns da vida humana (vida e morte), contudo, o teor emotivo desses dois argumentos possui relação direta coma realidade de milhares de brasileiros. O objetivo, nas palavras do presidente, era

salvar vidas, mas, ele se solidarizava por aqueles que haviam morrido e deixado seus entes queridos.

Os argumentos iniciais servem para defender a tese principal deste pronunciamento: “Sempre afirmei que tínhamos dois problemas a resolver, o vírus e o desemprego, que deveriam ser tratados simultaneamente”. Mais uma vez, o presidente coloca vírus e desemprego no mesmo patamar, o considerando igualmente perigoso e importantes. No entanto, esta tese acrescenta algo diferente dos seus primeiros argumentos “salvar vidas”, que é “salvar empregos”. O que denota uma visão simplista para problemas correlacionados, na ótica do presidente.

Esta tese pode ser descrita como:

Premissa 1: A pandemia trouxe mortes e desemprego;

Premissa 2: Estes problemas têm causas correlacionadas;

Conclusão: [Logo] O presidente deve solucionar estes problemas simultaneamente.

Novamente, encontramos aí o esquema de ligação causal (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014), que deve levar em consideração as consequências de algo, neste caso, gerir a pandemia é cuidar para salvar vidas e empregos. No entanto, é necessário destacar que há a questão da morte: a primeira é tratada de forma explícita (oriunda da contaminação pela Covid-19); já a outra, é tratada de forma implícita (decorrente da falta de emprego). Ou seja, o presidente utiliza um problema social histórico (falta de emprego) para reforçar seu argumento diante das medidas que ele deve tomar para gerir a pandemia. Como dissemos, este é um argumento que remete a problemas históricos antigos e que servem, por exemplo, como base de campanha eleitoral (gerar mais empregos). O orador, neste caso, novamente remete a uma ligação causal entre pandemia e desemprego, ao justificar a perda dos possíveis empregos (e assim afetando a economia nacional), à crise sanitária mundial.

Este argumento introduz um próximo que serve para justificar as ações de governantes de outros poderes que, implicitamente, não estão alinhados ao Governo Federal:

Respeito a autonomia dos governadores e prefeitos. Muitas medidas, de forma restritiva ou não, são de responsabilidade exclusiva dos mesmos. O Governo Federal não foi consultado sobre sua amplitude ou duração. Espero que brevemente saíamos juntos e mais fortes para que possamos melhor desenvolver o nosso país.

Este argumento de autonomia entre os poderes, como afirmamos, serve para o presidente se eximir de quaisquer resultados considerados negativos que poderiam acontecer na pandemia. Ou seja, se houve mortes, não foi por culpa dele, que queria salvar vidas e empregos, mas sim, de prefeitos e governadores que atuaram de forma independente e sem consulta ao Governo Federal: “Muitas medidas, de forma restritiva ou não, são de responsabilidade exclusiva dos mesmos”, além de “O Governo Federal não foi consultado...”. Desta forma, encontramos aí, o esquema da direção (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014), que consiste em criticar ações com base no perigo que as orientam:

Premissa 1: O Brasil possui diferentes esferas de governo (federal, estadual e municipal);

Premissa 2: Durante a pandemia, estas esferas possuem autonomia de gerir a crise;

Conclusão: [Logo] O Governo Federal se exime de qualquer responsabilidade decorrente dessas tomadas de decisões.

Este argumento de esquema de direção (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), serve para diferenciar um “nós” e um “eles” relacionados à gestão da pandemia. O que o presidente deixou implícito, por exemplo, é que as tomadas de decisão entre estas esferas políticas se deu em adotar as medidas e orientações médico-sanitárias de restrição e fluxo de pessoas nas ruas, ou não. Ou seja, governadores e prefeitos estavam seguindo orientações (portanto outra direção) para justamente salvar as vidas das pessoas. No entanto, as palavras do presidente, dá a entender o contrário, que estes governantes não estavam preocupados com tais ações. O que demonstra que suas falas estavam sendo destinadas a um auditório específico (o bolsonarista).

Este argumento se liga ao próximo que diz:

Como afirmou o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, cada país tem suas particularidades, ou seja, a solução não é a mesma para todos. Os mais humildes não podem deixar de se locomover para buscar o seu pão de cada dia.

Neste caso, o presidente utiliza o argumento da adequação para lidar com a crise. Citando a OMS, como citação de autoridade, o presidente fala das particularidades de cada país no controle da pandemia, uma vez que cada realidade se dá por meios distintos em cada nação. Entretanto, ele reforça seu argumento de salvar empregos por meio de “os mais humildes não podem deixar de se locomover para buscar seu pão de cada dia”. Evidenciando, assim, uma diferença de classe que promove, implicitamente, uma necessidade de salvar seus empregos para não morrerem de fome.

Este argumento pode ser escrito da seguinte forma:

Premissa 1: Os países possuem particularidades sociais e econômicas;

Premissa 2: As pessoas possuem necessidades diversas a partir de suas rendas econômicas;

Conclusão: [Logo] As soluções não devem ser iguais para todos os países, especialmente para os mais humildes.

Este argumento é uma é construído de forma mais ou menos incoerentes pelo presidente. Ele se utiliza da citação de autoridade que afirma que é necessária uma adequação entre os países em relação à realidade da pandemia, para justificar a ida das pessoas pobres brasileiras ao seu local de trabalho. Na ótica do presidente, já que os países devem se adequar, assim, os brasileiros de baixa renda também o deverão fazer para conseguir o “seu pão de cada dia”. Este é, portanto, um esquema ligação causal (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), que para conseguir o sustento das famílias deveria ter uma adequação às normas de restrição e circulação das pessoas em relação ao trabalho.

Segundo o presidente, há uma possibilidade de tratamento possível no caso da Covid-19: “Após ouvir médicos, pesquisadores e Chefes de Estado de outros países,

“passei a divulgar, nos últimos 40 dias, a possibilidade de tratamento da doença desde sua fase inicial”. Em seguida ele cita o Dr. Roberto Kalil afirmando que o mesmo utilizou a Hidroxicloroquina em seus pacientes com sucesso. Este é um argumento de autoridade que possui o efeito de respaldo técnico na defesa do uso deste tratamento em específico.

Disse-me mais: que, mesmo não tendo finalizado o protocolo de testes, ministrou o medicamento agora, para não se arrepender no futuro. Essa decisão poderá entrar para a história como tendo salvo milhares de vidas no Brasil. Nossos parabéns ao Dr. Kalil.

Este argumento de autoridade, possibilita que ações de produção, compra e circulação do remédio fosse tomada livremente pelo presidente, já que o presidente estava munido do respaldo do referido médico. Mesmo que ainda não houvesse bases científicas sólidas, com dados e comprovações laboratoriais consistentes, o presidente se valeu em defender o medicamento num pronunciamento proferido para milhares de pessoas no país, novamente, criando um *ethos* de salvador (mito) ao trazer uma resposta (esperança) à população que estava se infectando e morrendo desta doença.

Premissa 1: O protocolo com a hidroxicloroquina deu certos nos pacientes;

Premissa 2: O investimento em sua produção deve ser incentivada;

Conclusão: [Logo] Milhares de pessoas serão salvas pela hidroxicloroquina.

Temos aí, portanto, o esquema da probabilidade (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014), uma vez que há uma possibilidade de salvar milhares de pessoas (nas palavras do presidente), ao aderirem o tratamento com a referida droga. Novamente, tratamento este, que ainda não possuíam estudos robustos necessários à garantia de sucesso, mas que estavam sendo defendidas pelo presidente como forma de alcançar uma popularidade maior entre seu auditório. E, para ratificar este esquema, o presidente introduz seu próximo argumento que diz respeito à solidariedade internacional:

Temos mais boas notícias. Fruto de minha conversa direta com o Primeiro-Ministro da Índia, receberemos, até sábado, matéria-prima para continuarmos produzindo a hidroxiclороquina, de modo a podermos tratar pacientes da COVID-19, bem como malária, lúpus e artrite. Agradeço ao Primeiro-Ministro Narendra Modi e ao povo indiano por esta ajuda tão oportuna ao povo brasileiro.

Ou seja, não é só a defesa de um medicamento, mas a ação em produzi-lo no país a partir de ligações comerciais já estabelecidas. Em suas palavras, o presidente reforça que a hidroxiclороquina serve não só para a Covid-19, como também para a malária, lúpus e artrite. Doenças que, no senso comum, não possuem correlação com a deficiência respiratória oriunda do coronavírus, mas que, de alguma forma, para o presidente, possuem relação com a referida medicação.

Premissa 1: A hidroxiclороquina é fundamental para o tratamento da Covid-19, malária e lúpus;

Premissa 2: O Brasil conseguiu matéria prima necessária para produção com a Índia.

Conclusão: [Logo] O acerto comercial internacional é benéfico em tempos de pandemia.

A defesa deste medicamento na utilização do tratamento da Covid-19 causou um alvoroço social⁷⁰. Primeiro porque não havia comprovação nem um consenso entre os especialistas para afirmar categoricamente sobre a eficácia da hidroxiclороquina. Segundo porque houve uma procura enorme do medicamento nas farmácias por parte da população fazendo-o se esgotar em várias cidades. Tal procura prejudicou os usuários regulares no tratamento do lúpus, por exemplo. Além disso, o Ministério da Saúde ainda estava ministrando ensaios clínicos para comprovar a eficácia da hidroxiclороquina nos pacientes da Covid-19, muito menos em relação aos efeitos colaterais. Ou seja, nem mesmo o governo estava munido de bases científicas sólidas para defender o uso do medicamento naquele momento.

⁷⁰ <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/04/08/em-pronunciamento-bolsonaro-defende-uso-da-cloroquina-para-tratamento-do-coronavirus.ghtml>

Dando continuidade ao pronunciamento, o presidente começa a utilizar o argumento da assistência social para com o povo brasileiro, elencando quais foram as medidas que o governo tomou para lidar com a questão econômica do país:

A partir de amanhã, começaremos a pagar os R\$ 600,00 de auxílio emergencial para apoiar trabalhadores informais, desempregados e microempreendedores durante três meses.

Concedemos, também, a isenção do pagamento da conta de energia elétrica aos beneficiários da tarifa social, por 3 meses, atendendo a mais de 9 milhões de famílias que tenham suas contas de até R\$ 150,00.

Disponibilizamos 60 bilhões via Caixa Econômica Federal para capital de giro destinados a micro, pequenas e médias empresas e à construção civil.

Os beneficiários do Bolsa Família, que são quase 60 milhões de pessoas, também receberão um abono complementar do Auxílio Emergencial.

Autorizamos, ainda, para junho, um saque de até R\$ 1.045,00 aos que têm conta vinculada ao FGTS.

Repatriamos mais de 11 mil brasileiros que estavam no exterior, num esforço capitaneado pelo Itamaraty, Ministério da Defesa e Embratur.

Este é o esquema argumentativo da divisão do todo em partes (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), que consiste em desmembrar as ações do governo na gestão da Covid-19. Como já adiantamos, estas são ações econômicas que servem para demonstrar ao auditório um *ethos* de presidente que trabalha em prol de seu povo, que cria ações práticas objetivas para garantir a roda da economia girar e salvaguardar a vida do povo mediante a economia.

Este esquema pode ser demonstrado da seguinte forma:

Premissa 1: A pandemia agravou a economia do país prejudicando os trabalhadores;

Premissa 2: O governo trabalha com várias ações para solucionar essa situação;

Conclusão: [Logo] As medidas do governo salvarão o país da crise econômica causada pela pandemia.

Este é um esquema que coloca em voga uma necessidade do cidadão brasileiro para com seu governante. Ou seja, as pessoas mais afetadas por essa crise monetária dependem diretamente das ações do governo para garantir sua sobrevivência. O que reforça a tese do presidente que afirma que é necessário salvar a vida dos brasileiros, também, por conta da economia. Não há, portanto, nenhuma menção à obrigação do Estado em prover ao povo subsídios necessários para sua sobrevivência (especialmente se levarmos em consideração à nossa Constituição), mas sim, uma ação panfletária do presidente que evidencia estas ações para contribuir e firmar sua imagem (*ethos*) de mito. Ou seja, elencar as eficácias políticas faz parte da obrigação que seu cargo pede, especialmente com problemas sociais urgentes, como na pandemia.

Em seguida, o presidente afirma: “Tenho certeza de que a grande maioria dos brasileiros quer voltar a trabalhar”. Falar em nome do povo com tamanha certeza, ratifica seu argumento de que a economia não pode parar, já que o povo mais necessitado deve sair para ganhar o pão de cada dia. Desta forma:

Premissa 1: O mercado de trabalho foi afetado pela pandemia;

Premissa 2: O povo necessita se sustentar através do trabalho.

Conclusão: [Logo] Os trabalhadores querem voltar a trabalhar.

Este é um argumento que tem como base o esquema de ligação causal (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014), pois, nas palavras do presidente, o povo quer trabalhar por uma necessidade. Então, há uma afirmação de um interesse coletivo que se baseia em convicções do próprio presidente e não de um referendo ou pesquisa feita com a maioria da população. Este esquema, portanto, valida seu ponto de vista que o retorno às atividades econômicas é a principal e melhor saída para haver uma melhor condição de vida do povo: “Esta sempre foi minha orientação a todos os ministros, observadas as normas do Ministério da Saúde”.

Com argumento de eficiência, o presidente afirma que “Quando deixar a Presidência, pretendo passar ao meu sucessor um Brasil muito melhor do que aquele que encontrei em janeiro do ano passado”. Esta é uma estratégia argumentativa comum no seio político, em que a atual gestão quer fazer melhor que a anterior. Por

isso, neste caso, há a utilização do esquema da probabilidade (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014) que pode ser descrita:

Premissa 1: O atual governo trabalha para melhorar a vida do povo;

Premissa 2: O governo passado não fez um trabalho correto na gestão pública;

Conclusão: [Logo] O país estará num estado muito melhor em sua sucessão.

Antes de terminar seu pronunciamento, o presidente utiliza o argumento da fé: Sigamos João 8:32: “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará!” Desejo a todos uma Sexta-Feira Santa de reflexão e um Feliz Domingo de Páscoa! Deus abençoe o nosso Brasil!”. Este argumento pode ser descrito pelo esquema da relação simbólica (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014), que consiste em estabelecer uma relação entre um símbolo (neste caso a fé cristã) referindo-se a uma determinada realidade (a pandemia).

Neste caso, este esquema pode ser descrito como:

Premissa 1: A tradição cristã busca a verdade através da fé;

Premissa 2: A verdade tem o poder de libertar as pessoas;

Conclusão: [Logo] Devemos seguir a fé cristã para conhecer a verdade.

Este esquema permite que o presidente estabeleça uma relação direta com seu auditório (predominantemente cristão), bem como com aqueles que podem até não compartilhar dos valores do presidente, mas reside também na fé cristã seus ideais. Ou seja, esta é uma forma de cooptar para adesão de sua tese a partir de seus argumentos, aqueles que estão em dúvida das ações do presidente. Afinal, na cultura cristã, falar em nome de Deus é falar a verdade. Além disso, a citação escolhida pode nos trazer a reflexão da disputa das *doxas* que foram abordadas pelo presidente durante seu pronunciamento.

Em “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará!”, pode ser analisado como: a verdade que o presidente traz é a verdadeira, pois, suas ações (conforme vimos em seus argumentos) estão voltados para salvar a vida e os empregos da população brasileira (assim estarão libertos); assim como, a verdade deles (prefeitos e governadores) os aprisionam, pois eles ainda não conhecem a verdadeira verdade que é a do presidente. Há um “nós” (libertos e detentores da verdade) e um “eles”

(ainda aprisionados) que pertencem a *doxas* distintas, portanto, que disputam a narrativa do problema social que é a pandemia da Covid-19.

Neste pronunciamento, algumas questões nos chamam atenção: primeiro, é, novamente, o presidente defender a volta do trabalhador ao trabalho; e, em segundo plano, é o uso da hidroxicloroquina no tratamento aos infectados. Esta defesa de volta ao trabalho, faz parte de uma ótica já comum em seus pronunciamentos e entrevistas ao afirmar que o país necessitava voltar a uma “normalidade”. Se para alguns, especialmente para especialistas da área da saúde, a melhor estratégia seria diminuir a circulação de pessoas para conter a infecção em massa, na ótica do presidente, este era um malefício porque não possibilitava o país continuar gerando capital. Ou seja, ficar em casa, para se resguardar do coronavírus, era algo que trazia prejuízo. Por isso, sua argumentação, mesmo que faça um “diálogo” entre “vida” e “emprego”, acaba resvalando, sempre, na questão econômica.

Como percebemos, seus argumentos e técnicas argumentativas estavam voltadas a ratificar a ideia de volta ao trabalho, citando o diretor-geral da OMS na junção de expressões culturais, como “ganhar o pão de cada dia”. Esta estratégia de trazer uma citação autoridade, juntamente com uma expressão amplamente conhecida, demonstra, na visão do presidente, a possibilidade de convencimento do auditório, especialmente os mais humildes, que estavam preocupados não só com a doença, mas também, como a forma de conseguir o próprio alimento, uma vez que a situação das pessoas mais humildes, e que, geralmente, não possuíam reserva financeira, era mais delicada e preocupante. Temos aí, portanto, uma divisão de classe social evocada pelo presidente que separa os “mais humildes”, daqueles que, de fato, podem ficar em casa, por gozarem de estratégias financeiras, seja por poderem trabalhar de casa, ou por realmente terem uma reserva monetária que possa garantir o sustento. De qualquer forma, o presidente não apresenta nenhuma solução prática para auxiliar os mais necessitados (como se era esperado).

O segundo ponto, faz parte da defesa do uso da hidroxicloroquina, como medicamento “eficaz” àqueles que estavam acometidos pela Covid-19. Novamente, o presidente utiliza da citação de autoridade (Dr. Roberto Kalil), para trazer credibilidade a essa informação que, ainda, não fazia parte de um consenso médico estabelecido. Ou seja, não havia estudos robustos que comprovassem a eficácia do medicamento nos pacientes infectados pelo coronavírus. Além de defender o uso, o presidente

informa que o Governo Federal estava fazendo investimentos na compra da matéria-prima da Índia para produção no país. Isto é, além de trazer a possibilidade de utilização desse medicamento por médicos de todo o Brasil, haveria, ainda, o investimento financeiro de compra de insumos para uma medicação que poderia não ser eficaz no tratamento da doença. Um contrassenso em seu pronunciamento que, em princípio, prezava pela questão econômica, agora poderia desperdiçar dinheiro público num investimento sem retorno seguro.

Apesar da Organização Mundial de Saúde informar que o remédio era promissor, ela afirmava que deveria haver cautela por conta dos efeitos colaterais, incluindo, arritmia cardíaca fatal. O próprio Ministério da Saúde, após liberar o uso da Cloroquina e Hidroxicloroquina (versão mais leve do medicamento), indicava cautela em seu uso, por não ter estudos conclusivos que dessem conta de sua eficácia. No entanto, em seu pronunciamento, o que ficou evidente, é que o presidente estava convencido dos benefícios que esta medicação poderia causar, e que, de forma implícita, após a melhora do paciente, este poderia retornar ao trabalho, fazendo com que os diversos empregos, fossem salvos. Portanto, a intenção do chefe do executivo era única: a volta da economia. E esta intenção ficou clara, quando ele afirmou em sua estratégia argumentativa, ações do governo do ponto de vista econômico, inclusive, em falar em nome do povo: “Tenho certeza de que a grande maioria do povo brasileiro quer voltar a trabalhar”.

4.7 Análise do pronunciamento de 16 de abril de 2020

Neste dia, o presidente fez seu sexto pronunciamento sobre a Covid-19, anunciando a demissão do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, devido a diferenças nas medidas de combate à pandemia. Havia discordâncias explícitas entre ministro e presidente. Enquanto Mandetta defendia o isolamento social, Bolsonaro pedia o retorno à normalidade e o fim do confinamento. Essa falta de alinhamento do governo refletia a tensão entre salvar vidas e empregos, fortemente defendido pelo presidente. Nelson Teich, um oncologista, foi nomeado como o novo ministro da Saúde em um momento crítico, com cerca de 30 mil casos e 1,9 mil mortes no Brasil.

A troca de ministros gerou protestos, com panelaços ocorrendo em várias cidades, incluindo grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro. As

manifestações expressavam descontentamento com a gestão da pandemia. Nesse dia, o país registrou 188 novas mortes, totalizando 1.924, o que representava um aumento significativo, com os estados mais afetados sendo São Paulo e Rio de Janeiro.

A situação se agravava, especialmente no Ceará, onde não havia mais leitos disponíveis em UTIs, e 48 pacientes estavam na fila de espera por atendimento. A crise de saúde se tornava cada vez mais desesperadora, evidenciando a necessidade urgente de um plano eficaz.

Dados do Ministério da Saúde davam conta que São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e Amazônia eram os estados que mais possuíam óbitos. A Bahia registrava a 35ª morte por Covid-19, segundo a Sesab. Um clima (*páthos*) desesperador começou a se potencializar no país, pois o Sistema Único de Saúde da maioria dos estados estava sobrecarregado. Havia filas para atendimento e o limiar entre a vida e a morte era uma linha tênue, uma vez que se dependia de oxigênio, por exemplo, para estabilizar os pacientes.

Neste período conturbado, o presidente se pronunciou:

Boa tarde⁷¹. Agora há pouco terminei uma reunião com o ministro Mandetta, aproximadamente 30 minutos, e discutimos a situação atual do Ministério, bem como da pandemia, uma conversa bastante produtiva, muito cordial, onde nós selamos um ciclo no Ministério da Saúde. Ele se prontificou, como era esperado da minha parte, a participar de uma transição a mais tranquila possível, com a maior riqueza de detalhes que se possa oferecer. E, em comum acordo, mas o termo técnico não é esse, eu o exonero do Ministério nas próximas horas.

Foi, realmente, um divórcio consensual, porque, acima de mim, como presidente, e dele, como ainda ministro, está a saúde do povo brasileiro. A vida para todos nós está em primeiro lugar. A questão do coronavírus se abate sobre todo o mundo, e cada país tem as suas especificidades, como bem disse o chefe da OMS. No Brasil não é diferente.

Como presidente da República, eu coordeno 22 ministérios e, na maioria das vezes, o problema não está afeto a apenas um ministério. Quando se fala em saúde, fala-se em vida, a gente não pode deixar de falar em emprego. Porque uma pessoa desempregada, ela estará mais propensa a sofrer problemas de saúde do que uma outra empregada. E desde o começo da pandemia eu me dirigi a todos os ministros e falei da vida e do emprego. É como um paciente

⁷¹ www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/pronunciamentos/pronunciamentos-do-presidente-da-republica/pronunciamento-do-senhor-pr

que tem duas doenças, a gente não pode abandonar uma e tratar exclusivamente outra, porque, no final da linha, esse paciente pode perder a vida.

Sabemos das interpretações que fazem a respeito daquilo que se fala. A interpretação depende da linha editorial ou daquele repórter. Sempre falamos em vida e emprego, nunca emprego e economia de forma isolada. Nunca.

Desde o começo eu busquei levar uma mensagem de tranquilidade. O clima quase de terror se instalou no meio da sociedade. Isso não é bom, porque uma pessoa que vive sob tensão, num clima de histeria, é uma pessoa que está propensa a adquirir novas doenças ou agravar aquelas que ela já tem.

Entendemos perfeitamente a gravidade da situação. Gostaríamos que ninguém perdesse a vida, não só por essa, e por causa nenhuma, porque a vida, quando chega ao seu final, a morte toca a todos nós. Eu tenho uma mãe com 93 anos de idade, está bastante idosa, com algumas comorbidades, e espero que ela viva por muito tempo.

Ao longo desse tempo, é direito do ainda ministro defender o seu ponto de vista como médico. E a questão de entender também a questão do emprego não foi da forma que eu achava, como chefe do Executivo, que deveria ser tratada. Não condeno, não recrimino e não critico o ministro Mandetta. Ele fez aquilo que, como médico, ele achava que devia fazer.

Ao longo desse tempo, a separação cada vez mais se tornava uma realidade, mas nós não podemos tomar decisões de forma que o trabalho feito por ele até o momento fosse perdido. O que eu conversei, ao longo desse tempo, com o oncologista dr. Nelson, ao meu lado, foi fazer com que ele entendesse a situação como um todo, sem abandonar, obviamente, o principal interesse, a manutenção da vida, mas sem esquecer que, ao lado disso, tínhamos outros problemas. Esse outro é a questão do desemprego que, cada vez mais, nós vemos que são claros no nosso País. Junto com o vírus veio uma verdadeira máquina de moer empregos. As pessoas mais humildes começaram a sentir primeiro o problema. Essas não podem ficar em casa por muito tempo.

Então, não é aquilo que a gente gostaria de fazer, é aquilo que pode ser feito. Nós não poderemos prejudicar os mais necessitados. Eles não têm como ficar em casa por muito tempo, sem buscar seu alimento. E os primeiros que sofreram com isso foram os informais, na ordem de 38 milhões no Brasil. Os empregos com carteira assinada, estamos vendo, também, como temos conversado com toda a sociedade, cada vez mais estão sendo destruídos. Se chegar a um nível tal, o que nós não queremos, é que a volta da normalidade, além de poder demorar muito, outros problemas aparecerão. Nós nos preocupamos para que essa volta à normalidade chegue o mais breve possível.

Então, antes mesmo de outras providências, nós tomamos várias medidas, entre elas, uma das mais importantes é o Auxílio Emergencial para exatamente os informais e assemelhados. Então o governo não abandonou, em momento nenhum, os mais necessitados.

E o que eu conversei com o dr. Nelson é que, gradativamente, nós temos que abrir o emprego no Brasil. Essa grande massa de humildes não tem como ficar presa dentro de casa. E, o que é pior, quando voltar não ter emprego. E o governo não tem como manter esse Auxílio Emergencial ou outras ações por muito tempo. Já se gastou aproximadamente 600 bilhões de reais, e podemos chegar a R\$ 1 trilhão. Sei e repito que a vida não tem preço, mas a economia, o emprego, tem que voltar à normalidade, não o mais rápido possível, como foi conversado com o dr. Nelson, mas ele tem que começar a ser flexibilizado para que exatamente não venhamos a sofrer mais com isso.

Nós todos, Poder Executivo, Poder Legislativo, decisões do Judiciário, têm que ser, essas decisões, com muita prudência. O governo não é uma fonte de socorro eterna. Em nenhum momento eu fui consultado sobre medidas adotadas por grande parte dos governadores e prefeitos. Tenho certeza que eles sabiam o que estavam fazendo. O preço vai ser alto. Tinham que fazer alguma coisa? Tinham, mas se, porventura, exageraram, não bote essa conta, não no Governo Federal, não bote essa conta, mais essa conta, nas costas do nosso sofrido povo brasileiro.

Não queremos aqui criar qualquer polêmica com outro Poder. Todos eles são responsáveis pelos seus atos, assim como eu sou, como chefe do Executivo. Não me furtarei à minha responsabilidade. Decisões, sou obrigado a tomar. Porque sempre tenho dito, dada a minha formação militar: pior que uma decisão mal tomada é uma indecisão. Jamais pecarei por omissão. Esse foi o ensinamento que eu tive na minha carreira militar.

Essa será minha linha de atuação. Montamos um governo diferente dos montados anteriormente que tem dado resultado. Estávamos praticamente voando, no final do último trimestre. Tudo estava indo muito bem. O Brasil tinha tudo para dar certo, num curto espaço de tempo. Esse “dar certo” agora acontecerá, mas num tempo mais ampliado, onde eu apelo para os demais outros Poderes: a responsabilidade não é só minha, é de todos nós. Os excessos que alguns cometeram, que se responsabilizem por eles. Jamais eu mandaria as minhas Forças Armadas prender quem quer que seja que estivesse nas ruas. Jamais eu, como chefe do Executivo, vou retirar o direito constitucional de ir e vir, seja qual for o cidadão. Devemos tomar medidas, sim, para evitar a proliferação ou a expansão do vírus, mas pelo convencimento e com medidas que não atinjam a liberdade e a garantia individual de qualquer cidadão. Jamais cercearemos qualquer direito fundamental de um cidadão. Quem tem poder de decretar estado de Defesa ou de Sítio, depois de uma decisão, obviamente, do Parlamento brasileiro, é o presidente da República, e não prefeito ou governador.

O excesso não levará à solução do problema, muito pelo contrário, se agravará. E, como venho dizendo, desde há muito, eu tenho certeza, tenho amigos, da AMB, pessoal de Associação de Medicina Brasileira, que o remédio para curar um paciente não pode ter um efeito colateral mais danoso do que a própria doença.

Então, o Governo Federal, o presidente da República, tem uma visão mais ampla de cada ministro de per si. Esse é o nosso trabalho. Essas são, muitas vezes, as decisões que nós somos obrigados a tomar. Os problemas

acontecem na vida de todo mundo e devemos buscar a melhor maneira de solucioná-la.

Então, nesse momento, além de agradecer o senhor Henrique Mandetta, pela sua cordialidade, pela forma como conduziu o seu ministério, eu também agradeço o dr. Nelson por ter aceito esse convite. E ele sabe do enorme desafio que terá pela frente. Já começa hoje mesmo uma transição que, gradualmente, vai servir para redirecionar a posição não apenas do presidente, mas dos 22 ministros que integram o nosso governo. Todos os ministros estão envolvidos na mesma causa, sem exceção. Nós estamos juntos em defesa da vida do povo brasileiro, em defesa dos empregos e, também, obviamente, buscando levar tranquilidade e paz para o nosso povo.

Então, agradeço o dr. Nelson, para o qual eu passo, então, a palavra agora.

O início do pronunciamento “seco” (apenas com um Boa tarde) já faz parte da tratativa protocolar do presidente. O que chamou atenção, desta vez, foi o horário do pronunciamento, geralmente transmitido no turno noturno, desta vez, foi exibido na parte da tarde. Após afirmar que haveria um rompimento entre a “parceria” entre o governo e o então ministro da saúde, Mandetta, o presidente reiterou que tudo havia sido feito de forma harmoniosa, já que, ambos os políticos, estavam comprometidos com a crise da saúde no país.

Utilizando-se do argumento do consenso, o presidente afirmou que “Foi, realmente, um divórcio consensual, porque, acima de mim, como presidente, e dele, como ainda ministro, está a saúde do povo brasileiro”. Neste caso, a metáfora aludida pela palavra “divórcio” diz respeito a ruptura de um casamento, que dá a entender, divergências entre o “casal”. Desta forma, podemos descrever o seguinte esquema:

Premissa 1: A saúde do povo é prioridade do presidente e do ministro;

Premissa 2: O divórcio entre o presidente e o ministro foi consensual;

Conclusão: [Logo] A separação entre o presidente e o ministro visa assegurar

a saúde e o bem-estar do povo brasileiro.

Entendemos, portanto, que se trata do esquema da analogia (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014), em que a união entre o presidente o ministro estabelece um casamento (que dura enquanto há sinergia entre ambos), bem como a exoneração do ministro se configura um divórcio. Mesmo que consensual, o fato de o presidente exonerar um ministro que ocupa papel central nas tomadas de decisão de

uma pandemia que estava resultando em tantas mortes, denota as rugas entre os envolvidos. Se na superfície de análise percebemos que havia uma escolha racional (cada um seguir seu caminho já que não há consenso entre as tomadas de decisão), de uma forma mais profunda, podemos verificar o caráter autoritário do presidente que sobrepôs suas ordens (de volta a normalidade) em detrimento ao *lockdown*, sugerido pelos órgãos de saúde e adotado pelo até então ministro Mandetta.

Para introduzir a tese de seu pronunciamento, o presidente utiliza a citação de autoridade, referindo-se à Organização Mundial de Saúde (OMS), afirmando que a pandemia se apresenta de forma distinta em todo o mundo. “Quando se fala em saúde, fala-se em vida, a gente não pode deixar de falar em emprego. Porque uma pessoa desempregada, ela estará mais propensa a sofrer problemas de saúde do que outra empregada”. Por isso, há em sua tese um argumento de crise econômica e desemprego originada pela pandemia.

Assim, podemos descrever esta tese a partir das seguintes premissas:

Premissa 1: Na pandemia, saúde e emprego andam juntas;

Premissa 2: O desemprego, neste período, pode agravar a saúde humana;

Conclusão: [Logo] Saúde e economia devem ser tratadas de forma igual.

O presidente vem repetidamente defendendo esta tese como argumento de “volta à normalidade”. Em sua visão, a saúde do povo está ligada ao emprego, mesmo que este, exponha os cidadãos aos constantes riscos de contaminação por um vírus altamente perigoso e que se espalha pelo ar. Para ratificar sua tese, o presidente afirmou que “E desde o começo da pandemia eu me dirigi a todos os ministros e falei da vida e do emprego. É como um paciente que tem duas doenças, a gente não pode abandonar uma e tratar exclusivamente outra, porque, no final da linha, esse paciente pode perder a vida”. Trata-se de um esquema de analogia, em que o “paciente” (referindo-se aos brasileiros) possui duas doenças (neste caso, problemas), e que o tratamento deve ministrado em conjunto, e não de forma separada.

Ligado a este argumento, o presidente afirma:

Desde o começo eu busquei levar uma mensagem de tranquilidade. O clima quase de terror se instalou no meio da sociedade. Isso não é bom, porque

uma pessoa que vive sob tensão, num clima de histeria, é uma pessoa que está propensa a adquirir novas doenças ou agravar aquelas que ela já tem.

Trata-se, portanto, de um argumento do medo e da tensão, em que a pandemia, pode desenvolver novas doenças pelo medo de se infectar pelo vírus. Percebiam que o presidente tenta criar uma imagem (*ethos*) de pacificador, em “busquei levar uma mensagem de tranquilidade”. Entretanto, em suas palavras, o “clima de terror se instalou na sociedade”, um sentimento contrário ao que o ele estava tentando disseminar. As palavras, “terror”, “tensão” e “histeria”, tornam-se associações opostas àquilo que o presidente mais tentava evitar. Podendo justificar, inclusive, a criação ou o agravamento de doenças decorrente a este clima temeroso. Para tanto, este esquema pode ser descrito da seguinte forma:

Premissa 1: O clima de tensão pode afetar a saúde dos brasileiros;

Premissa 2: Pessoas que vivem sob tensão tendem a adoecer;

Conclusão: [Logo] A tranquilidade é a melhor saída para a saúde da população.

Como podemos observar, este é um esquema de ligação causal (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), em que saúde, ou doença, são resultados do clima (tranquilo/terror) em que se vive. Em sua lógica, o presidente passa a responsabilidade do adoecimento (ou não) dos brasileiros aos fatores externos, e não no seu gerenciamento de crise devido à pandemia. É como se ele pudesse afirmar: “As pessoas estão morrendo por conta do clima de terror, portanto, eu não tenho culpa”.

Ao se falar de morte, o presidente utiliza o argumento do exemplo para justificar a empatia que ele sente àquelas pessoas que perderam seus entes queridos:

Entendemos perfeitamente a gravidade da situação. Gostaríamos que ninguém perdesse a vida, não só por essa, e por causa nenhuma, porque a vida, quando chega ao seu final, a morte toca a todos nós. Eu tenho uma mãe com 93 anos de idade, está bastante idosa, com algumas comorbidades, e espero que ela viva por muito tempo.

Este sentimento de empatia (*páthos*), pode gerar uma comoção para com o auditório e ratificar sua imagem (*ethos*) de presidente empático e solidário. Utilizando-se do esquema do exemplo, podemos verificar:

Premissa 1: A morte é inevitável a todos;

Premissa 2: O presidente tem uma mãe idosa que pode vir a falecer;

Conclusão: [Logo] Ele entende a dor e o sofrimento da possibilidade perder um ente querido.

O presidente, neste caso, apela para a emoção (*páthos*), para conectar o auditório à sua tese, uma vez que a fragilidade da vida, está sendo posta para todos no mundo todo. Portanto, a dor da perda e da morte é algo que conecta as pessoas, especialmente em tempos de crise. Podemos inferir, neste caso, que há uma universalidade da dor humana, ou seja, não importa o quão longe uma pessoa more, ou em qual país ela resida, todos sentem as dores da morte e, por isso, têm medo de perder pessoas que amam.

Retomando ao “divórcio” entre ele e o ministro Mandetta, ele afirmou que havia pontos de vistas divergentes nas tomadas de decisões referente à pandemia. Ele informa que estes pontos opostos se deram porque, enquanto Mandetta defendia o ponto de vista da pandemia como médico, o presidente, como chefe do executivo, compreendia a pandemia do ponto de vista econômico::

Ao longo desse tempo, é direito do ainda ministro defender o seu ponto de vista como médico. E a questão de entender também a questão do emprego não foi da forma que eu achava, como chefe do Executivo, que deveria ser tratada. Não condeno, não recrimino e não critico o ministro Mandetta. Ele fez aquilo que, como médico, ele achava que devia fazer.

Este é um ponto importante do pronunciamento, pois coloca em pontos antagônicos “vida” e “emprego”, dois fatores importantes para o presidente que os consideravam igualmente importantes. Entretanto, em suas palavras, o próprio ministro da saúde, por opinar de forma contrária ao chefe do executivo, estava sendo exonerado por não considerar o aspecto econômico enquanto primordial. Ou seja, mesmo que o presidente, no início do pronunciamento, afirmasse que “vida” e “emprego” deveriam ser tratados igualmente (lembrem-se da analogia da doença),

neste excerto, fica claro que a “economia” pesa muito mais para ele do que a “vida” humana.

Ele ratifica essa posição em:

Ao longo desse tempo, a separação cada vez mais se tornava uma realidade, mas nós não podemos tomar decisões de forma que o trabalho feito por ele até o momento fosse perdido. O que eu conversei, ao longo desse tempo, com o oncologista dr. Nelson, ao meu lado, foi fazer com que ele entendesse a situação como um todo, sem abandonar, obviamente, o principal interesse, a manutenção da vida, mas sem esquecer que, ao lado disso, tínhamos outros problemas.

Em suas palavras, a prioridade do ministro Mandetta era com a saúde dos brasileiros, mas o presidente, conforme, vimos acima, pediu ao mesmo, que considerasse, também, outros aspectos: “mas sem esquecer que, ao lado disso, tínhamos outros problemas”. O que não fica claro, neste aspecto, é como o ministro da saúde, cuja prioridade seria cuidar da vida saudável da população, teria competência legal para administrar estes “outros problemas”. Afinal, em meio à crise mundial sanitária, protocolos de segurança foram disponibilizados a todos os países como forma de diminuir os impactos negativos da pandemia. Neste caso, inferimos que Mandetta, por ser um profissional da área da saúde, correspondia com esses protocolos, o que sugeria o confinamento em massa para não haver contato nem transmissão entre as pessoas. Confinamento este que não estava conforme o presidente.

Para confirmar seu posicionamento contrário e defesa de “volta a normalidade”, o presidente, novamente, utilizada como argumento de causa e efeito em “Junto com o vírus veio uma verdadeira máquina de moer empregos. As pessoas mais humildes começaram a sentir primeiro o problema. Essas não podem ficar em casa por muito tempo”. Este argumento tem como bases as consequências negativas na área da economia porque afastava o trabalhador das suas funções laborais.

Para tanto, podemos descrever este esquema:

Premissa 1: O confinamento em massa gera desemprego;

Premissa 2: As pessoas mais humildes serão as mais afetadas;

Conclusão: [Logo] O confinamento é danoso para a classe trabalhadora.

Este é um esquema de ligação causal (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014), que coloca a pandemia como causa do desemprego no país e no mundo. O que o presidente coloca em xeque, neste caso, é que as medidas adotadas são prejudiciais ao povo, privando-os de seu próprio sustento. O que tem gerado mais consequências negativas do que positivas, em seu raciocínio. Em “verdadeira máquina de moer empregos”, temos uma metáfora a esse efeito nocivo (na visão do presidente), que prioriza o trabalho em detrimento à saúde pública. Mesmo que ele afirme que “essas (referindo-se a pessoas pobres) não podem ficar em casa por muito tempo”, o presidente não apresenta um plano econômico concreto, com ajuda e assistência emergencial eficaz, para garantir a vida dessas pessoas. Sua preocupação, neste caso, é que os trabalhadores saiam de casa e voltem ao trabalho normal, mesmo pondo sua vida em risco.

Dando continuidade em sua preocupação com os empregos, o presidente aborda a situação dos trabalhadores informais como também àqueles que possuem carteira assinada, enfatizando que estes arriscam perder seus empregos. E fala, novamente, sobre a preocupação de como o país estará após uma “volta à normalidade”: “Se chegar a um nível tal, o que nós não queremos, é que a volta da normalidade, além de poder, demorar muito, outros problemas aparecerão. Nós nos preocupamos para que essa volta à normalidade chegue o mais breve possível”.

Esta preocupação se estende, por exemplo, às tomadas de ações econômicas para assistir à população brasileira no período de pandemia:

E o que eu conversei com o dr. Nelson é que, gradativamente, nós temos que abrir o emprego no Brasil. Essa grande massa de humildes não tem como ficar presa dentro de casa. E, o que é pior, quando voltar não ter emprego. E o governo não tem como manter esse Auxílio Emergencial ou outras ações por muito tempo. Já se gastou aproximadamente 600 bilhões de reais, e podemos chegar a R\$ 1 trilhão. Sei e repito que a vida não tem preço, mas a economia, o emprego, tem que voltar à normalidade, não o mais rápido possível, como foi conversado com o dr. Nelson, mas ele tem que começar a ser flexibilizado para que exatamente não venhamos a sofrer mais com isso.

De forma clara, o presidente expõe a fragilidade econômica nacional em manter o Auxílio Emergencial, ao utilizar o argumento de gasto excessivo. Este argumento possui o esquema pragmático (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA,

2014), que avalia a situação posta a partir de suas consequências. Portanto, podemos descrevê-la como:

Premissa 1: O governo tem limitação financeira e não pode manter o auxílio por muito tempo;

Premissa 2: O gasto do governo está excessivo;

Conclusão: [Logo] É necessário flexibilizar as medidas restritivas para que o trabalhador não dependa do governo.

Este argumento é reafirmado pelo presidente ao afirmar que “O governo não é uma fonte eterna”, ou seja, há uma finitude econômica. Finitude esta que esgota os cofres públicos em decorrência do auxílio financeiro prestado aos mais afetados pela pandemia. Percebemos que ao enunciar “fonte eterna”, o presidente afirma categoricamente que os limites fiscais do país estão no prejuízo, relegando a ajuda financeira um peso econômico grande.

Se antes o ex-ministro, Mandetta, era alvo de discordância com o presidente, ele nomeia, agora, outras pessoas:

Em nenhum momento eu fui consultado sobre medidas adotadas por grande parte dos governadores e prefeitos. Tenho certeza que eles sabiam o que estavam fazendo. O preço vai ser alto. Tinham que fazer alguma coisa? Tinham, mas se, porventura, exageraram, não bote essa conta, não no Governo Federal, não bote essa conta, mais essa conta, nas costas do nosso sofrido povo brasileiro.

Novamente, o presidente se exime da culpa caso algo de extraordinário aconteça na pandemia. Agora, governadores e prefeitos devem arcar com o ônus de suas atitudes, mas não culpar o Governo Federal de qualquer situação calamitosa que pudesse ocorrer. O “preço alto” e o “exagero”, por exemplo, podem ser atrelados às tomadas de decisão dos governadores e prefeitos, mas não do presidente, afinal, ele não foi consultado.

O argumento da não responsabilidade, pode ser descrita:

Premissa 1: O presidente não foi consultado por governadores e prefeitos em relação a pandemia;

Premissa 2: Essa situação pode gerar um preço alto a se pagar;

Conclusão: [Logo] O presidente não tem culpa caso a situação se agrave.

Este é um esquema da Direção (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), em que o autor critica atos ou acontecimentos com base nos perigos que orientam. Isto é, a orientação do presidente era uma, logo, como governadores e prefeitos seguiram outra, haveria consequências perigosas para a população brasileira. Este é um ponto interessante, porque podemos verificar a “falha” na sustentação do *ethos* de “líder” criado pelo presidente. Afinal, os seus “subordinados” não estavam seguindo as ordens de seu “superior”, por isso, os efeitos disso seriam danosos a todos. Mesmo que posteriormente ele afirme que “Não queremos aqui criar qualquer polêmica com outro Poder”, o fato de criticar suas ações já indica que havia ruídos entre os chefes políticos de estado.

Para manter sua imagem (*ethos*) de líder, o presidente afirma:

Todos eles são responsáveis pelos seus atos, assim como eu sou, como chefe do Executivo. Não me furtarei à minha responsabilidade. Decisões, sou obrigado a tomar. Porque sempre tenho dito, dada a minha formação militar: pior que uma decisão mal tomada é uma indecisão. Jamais pecarei por omissão. Esse foi o ensinamento que eu tive na minha carreira militar.

E ele continua:

Tudo estava indo muito bem. O Brasil tinha tudo para dar certo, num curto espaço de tempo. Esse “dar certo” agora acontecerá, mas num tempo mais ampliado, onde eu apelo para os demais outros Poderes: a responsabilidade não é só minha, é de todos nós.

Não se trata, portanto, de um líder autoritário, mas sim um líder democrático que utiliza o argumento de unidade na recuperação do país frente a destruição causado pela pandemia. Para ratificar sua imagem de líder democrático, o presidente utiliza o argumento da dignidade humana em: “Jamais cercearemos qualquer direito fundamental de um cidadão”. O que denota uma sensação (*páthos*) de empatia com o outro:

Premissa 1: O direito fundamental do cidadão será respeitado;

Premissa 2: As medidas na pandemia devem ser aplicadas com justiça;

Conclusão: [Logo] O presidente respeita o cidadão a todo momento.

Este é o esquema do ato e essência (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), que considera a natureza do presidente como a manifestação de homem justo e humano (*ethos*). Ao se encaminhar para o final, mas ainda criando estratégias argumentativas de fortalecer um *ethos* positivo, o presidente fala do seu papel enquanto chefe do executivo, de sempre olhar a situação de forma mais ampla, o que difere da visão de um ministro, por exemplo. Com isso, algumas decisões têm que ser tomadas, mesmo que estas não agradem a grande parcela da população. Ao final, o presidente agradece os serviços do ex-ministro Mandetta, e ao dr. Nelson, por ter aceitado o desafio de assumir uma pasta tão importante no governo.

Este pronunciamento possui características peculiares, uma vez que o presidente evoca, de forma linguística, o imaginário da *doxa* matrimonial em “Foi, realmente um divórcio consensual”. Entretanto, mesmo que houvesse um consenso mútuo, o divórcio só ocorre quando não há sintonia entre o “casal”. E era o que estava acontecendo entre o presidente e seu ministro. Em sua fala, o presidente ressaltou que a visão que ele tinha, como presidente e coordenador de 22 ministérios, era uma, e a do ministro era outra. Isto é, em suas palavras, o chefe do executivo tinha uma visão de gestão mais ampla do que o então ministro da saúde. O que nos dá a entender, neste caso, que faltava um alinhamento de ações entre os pares nas resoluções acerca da Covid-19. O próprio presidente evocou essas discordâncias como “é direito do ainda ministro defender seu ponto de vista como médico”, ou seja, Mandetta estava de acordo com sua pasta, embora o presidente não concordasse “e a questão de entender também a questão do emprego não foi da forma que eu achava, como chefe do executivo”.

Desta forma, tínhamos aí o embate entre “vida” e “emprego”, colocado em pontos opostos tanto pelo presidente, quanto por Mandetta. A demissão do então ministro era inevitável, já que os dois não se encontrava na mesma página. A situação entre o presidente e seu ministro piorou não só quando o chefe do executivo criticava abertamente o isolamento social, enquanto Mandetta possuía uma postura mais voltada a adotar as medidas orientadas pelos órgãos internacionais de saúde. Como

resultado, a popularidade⁷² do então ministro aumentou drasticamente ao passo que a do presidente decaiu, gerando um desconforto no governo, já que Mandetta era “inconcebível” um ministro ter mais popularidade que o próprio presidente que o empregou. Para se ter ideia, segundo levantamento do site Atlas Político⁷³, cerca de 76% dos brasileiros eram contra demissão de Mandetta da pasta da saúde, o que era considerado alto. O próprio Datafolha, como foi divulgado por diversos portais de notícia⁷⁴, havia apurado que as popularidades de Mandetta e do presidente eram discrepantes, tendo o ministro da saúde totalmente a frente do chefe do executivo.

Assim sendo, podemos perceber que além o divórcio entre presidente e ministro não foi tão amistoso assim como afirmou. Primeiro porque o diálogo entre os políticos não estava alinhado. Enquanto um criticava as ações de isolamento social como sendo prejudicial para o país, o outro defendia o isolamento como forma de conter a crescente infecção e posterior morte dos cidadãos. Além disso, o ego do chefe do executivo estava abalado, afinal, o ministro que ele convidou para assumir uma das pastas mais importantes de seu governo, estava com maior popularidade. O próprio presidente afirmou em entrevista que faltava humildade⁷⁵ em seu ministro, e que os dois já não estavam “se bicando”, expressão para designar falta de entendimento entre as partes. Esta falta de consenso ficou claro em “não é aquilo que a gente gostaria de fazer, é aquilo que pode ser feito”, denotando uma ambivalência daquilo que se “quer” daquilo que se “pode”. Só que, neste caso, fica claro que este “poder” deveria passar pelo crivo do presidente.

4.8 Análise do pronunciamento de 23 de março de 2021

Após um longo período sem falar sobre a Covid-19, o presidente se pronunciou devido ao aumento excessivo de mortes pela doença no país. Neste dia, o Brasil registrou 3.158 mortes, um triste recorde, somando 298.843 óbitos e uma média de mais de 2 mil mortes diárias. O terror e a tensão de contrair a doença, bem como não ter atendimento disponível, gerou um pânico geral. Para se ter ideia, apenas a região

⁷² <https://brasil.elpais.com/politica/2020-04-15/76-sao-contrasaida-de-mandetta-da-saude.html>

⁷³ <https://www.atlasintel.org/poll/atlas-br-041520>

⁷⁴ <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-03/aprovacao-de-mandetta-dispara-durante-pandemia-e-ja-e-o-dobro-da-de-bolsonaro-mostra-datafolha.html>

⁷⁵ <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-que-falta-humildade-a-mandetta-e-que-ja-se-bicou-com-ministro/>

Norte estava estável, enquanto outras regiões, como Centro-oeste, Sudeste, Sul e Nordeste, mostraram um aumento significativo nas mortes.

Mesmo com um alto índice de mortes, o presidente tentou barrar decretos estaduais que impunham medidas mais rigorosas de isolamento, mas o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello⁷⁶, negou o pedido. Estas restrições visavam restringir a abertura do comércio e atividades essenciais, bem como a circulação de pessoas a noite. Medidas urgentes que pretendiam diminuir ao máximo a circulação de pessoas nas ruas de todos os estados. Esta atitude do presidente gerou uma comoção, já que o quantitativo de mortes era alto. Por conta do STF, os decretos permaneceram, limitando atividades não essenciais e estabelecendo toque de recolher. Essa situação, como era esperado, acentuou o desacordo entre o presidente e os governadores, já que ele se opunha a medidas de isolamento.

O Sistema Único de Saúde (SUS) enfrentava dificuldades, especialmente em São Paulo, onde faltavam medicamentos essenciais para intubação. O governo paulista culpou o federal, que impôs racionamento devido à alta demanda. Além disso, o Ministério da Saúde reduziria em 10 milhões o número de vacinas para abril, o que gerou preocupação entre especialistas, destacando a baixa taxa de vacinação do Brasil em comparação a outros países.

A cloroquina, promovida pelo presidente, foi considerada sem eficácia pela Associação Médica Brasileira, que reforçou a importância de isolamento, uso de máscaras e vacinação. Nesse dia, Bolsonaro nomeou Marcelo Queiroga como novo Ministro da Saúde, o quarto a ocupar o cargo, em um cenário alarmante de mortes pela Covid-19.

O pronunciamento diz o seguinte:

Boa noite,

Estamos no momento de uma nova variante do coronavírus, que infelizmente tem tirado a vida de muitos brasileiros.

Desde o começo, eu disse que tínhamos dois grandes desafios: o vírus e o desemprego. E, em nenhum momento, o governo deixou de tomar medidas

⁷⁶ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56503701>

importantes tanto para combater o coronavírus como para combater o caos na economia, que poderia gerar desemprego e fome.

Quero destacar que hoje somos o quinto país que mais vacinou no mundo. Temos mais de 14 milhões de vacinados e mais de 32 milhões de doses de vacina distribuídas para todos os estados da Federação, graças às ações que tomamos logo no início da pandemia.

Em julho de 2020, assinamos um acordo com a Universidade Oxford para a produção, na Fiocruz, de 100 milhões de doses da vacina AstraZeneca e liberamos, em agosto, 1 bilhão e 900 milhões de reais.

Em setembro de 2020, assinamos outro acordo com o consórcio Covax Facility para a produção de 42 milhões de doses. O primeiro lote chegou no domingo passado e já foi distribuído para os estados.

Em dezembro, liberamos mais 20 bilhões de reais, o que possibilitou a aquisição da Coronavac, através do acordo com o Instituto Butantan.

Sempre afirmei que adotariamos qualquer vacina, desde que aprovada pela Anvisa. E assim foi feito.

Hoje, somos produtores de vacina em território nacional. Mais do que isso, fabricaremos o próprio insumo farmacêutico ativo, que é a matéria-prima necessária. Em poucos meses, seremos autossuficientes na produção de vacinas. Não sabemos por quanto tempo teremos que enfrentar essa doença, mas a produção nacional vai garantir que possamos vacinar os brasileiros todos os anos, independentemente das variantes que possam surgir.

Neste mês, intercedi pessoalmente junto à fabricante Pfizer para a antecipação de 100 milhões de doses, que serão entregues até setembro de 2021. E também com a Janssen, garantindo 38 milhões de doses para este ano.

Quero tranquilizar o povo brasileiro e afirmar que as vacinas estão garantidas.

Ao final do ano, teremos alcançado mais de 500 milhões de doses para vacinar toda a população. Muito em breve, retomaremos nossa vida normal.

Solidarizo-me com todos aqueles que tiveram perdas em suas famílias. Que Deus conforte seus corações!

Estamos fazendo e vamos fazer de 2021 o ano da vacinação dos brasileiros.

Somos incansáveis na luta contra o coronavírus. Essa é a missão e vamos cumpri-la.

Deus abençoe o nosso Brasil.

De volta a exibição do pronunciamento em cadeia de rádio e televisão no turno noturno, o presidente inicia sua fala com a tradicional saudação (Boa noite), informando sobre mais uma variante do coronavírus no país, que resultava em mais

mortes. De imediato, ele já introduz a tese deste pronunciamento que diz: “Desde o começo, eu disse que tínhamos dois grandes desafios: o vírus e o desemprego”. Algo já trabalhado nas comunicações anteriores que, a todo momento, buscava reforçar a dualidade entre “vida” e “emprego” nos demais pronunciamentos. Para corroborar a sua tese, o presidente apresenta o argumento de ação governamental, justificando e descrevendo todas as suas ações na tentativa de lidar com a morte, bem como a economia do país: “E, em nenhum momento, o governo deixou de tomar medidas importantes tanto para combater o coronavírus como para combater o caos na economia, que poderia gerar desemprego e fome”.

Este argumento do trabalho do Governo Federal, pode ser descrito da seguinte maneira:

Premissa 1: O Governo enfrenta dois desafios: vírus e desemprego;

Premissa 2: O Governo tomou medidas para lidar com esses dois desafios;

Conclusão: [Logo] O Governo tem agido de forma eficaz para lidar com esses desafios desde o início da pandemia.

Estas duas premissas, servem para levar o auditório a crer que todas as medidas cabíveis foram tomadas a fim de lidar com os principais desafios do presidente. Trata-se, portanto, de um esquema de ligação causal (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014), que remete à ação do presidente, como chefe do executivo, em propor ações concretas diante da pandemia. Ou seja, o líder da nação lidando com os “desafios” (vírus e desemprego), de forma objetiva. Na conclusão, encontramos uma falácia ad *populum* (ou apelo ao povo), caracterizada por tentar utilizar a aprovação da maioria (seu auditório) para confirmar seu argumento (o governo trabalha para lidar com os desafios). Contudo, o que o presidente não aborda em sua fala, é a média altíssima de mortos no país, nem a fragilidade econômica que se encontrava, já que os recursos que estavam sendo destinados da União para a saúde, não eram o suficiente para manter os estados no atendimento à população.

Ele continua:

Quero destacar que hoje somos o quinto país que mais vacinou no mundo. Temos mais de 14 milhões de vacinados e mais de 32 milhões de doses de

vacina distribuídas para todos os estados da Federação, graças às ações que tomamos logo no início da pandemia.

O argumento de eficácia da vacinação, denota, também, um comparativo (implícito) em relação a outros países, que a ajuda a legitimar a ação do Governo Federal numa posição mais favorável no contexto mundial. Estar em quinto lugar, neste caso, coloca o Brasil a frente de vários outros países nas tratativas da doença. Em suas palavras, estas ações só foram possíveis porque o presidente tomou atitudes “logo no início da pandemia”. Desta forma, podemos descrever este argumento de eficácia da seguinte forma:

Premissa 1: O Brasil é o quinto país que mais vacinou no mundo;

Premissa 2: Estas ações foram tomadas desde o início da pandemia;

Conclusão: [Logo] A vacinação no Brasil é um sucesso por conta das ações antecipadas do Governo.

Mais uma vez, temos o esquema de ligação causal (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014) que projeta o sucesso da vacinação por conta de ações tomadas pelo presidente de forma imediata. Este esquema nos mostra que o desempenho do Brasil (premissa 1: ser o quinto país mundial), associado a ações antecipadas (premissa 2), uma imagem (*ethos*) de líder organizado e que denota uma credibilidade e legitimidade em suas ações. Há, portanto, a tentativa de construir uma imagem de competência em gerir a crise e ter controle do enfrentamento da pandemia, mesmo que os números apresentados de infectados e mortos (mais de duas mil mortes diárias), dissessem o contrário. No entanto, o presidente aproveita do pronunciamento para reforçar este *ethos* positivo para a nação.

Como parte da agenda de descrever ações sobre a vacinação, o presidente continua:

Em julho de 2020, assinamos um acordo com a Universidade Oxford para a produção, na Fiocruz, de 100 milhões de doses da vacina AstraZeneca e liberamos, em agosto, 1 bilhão e 900 milhões de reais.

Em setembro de 2020, assinamos outro acordo com o consórcio Covax Facility para a produção de 42 milhões de doses. O primeiro lote chegou no domingo passado e já foi distribuído para os estados.

Em dezembro, liberamos mais 20 bilhões de reais, o que possibilitou a aquisição da Coronavac, através do acordo com o Instituto Butantan.

Ele continua trazendo um argumento de autoridade em: “Sempre afirmei que adotaríamos qualquer vacina, desde que aprovada pela Anvisa. E assim foi feito”. Esta é uma forma de legitimar suas ações que tem como a Anvisa, agente regulador da saúde no país, como papel fundamental na qualidade da vacina que seria ofertada no país. Este argumento de autoridade, serve para introduzir, também, o argumento de suficiência na produção da vacina no Brasil:

Hoje, somos produtores de vacina em território nacional. Mais do que isso, fabricaremos o próprio insumo farmacêutico ativo, que é a matéria-prima necessária. Em poucos meses, seremos autossuficientes na produção de vacinas. Não sabemos por quanto tempo teremos que enfrentar essa doença, mas a produção nacional vai garantir que possamos vacinar os brasileiros todos os anos, independentemente das variantes que possam surgir.

Há, neste caso, o argumento da ação que pode resultar na autossuficiência do país na produção das vacinas, que poderá beneficiar toda a população no enfrentamento da doença. A autossuficiência, neste caso, é resultado de uma ação concreta do governo, a partir de investimentos necessários à saúde. Desta forma, podemos descrever este argumento da seguinte maneira:

Premissa 1: O país é um produtor da vacina contra a Covid-19;

Premissa 2: O Brasil também fabricará os insumos desta vacina;

Conclusão: [Logo] O Brasil se tornará autossuficiente na produção de vacinas.

Trata-se do esquema da probabilidade (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), procedimento que analisa o padrão de um acontecimento (produzir insumos e a vacina) resultando na autossuficiência do país. Este esquema nos mostra que o presidente pretende criar uma imagem positiva para seu governo no controle da produção e distribuição da vacina no país. Ser autossuficiente, neste caso, é ter autonomia no gerenciamento das ações que podem salvar vidas. Portanto, trazendo ao presidente, mais uma vez, uma imagem (*ethos*) de líder político eficiente no gerenciamento de crise.

Dando continuidade ao pronunciamento, ele continua: “Neste mês, intercedi pessoalmente junto à fabricante Pfizer para a antecipação de 100 milhões de doses, que serão entregues até setembro de 2021. E com a Janssen, garantindo 38 milhões de doses para este ano”. Este é um argumento da antecipação, que pode ser descrita:

Premissa 1: O governo intercedeu para antecipar 100 milhões de doses das vacinas;

Premissa 2: O governo já garantiu outras 38 milhões de doses;

Conclusão: [Logo] O governo está garantindo o fornecimento de vacinas no território nacional.

Neste caso, percebemos que o presidente utiliza o esforço pessoal para garantir que os brasileiros sejam vacinados, respondendo, indiretamente, à população sobre o quantitativo de vacinas necessárias consideradas baixas para um momento tão alarmante e com tantas mortes. Trata-se do esquema pragmático (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2014) que avalia algo em função de suas consequências, neste caso, interceder aos fabricantes para antecipar as vacinas, terá uma resposta positiva nos trabalhos de vacinação do país. A premissa 1, mostra que o presidente intercedeu (palavra muito comum à *doxa* cristã ao qual o presidente possui apoio) à Pfizer, bem como, em suas palavras, garantiu 38 milhões junto Janssen, outra fabricante de vacinas importante. Logo, ele tomou ações assertivas junto às empresas para garantir a vacinação no país.

Esta garantia é reforçada em suas próprias palavras: “Quero tranquilizar o povo brasileiro e afirmar que as vacinas estão garantidas. Ao final do ano, teremos alcançado mais de 500 milhões de doses para vacinar toda a população. Muito em breve, retomaremos nossa vida normal”. Trazendo, mais uma vez, o esquema da probabilidade (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), o presidente visa tranquilizar a população com uma projeção de ações referente à vacinação para quem pretende o retorno a uma vida normal.

Em seguida, o presidente utiliza o argumento da solidariedade, uma estratégia interessante para se conectar ao auditório, especialmente àqueles que tinham perdido algum parente ou amigos para a Covid-19: “Solidarizo-me com todos os que tiveram

perdas em suas famílias. Que Deus conforte seus corações!”. Desse modo, teremos a seguinte descrição:

Premissa 1: Muitas pessoas perderam familiares e amigos devido à pandemia;

Premissa 2: O presidente expressa sua solidariedade à estas perdas;

Conclusão: [Logo] O presidente tem consideração e empatia para com o auditório neste momento difícil.

Este argumento da solidariedade é um apelativo emocional (páthos) que, em seu discurso, pode identificar centenas de pessoas. A premissa 1 é o reconhecimento da perda e da dor de muitos, o que ajuda a estabelecer um contato através desses sentimentos. Já a premissa 2 é a expressão dessa solidariedade, um gesto que serve, também, para reforçar uma imagem (ethos) de presidente empático, que traz o conforto em suas palavras num período de tantas mortes. Logo, como conclusão, há uma humanização deste argumento que possibilita a credibilidade através da emoção (páthos). Este é o esquema do ato e essência (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), que, como já citamos, permite uma ligação entre orador e auditório, mas a possibilidade de “formação” deste orador como uma pessoa (em sua essência), como humano solidário e empático.

O argumento que fecha este pronunciamento, é o de compromisso com o povo brasileiro: “Estamos fazendo e vamos fazer de 2021 o ano da vacinação dos brasileiros. Somos incansáveis na luta contra o coronavírus. Essa é a missão e vamos cumpri-la. Deus abençoe o nosso Brasil”. O argumento do compromisso, é uma validação do argumento anterior de solidariedade, isto é, o presidente não é só o político que se solidariza, mas que trabalha para não haver mais mortes. Sendo assim, teremos a seguinte descrição:

Premissa 1: O governo trabalha para vacinar toda a população em 2021;

Premissa 2: O governo faz esforços para realizar este compromisso;

Conclusão: [Logo] O ano de 2021 será o ano da vacinação no país.

O argumento do compromisso está atrelado (explicitamente) a uma promessa de ação, que é vacinar todos os cidadãos brasileiros, o que cria uma expectativa positiva em relação ao futuro do país, possibilitando, assim, a tão sonhada “volta a

normalidade” que o presidente almeja. Na premissa 1, temos o esforço do atual governo, materializado nos atos do presidente, em possibilitar a vacinação; já na premissa 2, o trabalho propriamente dito através e seus “esforços”; logo, como conclusão, a expectativa do futuro que se torna a saída para a pandemia. Este é o esquema da probabilidade (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), que considera um ato futuro a partir de ações do presente. Finalizando o pronunciamento, como já é de praxe, “Deus abençoe o nosso Brasil”, frase que pertence à *doxa* cristã, também uma conexão entre orador e auditório.

4.9 Análise do pronunciamento de 02 de junho de 2021

Após três meses, em junho, o presidente fez o penúltimo pronunciamento sobre a pandemia da Covid-19. Nesta época, a vacinação havia avançado e, como consequência, a média diária de mortes caiu para 1.629 (antes estava em 2 mil). Neste dia, o Brasil havia registrado 866 óbitos (número ainda muito alto, entretanto, quantitativo menor do que três meses anteriores), totalizando 473.495. O país havia aplicado mais de 71 milhões de doses de vacinas: 48.977.254 primeiras doses e 22.930.114 segundas doses. Quatro estados tinham aumento nas mortes, onze estavam estáveis e dez apresentavam queda. O consórcio de veículos de imprensa atualizava semanalmente esses dados, já que o presidente havia proibido o Ministério da Saúde⁷⁷ de divulgar dados referentes à contaminação e mortes da pandemia.

Neste cenário, o presidente se pronunciou:

Boa noite,⁷⁸

Sinto profundamente cada vida perdida em nosso país.

Hoje alcançamos a marca de 100 milhões de doses de vacinas distribuídas a estados e municípios.

O Brasil é o quarto país que mais vacina no planeta.

⁷⁷ <https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/02/17/ministerio-da-saude-vai-parar-de-divulgar-dados-diarios-da-covid-19-a-partir-de-marco.ghtml>

⁷⁸ http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/pronunciamentos-oficiais/pronunciamento-do-senhor-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-em-cadeia-nacional-de-radio-e-televisao-02-junho-de-2021?TSPD_101_R0=086567d05fab2000104866ad11b456791af1e8e334bce781b162ce879762d8638145f35ae5e59e6a08c7cf0d0514300067401b19e8adf1d7391dc70b6361d1e9c6dd394bce12e12835d66ff89a137dce746d8403a3ca4a0ee9dbf0ad1fe22b87

Neste ano, todos os brasileiros, que assim o desejarem, serão vacinados. Vacinas essas que foram aprovadas pela Anvisa.

Ontem, assinamos acordo de transferência de tecnologia para a produção de vacinas no Brasil entre a AstraZeneca e a Fiocruz.

Com isso, passamos a integrar a elite de apenas cinco países que produzem vacina contra a Covid no mundo.

O Nosso governo não obrigou ninguém a ficar em casa, não fechou o comércio, não fechou igrejas ou escolas e não tirou o sustento de milhões de trabalhadores informais.

Sempre disse que tínhamos dois problemas pela frente, o vírus e o desemprego, que deveriam ser tratados com a mesma responsabilidade e de forma simultânea.

Destinamos, em 2020, 320 bilhões para o Auxílio Emergencial para atender aos mais humildes.

Esse montante equivale a mais de 10 anos de Bolsa Família. E mais de 190 bilhões para ajudar estados e municípios.

Alguns setores como bares e restaurantes, turismo, entre outros, em grande parte foram socorridos pelo nosso governo por meio do PRONAMPE (Programa Nacional de Apoio as Microempresas e Empresas de pequeno porte.)

Hoje mesmo sancionamos a nova lei do PRONAMPE, agora permanente, que pode destinar a vários setores até 25 bilhões de reais, onde 20% será destinado ao setor de eventos.

Terminamos 2020 com mais empregos formais que 2019. Somente nos primeiros quatro meses deste ano, o Brasil criou mais de 900 mil novos empregos.

O PIB projetado para 2021 prevê um crescimento da economia superior a 4%.

Só no 1º trimestre deste ano, a economia mostrou seu vigor, estando entre os países do mundo que mais cresceram.

Com o Congresso Nacional estamos avançando, aprovamos:

- A nova lei do gás;
- O marco legal do saneamento;
- A MP da Liberdade Econômica;
- O Banco Central independente; e
- E o novo marco fiscal.

Realizamos leilões de rodovias, portos e aeroportos.

Levamos internet para mais de 8 milhões de brasileiros em grande parte para as regiões Norte e Nordeste.

Ontem, a Bolsa de Valores bateu recorde histórico, a moeda brasileira se fortalece, e estamos avançando no difícil processo de privatizações.

A CEAGESP sob um comando honesto e responsável apresentou, além de lucro, um ambiente salutar entre os permissionários e funcionários.

Essa Companhia socorreu nossos irmãos de Aparecida e Araraquara, entre outras cidades do interior de São Paulo, doando dezenas de toneladas de alimentos.

As estatais, no passado, davam prejuízo de dezenas de bilhões de reais devido à corrupção sistêmica e generalizada. Hoje são lucrativas.

Nos dois primeiros anos do nosso Governo, a Caixa Econômica Federal bateu recorde de lucro mesmo reduzindo os juros do cheque especial, da casa própria, das micros e pequenas empresas e dos empréstimos às Santas Casas.

Estamos avançando na transposição do Rio São Francisco, levando água para todo o Nordeste.

Na infraestrutura, o nosso Governo tem construído pontes, duplicado rodovias, terminando obras paradas há décadas, como a BR-163 no Pará.

Ainda neste ano, será concluída a Ferrovia Norte-Sul, que ligará o Porto de Itaqui, no Maranhão, ao Porto de Santos, em São Paulo, é a retomada do modal ferroviário no Brasil.

Seguindo o mesmo protocolo da Copa Libertadores e Eliminatórias da Copa do Mundo, aceitamos a realização, no Brasil, da Copa América.

O nosso Governo joga dentro das 4 linhas da constituição, considera o direito de ir e vir, o direito ao trabalho e o livre exercício de cultos religiosos inegociáveis.

Todos os nossos 22 ministros consideram o bem maior de nosso povo a sua liberdade.

Que Deus abençoe o nosso Brasil.

Após a sempre breve saudação, o presidente lamenta “cada vida perdida em nosso país”. Sem dar mais explicações sobre estas perdas, ele já introduz o primeiro argumento de eficácia da vacinação no país: “Hoje alcançamos a marca de 100 milhões de doses de vacinas distribuídas a estados e municípios. O Brasil é o quarto país que mais vacina no planeta”. Este argumento de eficácia serve para se opor às perdas mencionadas anteriormente, é como se ele quisesse propor um argumento adverso à realidade das milhares de mortes (“Lamento as mortes, mas o Brasil é o quarto país do mundo que mais vacina”. Para tanto, há uma quantificação (100 milhões de doses) e uma comparação (quarto país), que servem para ratificar seu argumento de eficácia..

Este argumento pode ser descrito:

Premissa 1: O governo investiu nas vacinas (100 milhões de doses);

Premissa 2: O Brasil é o quarto país que mais vacina no mundo;

Conclusão: [Logo] O governo é eficiente no combate à pandemia.

Este argumento serve para reforçar uma imagem de líder comprometido com os problemas oriundos da pandemia. O quantitativo da premissa 1, serve para causar mais credibilidade a seu argumento; bem como a comparação (internacional) da premissa 2, que funciona para formar uma imagem de competência em comparação

a outros líderes internacionais. Desta forma, chega-se à conclusão de que o governo, de uma forma geral, foi eficiente nas tomadas de decisão e combate à pandemia. Trata-se, portanto, de um esquema de ligação causal (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), já que o fato do Brasil ser o quarto país que mais vacina no mundo, acontece em decorrência do investimento de mais de 100 milhões de doses.

Ele continua: “Neste ano, todos os brasileiros, que assim o desejarem, serão vacinados. Vacinas essas aprovadas pela Anvisa”. Neste caso, apesar da citação de autoridade (Anvisa), o que chama atenção é o excerto “que assim o desejarem”, que remete à tomada de decisão da *doxa* bolsonarista que se recusava a se vacinar. Neste caso, havia pessoas que gostariam de se vacinar e outras que não. Influenciados pelo próprio presidente⁷⁹, que mais tarde falou abertamente que não iria tomar a vacina, muitos de seus seguidores também recusavam tomar a vacina. Por isso, se justifica em seu pronunciamento “que assim desejarem”, já que ele mesmo, informalmente, afirmava que não iria tomar nenhuma dose. De qualquer forma, esta é uma atitude muito controversa, pois o próprio presidente fala da oferta da vacina a todos, mas, implicitamente, não incentiva a todos tomarem as doses necessárias para a real imunização.

Ele continua: “Ontem, assinamos acordo de transferência de tecnologia para a produção de vacinas no Brasil entre a AstraZeneca e a Fiocruz. Com isso, passamos a integrar a elite de apenas cinco países que produzem vacina contra a Covid no mundo”. Ao trazer o argumento de autossuficiência, o presidente evoca a imagem (*ethos*) de competência:

Premissa 1: O Brasil firmou acordo para produção das vacinas;

Premissa 2: Como resultado, o país se tornou o quinto país que produzem as vacinas;

Conclusão: [Logo] O governo conseguiu alçar o país à independência de produção das vacinas.

Tornar o país a elite das nações autossuficientes na produção das vacinas faz parte do esquema de ligação causal (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), já

⁷⁹ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/10/13/bolsonaro-diz-que-nao-tomara-vacina-ciencia-recomenda-imunizacao-de-quem-ja-teve-covid.ghml>

que o país figurou entre essa elite graças aos acordos que presidente firmou. Este esquema faz referência à construção de sua própria imagem (ethos) de presidente competente. A partir daí, existe a descrição de vários atos que o governo adotou durante a pandemia da Covid-19. Antes de expor a tese de seu pronunciamento, o presidente afirma: “O Nosso governo não obrigou ninguém a ficar em casa, não fechou o comércio, não fechou igrejas ou escolas e não tirou o sustento de milhões de trabalhadores informais”. Entendemos, desta forma, que o presidente, mesmo sem citar nomes, se refere às medidas tomadas pelos prefeitos e governadores em adotar as medidas de prevenção de circulação do coronavírus através do *lockdown*.

Ele continua: “Sempre disse que tínhamos dois problemas pela frente, o vírus e o desemprego, que deveriam ser tratados com a mesma responsabilidade e de forma simultânea”. Esta tese o acompanhou durante a maioria dos pronunciamentos, e colocava não só as medidas que seriam tomadas para tratar do vírus e do desemprego, mas também, dos prefeitos e governadores que não seguiam a direção que o presidente queria (volta a normalidade), mesmo com os índices de mortes diárias altíssimas.

A partir daí, seguem a descrição dos trabalhos que, segundo o presidente, foram realizados durante o seu mandato. Em princípio, ele usa o argumento do auxílio social por meio de números exatos: “Destinamos, em 2020, 320 bilhões para o Auxílio Emergencial para atender aos mais humildes. Esse montante equivale a mais de 10 anos de Bolsa Família. E mais de 190 bilhões para ajudar estados e municípios”. O montante citado pelo presidente serve como comprovação para seu argumento, fundamentando sua ação através do Auxílio Emergencial.

Entendemos que se trata do esquema pragmático (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), que avalia uma situação através de seu resultado que, neste caso, seria a ajuda humanitária a milhões de brasileiros que precisavam de ajuda monetária já que não muitos serviços, considerados não essenciais, não poderiam funcionar. Desta forma, podemos descrever este esquema da seguinte forma:

Premissa 1: O governo destinou milhões para o Auxílio Emergencial;

Premissa 2: Este valor foi superior ao total do Bolsa Família;

Conclusão: [Logo] O governo superou seu adversário político e assegurou a renda de milhões de famílias.

Este esquema utiliza dados financeiros para não só trazer comprovações, mas de fazer comparações, uma vez que o investimento Auxílio Emergencial (originado em seu governo) foi superior ao Bolsa Família, programa de grande importância durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT). A quantificação desses valores, neste caso, serve também para demonstrar a seriedade do governo no gerenciamento econômico. Afinal, números concretos foram apresentados para dar a impressão de destino fiscal aplicado às causas sociais.

Como exemplo de beneficiários dos programas do governo, o presidente utiliza o esquema do exemplo (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), ao afirmar:

Alguns setores como bares e restaurantes, turismo, entre outros, em grande parte foram socorridos pelo nosso governo por meio do PRONAMPE (Programa Nacional de Apoio as Microempresas e Empresas de pequeno porte.) Hoje mesmo sancionamos a nova lei do PRONAMPE, agora permanente, que pode destinar a vários setores até 25 bilhões de reais, onde 20% será destinado ao setor de eventos.

Ao utilizar a locução verbal “foram socorridos”, para designar bares, restaurantes e turismo, o presidente coloca a si e o seu governo como agentes da salvação, que socorrem aqueles que necessitam de auxílio. Citar o Pronampe, acompanhado de números concretos, ratifica esse ideal de investimento necessário para ajudar os empresários afetados com a pandemia. Ele continua panfletando e enumerando todas as ações do governo durante a pandemia:

Terminamos 2020 com mais empregos formais que 2019. Somente nos primeiros quatro meses deste ano, o Brasil criou mais de 900 mil novos empregos.

O PIB projetado para 2021 prevê um crescimento da economia superior a 4%.

Só no 1º trimestre deste ano, a economia mostrou seu vigor, estando entre os países do mundo que mais cresceram.

Com o Congresso Nacional estamos avançando, aprovamos:

- A nova lei do gás;
- O marco legal do saneamento;
- A MP da Liberdade Econômica;
- O Banco Central independente; e
- E o novo marco fiscal.

Realizamos leilões de rodovias, portos e aeroportos.

Levamos internet para mais de 8 milhões de brasileiros em grande parte para as regiões Norte e Nordeste.

Ontem, a Bolsa de Valores bateu recorde histórico, a moeda brasileira se fortalece, e estamos avançando no difícil processo de privatizações.

A CEAGESP sob um comando honesto e responsável apresentou, além de lucro, um ambiente salutar entre os permissionários e funcionários.

Essa Companhia socorreu nossos irmãos de Aparecida e Araraquara, entre outras cidades do interior de São Paulo, doando dezenas de toneladas de alimentos.

As estatais, no passado, davam prejuízo de dezenas de bilhões de reais devido à corrupção sistêmica e generalizada. Hoje são lucrativas.

Nos dois primeiros anos do nosso Governo, a Caixa Econômica Federal bateu recorde de lucro mesmo reduzindo os juros do cheque especial, da casa própria, das micros e pequenas empresas e dos empréstimos às Santas Casas.

Elencar tantas realizações de seu governo nos mostra o esquema que consideramos como divisão do todo em partes (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), ou seja, o presidente destrincha o todo (ação governamental) descrevendo todas as ações tomadas pelo mesmo cujo objetivo foi fazer a roda da economia girar. Para nós, esta é a principal contradição da bivalência “vírus e emprego”, já que a totalidade dos exemplos descritos pelo presidente foi voltada para o viés econômico, e não da saúde. Assim, na balança desses dois desafios (que o mesmo nomeou em outros pronunciamentos), a economia foi a principal preocupação do presidente e fonte da maioria de todas as suas ações como líder do executivo.

Ele continua em seu pronunciamento:

Estamos avançando na transposição do Rio São Francisco, levando água para todo o Nordeste.

Na infraestrutura, o nosso Governo tem construído pontes, duplicado rodovias, terminando obras paradas há décadas, como a BR-163 no Pará.

Ainda neste ano, será concluída a Ferrovia Norte-Sul, que ligará o Porto de Itaqui, no Maranhão, ao Porto de Santos, em São Paulo, é a retomada do modal ferroviário no Brasil.

Seguindo o mesmo protocolo da Copa Libertadores e Eliminatórias da Copa do Mundo, aceitamos a realização, no Brasil, da Copa América.

O argumento do investimento em infraestrutura e demais pastas serve para continuar demonstrando ao auditório as ações do governo. Com o mesmo esquema da divisão do todo em partes (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), o presidente se encaminha para o final de seu pronunciamento. Mas, é necessário descrever este esquema:

Premissa 1: O governo investe na infraestrutura do país;

Premissa 2: O governo realiza leilões e privatizações;

Conclusão: [Logo] O governo trabalha para melhorar a infraestrutura do país.

O que difere este, do argumento anterior, é o foco, que está voltado à infraestrutura do Brasil. As iniciativas do governo, neste caso, são apresentadas de formas neoliberais, citando privatizações, que “vende” a autonomia das empresas estatais para o capital financeiro estrangeiro. Logo, não há um investimento real do governo nos problemas dessas instituições, mas a venda do capital para empresários e empresas de fora. A transposição do Rio São Francisco, também, é uma ação que não se origina em seu governo, mas como o presidente cita em seu argumento, dá a entender que faz parte de ações de sua gestão presidencial.

Se encaminhando para o final de seu pronunciamento, o presidente utiliza o argumento da constitucionalidade em:

O nosso Governo joga dentro das 4 linhas da constituição, considera o direito de ir e vir, o direito ao trabalho e o livre exercício de cultos religiosos inegociáveis. Todos os nossos 22 ministros consideram o bem maior de nosso povo a sua liberdade. Que Deus abençoe o nosso Brasil.

O governo utiliza o argumento de autoridade ao citar a Constituição Federal, ao fazer uma relação de esquema de relação simbólica (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), com as regras de um jogo de futebol (dentro das 4 linhas). Isto é, atender ao que rege a Constituição é atender às regras da democracia, como se fossem um jogo de futebol. Este esquema é exemplificado por ações nomeadas pelo presidente como “ir e vir, o direito ao trabalho e o livre exercício dos cultos religiosos inegociáveis”. De forma direta, não conseguimos fazer nenhuma relação de entendimento sobre este argumento. Não sabemos se é uma resposta a acusações de pessoas que compartilham *doxas* distintas da dele, ou se ele citou este argumento para ratificar seu compromisso com as leis de nosso país (não ficou claro). Como de praxe, ele encerra seu pronunciamento com “Que Deus abençoe o nosso Brasil”.

Em nossa análise, entendemos que este pronunciamento atende somente a um viés panfletário, uma vez que a maioria das considerações feitas pelo presidente foi descrever, praticamente, todas as suas ações econômicas durante a pandemia da Covid-19. É um pronunciamento que tenta criar uma imagem (*ethos*) de presidente

que se compromete com o país do ponto de vista econômico, capaz de privatizar e citar essas privatizações como meio econômico viável às políticas neoliberais. Esta tática tenta criar uma imagem (*ethos*) positiva do presidente para com seu auditório, uma vez que, seus adversários tendem a fazer críticas contundentes às suas ações.

Como vimos, somente uma linha de todo seu pronunciamento se refere às vítimas da Covid-19: “Sinto profundamente cada vida perdida em nosso país”. Com tantas mortes (465 mil, até este dia), destinar somente uma linha à lamentação de tantas vítimas nos parece frio e protocolar, isto é, faz parte de uma citação padronizada que não poderia estar de fora de seu discurso uma vez que o tema central do pronunciamento era descrever todas as ações presidências. Embora o presidente tente criar uma imagem positiva de sua figura, a fala seca, direta e protocolar nos mostra que, de fato, não houve um “sentimento profundo” com todas as vidas perdidas para o coronavírus. A preocupação com sua imagem (*ethos*), nos parece um objetivo mais real do que, de fato, com a população brasileira. Afinal, cabe lembrar que, meses antes, quando questionado sobre a quantidade de mortes da pandemia no país, o presidente respondeu de forma bem clara: “Eu não sou coveiro”⁸⁰.

4.10 Análise do pronunciamento de 31 de dezembro de 2021

Em dezembro, o presidente fez seu último pronunciamento à nação, fazendo um balanço de seu governo e tratando da pandemia. Nesta época, a média de mortes caiu para 97, totalizando 619.109. Esses números eram coletados por um consórcio de veículos de imprensa, já que o Ministério da Saúde parou de divulgar os dados. O país começava a respirar mais aliviado, com a média de mortos abaixo de mil após um longo período acima desse número. Entre os casos confirmados, 22.285.373 brasileiros tiveram diagnóstico positivo para Covid-19.

Enquanto a Bahia e outros estados mostravam estabilidade nas mortes, a situação política do presidente era tensa. Ele estava sendo investigado por uma CPI, por denúncias de má gestão sobre a pandemia e, constantemente, fazia ataques ao Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente continuava com uma postura

⁸⁰ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/20/eu-nao-sou-coveiro-diz-bolsonaro-sobre-numero-de-mortes-por-covid-19.htm>

controversa durante a crise sanitária, promovendo aglomerações e criticando o uso de máscaras, além de recomendar medicamentos sem comprovação de eficácia. No início do mês, ele enfrentava seis inquéritos no STF e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

As denúncias incluíam interferência na Polícia Federal, irregularidades na negociação da vacina Covaxin, ataques às urnas eletrônicas e a divulgação de informações falsas sobre vacinas. Essas ações instáveis do presidente resultaram em um clima político conturbado e contribuíram para quase 620 mil mortes por Covid-19, que poderiam ter sido reduzidas com uma melhor gestão e antecipação na vacinação. A prevaricação em relação às vacinas está entre as irregularidades que potencialmente levaram a um número elevado de mortes.

Neste cenário político instável, o presidente se pronunciou na tentativa de melhorar seu *ethos* de “bom comandante”. Embora o foco não fosse a Covid-19, é importante observarmos que havia implícito ali, uma “resposta” àqueles que criticavam o governo durante a pandemia, bem como uma tentativa de se acertar com o auditório bolsonarista, que já não estava tão afinado assim com seu comandante (conforme vimos uma melhor posição do então ministro Mandetta em relação ao presidente em exercício. Assim, temos o seguinte pronunciamento:

Boa noite⁸¹,

Hoje nos preparamos para o início de um novo ano. O Bicentenário de nossa Independência.

Quis Deus que eu ocupasse a Presidência em 2019 e assumi um Brasil com sérios problemas éticos, morais e econômicos.

Formamos um ministério com pessoas capazes para enfrentar a todos os desafios. Ao longo do tempo alguns nos deixaram por livre e espontânea vontade, outros foram substituídos por não se adequarem aos propósitos da maioria que me elegeu.

⁸¹ http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/pronunciamentos-oficiais/pronunciamento-de-ano-novo-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-em-cadeia-nacional-de-radio-e-televisao-31-de-dezembro-de-2021?TSPD_101_R0=086567d05fab2000774a634d37ea15ff8b399e80cdaa424c74d3438472bdd5ce837a8d98701839130858ba49b21430001f49d479ef993482eb6c9c7fcc2f5768fe965613639d5450158fed0c7f11ac4a948ff51f1433bcd3ae3df490ea2909e3

Em 2019 aprovamos a Lei da Liberdade Econômica, simplificamos as normas regulamentadoras, começamos novas obras e concluímos muitas outras inacabadas.

Fizemos ressurgir o modal ferroviário, levamos tranquilidade ao campo, flexibilizamos a posse e o porte de arma de fogo para o cidadão e passamos a investir no Brasil, e não mais no exterior com obras bilionárias financiadas pelo BNDES.

Completamos 3 anos de governo sem corrupção. Já concluímos, com menor custo, centenas de obras paradas há vários anos. A transposição do Rio São Francisco, finalmente, já é uma realidade e estamos levando mais água para o Nordeste. Somente nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte foram beneficiados 12 milhões de brasileiros em 390 Municípios.

Já entregamos mais de 1,2 milhão de moradias do Programa “Casa Verde e Amarela” nas três faixas.

Em 2020, lamentavelmente, surgiu a pandemia, onde mortes se fizeram presentes no mundo todo.

Nessa batalha, o Governo Federal dispensou recursos bilionários para que estados e municípios se preparassem para enfrentar a pandemia.

Com a política de muitos governadores e prefeitos de fechar comércios, decretar lockdown e toques de recolher, a quebradeira econômica só não se tornou uma realidade porque nós criamos o PRONAMPE e o BEM, programas para socorrer as pequenas e médias empresas bem como fomentar acordos entre empregadores e trabalhadores para se evitar demissões, com isso, mais de 11 milhões de empregos foram preservados. Para aqueles que perderam sua renda criamos o Auxílio Emergencial, onde 68 milhões de pessoas se beneficiaram.

O total pago em 2020 equivale a mais de 13 anos de gasto com o antigo Bolsa Família, mostramos nossa identidade ao socorrer os mais humildes, que tinham sido abandonados pelos que mandavam fechar tudo.

Encerramos o ano de 2021 com 380 milhões de doses de vacinas distribuídas à população. Todas adquiridas pelo nosso governo.

Lembro que em 2020 não existia vacina disponível no mercado e a primeira pessoa vacinada foi no Reino Unido em dezembro.

Todos os adultos, que assim desejaram, foram vacinados no Brasil. Fomos um exemplo para o mundo!

Não apoiamos o passaporte vacinal, nem qualquer restrição àqueles que não desejam se vacinar.

Também como anunciado pelo Ministro da Saúde, defendemos que as vacinas para as crianças entre 5 e 11 anos sejam aplicadas somente com o consentimento dos pais e prescrição médica.

A liberdade tem que ser respeitada!

Desde o início da pandemia falei que deveríamos combater o vírus, cuidar dos idosos e dos com comorbidades e preservar a renda e o emprego dos trabalhadores.

Estamos concluindo 2021 com um saldo de 3 milhões de novos empregos e saldo positivo de 5 milhões de empresas abertas, interrompendo uma série de meia década com saldos negativos.

Adentraremos 2022 com esperança de que tudo se volte à normalidade. Já são mais de 800 bilhões de reais contratados pela iniciativa privada, que vão gerar milhões de novos postos de trabalho somente nas áreas de Infraestrutura. Isso é uma prova de que reconquistamos a confiança dos investidores, brasileiros e estrangeiros, o que possibilitará, também, a redução da inflação, consequência da equivocada política do “fica em casa, a economia a gente vê depois”.

Já começamos a pagar o Auxílio-Brasil, com valor mínimo de 400 reais, programa melhor e mais abrangente do que o antigo Bolsa-Família, onde a média era de apenas 190 reais.

O Auxílio-Brasil vai ajudar 17 milhões de famílias mais necessitadas a superar suas dificuldades econômicas e sociais agravadas pela pandemia.

Lembro agora dos nossos irmãos da Bahia e do norte de Minas Gerais que nesse momento estão sofrendo os efeitos de fortes chuvas na região. Desde o primeiro momento, determinei que os Ministros João Roma e Rogério Marinho prestassem total apoio aos moradores desses mais de 70 municípios atingidos.

Hoje temos um governo que acredita em Deus, respeita seus militares, defende a família e deve lealdade ao seu povo.

Um excelente 2022 a todos! Que Deus nos abençoe!

Após a saudação corriqueira, o presidente começa seu pronunciamento abordando dois pontos comuns à *doxa* bolsonarista: patriotismo (Bicentenário da Independência) e religião (a vontade de Deus). Neste caso, esta é uma estratégia que o liga diretamente ao seu auditório por terem valores compartilhados que os unem. Estas citações, desta forma, introduzem, de maneira direta, seu intuito em tirar de si, o ônus de uma má gestão em: “assumi um Brasil com sérios problemas éticos, morais e econômicos”. Como vimos em nosso breve contexto histórico, o presidente sofria com críticas severas sobre o gerenciamento das ações em relação à pandemia, e com investigações de denúncias tanto no STF, como no TSE. Desta forma, o chefe do

executivo acaba por responder ao seu auditório a respeito dessas acusações, culpando a situação econômica da época como recorrente de administrações anteriores (governo do PT).

Em seguida, ele retoma alguns aspectos polêmicos de sua gestão que tem relação à composição dos ministérios e das escolhas para geri-los. O que chamou atenção, neste caso, foi a frequente troca de ministros na pasta da Saúde (quatro no total: Mandetta, Teich, Pazuello e Queiroga), o que denotou uma falta de sinergia entre “comandante” e “comandados” no gerenciamento da pandemia que vitimou milhões de brasileiros. No trecho: “[...] alguns nos deixaram por livre e espontânea vontade, outros foram substituídos por não se adequarem aos propósitos da maioria que me elegeu”, fica claro não houve uma conexão entre os ministros da saúde e o presidente da república, especialmente em “outros foram substituídos”, conforme vimos no pronunciamento anterior do “divórcio” com o então ministro Mandetta. De tal modo, como não houve uma adequação, os ministros foram substituídos em um período delicado, em que a média de mortes assustava mediante a alta taxa.

Como forma de fortalecer sua relação com seu auditório, novamente, o presidente traz o argumento da anticorrupção alinhado com eficiência das ações de seu governo:

Completamos 3 anos de governo sem corrupção. Já concluímos, com menor custo, centenas de obras paradas há vários anos. A transposição do Rio São Francisco, finalmente, já é uma realidade e estamos levando mais água para o Nordeste. Somente nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte foram beneficiados 12 milhões de brasileiros em 390 Municípios. Já entregamos mais de 1,2 milhão de moradias do Programa “Casa Verde e Amarela” nas três faixas.

Em seu argumento de anticorrupção está inscrita na relação do esquema de identidade (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), que define o orador por aquilo que é caracterizado através de sua definição, que neste caso é “não-corrupto”. Este é um esquema que se liga também ao seu auditório porque o presidente se beneficiou muito no período eleitoral através do discurso de corrupção atribuído ao Partido dos Trabalhadores (PT). Desta forma, ao afirmar que havia três anos sem corrupção, demonstrava um passado em oposição ao presente que o autoidentificava

enquanto político honesto. Alinhado às descrições de seus feitos, este é um argumento considerado forte dentre seus aliados:

:

Premissa 1: O governo completa três anos sem corrupção;

Premissa 2: O governo retoma obras que estavam paradas;

Conclusão: [Logo] O governo é moralmente positivo e exemplar na gestão do país.

Este argumento visa associar uma imagem (*ethos*) positiva de si, como também, trazer ao discurso adversários políticos através de uma memória compartilhada alinhada ao sentimento (*páthos*) de antipatia. Entretanto, o que chamou atenção é que as obras de transposição do Rio São Francisco, iniciada pelo governo do PT, já estavam 90% concluídas quando o presidente assumiu seu mandato em 2019⁸². Mesmo assim, o chefe do executivo utiliza obras iniciadas e desenvolvidas por gestões anteriores para construir o sentido de eficiência de seu governo junto ao auditório. Assim também acontece com o programa “Casa Verde e Amarela”, uma versão “atual” de seu governo do programa “Minha Casa Minha Vida”, também popular dentre os governos do PT. Um olhar desatento poderia ter deixado passar essas informações, mas aqueles que estavam atentos e com a memória afiada puderam perceber que o presidente tirava vantagens de obras que não faziam parte do seu projeto de governo.

Dando continuidade, presidente fala diretamente sobre a pandemia:

Em 2020, lamentavelmente, surgiu a pandemia, onde mortes se fizeram presentes no mundo todo.

Nessa batalha, o Governo Federal dispensou recursos bilionários para que estados e municípios se preparassem para enfrentar a pandemia.

Com a política de muitos governadores e prefeitos de fechar comércios, decretar lockdown e toques de recolher, a quebradeira econômica só não se tornou uma realidade porque nós criamos o PRONAMPE e o BEM, programas para socorrer as pequenas e médias empresas bem como fomentar acordos entre empregadores e trabalhadores para se evitar demissões, com isso, mais de 11 milhões de empregos foram preservados.

⁸² <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/10/bolsonaro-nao-levou-agua-ao-nordeste-transposicao-do-sao-francisco-estava-90-feita-em-2018>

O classificar a pandemia como batalha (algo até comum para a *doxa* bolsonarista já que seus pares os consideram como um comandante), o chefe do executivo fala do esforço monetário para dar assistência a estados e municípios, o introduz o argumento de salvador da economia nacional, uma vez que, em suas palavras, prefeitos e governadores decretaram o lockdown e toque de recolher. Em seu pronunciamento, o país só não “quebrou”, por conta da criação de programas que salvaram e preservaram a economia nacional. Além de salvar pequenas e médias empresas, o presidente cita números de empregos formais “salvos” como forma de comprovar seu argumento.

Premissa 1: Governadores e prefeitos colocaram a economia em risco ao decretar lockdown e toque de recolher;

Premissa 2: O Governo criou programas para salvar a economia;

Conclusão: [Logo] A economia nacional foi salva por conta das ações do Governo Federal.

Como percebemos, o argumento de salvador da economia se alinha ao esquema da direção (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), que consiste em criticar atos ou ações com base no perigo que orientam. Neste caso, havia uma orientação do presidente para com governadores e prefeitos que se baseava numa “volta à normalidade”, sem fechamentos de comércios e lojas, sob o risco de arruinar a economia do país. Como houve uma desobediência por parte deles, segundo entendemos deste argumento, governadores e prefeitos colocaram a economia do país em risco, obrigando ao presidente criar os referidos programas para salvar empresários e empregados. Novamente, temos, neste argumento, uma tentativa de criar uma imagem (*ethos*) positiva de si, em detrimento das atitudes de outros (governadores e prefeitos). Esta é uma rixa que pudemos verificar em outros pronunciamentos, como também, em diversas declarações do presidente aos meios de comunicação e em suas redes sociais através das diversas lives feitas diretamente de seu gabinete.

Ele continua:

Para aqueles que perderam sua renda criamos o Auxílio Emergencial, onde 68 milhões de pessoas se beneficiaram.

O total pago em 2020 equivale a mais de 13 anos de gasto com o antigo Bolsa Família, mostramos nossa identidade ao socorrer os mais humildes, que tinham sido abandonados pelos que mandavam fechar tudo.

O argumento de salvador, agora, é destinado àqueles que necessitavam do auxílio emergencial, especialmente os trabalhadores informais. Ao trazer os valores do investimento, o presidente cria uma atmosfera de realização excelente na assistência de pessoas que se beneficiaram. Novamente, ao comparar os valores com o programa “Bolsa Família”, o chefe do executivo evoca a memória de seus adversários políticos ao criar uma imagem (ethos) mais eficiente que seus antecessores. Além disso, existe a menção novamente do impasse entre presidente, governadores e prefeitos, através dos verbos “socorrer” e “abandonar”, como consequência do *lockdown*.

Premissa 1: O valor destinado ao Auxílio Emergencial foi superior ao Bolsa Família;

Premissa 2: Governadores e Prefeitos deixaram os mais humildes abandonados;

Conclusão: [Logo] O governo mostrou sua identidade socorrendo os mais humildes.

Este é um esquema de comparação (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), que permite avaliar atitudes de vários pares diante de uma situação. Isto posto, há uma eleição por parte do presidente, de dois adversários: adversários políticos (governo do PT); e, como não era surpresa, governadores e prefeitos. A comparação do Auxílio Emergencial com o Bolsa Família faz sentido na ótica do presidente, que considera uma ação assistencialista às pessoas mais humildes. Já em relação aos governadores e prefeitos, a escolha linguística foi mais incisiva, dando a entender que os servidores “abandonaram” o povo, havendo a necessidade do presidente os socorrê-los. Garantindo, assim, uma imagem positiva dele. A dualidade “nós” *versus* “eles” emerge para corroborar com essas premissas: “eles” não trabalham suficiente e abandonam, enquanto “nós” salvamos.

Ao falar sobre a pandemia, o presidente citou as atividades do governo sobre a vacinação:

Encerramos o ano de 2021 com 380 milhões de doses de vacinas distribuídas à população. Todas adquiridas pelo nosso governo.
Lembro que em 2020 não existia vacina disponível no mercado e a primeira pessoa vacinada foi no Reino Unido em dezembro.
Todos os adultos, que assim desejaram, foram vacinados no Brasil. Fomos um exemplo para o mundo!

Os números citados, como argumento de comprovação, são uma estratégia de trazer ao auditório a ideia de esforço genuíno no processo de vacinação. Entretanto, em “Todas adquiridas pelo nosso governo”, omite que governadores, por exemplo, também compraram vacinas. Inclusive, havia uma disputa política com adversários políticos, como João Dória, então governador de São Paulo, na compra das vacinas⁸³. Se antes eram aliados, durante a pandemia havia rugas entre os políticos que disputavam a atenção do público em relação a conjuntura política. O presidente, após citar o Reino Unido como exemplo, expressa uma opinião através do argumento de escolha em: “Todos os adultos, que assim desejaram, foram vacinados no Brasil. Fomos um exemplo para o mundo!”.

Este argumento pode ser escrito da seguinte forma:

Premissa 1: Os adultos que desejaram, foram vacinados no Brasil;

Premissa 2: O Brasil foi um exemplo para o mundo;

Conclusão: [Logo] O Brasil demonstrou uma vacinação bem-sucedida.

Este é um esquema de reciprocidade (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), que consiste em tratar da mesma forma situações para haver uma simetria. Ou seja, se o brasileiro quisesse ser vacinado, ele o seria. Caso não, não haveria obrigatoriedade para tal. Neste caso, a conclusão é implícita, já que é inferida através das premissas descritas.

Ele continuou:

⁸³ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/07/doria-anuncia-compra-de-4-milhoes-de-doses-da-coronavac-exclusivamente-para-sp-antes-de-contrato-com-governo-federal-acabar.ghtml>

Não apoiamos o passaporte vacinal, nem qualquer restrição àqueles que não desejam se vacinar.

Também como anunciado pelo Ministro da Saúde, defendemos que as vacinas para as crianças entre 5 e 11 anos sejam aplicadas somente com o consentimento dos pais e prescrição médica.

A liberdade tem que ser respeitada!

A falta de obrigatoriedade do governo no processo de vacinação não foi vista com bons olhos por parte dos brasileiros, afinal, a quantidade de vidas perdidas durante a pandemia foi considerada absurda. O próprio presidente já havia dado declarações a apoiadores e jornalistas na porta do Palácio da Alvorada informando que “Ninguém pode obrigar ninguém a tomar a vacina”⁸⁴. Essa fala repercutiu na mídia e foi comentada por membros do próprio governo, como o então vice-presidente, Hamilton Mourão, e a própria Secretaria de Comunicação do governo. O argumento para ratificar tal fala, pode ser encontrado no próprio presidente: “A liberdade tem que ser respeitada”.

Dando continuidade, ele cita a tese da maioria de seus pronunciamentos: “Desde o início da pandemia falei que deveríamos combater o vírus, cuidar dos idosos e dos com comorbidades e preservar a renda e o emprego dos trabalhadores”, a dicotomia entre “vida” e “emprego” que permeou a maioria de suas falar ao público. Mesmo que não houvesse argumentos robustos que garantisse a “vida”, em relação a “emprego”, o presidente destilou várias medidas. Neste pronunciamento, em específico, temos:

Estamos concluindo 2021 com um saldo de 3 milhões de novos empregos e saldo positivo de 5 milhões de empresas abertas, interrompendo uma série de meia década com saldos negativos.

Adentraremos 2022 com esperança de que tudo se volte à normalidade. Já são mais de 800 bilhões de reais contratados pela iniciativa privada, que vão gerar milhões de novos postos de trabalho somente nas áreas de Infraestrutura. Isso é uma prova de que reconquistamos a confiança dos investidores, brasileiros e estrangeiros, o que possibilitará, também, a redução da inflação, consequência da equivocada política do “fica em casa, a economia a gente vê depois”.

Já começamos a pagar o Auxílio-Brasil, com valor mínimo de 400 reais, programa melhor e mais abrangente do que o antigo Bolsa-Família, onde a média era de apenas 190 reais.

⁸⁴ <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/ninguem-pode-obrigar-a-tomar-vacina-diz-bolsonaro-a-apoiadora/>

O Auxílio-Brasil vai ajudar 17 milhões de famílias mais necessitadas a superar suas dificuldades econômicas e sociais agravadas pela pandemia. Lembro agora dos nossos irmãos da Bahia e do norte de Minas Gerais que nesse momento estão sofrendo os efeitos de fortes chuvas na região. Desde o primeiro momento, determinei que os Ministros João Roma e Rogério Marinho prestassem total apoio aos moradores desses mais de 70 municípios atingidos.

Neste caso, o presidente, através do argumento da confiança, descreve as medidas econômicas que faziam parte da sua agenda política. Em “Adentramos 2022 com esperança de que tudo se volte à normalidade”, o chefe do executivo reitera seu argumento de passagem de um período econômico conturbado para uma “normalidade” econômica vindoura. Ao citar os milhões de empregos que serão gerados pela iniciativa privada, o chefe do executivo denota as consequências na confiança deste setor para as ações do governo: “Isso prova de que reconquistamos a confiança dos investidores, brasileiros e estrangeiros [...]”.

Assim, teremos as seguintes premissas:

Premissa 1: São bilhões de reais contratados pela iniciativa privada;

Premissa 2: Esse investimento renderá em milhões de empregos;

Conclusão: [Logo] A economia poderá voltar a normalidade a partir dos investimentos citados..

Citar o investimento na iniciativa privada “prevendo” os benefícios, torna este argumento inscrito no esquema da probabilidade (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014). No entanto, é importante destacar que este é um esquema que não possibilita certezas, mas previsões acerca de um viés econômico que, de fato, poderia beneficiar a população.

Finalizando seu pronunciamento: “Hoje temos um governo que acredita em Deus, respeita seus militares, defende a família e deve lealdade ao seu povo. Um excelente 2022 a todos! Que Deus nos abençoe!”. Abordar um argumento de moralidade no final de seu pronunciamento, denota a tese de toda sua fala, que é demonstrar quais são seus valores ideológicos compartilhados com um auditório específico. Esta é sua intenção ao utilizar o pronunciamento presidencial, assegurar

que esses valores ainda estejam firmes para manter a sua base de apoiadores firmes a seus propósitos.

Desta forma, temos:

Premissa 1: O governo atual possui valores cristãos na defesa de militares e da família;

Premissa 2: Esses valores são importantes na construção do país;

Conclusão: [Logo] O governo atual é o melhor para governar o país.

Este argumento evoca um “ontem” e “hoje” que faz distinção direta às *doxas* antitéticas. Se hoje existe um governo com valores cristãos e familiares sólidos, é porque antes não existia. Novamente, para estabelecer um vínculo positivo com seu auditório, o presidente se utiliza da estratégia do desmerecimento de seus antecessores. Neste caso, em específico, há o esquema do ato e essência (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014), que consiste em considerar a natureza de algo a partir de suas manifestações padrão. “Hoje” existe um governo cristão, “ontem” não.

O último pronunciamento do presidente, que durou cerca de seis minutos, como vimos, trouxe um balanço de seu governo, bem como críticas a adversários políticos (antigos e atuais). O que nos ficou evidente, através de seus argumentos, foi que o chefe do executivo estava muito preocupado com sua imagem, já que sua linha argumentativa tentou a todo tempo demonstrar um presidente ativo e que trabalhava em prol da população brasileira. Mas, como vimos, o contexto sociopolítico do presidente não estava agradando à maioria dos brasileiros. Como exemplo deste destaque, temos os panelaços que ocorreram em São Paulo⁸⁵ e Rio de Janeiro⁸⁶, além de outras cidades, no exato momento de seu pronunciamento.

Não apoiar o passaporte vacinal, já que vários países estavam solicitando o documento, também foi combustível para críticas de suas atitudes. Segundo especialistas, cobrar a vacinação da população adulta seria, de fato, muito importante

⁸⁵ <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/12/31/moradores-fazem-panelaco-em-sp-durante-discurso-de-bolsonaro-na-vespera-de-ano-novo.ghtml>

⁸⁶ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/12/31/rio-tem-panelaco-durante-pronunciamento-de-bolsonaro.ghtml>

no combate ao coronavírus, uma vez que os não vacinados poderiam colocar crianças em risco. À época, não havia um consenso médico na vacinação para a faixa etária dos 5 aos 11 anos. Tomando o gancho da pandemia, percebemos que, mesmo sendo alvo de investigação por prevaricação em relação a negociação da vacina Covaxin⁸⁷, o presidente afirmou que seu governo não havia corrupção, dando a entender que sua honestidade estava intacta.

Outros pontos abordados em seu pronunciamento que fez referência a uma possível melhora de imagem, foi em relação a obras que não faziam parte do escopo de seu governo, como a transposição do Rio São Francisco, que já estava bem adiantada quando o presidente tomou posse (90% de conclusão); criticou governadores e prefeitos em adotar medidas sanitárias recomendadas pelos órgãos internacionais de saúde; afirmou que destinou milhões de reais a estados e municípios para o enfrentamento da pandemia, mas “esqueceu” mencionar que estes recursos haviam sido aprovados não por ele, mas pelo Congresso Nacional, especialmente em relação ao Auxílio Emergencial.

Em suma, este foi um pronunciamento que do ponto de vista argumentativo, esteve muito atrelado à construção de um *ethos* de chefe do executivo que trabalha para atender às necessidades da população, mas que, de fato, não acontece. Todos os argumentos citados por ele, fazem mais referência a si, ou a seu trabalho, do que respondem a uma agenda política de favorecimento aos cidadãos brasileiros. Especialmente quando estávamos se encaminhando para uma melhora significativa da pandemia, já que a média de mortos havia reduzido, não descarta o fato de que quase 700 milhões de pessoas perderam sua vida por conta de ações mais assertivas no que tange a medidas de proteção.

⁸⁷ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/12/31/na-tv-bolsonaro-critica-passaporte-vacinal-e-defende-prescricao-medica-para-imunizacao-de-criancas.ghtml>



5 Discussão dos dados e considerações

Os pronunciamentos presidenciais analisados, que têm como foco a pandemia da Covid-19, mostram que há uma mudança do padrão argumentativo e discursivo do presidente. Esta mudança ocorre conforme o vírus se espalha no Brasil e no mundo. Desta forma, uma pressão social se estabelece e a população, que enfrentava um *lockdown* (sugerido pelas organizações sanitárias e adotado por prefeitos e governadores), buscava por orientações oficiais do presidente da república.

Como considerações, podemos destacar que o presidente não apresenta estas orientações ao povo e constrói seus argumentos e esquemas argumentativos tendo como objetivo reforçar sua relação com o auditório específico (seus eleitores e apoiadores), bem como se eximir de quaisquer consequências negativas que pudessem ocorrer durante a pandemia. Como vimos, o funcionamento dos argumentos e dos seus esquemas, como proposta de análise central de nosso trabalho, são utilizados para atender uma demanda de “limpeza” de imagem (*ethos*) do presidente do que para atender às reais orientações da população referente à Covid-19. Afinal, a maioria dos seus pronunciamentos, que deveriam tratar do coronavírus, apresentava ações do governo como forma de demonstrar ao público que o presidente estava trabalhando para, de fato, manter a roda da economia girar. Uma estratégia clara de tentar construir um *ethos* de político honesto e comprometido com os problemas do país.

Utilizando-se, em sua maioria, de argumentos baseados na estrutura do real, como pragmático, vínculo causal e direção, o presidente se pronunciava a favor de uma “volta a normalidade”, ou seja, não respeitar as regras de quarentena e saída da população de dentro de suas casas para volta das atividades laborais. Além disso, os argumentos e esquemas utilizados reforçavam um conjunto de ideias e valores compartilhados entre o presidente e seu auditório fomentando, assim, a consolidação de uma *doxa* bolsonarista, que negava a periculosidade do vírus, pregava um combate a inimigos políticos, e, mais tarde, se tornou avessa a aceitar a vacina como medida de saúde eficiente. Os argumentos e esquemas, portanto, demonstraram que o presidente utilizou o pronunciamento presidencial para fortalecer esses valores, bem

como se posicionar em oposição com aqueles que pensavam e agiam diferentemente de seus ideais.

A contextualização histórica de cada pronunciamento, como forma de atender a um dos objetivos de nosso trabalho, foi essencial para podermos analisar os pronunciamentos e perceber que a ida do presidente a público se apresentava, também, como fato de responder às críticas e pressões sociais. Ademais, a urgência de ações para conter o avanço do vírus, bem como as possibilidades de ações que poderiam ser feitas com o gradual número de mortos aumentando, servia de pauta para que o presidente se pronunciasse. Entretanto, como constatamos, o político omitia tais informações do público e/ou negava que a situação estivesse fora do controle do governo.

Em nossas análises, constatamos que há uma mudança discursiva-argumentativa do presidente que sai de uma “formalidade” (discurso esperado de um presidente, frente um perigo iminente), para “combativo” (*ethos* construído pelo orador através da materialidade discursiva que respondia às críticas dos seus adversários, como também comunicava com seu auditório). Esta mudança, gradual, foi determinante para entendermos que o papel do presidente, como de seus pronunciamentos, atendia a bases político-ideológicas que não ficaram restritas aos discursos, mas às tomadas de decisões práticas em relação à pandemia.

No primeiro pronunciamento, em 6 de março de 2020, identificamos a tese “Não há motivo para pânico”. O presidente, em seu discurso, afirma agir conforme orientações médicas e sanitárias para a volta de uma “normalidade”. Em suas palavras, à época, “seguir rigorosamente as recomendações dos especialistas é a melhor medida de prevenção”. Utilizando esquemas argumentativos pragmáticos, baseados na estrutura do real, o presidente constrói um discurso (*logos*) sucinto que demonstra racionalidade e uma imagem (*ethos*) também racional. Entendemos, assim, que se tratava de um pronunciamento protocolar e técnico, que não o conecta de forma direta a um auditório específico, não demonstra criticar bases político-ideológicas adversárias, nem elementos interdiscursivos evidentes.

Entretanto, o presidente, neste pronunciamento específico, não cita a gravidade da doença, não exemplifica que em outros países os números de infectados e mortos estavam aumentando, a fim de exemplificar a letalidade da Covid-19. Por outro lado,

utiliza argumentos que demonstram, em suas palavras, uma organização e preparo para lidar com a Covid-19, preparando o Sistema Único de Saúde e passando informações técnicas necessárias para governos estaduais e municipais. Estes argumentos reforçam a tese de “não necessidade de pânico”, uma vez que, segundo o presidente, havia este preparo para lidar com os casos de infecção da doença no país. Contudo, não classificar o vírus, até então desconhecido por grande parte da população, como perigoso, demonstra um negacionismo, não do vírus em si, mas do seu potencial letal.

O pronunciamento do dia 06 de março, denota uma argumentação prática, em que a população deveria “seguir as recomendações dos especialistas”, logo, adotar todas as orientações dos órgãos mundiais e nacionais de saúde, como se evitar aglomerações, utilização de máscaras e álcool em gel, e quem pudessem adotar o modelo de trabalho via remoto, dentre outras medidas de saúde divulgadas. Estas informações não estão claras e explícitas em seu pronunciamento, mas no interdiscurso, a partir de nossas inferências. Podemos inferir, também, que este pronunciamento, em específico, o presidente não destinou seu discurso a um auditório particular, mas a toda nação brasileira. O que demonstra um *ethos* protocolar de um presidente que rege a nação de forma democrática.

Após seis dias do seu pronunciamento, no dia 12 de março do mesmo ano, o presidente voltou a discursar. Mas, diferentemente de seu pronunciamento anterior, pudemos notar diferenças de posturas argumentativas e discursivas. Com o aumento no número de infectados e mortos ao longo do mundo, alguns países começaram a instituir a quarentena. O *lockdown* era a principal recomendação dos especialistas em infectologia, pois o que precisava ser evitado era a circulação do vírus. A Organização Mundial de Saúde (OMS), classifica que há uma pandemia mundial, ou seja, havia a presença da Covid-19 em vários países e continentes. Mesmo com o aumento de infectados e mortos, o presidente discursa com a tese de que “não havia motivo para pânico”.

Diferentemente do primeiro pronunciamento, o presidente utilizou-se mais dos argumentos quase-lógicos (comparação, contradição, incompatibilidade) a fim de justificar sua tese de não haver motivos para um medo generalizado. A partir do argumento de comparação, o mesmo põe o Sistema Único de Saúde (SUS) no mesmo patamar de outros países, bem como traz ao campo argumentativo os adversários

políticos (os governantes do Partido dos Trabalhadores) com uma possível “mudança do Brasil”. Desta forma, infere-se que esta comparação serve para responder às críticas sociais e de políticos de oposição ao presidente que, apesar de ter se pronunciado em favor das orientações sanitárias, agia de forma contrária, participando de atos políticos que aglomeravam eleitores, e descumprindo regras básicas sanitárias, como cumprimentar apoiadores, em Brasília.

Além disso, neste pronunciamento, ele se comunica com seu auditório ao desencorajar as manifestações populares em apoio ao seu governo, empregando o argumento do sacrifício, que é de não participação para salvar vidas. O presidente utiliza a estratégia de legitimação de tais movimentos, mas, em suas palavras, não recomenda, para não haver infecções e possíveis mortes. Novamente, o presidente não traz em seu discurso dados para exemplificar seus argumentos, ou seja, não fala de números de infectados e mortos, o que denota um sentido de negação da forma letal da Covid-19. Enquanto no primeiro pronunciamento havia, em seu discurso, uma “comunicação” da parte do governo federal e municipal, com informações técnicas e estratégicas, agora nada é citado referente a isso. Isto é, a cooperação, segundo inferimos, não se concretizou.

Diferentemente do primeiro pronunciamento, que o presidente apresenta um tom mais protocolar e um *ethos* comedido, o tom de seu discurso gradualmente mudou, pois, além de se comunicar com seu auditório, ele aborda, através da comparação, medidas que o diferem dos governos anteriores, mesmo que haja, em seu discurso, uma dicotomia que denota incompatibilidade (controle *versus* aumento dos casos) e limitação do SUS. A argumentação prática, agora, é de repensar sobre os movimentos populares em apoio ao seu governo, uma vez que, sem suas palavras, podem pôr em risco suas próprias vidas e de seus familiares, incluindo os idosos, que possuem maior comorbidade no contato com a doença.

Já o terceiro pronunciamento, 24 de março de 2020, a situação da pandemia no país estava mais grave, com mais de duas mil pessoas mortas. A quarentena é instituída pelos estados e municípios, algo que, como vimos em nossa análise, não agradou ao presidente. O mesmo adota um *ethos* de “presidente militar combatente”, que enfrenta inimigos externos (coronavírus) e internos (governadores e prefeitos), que reforça conceitos e valores de uma corrente dóxica específica. Com isso, há uma disputa político-ideológica que culmina entre uma tensão entre o “comandante” e seus

“comandados”. A tese defendida por ele é de que o governo trabalha para salvar a vida e os empregos, e os argumentos utilizados para sustentar essa tese variam entre quase-lógicos e baseados na estrutura do real.

Constatamos, em nossa análise, que o presidente propõe uma argumentação prática, de volta à “normalidade”. Mas essa normalidade não é a garantia à vida, mas sim, a normalidade econômica. Ou seja, há uma crítica direta aos seus adversários que adotaram as recomendações da OMS e estipularam a quarentena a fim de diminuir a circulação do vírus. Essa medida foi classificada pelo presidente como tática de “terra arrasada”. Uma crítica que criava um desacordo entre o presidente e demais autoridades políticas. Percebiam que no primeiro pronunciamento, havia uma “comunicação” entre eles. Agora, o que há, são indisposições na conduta acerca da pandemia que estava vitimando milhares de pessoas no Brasil e no mundo.

O “pânico” que o mesmo tentou evitar nos dois outros pronunciamentos, que era oriundo da Covid-19, agora passa a ser culpa da mídia, que, nas palavras do presidente, adotou ações que iam à contramão de uma orientação proposta. A junção da expressão “pânico e histeria” tornam-se frutos desse desacordo entre presidente, mídia, governadores e prefeitos, e não da situação sanitária mundial. Para o mesmo, tudo o que não está dentro dessa “normalidade econômica” é considerado “histórico” e todos os que não trabalham com o governo contribuem para essa histeria coletiva.

A comunicação com seu auditório ficou clara a partir do momento que ele se mostra como pertencente à *doxa* militar, que evoca uma memória da campanha política que o elegeu em 2018, como também, na utilização linguística como “resgate” e “operação”. Fato que mobiliza pensamentos e valores *doxicais* que fazem parte dos valores da extrema-direita, ao qual o presidente se inscreve. Com isso, este pronunciamento, além de ser uma tomada de posição clara, poderia influenciar seu auditório a romper com as normas estaduais e municipais da quarentena. Em suma, este pronunciamento aumenta ainda mais o tom de disputa de valores políticos-ideológicos porque ele elege seus adversários de forma objetiva e nega a periculosidade do vírus, classificando seus efeitos como “gripezinha” ou “resfriadinho”. Posicionamento argumentativo polêmico (AMOSSY, 2020), que repercutiu na mídia nacional e internacional.

Podemos perceber que os três pronunciamentos analisados possuem uma gradação de argumentos que incidem na imagem (*ethos*) do presidente a partir de um discurso (*logos*) inscrito em uma posição político-ideológica clara: o da extrema-direita. Analisar estes pronunciamentos não é analisar somente a posição sujeito do presidente, mas é pensar em como o discurso e os esquemas argumentativos funcionam com base em premissas ideológicas que estão basilares a uma formação discursiva. Ou seja, não é o discurso de Bolsonaro, mas sim da extrema-direita, enunciada por ele. Afinal, o presidente representa esta posição em específico. Além disso, é notável perceber como esses discursos circulam: identificando auditórios e desidentificando adversários, uma vez que esses discursos possuem funções diferentes nas correntes *dóxicas* antagônicas.

O quarto pronunciamento do presidente está envolto em uma situação preocupante para o país, já que o número de infectados e mortos aumentava consideravelmente. O cenário mundial também assustava. Com isso, o chefe do executivo começa a tentar melhorar sua imagem como político, trazendo uma dualidade entre passado e presente que fazia relação às antigas gestões do país. Tentativa esta que tinha como principal objetivo o colocar numa posição de “salvador”, ou, para o auditório que lhe apoiava, como “mito”, que iria acabar com os problemas do país. Os esquemas mais utilizados durante este pronunciamento foram os pragmáticos, que tinham relação aos trabalhos desenvolvidos; os de probabilidade, que fazia referência a uma possível melhora a partir destes trabalhos; a parte do todo, que elencava todas as ações do governo do ponto de vista econômico; e de unidade que pedia uma união entre judiciário, governadores e prefeitos no que se referia à gestão da pandemia.

Novamente, o presidente muda o tom de seu pronunciamento no que diz respeito aos políticos das pastas estaduais e municipais. Se antes havia um *ethos* de presidente militar combativo no que diz respeito à condução da pandemia no país, neste pronunciamento o chefe do executivo optou por amenizar a situação e adotar um caráter mais “democrático”, já que socialmente, as críticas à sua imagem, como também à condução da pandemia, começaram a ficar mais acentuadas, polarizando ainda mais o campo político do país. É necessário destacar, também, que esta tentativa de diálogo com governadores e prefeitos estava diretamente ligada à tese deste pronunciamento, que era a “preservação da vida e do emprego”. Ou seja, de

uma forma branda, o presidente queria a colaboração de estados e municípios para não atender às recomendações sanitárias e flexibilizar a quarentena.

De pronto, já identificamos que todos os argumentos utilizados pelo presidente clamavam por uma volta à normalidade que restringia a real necessidade de preservar a vida, mas sim, de retomar economicamente as funções laborais de cada trabalhador. Este seria, portanto, um sacrifício que poderia ser feito (aos olhos do presidente), já que a volta ao trabalho poderia significar, para muitos, a própria infecção pelo coronavírus, como também de seus familiares que estivessem em casa de quarentena. Outro ponto importante, como vimos, que está diretamente ligado a esta volta à normalidade (econômica), é citar a fala do presidente da OMS, que, tirada de contexto, lhe traria credibilidade para “volta” ao trabalho. Uma estratégia considerada “suja” por opositores que teceram críticas severas ao chefe do executivo. Não havia, portanto, uma preocupação em “salvar vidas”, como ele insistia, mas sim em “salvar empregos”, logo, a economia do país.

O quinto pronunciamento dá conta de números assustadores de infectados e mortos em nosso país. À época, havia quase 17 mil pessoas infectadas, com quase 850 mortes pelo coronavírus. O presidente inicia seu pronunciamento tentando tocar (*páthos*) o auditório através do “senso de responsabilidade” que ele possui em ser presidente da república durante uma crise sanitária tão grave. Os argumentos utilizados (da responsabilidade e solidariedade) foram utilizados pelo chefe do executivo para “acalentar” os brasileiros que sofriam com as mortes de amigos e entes queridos. O esquema pragmático e o de ligação causal foram utilizados pelo presidente para demonstrar uma imagem mais “humana” de si, frente à tragédia de perder pessoas próximas para o coronavírus.

Estes argumentos e esquemas foram utilizados para introduzir a tese de seu pronunciamento, que era resolver dois problemas da pandemia: salvar vidas e empregos. Algo já repetido pelo presidente nos pronunciamentos anteriores. Entretanto, ao enunciar a sua tese, o presidente volta a trazer ao campo do discurso a falta de alinhamento entre ele, governadores e prefeitos no que tange às ações durante a pandemia. Se no pronunciamento anterior, havia um argumento de compartilhar tarefas e uma união com eles, no atual, havia uma distinção entre as tomadas de decisão que separavam o presidente dos demais políticos. Ou seja, em suas palavras, o presidente culpava os governadores e prefeitos não só por não

respeitarem as normas e condutas orientadas por ele, como também, se houvesse mais mortes, seriam culpa deles, não do chefe do executivo. O esquema de direção foi utilizado pelo presidente para destacar esse dissenso que configurava uma “rebelião” entre comandados, frente às ordens de seu comandante.

Neste pronunciamento, também houve a divulgação de uma medicação que poderia ser promissora no tratamento aos infectados, mas não havia estudos suficientes para comprovação imediata. No entanto, utilizando-se do argumento de autoridade de um médico, o presidente panfletou sobre o tal medicamento, colocando em risco a população brasileira, já que ele não mencionou, por exemplo, quais seriam as contraindicações ou as consequências do uso dessa droga. O esquema da probabilidade, neste caso, serviu para demonstrar que, além desse medicamento já estar sendo alternativa fixa nas prescrições médicas, havia um acordo econômico de compra de matéria-prima da Índia para a produção e posterior comercialização no país.

O esquema da divisão do todo em partes, serviu para demonstrar que o presidente panfletava ações do governo como forma de manter a roda da economia girando, assim como o esquema de ligação causal, afirmava que os brasileiros queriam voltar a trabalhar, o que reforçava sua tese de que poderia haver uma volta a normalidade, mesmo que no mundo real, os casos de infectados e mortos aumentassem gradativamente de forma assustadora. Utilizando o esquema da eficiência, o presidente ainda se gabava de que todos os seus trabalhos como chefe do executivo iriam garantir ao sucessor dessa pasta, um ambiente e um Brasil melhor, já que, em suas palavras, seus esforços estavam sendo feitos para melhorar o país de forma contundente.

Defender a volta ao trabalho (mesmo com números tão altos de infectados e mortos, bem como a utilização de um medicamento que não tinha eficácia comprovada, nos mostra que a “vida” dos brasileiros eram descartáveis, já que, a morte, poderia ser resultante não só da infecção pelo coronavírus, como também, das contraindicações que o medicamento poderia acometer os doentes, caso houvesse complicações reais de saúde.

O sexto pronunciamento foi considerado um dos mais emblemáticos porque tinha como foco principal anunciar a demissão do então ministro da saúde, Henrique

Mandetta. Além de ser um período de muito medo da população com o avanço da Covid-19, resultando em muitas mortes, a demissão foi encarada pelo presidente como o fim de um matrimônio, já que ele se referiu ao rompimento como um “divórcio consensual”. Entretanto, para que houvesse uma demissão de uma pasta importante do governo, em época de crise sanitária, não haveria consenso real que pudesse evitar as discordâncias entre presidente e ministro no gerenciamento da pandemia no país. Enquanto Mandetta tentava seguir as normas de saúde orientadas pelos órgãos mundiais, o presidente insistia em uma “volta à normalidade” que tinha como principal objetivo o retorno dos trabalhadores aos seus postos de trabalho.

Mesmo utilizando o argumento do “consenso” e o esquema da analogia (casamento/divórcio), o presidente explicou que havia uma falta de sinergia entre os trabalhos de ambos, já que as direções que o ministério queria tomar esbarravam com os objetivos do chefe do executivo. Novamente, o presidente se utilizou da narrativa de salvar vidas e emprego como tese de seu pronunciamento, afirmando que as vidas que seriam salvas seriam, também, através das atividades laborais de cada trabalhador. Em sua visão, caso o trabalhador não estivesse no mercado de trabalho, eles iriam morrer de fome, se eximindo da obrigação, neste caso, tomar alguma medida fiscal urgente que garantisse o rendimento familiar das pessoas que estavam em perigo iminente.

O esquema de ligação causal foi utilizado para falar da tensão que a conjuntura nacional se encontrava. Para tanto, o presidente utilizou as palavras “terror”, “tensão” e “histeria” para demonstrar estes sentimentos como forma de mobilizar o auditório à adesão de sua tese. O argumento do exemplo também foi outra estratégia argumentativa utilizada para se conectar ao auditório, uma vez que o chefe do executivo se coloca como alguém que também poderia perder alguém para a doença que acomete milhares e pessoas no Brasil e no mundo.

Ao falar novamente sobre o “divórcio”, o presidente reforçou as consequências negativas que, em sua visão, poderiam ocorrer caso a quarentena continuasse. A partir daí, o foco foi tentar convencer o auditório sobre esses efeitos “nocivos” para a economia nacional. Assim, ele se utilizou dos esquemas de ligação causal, pragmático e direção para ratificar sua posição de defesa da economia brasileira. Inclusive, se colocando como um presidente que respeita a decisão de seu povo.

De forma geral, este pronunciamento demonstrou, mais uma vez, que a preocupação central do presidente era com a economia nacional, já que além do divórcio, ter sido causado por discordâncias referente à preservação da vida dos brasileiros, os demais argumentos e esquemas estavam alinhados a uma posição enérgica do presidente em favorecer a questão monetária do país. Outro ponto interessante, como vimos, é que a própria popularidade do Mandetta estava superior à do presidente. Fato, também, que poderia ter desencadeado uma disputa de egos e culminado no rompimento entre o chefe do executivo e seu aliado.

Pulando para o ano de 2021, o presidente retorna a público para fazer o sétimo pronunciamento de seu mandato. Os quase 300 mil brasileiros mortos, bem como as diversas falhas na condução da pandemia, foram um prato cheio para a mídia brasileira questionar e criticar o presidente. Mesmo com tantas mortes, o presidente tentava barrar os decretos estaduais que visavam garantir o isolamento social, uma vez que o vírus circulava de forma muito rápida, infectando e matando com uma velocidade inexplicável. Nesta data, o presidente nomeou o quarto ministro da saúde, o que demonstrava que a falta de alinhamento entre “comandantes” e “comandados” ainda persistia.

Como já era esperado, a dualidade entre “vida” e “emprego” pauta seu discurso. O esquema de ligação causal foi repetidamente utilizado para demonstrar ao auditório que as ações do governo foram tomadas de forma assertiva para garantir a sobrevivência do povo brasileiro em época de crise sanitária. Inclusive, utilizando-se do esquema da probabilidade, o presidente afirmava que um dos seus principais trabalhos foi a eficácia da compra de insumos e produção da vacina (que, neste caso, era fator preponderante na garantia da vida dos brasileiros). O verbo “interceder”, comum à *doxa* religiosa, foi utilizado para as negociações do presidente com os responsáveis da Pfizer, que pediam pela antecipação de uma quantidade grande de vacina para o país. Neste caso, o presidente queria mostrar ao auditório um esforço pessoal que poderia salvar a vida dos brasileiros, isto é, o chefe do executivo queria passar uma imagem de “presidente que muito trabalha para garantir o bem-estar do povo”.

Esta tentativa de melhorar sua imagem frente ao público se deu, também, com o lamento às pessoas que tinham sofrido com a morte de entes queridos. Ou seja, havia, por parte do presidente, uma tentativa de apelo emocional para com o auditório,

já que a sua popularidade, como afirmamos, estava em baixa mediante a tantas mortes pelo coronavírus. O argumento do esforço e do compromisso para com o povo brasileiro, se tornaram exemplos de como o presidente realmente se esforçou para mudar sua imagem diante do público, já que a vacina era a salvação contra o vírus e, a população vacinada, poderia significar a tão sonhada volta a normalidade do presidente.

O penúltimo pronunciamento aconteceu três meses após sua última aparição em cadeia de rádio e televisão. Com o avanço da vacinação, a média de mortes havia caído um pouco, mas ainda era considerada alta por especialistas. A vacinação foi o primeiro de seus argumentos para informar que o governo trabalhava para garantir a imunização àqueles que “assim o desejassem”. Novamente, o esquema de ligação causal foi repetidamente utilizado para promover as ações do governo que diziam respeito à vacinação no país. O esquema pragmático, a divisão do todo em partes (por duas vezes) foram mencionados pelo presidente como forma de demonstrar ações econômicas do governo ao auditório.

Como em outros pronunciamentos, o caráter protocolar e com objetivo claro de demonstrar ações do governo durante a pandemia, servia para gerenciar uma crise imagem do presidente, uma vez que as críticas a ele e a sua gestão, estavam no ponto de ebulição da opinião popular e fomentada pelos meios de comunicação de massa. Se utilizar do aparato do pronunciamento presidencial em cadeia de rádio e televisão, poderia ser uma estratégia de reforçar o vínculo com seu auditório, já que muitas pessoas estavam insatisfeitas como o presidente se portava diante da pandemia. Este pronunciamento foi tão protocolar, que ele destinou somente uma linha de seu discurso para lamentar os milhares de mortes que haviam ocorrido.

O último pronunciamento do presidente que fazia menção à pandemia ocorreu no último dia do ano de 2021. Como já era esperado, o presidente fez um apanhado de ações do governo para demonstrar ao povo que sua gestão trabalhava incessantemente visando garantir o bem-estar da população. Nesta época, no entanto, já havia quase 620 mil mortes causadas pelo coronavírus, ou seja, mais de meio milhão de brasileiros perderam sua vida durante a pandemia. Algo considerado surreal.

Mesmo assim, o chefe do executivo se utilizava de elementos que remetem à *doxa* bolsonarista (patriotismo e religião), para explanar sobre suas ações. O argumento de anticorrupção, foi uma forma de reforçar os laços com seu auditório, já que colocava lenha no discurso antipetista, fortemente combatido por ele. A pandemia foi algo descrita como um combate (comum à *doxa* bolsonarista que ainda o enxergava como “capitão”). Neste caso, ele se coloca como o salvador, uma vez que, em suas palavras, todas as ações foram tomadas como forma de salvaguardar a vida e o emprego de todos os brasileiros. O esquema de comparação foi utilizado para destacar as diferenças entre seus adversários políticos, bem como ressaltar as desavenças entre governadores e prefeitos com o atual chefe do executivo.

Vida e emprego continuou sendo a tese de seu discurso e, para isso, ele se utilizou do esquema de probabilidade para demonstrar os esforços de investimentos na iniciativa privada que poderia gerar milhares de empregos. Novamente, aí, vemos uma preocupação exacerbada com a economia em detrimento às mais de 620 mil mortes pelo coronavírus. Para finalizar, ainda ressaltou que o governo dele era o melhor para o país.

De modo geral, o binômio “vida e emprego”, defendido pelo presidente, ressoou de forma presente em todos os pronunciamentos. Entretanto, os argumentos e esquemas argumentativos enunciados por ele, atendeu a um único propósito: flexibilizar as medidas restritivas de isolamento social, reforçar seu ponto de vista que a roda da economia deveria continuar a girar e que os trabalhadores deveriam voltar aos seus postos de trabalho. O peso nesta balança pendia sempre para este viés econômico, mesmo que a vida dos trabalhadores estivesse em risco. Há, portanto, um entendimento negacionista dos perigos que o vírus possuía, já que, em seu ponto de vista, caso não houvesse um retorno a essa normalidade, o povo morreria de fome.

A morte, neste caso, era vislumbrada de dois pontos de vista: ou a população morreria pelo coronavírus, ou morreria por falta de emprego (logo, de fome), conforme enunciado pelo presidente. É interessante destacar que, mesmo com o índice médio de mortes diárias superando duas mil, o presidente em nenhum pronunciamento incentivou a quarentena como forma de parar a circulação do vírus e posterior contaminação. Não houve uma linha de seu pronunciamento que fosse utilizada para desacelerar o contato interpessoal e profissional dos brasileiros (meio mais eficaz para conter o avanço do coronavírus), mas o contrário. A todo momento, o presidente

incentivou a população ao retorno de suas vidas, bem como minimizou os efeitos do próprio vírus. Esta atitude reforçava os laços com seu auditório, que começou a questionar os números divulgados pela imprensa e a furar as regras de distanciamento social implantado por governadores e prefeitos.

Tendo o aval de seu líder político, várias pessoas não levavam a sério a situação perigosa que se passava no mundo, como também, negavam (à época da vacina), o verdadeiro efeito da vacinação. O presidente, neste caso, nunca se manifestou a favor das medidas restritivas, da vacinação em massa e do passaporte vacinal. Em seus pronunciamentos, a vacina foi utilizada para falar de investimento monetário, não como uma necessidade pública. Tanto é, que em um dos seus discursos, ele enfatizou que as vacinas estariam disponíveis “para aqueles que assim o quisessem”, demonstrando uma falta de obrigatoriedade e um receio para com o imunizante que repercutiu, de imediato, em seu auditório. Afinal, se o presidente tem receio, os apoiadores também o teriam.

Este é mais um ponto de seus pronunciamentos que colocava brasa na fogueira da relação entre presidente, governadores e prefeitos. De início, as rusgas entre eles eram o distanciamento social e quarentena. Depois, foi a disputa por vacinas, já que alguns estados, como São Paulo, por exemplo, saiu a frente do presidente, comprando os imunizantes diretamente com seus fabricantes internacionais. Enquanto os estados faziam o que podiam com as verbas para garantir o *lockdown* sem incentivo do Governo Federal, outros esforços também foram feitos para reforçar o Sistema Único de Saúde (SUS) nos estados (que estava sobrecarregado), além de conseguirem comprar as vacinas. Ou seja, governadores e prefeitos que não estavam alinhados com o presidente, tiveram que arcar com recursos próprios para tentar diminuir o índice de mortes. Novamente, a falta de apoio aos estados e municípios, foi fator de grande mortalidade pelo coronavírus.

Ao utilizar o pronunciamento presidencial em cadeia nacional, o presidente fez questão de organizar seus argumentos culpabilizando as gestões de governadores e prefeitos das mortes que estavam acontecendo, se isentando de qualquer culpa. Enquanto o pronunciamento deveria ser um espaço de respostas e ações concretas para a saída de uma situação alarmante, se tornou local de disputa política e panfletária do presidente. Como forma de melhorar sua imagem frente ao auditório, o presidente despejava em seu conteúdo ações do governo que nada tinham relação

direta com a pandemia; trazia questões passadas para fomentar o antipetismo (discurso da corrupção); divulgava ações e entrega de obras que não eram oriundas do seu governo; e, como dissemos, alimentava a disputa entre governadores e prefeitos. Era como ele pudesse dizer: a culpa é deles, não minha.

O pronunciamento presidencial, portanto, foi utilizado de forma arbitrária, para fomentar disputas e reforçar os laços entre orador (o presidente) e seu auditório. Em época de pandemia, o que conseguimos evidenciar foi que seus argumentos serviam para minimizar a gravidade da pandemia, incentivando a disseminação de informações que não condiziam com a realidade e que favoreciam, inclusive, com uma pseudociência (histórico de atleta e cloroquina). De imediato, e se tratando gestão de crise sanitária, quem mais teve dificuldade de trabalhar em prol da segurança da saúde dos brasileiros foram os ministros da saúde (quatro no total), que eram barrados pelos presidentes quando tentavam impor alguma medida fosse ao encontro do que o chefe do executivo queria. Ou seja, o presidente era o líder que estava contra seus próprios ministros.

O negacionismo, neste caso, não estava associado à existência do vírus. O presidente falava do vírus e sua existência, mas sim, do perigo e da gravidade que este vírus apresentava aos seres humanos. De forma exigente, o presidente queria e exigia uma volta à normalidade que era econômica, não importasse a quantidade de mortes que daí resultaria. Não houve um esforço em conjunto, como citamos acima, de presidente, governadores e prefeitos, com compartilhamento de verbas federais, para fortalecer o combate ao vírus, bem como o atendimento aos infectados nos municípios, potencializando, assim, a quantidade de mortes diárias. Para se ter ideia, a quantidade de mortes por Covid, no Brasil, atingiu a marca dos 700 mil⁸⁸, algo considerado surreal e de grande tristeza.

Não tem como falar de pandemia e Covid-19, sem falar de morte, perdas e tristeza. Muitos conhecem ou perderam entes queridos, ou amigos, para a pandemia. Talvez, se houvesse outro tipo de gestão, com responsabilidade de salvar vidas, com investimento do Governo Federal e real empenho, talvez muitas famílias não tivessem sido enlutadas até hoje. Pais, mães e filhos morreram por falta de comprometimento

⁸⁸ <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19>

político, não só com medidas restritivas, mas com o adiantamento da compra de vacinas, que poderia ser o limiar entre vida e morte. Este foi um período de muito medo que o Brasil e o mundo viveram. Nos países em que os governos levaram a sério as medidas que deveriam ser tomadas para salvar vidas, milhões sobreviveram. Infelizmente, não foi o caso do Brasil.

6 REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Tradução de Angela Maria da Silva Corrêa. São Paulo: Contexto, 2020.

AMOSSY, Ruth. Por uma análise discursiva e argumentativa da polêmica. Tradução de Angela Maria da Silva Corrêa. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 13, p. 227-244, jan./jun. 2017.

ANGENOT, Marc. **Fascismo, populismo**: as utilizações contemporâneas de duas categorias políticas nas mídias. Tradução de Hulda Gomides Oliveira e Geovana Chiari. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 16, p. 244-273, set. 2018. Edição especial "Discurso e argumentação na política latino-americana".

ANGENOT, Marc. **O discurso social e as retóricas da incompreensão**: consensos e conflitos na arte de (não) persuadir. São Carlos: Edufscar, 2015.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2005.

CANEL, María José; SANDERS, Karen. Government Communication. In: SEMETKO, Holli A.; SCAMMELL, Margaret (Ed.). **The SAGE Handbook of Political Communication**. Los Angeles: Sage, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução de Dílson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2008.

DUNKER, Christian Ingo Lenz et al. **Ética e pós-verdade**. Porto Alegre: Dublinense, 2017.

EMEDIATO, Wander. Os lugares do logos na argumentação. In: FERREIRA, Luiz Antônio (Org.). **Inteligência retórica: o logos**. São Paulo: Blucher, 2021.

GRÁCIO, Rui Alexandre. **Vocabulário de argumentação**. Coimbra: Grácio Editor, 2013. Disponível em: <https://www.ruigracio.com/VCA/TipoloArgPerel.htm>. Acesso em: [inserir data de acesso, se aplicável].

KAID, Lynda Lee; HOLTZ-BACHA, Christina (Ed.). **Encyclopedia of Political Communication**. Los Angeles: Sage Publications, 2007.

KLEMPERER, Victor. **LTI: a linguagem do Terceiro Reich**. Tradução de Miriam Oelsner. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução de Freda Indursky. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Revan, 1998.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual**: análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARQUES SILVA, Alexandre. **Há'u Timoroan**: a construção discursiva das identidades leste-timorenses. 2018. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

OSAKABE, Haquira. **Argumentação e discurso político**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

OLÍMPIO-FERREIRA, M. Retórica e sociedade: a valorização da multidimensionalidade. In: PIRIS, E. L.; OLÍMPIO-FERREIRA, M. (org.). **Discurso e argumentação em múltiplos enfoques**. Coimbra: Grácio Editor, 2023.

PERELMAN, Chaïm. Os argumentos quase lógicos. In: _____. **O império retórico**. Tradução de Fernando Trindade e Rui Alexandre Grácio. Porto: Edições Asa, 1992.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: A Nova Retórica**. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

REICH, Wilhelm. **Psicologia de massas do fascismo**. 3. ed. Tradução de Maria Celeste da Costa e Souza. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SILVEIRA, Juliana da. **O discurso político ordinário**: rumor(es) e humor(es) na circulação de hashtags políticas no Twitter. 2015. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do nós e eles. Tradução de Bruno Alexander. São Paulo: L&PM Editores, 2018.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Tradução de Carmem Grisci. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.